



TIMOR-LESTE
PLANO ESTRATÉGICO DE
DESENVOLVIMENTO
2011 - 2030





ÍNDICE

PREFÁCIO DE S.E. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA	7
CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO	9
VISÃO GERAL	10
CENÁRIO	12
PILARES DE INVESTIMENTO	13
CAPÍTULO 2 CAPITAL SOCIAL	17
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	18
SAÚDE	38
INCLUSÃO SOCIAL	52
AMBIENTE	64
CULTURA E PATRIMÓNIO	74
CAPÍTULO 3 DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS	83
ESTRADAS E PONTES	84
ÁGUA E SANEAMENTO	94
ELECTRICIDADE	103
PORTOS MARÍTIMOS	112
AEROPORTO	117
TELECOMUNICAÇÕES	120
CAPÍTULO 4 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	127
DESENVOLVIMENTO RURAL	129
AGRICULTURA	142
PETRÓLEO	165
TURISMO	171
SECTOR PRIVADO	183
CAPÍTULO 5 QUADRO INSTITUCIONAL	193
SEGURANÇA	194
DEFESA	200
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	208
JUSTIÇA	215
GESTÃO E BOA GOVERNAÇÃO DO SECTOR PÚBLICO	221
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL E AGÊNCIA DE PLANEAMENTO ECONÓMICO E INVESTIMENTO	231
CAPÍTULO 6 CONTEXTO ECONÓMICO E DIRECÇÃO MACROECONÓMICA	237
CAPÍTULO 7 ESTRATÉGIAS E ACÇÕES CHAVE	263

MAPA DOS DISTRITOS DE TIMOR-LESTE 2011



Fonte: UNDP

LISTA DAS TABELAS

TABELA 1 - Estimativa das necessidades em termos de infra-estruturas escolares	19
TABELA 2 - Progresso conseguido no ensino básico, 2000 a 2010	21
TABELA 3 – Ensino secundário em Timor-Leste, 2010	24
TABELA 4 – Alunos que terminaram os seus estudos (dados cumulativos até 2011)	26
TABELA 5 - Resumo dos serviços de saúde existentes em Timor-Leste	39
TABELA 6 – Benefícios pagos ao abrigo do Decreto-Lei N.º 19/2008 Subsídios para Idosos e Incapacitados	53
TABELA 7 - Indústrias essenciais de Timor-Leste	128
TABELA 8 - Procura e oferta de alimentos básicos entre 2010 e 2030	145
TABELA 9 - Área e produção de arrozais, 2006 a 2009	148
TABELA 10 - Volume de frutas e vegetais importados em 2007 (toneladas)	152
TABELA 11 – Metas para as Receitas e Despesas, de 2010 a 2030 (milhões)	250
TABELA 12 - Gama de empregos no sector de serviços em vários países e da condição estimada em Timor-Leste	259
TABELA 13 - Gama de empregos no sector da indústria em vários países e condição estimada em Timor-Leste	259
TABELA 14 – Apoio do Plano Estratégico de Desenvolvimento para as orientações macroeconómicas	260
TABELA 15 – Sumário das estratégias, acções e metas do Plano Estratégico de Desenvolvimento	266

LISTA DAS FIGURAS

FIGURA 1 - População estudantil em 2010	19
FIGURA 2 – Distribuição etária em comparação com a idade oficial por ano de escolaridade, 2010	22
FIGURA 3 – Proporção de raparigas para rapazes nas escolas públicas, 2010	22
FIGURA 4 – Alunos que terminaram os seus estudos (dados cumulativos até 2011)	26
FIGURA 5 – Nível de instrução atingido pelas pessoas com 15 anos ou mais	30
FIGURA 6 - Quadro do sistema nacional de saúde	40
FIGURA 7 - Pirâmide de prestação de serviços de saúde até 2030	43
FIGURA 8 - Áreas com perigo de Seca, Timor-Leste	66
FIGURA 9 - Rios com risco de inundação, Timor-Leste	67

FIGURA 10 - Rede rodoviária nacional de Timor-Leste	86
FIGURA 11 – Fontes principais de água potável	95
FIGURA 12 – Atlas da média anual de velocidade do vento	108
FIGURA 13 – Mapa do nível de raios solares diários em todo o País	109
FIGURA 14 – Mapa do potencial da biomassa	110
FIGURA 15 – Plano de desenvolvimento do Porto de Tibar	114
FIGURA 16 – Penetração da banda larga em países de baixo rendimento, de 2007-2008	121
FIGURA 17 – Densidade populacional em Timor-Leste, habitantes por quilómetro quadrado	129
FIGURA 18 – Quadro Nacional de Planeamento	138
FIGURA 19 – Oferta e procura de alimentos de base segundo novas estratégias	146
FIGURA 20 – Produção agrícola em Timor-Leste	148
FIGURA 21 – Famílias com animais e números de animais	156
FIGURA 22 – Agrupamentos do Tasi Mane	167
FIGURA 23 – Chegadas de turistas a Timor-Leste de 2009 a Março de 2011	173
FIGURA 24 – Saldo do Fundo Petrolífero	240
FIGURA 25 – PIB Não-petrolífero Real (Ano base de 2000), 2002 a 2010 (milhões de US\$) e crescimento	242
FIGURA 26 – PIB Não-petrolífero Real por sector a preços de 2000, 2002 a 2010 (milhões de US\$)	243
FIGURA 27 – PIB Não-petrolífero Real por sector a preços de 2000, 2002 a 2010 (percentagem)	244
FIGURA 28 – Taxa de inflação em Timor-Leste, taxas mensais	245
FIGURA 29 – Timor-Leste na região do Este Asiático	246
FIGURA 30 – Deslocação do emprego por sector, de um país de rendimento baixo para um país de rendimento maior	248
FIGURA 31 - Receitas do Estado (incluindo petróleo e gás)	252
FIGURA 32 - Projecção de receitas provenientes de Bayu-Undan e Kitan	252
FIGURA 33 – Aumento da procura de energia primária por combustível e região, 2011-2035	253
FIGURA 34 - Afectação do Fundo dos Parceiros de desenvolvimento em 2010	255
FIGURA 35 - Afectação do fundo por sector, em 2010	256
FIGURA 36 - Crescimento do PIB real não petrolífero (2002-2010) e metas para 2011-2030 (percentagem)	257
FIGURA 37 – Metas de partilha de produção do PIB não petrolífero, em percentagem do PIB a preços de 2001	258
FIGURA 38 – Etapas do Plano Estratégico de Desenvolvimento	265

PREFÁCIO DE S.E. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

É com especial prazer que, após a nossa longa luta pela independência e quase uma década de construção do nosso Estado soberano, me encontro agora numa posição que me permite escrever um prefácio para um plano que visa desenvolver a nossa nação de Timor-Leste ao longo dos próximos 20 anos.

Todos os timorenses devem sentir orgulho não só por terem conquistado a independência mas também pelos avanços que registámos enquanto nação num espaço de tempo tão curto. Infelizmente é comum que os países saídos de situações de conflito e fragilidade demorem décadas a conseguir uma situação de estabilidade e de progresso sustentável. Lamentavelmente, muitas nações do mundo, mesmo após anos de independência, continuam a ter problemas ao nível da violência e da desunião. Timor-Leste também enfrentou obstáculos na sua breve história como nação, tendo nós passado por momentos de dificuldade. Todavia, conseguimos enquanto Nação e enquanto Povo assumir um compromisso partilhado em prol da paz, que nos permite avançarmos juntos, num verdadeiro espírito de solidariedade nacional, rumo ao desenvolvimento e à garantia de um futuro mais próspero. Estamos a consolidar a nossa governação democrática e a construir o nosso Estado desde as bases. Estamos a estabelecer fundações sólidas que nos permitam estabilidade e segurança continuados, e estamos também a trabalhar afincadamente para criarmos novas oportunidades para todo o nosso povo.

Continuamos a enfrentar desafios e problemas enormes que devem permanecer na linha da frente do nosso pensamento e do nosso planeamento. Muitos dos nossos cidadãos sofrem diariamente com a pobreza e condições de vida miseráveis. Os resultados do censo de 2010 demonstram que há pessoas em todo o território de Timor-Leste que vivem em situações de extremo desfavorecimento e privação. Muitos dos nossos cidadãos não têm acesso a serviços básicos e condições de habitação decentes, cuidados de saúde, nutrição, educação, água potável e saneamento adequado e infra-estruturas básicas, incluindo estradas, comunicações e energia.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento procura dar resposta a estes desafios e fazer uma diferença positiva e duradoura nas vidas e nas condições de vida diárias do nosso povo. O Plano fornece um guia para o nosso desenvolvimento e para a partilha dos benefícios deste desenvolvimento em toda a nação. Surge na sequência de um período de desenvolvimento sem precedentes, incluindo cinco meses de consultas por parte do Primeiro-Ministro Xanana Gusmão nos 65 sub-districtos da nossa nação. O Plano Estratégico de Desenvolvimento reflecte igualmente o trabalho exaustivo e consideração técnica realizado por todos os sectores da indústria e ministérios, constituindo assim uma visão coordenada e partilhada para o nosso futuro.

Podemos dizer com verdade que muitos milhares de pessoas participaram e contribuíram para este Plano: dos jovens nas áreas mais remotas aos nossos anciãos; dos nossos agricultores aos nossos funcionários públicos; bem como pessoas de todos os sectores da sociedade civil. As vozes das mulheres timorenses são ouvidas neste Plano, assim como as vozes das pessoas que vivem em pequenas aldeias, em centros de distrito e na nossa capital Díli. Desta forma, o Plano em si é uma demonstração da nossa unidade e do compromisso de todo o povo timorense para com a nossa prosperidade futura. A preparação do Plano Estratégico de Desenvolvimento foi liderada pelo nosso povo, pertence ao nosso povo e reflecte as aspirações do nosso povo.

Talvez o aspecto mais significativo de todos seja que o Plano será em última instância implementado pelo nosso povo. Com a sua forte incidência na educação, o Plano desenvolverá as nossas qualificações e capacidades para que possamos assumir o controlo pleno do nosso desenvolvimento económico, criando oportunidades para os jovens timorenses.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento faz uso do documento Timor-Leste 2020 – A Nossa Nação, O Nosso Futuro, do Plano Nacional de Desenvolvimento de 2002 e do bom trabalho dos anteriores governos, fornecendo um quadro para a concretização da nossa visão no contexto das nossas circunstâncias nacionais actuais. O Plano Estratégico de Desenvolvimento não é um documento político, pertence a todos nós. É um plano sustentável e a longo prazo que nos orienta, tanto agora como no futuro, para transformarmos a nossa nação e medirmos o nosso progresso.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento estabelece uma agenda que é ambiciosa, mas que reflecte a vontade do nosso povo, a compreensão da nossa história e cultura, bem como a nossa determinação em sermos os donos e determos o controlo do nosso percurso de desenvolvimento. O Plano dá certeza e foco para os nossos esforços de desenvolvimento. Ao apresentar um panorama de cada um dos nossos sectores e ao estabelecer estratégias e acções detalhadas para a concretização da nossa visão, o Plano constitui um guia para todos nós.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento irá igualmente promover a nossa integração continuada com a comunidade global e os nossos relacionamentos sociais e económicos com o Leste Asiático neste ‘século asiático’. Apoiará a nossa consolidação enquanto democracia vibrante e ajudar-nos-á a tornarmo-nos um modelo de desenvolvimento para Estados frágeis.

Alguns podem dizer que somos demasiado ambiciosos, que alguns dos nossos alvos são inatingíveis. Contudo, muitas pessoas em todo o mundo também nos disseram em tempos que nunca conseguiríamos a independência, que a nossa luta era inútil e que os nossos esforços nunca dariam em nada. Hoje, enquanto caminhamos rumo à criação do nosso futuro nacional, temos de manter um espírito positivo e confiante. É com esta crença sólida no nosso futuro, este acreditar permanente na capacidade do povo timorense, que seremos capazes de enfrentar os nossos desafios com confiança e de continuar a construir a nossa nação.

Apelo a todos vós que vos junteis de forma solidária no apoio à visão do Plano Estratégico de Desenvolvimento. Juntos podemos trabalhar para garantir que a conquista da independência é sucedida pela conquista do desenvolvimento. Juntos podemos garantir que o curso do nosso futuro colectivo é tão notável como a história do que já conseguimos.



O Presidente da República, Dr. José Ramos-Horta

CAPÍTULO

1

INTRODUÇÃO



O Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste é uma visão a vinte anos que reflecte as aspirações do Povo timorense relativamente à criação de uma Nação forte e próspera. O plano foi desenvolvido para inspirar mudanças, apoiar acções colectivas ousadas e pensar num futuro melhor.

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO

O Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste é uma visão a vinte anos que reflecte as aspirações do Povo timorense relativamente à criação de uma Nação forte e próspera. O plano foi desenvolvido para inspirar mudanças, apoiar acções colectivas ousadas e pensar num futuro melhor.

VISÃO GERAL

O Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) fornece uma visão para Timor-Leste que assenta nos alicerces que temos vindo a estabelecer desde 2002. O Plano é informado pela visão do Povo timorense e incorpora-a no documento, “Timor-Leste 2020 – A Nossa Nação, O Nosso Futuro”, a qual formou a base do Plano de Desenvolvimento Nacional de 2002. Reflecte igualmente os pontos de vista dos milhares de timorenses que contribuíram para a consulta nacional no Plano Estratégico de Desenvolvimento Resumido, Do Conflito à Prosperidade, em 2010.

A consulta, participação e solidariedade continuadas do Povo timorense serão vitais para o sucesso da implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento.

Desde a Independência em 2002, as políticas sociais e económicas de Timor-Leste têm incidido no alívio da pobreza para dar resposta às necessidades imediatas do nosso Povo, consolidando a segurança e a estabilidade e assentando as bases para a Nação, por via da construção das instituições do Estado. Este processo contínuo de consolidação da paz e da construção de Estado tem sido necessário para criar uma base a partir da qual Timor-Leste possa abordar as necessidades do nosso Povo, em termos de saúde e de educação, e trabalhar em prol da eliminação da pobreza extrema. Ao passo que os países em situação de pós-conflito levam geralmente 10 a 15 anos a recuperar a estabilidade, Timor-Leste conseguiu tornar-se um país seguro em menos de uma década. Hoje beneficiamos de paz, estabilidade e de uma economia em crescimento, enquanto continuamos a desenvolver a nossa Nação.

Nos últimos três anos, Timor-Leste registou um crescimento económico com dois dígitos e uma melhoria geral no bem-estar do Povo. Houve reformas sectoriais e investimentos consideráveis na economia, tendo-se também iniciado o desenvolvimento do sector do petróleo e do gás. Os nossos sucessos até aqui devem-se à vontade do nosso Povo. Foi o nosso forte sentido de autodeterminação que nos levou a conquistar a Independência, após mais de 400 anos de colonização e 24 anos de ocupação.

Esta mesma autodeterminação deve agora ser aplicada à implementação da visão do Povo timorense através do Plano Estratégico de Desenvolvimento. A nossa Nação possui quatro atributos determinantes, que permite afirmar que está bem colocada para concretizar a nossa visão: vontade política, potencial económico, integração nacional e população dinâmica.

Vontade política: O Povo timorense deu mostras de uma notável resistência e dedicação à sua Nação. Em busca da Independência agimos com coragem, determinação e criatividade, tendo sofrido muito para concretizar o nosso sonho. As mesmas características, que nos permitiram chegar à Independência, podem agora ser utilizadas em prol da realização do nosso sonho de uma Nação próspera e moderna. O Plano Estratégico de Desenvolvimento ajudará nesse objectivo, através da criação de um propósito comum e da definição de um quadro que visa criar um sentimento forte de empenho e determinação nacionais.

Potencial económico: Timor-Leste possui recursos naturais valiosos, incluindo uma das matérias-primas mais importantes a nível mundial, o petróleo. O desenvolvimento do sector petrolífero pode ajudar a assegurar as bases de uma economia sustentável e vigorosa. As receitas do sector podem ser investidas em educação e serviços de saúde para famílias, na ajuda a agricultores para melhorarem a sua produtividade, de forma a que o nosso sector agrícola venha a liderar a criação de emprego do sector privado. Estas receitas podem também ajudar a financiar as infra-estruturas necessárias para construir uma economia diversificada e transformar o nosso País numa Nação moderna. Timor-Leste pode também aproveitar a sua localização no Este Asiático, um dos grandes motores da economia mundial. No século da Ásia e perto das grandes economias emergentes. Timor-Leste está bem posicionado para estabelecer relações comerciais e parcerias com os seus vizinhos, a fim de conseguir um crescimento económico rápido e sem precedentes.

Integração nacional: Timor-Leste é um pequeno País com uma superfície com cerca de 15.000 km² e uma população de 1,066,409 habitantes (Censos 2010). Isto faz de Timor-Leste um País bem posicionado para estabelecer ligações efectivas entre a sua população, entre as suas áreas urbanas e rurais e entre o seu governo e o seu povo – ajudando-nos a conseguir rapidamente a integração nacional e o desenvolvimento económico. A ligação do nosso povo entre si e com o mundo é um objectivo essencial do Plano Estratégico de Desenvolvimento. A melhoria das telecomunicações, estradas, portos e aeroportos será imprescindível para um crescimento económico forte e para a melhoria do desenvolvimento humano. Parte desta estratégia envolverá também o apoio ao desenvolvimento de corredores de crescimento regionais e de uma urbanização planificada que permita o equilíbrio entre as condições de vida das zonas urbanas e rurais.

Dinamismo: Timor-Leste é um País jovem com uma população jovem. Mais de metade da nossa população tem menos de 19 anos. Embora esta situação crie desafios, também fornece enormes oportunidades para a nossa Nação emergente. Ao longo das próximas décadas, a nossa geração jovem irá tornar-se a maior parte da nossa força laboral e irá responder às novas oportunidades com dinamismo, criatividade e entusiasmo. Esta nova geração, à medida que entra para o mercado de trabalho e domina novas tecnologias, será a força que conduzirá o País ao crescimento económico e ao desenvolvimento.

CENÁRIO

As estratégias e acções estabelecidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento visam, até 2030, passar Timor-Leste de um País com baixos rendimentos para um País com rendimentos médio-altos, com uma população saudável, instruída e segura. Este objectivo reflecte as aspirações do Povo timorense, tal como foram expressas durante uma consulta nacional alargada em 2010, e faz uso do Plano de Desenvolvimento Nacional e do documento "Timor-Leste 2020 – A Nossa Nação, O Nosso Futuro".

A visão do Plano de Desenvolvimento Nacional de 2002, será tão relevante hoje para Timor-Leste como o era quando foi elaborado. A visão previu que até 2020:

- Timor-Leste será uma sociedade democrática e próspera com alimentação suficiente, abrigo e vestuário para todos.
- As pessoas serão letradas, qualificadas, saudáveis e viverão uma vida longa e produtiva. Elas participarão activamente no desenvolvimento económico, social e político, promovendo a igualdade social e unidade nacional.
- As pessoas deixarão de estar isoladas, uma vez que haverá boas estradas, transportes, electricidade e comunicações nas cidades e aldeias, em todas as regiões do País.
- A produção e emprego aumentarão em todos os sectores – agricultura, pescas e florestas.
- Os padrões de vida e serviços melhorarão para todos os timorenses.

Em resumo, o Plano de Desenvolvimento Nacional de 2002 visava reduzir a pobreza em todos os distritos de Timor-Leste, promover um crescimento económico justo e assegurar a boa qualidade da educação, saúde e bem-estar para todos os cidadãos. O Plano estabeleceu as nossas estratégias de implementação para os cinco anos seguintes e defendeu uma revisão em cinco anos. Quase dez anos passados desde a redacção do Plano de Desenvolvimento Nacional, parece agora oportuno fazer uso do trabalho conduzido em 2002 e olhar uma vez mais para o futuro, de modo a apresentarmos as melhores políticas para fazer avançar o País.

Um resumo do Plano Estratégico de Desenvolvimento intitulado Do Conflito à Prosperidade foi lançado em Abril de 2010. Este Plano formou a base para 70 consultas comunitárias em aldeias e cidades em todo o território nacional. As reacções destas consultas foram agora incorporadas no Plano Estratégico de Desenvolvimento. Os planos estratégicos sectoriais elaborados pelo Governo foram igualmente incorporados no Plano Estratégico de Desenvolvimento e servirão de guia para a sua implementação.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste é um pacote integrado de políticas estratégicas a serem implementadas a curto prazo (um a cinco anos), a médio prazo (cinco a dez anos) e a longo prazo (dez a vinte anos). Está alinhado com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas, mas é mais do que um conjunto de metas. O Plano pretende estabelecer uma orientação que possibilite um desenvolvimento inclusivo, sustentável e a longo prazo em Timor-Leste.

Este plano visa desenvolver infra-estruturas fundamentais, recursos humanos e o fortalecimento da nossa sociedade, bem como, o crescimento do emprego no sector privado e nos sectores industriais estratégicos – tais como a agricultura, o turismo em crescimento e indústrias a jusante no sector do petróleo e do gás.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento estabelece o que precisa de ser feito para se atingir a visão colectiva do Povo timorense para uma Nação, que se quer, pacífica e próspera em 2030. O Plano inclui necessariamente pressupostos sobre perspectivas do sector petrolífero e de taxas de crescimento na economia petrolífera e não petrolífera. Contudo, tal como foi notado no Plano de Desenvolvimento Nacional de 2002: ‘um Plano que seja forçado num orçamento não é um Plano de todo, mas sim um processo de afectação’. O processo de planeamento para o Plano Estratégico de Desenvolvimento não foi conduzido pelo orçamento nem subordinado a mandatos financeiros internacionais. O actual Plano Estratégico de Desenvolvimento fornece um quadro para a identificação e avaliação de prioridades e um guia para a implementação de estratégias e acções recomendadas. A recém-criada Agência de Desenvolvimento Nacional será responsável por fornecer pareceres detalhados sobre custos relativos a projectos importantes de infra-estruturas ao Governo em exercício, sendo que os ministérios competentes emitirão pareceres a respeito dos custos e da implementação dos programas sectoriais.

Em última instância, a implementação bem-sucedida do Plano Estratégico de Desenvolvimento irá requerer a participação activa do Povo timorense. Isto terá mais possibilidades de se concretizar caso haja confiança pública no Governo que executa o Plano. Deste modo, a criação de confiança nas nossas Instituições é uma parte fundamental do Plano.

P I L A R E S D E D E S E N V O L V I M E N T O

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Estratégico abrange três áreas fundamentais: Capital Social, Desenvolvimento de Infra-estruturas e Desenvolvimento Económico. O segundo capítulo centra-se no capital social do nosso País, na construção de uma sociedade saudável e na educação do nosso povo respondendo às necessidades sociais da população e promoção do desenvolvimento humano.

O terceiro capítulo, irá assegurar que a nossa Nação tem as fundações e as infra-estruturas produtivas necessárias para construir uma Nação, crescente, sustentável e interligada. O quarto capítulo, abrange o desenvolvimento económico como meio de alcançar uma economia próspera, moderna e com empregos para o nosso povo. Estas três áreas cruciais no desenvolvimento de Timor-Leste serão construídas alicerçados num quadro institucional eficaz, que é definido no quinto capítulo, e numa forte base macroeconómica discutida no capítulo sexto. O sétimo capítulo apresenta o sumário das etapas a seguir no decurso da implementação do Plano de Estratégico Desenvolvimento para 2030.

Capítulo 1 INTRODUÇÃO

Capítulo 2
CAPITAL SOCIAL

- Educação e Formação
- Saúde
- Inclusão Social
- Ambiente
- Cultura e Património

Capítulo 3
DESENVOLVIMENTO
DE INFRA-ESTRUTURAS

- Estradas e Pontes
- Água e Saneamento
- Electricidade
- Portos Marítimos
- Aeroportos
- Telecomunicações

Capítulo 4
DESENVOLVIMENTO
ECONÓMICO

- Desenvolvimento Rural
- Agricultura
- Petróleo
- Turismo
- Investimento do Sector Privado

Capítulo 5 - QUADRO INSTITUCIONAL

- Segurança
- Defesa
- Negócios Estrangeiros
- Justiça
- Gestão do Sector Público e Boa Governação
- Banco Central
- Agência de Desenvolvimento Nacional / Agência de Planeamento Económico e Investimento

Capítulo 6 CONTEXTO ECONÓMICO E DIRECÇÃO
MACROECONÓMICA

Capítulo 7 ESTRATÉGIAS E ACÇÕES CHAVE





CAPÍTULO

2

CAPITAL SOCIAL



A verdadeira riqueza de qualquer Nação é a força do seu povo. A maximização da saúde, educação e qualidade de vida gerais do povo timorense é essencial para se conseguir uma Nação justa e desenvolvida.

CAPÍTULO 2 CAPITAL SOCIAL

A verdadeira riqueza de qualquer Nação é a força do seu povo. A maximização da saúde, educação e qualidade de vida gerais do povo timorense é essencial para se conseguir uma Nação justa e desenvolvida.

“Precisamos de escolas secundárias com refeições gratuitas.”

Representante dos jovens, sub-districto Dom Aleixo, distrito de Díli, Consulta Nacional, 15 de Setembro de 2010

Timor-Leste está empenhado em concretizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio que consistem em oito objectivos estratégicos de desenvolvimento que todos os Estados-membros das Nações Unidas pretendem atingir até 2015.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste é consistente com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e, ao mesmo tempo, reflecte também a sua história, cultura e património únicos.

As nossas metas e objectivos estratégicos reconhecem que a construção da Nação e a consolidação da paz são

prioridades que precisam ser alcançadas para que seja possível atingir outros objectivos sociais e económicos.

Na área do capital social, o Plano Estratégico de Desenvolvimento pretende melhorar a vida do povo timorense – o nosso capital humano – através de uma estratégia e de acções nas áreas vitais da educação, saúde e inclusão social. A atenção atribuída a estas áreas reflecte as prioridades do Povo timorense e a nossa compreensão de que uma sociedade forte é um pilar necessário para o desenvolvimento económico.

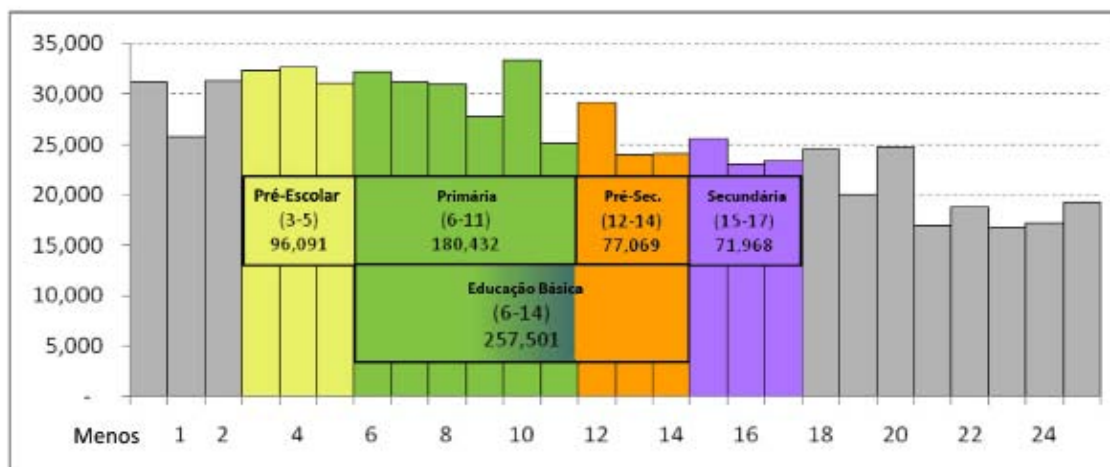
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

VISÃO GERAL E DESAFIOS

A educação e a formação são as chaves para melhorar as oportunidades de vida do nosso povo para o ajudar a concretizar todo o seu potencial. São também vitais para o crescimento e desenvolvimento económico de Timor-Leste. A nossa visão é de que todas as crianças timorenses devem ir à escola e receber uma educação de qualidade que lhes dê os conhecimentos e as qualificações que lhes permitam virem a ter vidas saudáveis e produtivas, contribuindo de forma activa para o desenvolvimento da Nação.

O nosso primeiro passo para concretizar esta visão é remover as barreiras no acesso à educação, garantindo que o direito à educação é assegurado a todas as crianças a nível nacional. Para lá de melhorar o acesso à educação, Timor-Leste precisa melhorar a qualidade e a equidade da educação, de modo a que seja possível atingir resultados de aprendizagem reconhecidos e mensuráveis. Estas duas tarefas irão requerer a afectação de recursos substanciais. Teremos de expandir o investimento no nosso sistema de educação para garantir que temos as infra-estruturas e os docentes de que precisamos para dar a todas as crianças acesso a um ensino de qualidade, independentemente onde residam, em Timor-Leste.

Figura 1 População estudiantil em 2010



Os desafios são tremendos neste sector da educação. Embora a percentagem de juventude na população garanta grandes oportunidades para providenciar o capital humano e a mão-de-obra dinâmica de que precisamos para construir a nossa Nação emergente, também significa um esforço das entidades competentes e dos recursos para suportar um número cada vez mais elevado de alunos, nas várias etapas do nosso sistema de ensino.

A figura anterior mostra que, à medida que o número de alunos na pré-primária e na primária aumentam, haverá uma procura maior nos anos posteriores do ensino secundário e superior. A provisão das infra-estruturas de educação necessárias e adequadas, tanto em termos de quantidade como de qualidade, será também um grande desafio para Timor-Leste.

Em particular, as nossas concretizações na melhoria do número de crianças matriculadas no ensino básico revelam a urgência em continuar a melhorar a qualidade do ensino. Mais matrículas requerem mais recursos para manter a qualidade. Caso estes recursos não sejam obtidos, o aumento das matrículas – que é bem-vindo e essencial – pode significar a diminuição da qualidade do ensino.

Deparamo-nos igualmente com pressões significativas no que diz respeito à melhoria das nossas instalações e infra-estruturas de ensino. A maior parte das infra-estruturas educacionais em

Tabela 1 Estimativa das necessidades em termos de infra-estruturas escolares

	Instalações existentes*	Estimativa de instalações a construir / reabilitar				
		2011		2015		2030
	Escolas	Salas de aula	Escolas	Salas de aula	Escolas	Salas de aula
Pré-escolar	180	2.820	253	758	169	506
Básico	1.309	13.553	502	3.012	335	2.008
Secundário	80	6.400	64	1.280	43	853
Total	1.530	22.773	819	5.050	547	3.367

* 70% das instalações existentes encontram-se em condições precárias, pelo que é necessário a sua rápida reabilitação

Fonte: Ministério da Educação

Timor-Leste foi destruída em 1999. Desde então temos investido na construção e reabilitação de escolas por todo o País, mas há ainda muito caminho a percorrer até todas as escolas estarem equipadas com salas de aula e instalações modernas e adequadas. A tabela seguinte apresenta as estimativas de necessidades em termos de infra-estruturas escolares, ao longo dos próximos 20 anos e, mostra que a construção de salas de aula e instalações escolares será uma tarefa muito importante para a nossa Nação.

ESTRATÉGIA E ACÇÕES

Até 2030, iremos investir em educação e formação a fim de garantir que o Povo timorense estará a viver numa Nação onde as pessoas são instruídas e cultas, capazes de viver vidas longas e produtivas e com oportunidades para acederem a um ensino de qualidade que lhes permita participar no desenvolvimento económico, social e político da nossa Nação.

As estratégias e acções que iremos desenvolver reconhecerão que a concretização das nossas metas educacionais requer uma abordagem multissectorial e um sistema de ensino acessível e de qualidade assente numa comunidade segura e saudável com maior estabilidade económica por parte das famílias.

ENSINO PRÉ-ESCOLAR

Somente 11% das crianças timorenses dos três aos seis anos de idade frequentam actualmente o ensino pré-escolar. Os estudos internacionais demonstram que a frequência do ensino pré-primário dá às crianças vantagens substanciais no que se refere à sua instrução posterior. Assim sendo, precisamos de aumentar o número de crianças que frequentam o ensino pré-escolar, de forma, a garantir que estas conseguem aproveitar ao máximo as oportunidades que lhes irão surgir mais tarde.

Em 1999 havia 3,835 crianças no ensino pré-escolar em Timor-Leste. Os dados mais recentes, relativos ao ano lectivo de 2010/2011, indicam que existem actualmente 180 escolas pré-escolares (141 Pré-escolas autónomas, estando as restantes incorporadas nas escolas do ensino básico) frequentadas por 10,159 crianças, nas quais trabalham 238 professores (muitas vezes ajudados por auxiliares de educação). As taxas de matrícula nas zonas urbanas são muito superiores ao verificado nas zonas rurais. A importância que as comunidades atribuem ao ensino pré-escolar é ilustrada pelo facto de que 140 das 180 escolas pré-escolares são escolas apoiadas pelas comunidades.

A qualidade do nosso ensino pré-escolar é reduzida, não havendo ainda um currículo e programa de orientações pedagógicas uniforme e com os padrões de ensino a variarem de escola para escola.

Para garantir que as crianças timorenses obtenham um começo forte na sua instrução, iremos alargar e melhorar o ensino pré-escolar para assegurar cuidados de ensino alargados em especial para as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas. Será implementado um novo currículo educacional, com base nos melhores programas de desenvolvimento de crianças.

Com vista a melhorar o acesso à educação e criar bases sólidas em termos de literacia e numeracia em português e tétum, os idiomas locais serão usados como idiomas de ensino e aprendizagem, no primeiro ciclo do ensino básico, proporcionando uma transição suave para a aquisição das línguas oficiais de Timor-Leste, de acordo com as recomendações da ‘Política de Ensino Multilingue baseada nas Línguas Maternas para Timor-Leste’.

Será providenciado um número suficiente de salas de aula em todas as áreas geográficas. Serão renovadas as salas de aula actualmente degradadas e serão construídas novas escolas. Até 2015 terão sido construídas, pelo menos, 253 novas escolas pré-escolares com 758 salas de aula, sendo que, até 2030, serão construídas mais 169 escolas pré-escolares com 506 salas de aula. Todas estas novas escolas e salas de aula serão devidamente equipadas. Serão desenvolvidos programas de formação de qualidade para professores, a nível teórico e prático, sendo estes, formados em metodologias pedagógicas apropriadas à educação pré-escolar.

ENSINO BÁSICO

Anteriormente o sistema de ensino em Timor-Leste estava organizado num modelo 6-3-3: seis anos de ensino primário, três anos de pré-secundário e três anos de secundário. Entretanto, isto foi alterado para um sistema de ensino básico obrigatório que engloba os primeiros nove anos de escolaridade e que é seguido por três anos de ensino secundário.

Tabela 2 Progresso conseguido no ensino básico, 2000 a 2010

	2000	2010
Alunos		
Ensino Primário	190.000	229.974
Ensino Pré-secundário	21.810	60.481
Professores		
Ensino Primário	3.860	7.583
Ensino Pré-secundário	65	2.412

Fonte: Ministério da Educação

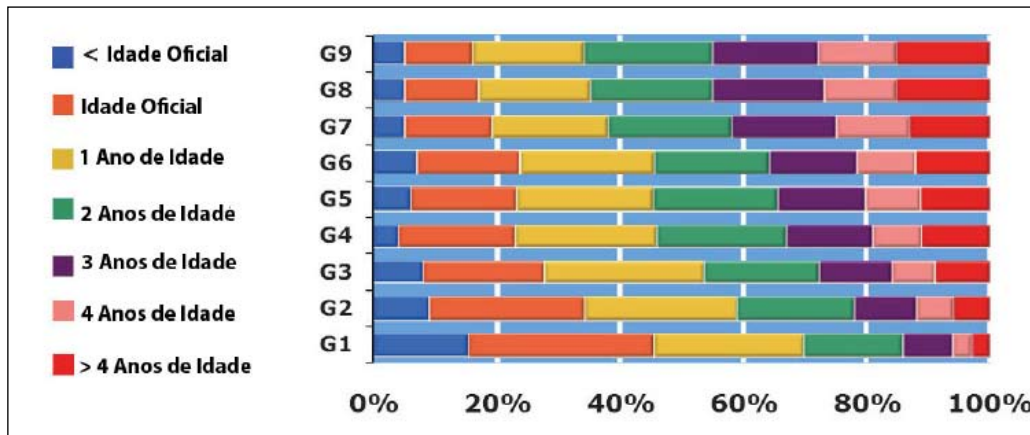
Desde 1999, Timor-Leste tem incidido a maior parte dos seus esforços no ensino primário ou básico, tendo conseguido progressos consideráveis, tal como se pode ver na tabela seguinte. Esta tabela ilustra também o esforço substancial que tem sido feito ao nível da reconstrução do sector desde 1999, altura em que havia apenas 65 professores timorenses do pré-secundário.

Deve-se notar também que foram conseguidos progressos significativos na área das matrículas. Até recentemente, Timor-Leste estimava que até 2015, 88% de crianças na idade correcta estariam matriculadas do primeiro até ao sexto ano de escolaridade. Já ultrapassámos este valor tendo, em 2011, alcançado 90% de crianças na idade correcta matriculadas no ensino básico.

O ensino básico debate-se actualmente com vários desafios, incluindo:

- Apenas 37.5% dos alunos têm a idade escolar oficial quando entram para a primeira classe, o que significa que 62.5% dos alunos entram para a escola mais novos ou mais velhos do que deveriam ser. Mais concretamente, 26% dos alunos são um a dois anos mais velhos, 8.6% são três ou mais anos mais velhos, e 26.8% são mais novos.

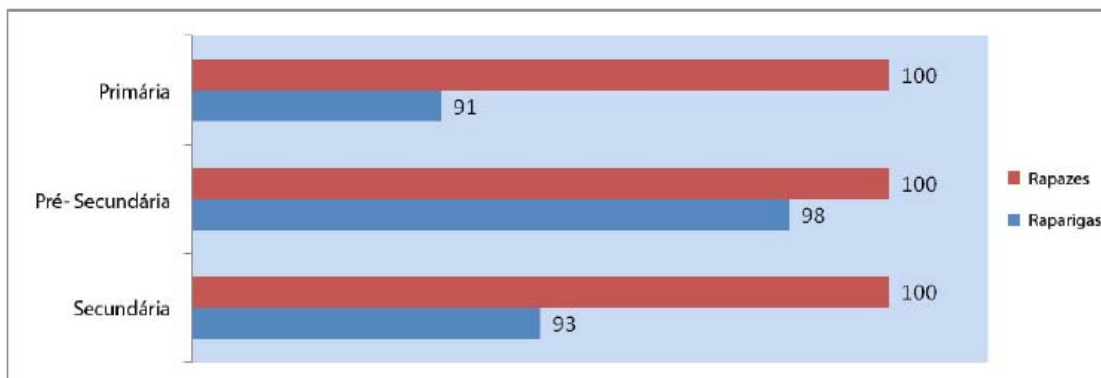
Figura 2 Distribuição etária em comparação com a idade oficial por ano de escolaridade, 2010



Fonte: Ministério da Educação

- Em 2010, menos de 54% das crianças com seis anos de idade iniciaram a primeira classe.
- Mais de 70% das crianças abandonam os estudos antes de chegarem ao nono ano. A maior taxa de abandonos regista-se nos primeiros dois anos do ensino primário.
- As crianças estão a demorar demasiado tempo a concluir o ensino básico. Cada criança precisa em média de 11.2 anos para concluir o sexto ano de escolaridade.
- Existem mais rapazes do que raparigas na escola. Por cada dez rapazes matriculados no ensino primário e secundário existem nove raparigas.

Figura 3 Proporção de raparigas para rapazes nas escolas públicas, 2010



Fonte: Ministério da Educação

Estes desafios são agravados por um rápido crescimento populacional. Com um número cada vez maior de crianças, será necessário aumentar em um terço as matrículas de crianças com seis anos, ao longo dos próximos cinco anos, passando portanto, de 30.000 em 2011 para 39.000 em 2015, para manter os nossos indicadores de matrículas constantes. Isto irá criar no futuro um aumento considerável de professores, salas de aula e gastos com educação.

Deparamo-nos igualmente com desafios ao nível da provisão de infra-estruturas escolares. Embora a situação tenha melhorado em anos recentes, muitas escolas não possuem ainda salas de aula e instalações adequadas, sendo que muitas destas não possuem fornecimentos fiáveis de água e electricidade, o que torna difícil o seu funcionamento adequado.

Contudo, apesar destes desafios fizemos progressos enormes em termos de acesso a ensino básico, pelo que precisamos agora incidir na qualidade da educação. A qualidade global do ensino em Timor-Leste continua a ser reduzida, com consequências inevitáveis na aprendizagem dos alunos. Mais de 75% dos professores não estão qualificados de acordo com os níveis exigidos por lei. Também o currículo é inadequado para lidar com as necessidades de desenvolvimento da nossa Nação.

Ao longo das próximas duas décadas, Timor-Leste continuará a construir um sistema de ensino básico que providencie o acesso universal e que assegure a conclusão do ensino básico de qualidade a todas as crianças. Com este objectivo, pretende-se que todas as crianças se matriculem na primeira classe e completem, o nono ano do ensino obrigatório.

Iremos levar a cabo reformas e melhorias significativas no sistema de ensino básico, incluindo:

- Investigação, análise e resposta aos factores que prejudicam as matrículas e que provocam o abandono escolar.
- Garantia de que as escolas dispõem dos edifícios e instalações necessárias ao ensino proporcionalmente ao forte crescimento populacional das crianças em idade escolar.
- Aumentar substancialmente a qualidade do ensino, através da melhoria da formação de professores, pelo Instituto Nacional de Formação de Professores e da melhoria da gestão dos recursos humanos.
- Desenvolvimento e implementação de um currículo moderno e relevante, disponibilizando materiais de ensino e aprendizagem de qualidade para todos os professores e alunos.
- Implementação de um novo e descentralizado sistema de gestão escolar que garanta a provisão de educação de qualidade de forma eficiente, acessível e sustentável. Isto será baseado num sistema de agrupamento de 202 escolas em todo o País. Cada agrupamento terá uma escola principal e escolas satélites, com uma administração central que garantirá o uso eficaz dos recursos administrativos, académicos, logísticos e de recursos humanos de todo o agrupamento. A abordagem irá igualmente encorajar a participação: será estabelecido um conselho administrativo em cada agrupamento, envolvendo Associações de Pais, professores e alunos na gestão geral da escola.

ENSINO SECUNDÁRIO

O ensino secundário em Timor-Leste está dividido em escolas secundárias gerais e escolas secundárias técnicas. Em 2010 o número de alunos no ensino secundário (incluindo escolas técnicas) era de 40.781, com 2.073 professores empregados no sistema de ensino secundário. O sector privado é responsável por 31% do total das matrículas e 43% no distrito de Díli. Existem

actualmente 91 escolas secundárias em Timor-Leste, das quais 74 são gerais (43 públicas e 31 privadas) e 17 são técnicas (12 públicas e 5 privadas).

Actualmente o número de alunos que concluem os estudos nas escolas técnicas é extremamente baixo, sendo que somente 12% dos jovens em idade apropriada terminam os seus estudos nestas escolas.

Tabela 3 Ensino secundário em Timor-Leste, 2010

	Secundário geral	Secundário técnico	Total
Alunos	35.062	5.719	40.781
Escolas	74	17	91
Professores	1.696	377	2.073

Fonte: Ministério da Educação

A nossa estratégia geral pretende garantir que, aos 15 anos de idade, todos os alunos que terminam o ensino básico terão acesso ao ensino secundário. Para tal, iremos incidir no alargamento do acesso ao ensino secundário e à provisão de infra-estruturas adequadas e professores qualificados nas escolas secundárias, para melhorar os resultados em termos de aprendizagem e de qualificação por parte dos alunos que concluem este nível de ensino.

Deparamo-nos com desafios específicos no que se refere à melhoria da qualidade do ensino secundário. O currículo não é adequado para servir as necessidades de desenvolvimento do País, a gestão dos professores é precária, com uma taxa de professores por aluno muito baixa, e a qualidade do ensino é deficitária, sendo que muitos professores carecem de fluência nas línguas oficiais e de instrução.

O sistema de ensino secundário geral será orientado para preparar os alunos para seguirem para o ensino superior. O sistema de ensino secundário técnico e profissional irá preparar os alunos para ingressarem no mercado de trabalho, assim como, permitir-lhes o acesso ao ensino superior técnico e universitário.

O aumento nas matrículas do ensino básico revela a necessidade urgente em transformar e alargar o sistema actual de ensino secundário por todo o País, em especial nas áreas remotas.

A reforma irá também requerer o desenvolvimento de um novo currículo para o ensino secundário e a melhoria dos programas de formação e qualificação de professores. Serão igualmente necessárias alterações transversais ao ensino secundário e técnico-profissional, de forma a preparar os alunos para o mercado de trabalho, que se debate com uma escassez aguda de trabalhadores qualificados e semi-qualificados, capazes de dar resposta ao ritmo acelerado de reconstrução nacional.

Especificamente, as reformas ao ensino secundário irão exigir:

- Um aumento na capacidade das escolas secundárias para absorverem um maior número de alunos que conclui o ensino básico. Tal requer o desenvolvimento de um plano abrangente para dar resposta às necessidades em termos de infra-estruturas por parte das escolas secundárias gerais e das escolas secundárias técnico-profissionais.

Em particular, será necessário que haja escolas técnicas modernas e actualizadas capazes de absorver até 60% da população em idade de frequentar o ensino secundário.

- A substituição de escolas antigas que não se encontram em funcionamento por escolas modernas com capacidade para acolher um maior número de alunos. Serão criados centros técnicos de excelência em várias regiões, nas áreas da economia, agricultura e engenharia, bem como, cursos relacionados com os sectores dos serviços, turismo e hotelaria.
- Desenvolvimento de um novo currículo que incida no desenvolvimento de conhecimentos, capacidades e qualificações intelectuais e sociais, bem como na promoção de qualificações criativas e de resolução de problemas, qualificações de comunicação e pensamento crítico. O novo currículo para o ensino secundário técnico assentará nas necessidades de mercado, com incidência em: (i) agricultura, (ii) engenharia aplicada (mecânica, eléctrica e electrónica) e (iii) serviços, especialmente orientados para a gestão de empresas e turismo. Irá incluir ligações formais à indústria e ao mercado de trabalho com vista a dar aos alunos a experiência necessária de trabalho a nível nacional e internacional.

ENSINO SUPERIOR

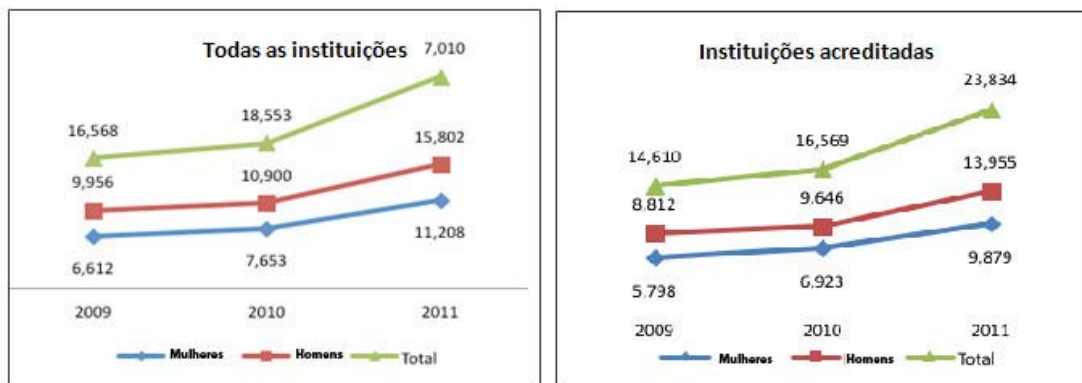
O ensino superior nacional está dividido em ensino superior técnico e ensino universitário, ambos financiados para garantir o máximo de acesso, equidade e qualidade aos alunos.

Actualmente, o sector do ensino superior está a lidar com várias questões essenciais que requerem uma abordagem ampla e efectiva, incluindo:

- O desenvolvimento e implementação de novos quadros reguladores e mecanismos de financiamento para instituições de ensino superior públicas e privadas.
- O estabelecimento de um Quadro Nacional de Qualificações.
- A continuação do desenvolvimento da Agência Nacional de Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA), responsável por determinar padrões e critérios que garantam a qualidade de todas as instituições de ensino superior.
- O desenvolvimento de um sistema administrativo eficaz para coordenar todas as intervenções do governo a nível do ensino superior e estabelecer alvos e orçamentos prioritários.
- O estabelecimento de institutos superiores politécnicos que assegurem os recursos humanos qualificados necessários, ao desenvolvimento de Timor-Leste.

Antes de 2004, havia 17 instituições de ensino superior em funcionamento, servindo mais de 13.000 alunos. No início de 2011 existem 11 instituições em funcionamento, 9 das quais possuem acreditação académica, servindo cerca de 27,010 alunos. Desde 2009 as matrículas de jovens do sexo feminino no ensino superior melhoraram em 70%.

Figura 4 Matrículas no ensino superior, 2009 a 2011



Fonte: Ministério da Educação

A Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL) foi estabelecida em 2000. A UNTL serve os propósitos nacionais de ensino e de investigação com vista ao conhecimento especializado da comunidade, promovendo a liberdade de pensamento e fortalecendo a cultura e a democracia timorense. Dado que é a única universidade pública em Timor-Leste, foi desenvolvido um quadro legislativo para assegurar a autonomia da UNTL.

Existem também 10 instituições privadas de ensino superior em Timor-Leste, as quais precisam de melhorar a qualidade e a relevância dos seus cursos para melhor corresponder às necessidades sociais e económicas do País. Isto inclui o aumento de cursos superiores orientados para as necessidades do mercado de trabalho e para a melhoria do desenvolvimento geral do conhecimento nas áreas da inovação e do sector empresarial.

Tabela 4 Alunos que terminaram os seus estudos (dados cumulativos até 2011)

N.º	Instituição	Situação	2011		
					Total
1	Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL)	Acreditada	3.529	1.872	5.401
2	Universidade da Paz (UNPAZ)	Acreditada	510	351	861
3	Instituto Empresarial (IOB)	Acreditada	101	97	198
4	Instituto de Tecnologia de Díli (DIT)	Acreditada	68	47	115
5	Universidade Oriental (UNITAL)	-	147	64	211
6	Universidade Díli (UNDIL)	-	321	236	557
7	Instituto Superior Cristal (ISC)	Acreditada	167	81	248
8	Academia de Café de Timor-Leste (ETICA)	Acreditada	38	11	49
9	Instituto de Ciências Religiosas "São Tomás de Aquino" (ICR)	Acreditada	34	43	77
10	Instituto Profissional de Canossa (IPDC)	Acreditada	49	-	49
11	Instituto Católico para Formação de Professores (ICFP)	Acreditada	79	150	229
	Total		5.043	2.952	7.995

Fonte: Ministério da Educação

Para responder aos desafios futuros, os dois ramos do ensino superior deverão concentrar-se na concretização dos seguintes objectivos:

- O ensino técnico pós-secundário irá oferecer cursos aplicados especializados, com a duração de um ou dois anos, que visarão o desenvolvimento de capacidades práticas de resolução de problemas, ao mesmo tempo, que desenvolvem capacidades educacionais mais amplas. Serão ministrados cursos em institutos politécnicos ou em institutos contratados ligados a politécnicos, sendo que os cursos conduzirão a qualificações de nível de diploma.
- O ensino universitário incidirá na investigação e criação de conhecimentos, com uma preparação científica, técnica e cultural ampla para a continuação dos estudos ou para a entrada no mercado de trabalho. Os cursos serão ministrados em universidades, institutos ou academias e conduzirão a bacharelatos, licenciaturas, mestrados e doutoramentos.

Para atingir estes objectivos, iremos:

- Implementar um sistema forte regulador de garantia de qualidade através (i) do registo de todas as qualificações nacionais num Quadro Nacional de Qualificações (ii) do desenvolvimento continuado do órgão nacional de garantia de qualidade, a Agência Nacional de Avaliação e Acreditação Académica, que será responsável por determinar padrões e critérios de garantia de qualidade para todos os cursos de ensino superior.
- Desenvolver um sistema administrativo eficaz para coordenar todas as intervenções do governo a nível do ensino superior e estabelecer alvos e orçamentos prioritários.
- Estabelecer Institutos Politécnicos, incluindo um para cada um dos nossos sectores industriais estratégicos. Isto incluirá um Politécnico de Engenharia, um Politécnico relacionado com a indústria petrolífera, a ser estabelecido no Suai, um Politécnico de indústria de serviços, abrangendo turismo e hotelaria, a ser localizado em Lospalos, e um Politécnico de Agricultura a ser estabelecido na costa sul.

Na sua qualidade de instituição vital para a criação do nosso capital humano e para contribuir para o nosso desenvolvimento nacional, a UNTL será devidamente financiada para poder desempenhar as suas funções. A UNTL será alargada de modo a ser composta por sete faculdades: Agricultura; Engenharia, Ciência e Tecnologia; Medicina e Ciências da Saúde; Economia e Gestão; Educação, Artes e Humanidades; Direito e Ciências Sociais. A fim de apoiar a área vital de formação em Engenharia será construído em Hera um complexo moderno da Faculdade de Engenharia.

Continuaremos empenhados em desenvolver um sistema de ensino superior de qualidade que preste serviços de acordo com os padrões de qualidade reconhecidos a nível internacional.

Ministério da Solidariedade Social assina acordo com a UNTL para a criação de um Mestrado

A 26 de Abril de 2011, no Centro da Juventude de Taibesse, o Ministério da Solidariedade Social assinou um acordo com a UNTL para o estabelecimento de um Mestrado com vista a melhorar as qualificações técnicas dos funcionários públicos que prestam serviços sociais em Timor-Leste.

O novo programa de Mestrado irá igualmente prestar formação a nível da concepção, implementação e monitorização de esquemas de segurança social e incluirá o estudo das pensões contributivas e dos fundos de reforma, bem como dos regimes de distribuição. A provisão de pensões adequadas, financeiramente responsáveis e sustentáveis aos cidadãos vulneráveis, idosos e reformados é um desafio essencial para a nossa Nação. Com esquemas de pensões não financiados a gerarem dívidas insustentáveis em alguns países, é importante que as qualificações técnicas e os conhecimentos dos nossos funcionários públicos sejam melhorados nesta área, de modo a beneficiar o nosso povo e a sustentabilidade da nossa política fiscal.

Esta cooperação entre o Ministério da Solidariedade Social e a UNTL é um modelo para uma colaboração futura entre instituições do ensino superior e o Governo de Timor-Leste, com o intuito de melhorar recursos humanos em áreas críticas para o desenvolvimento nacional.

ENSINO RECORRENTE E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

O ensino recorrente destina-se às pessoas acima da idade escolar normal e que não tiveram oportunidade de frequentar a escola na idade normal.

O ensino recorrente incorpora o programa da Campanha Nacional de Alfabetização, cursos pós-alfabetização e programas de ensino básico e equivalência. Em Maio de 2011, 120,934 alunos tinham terminado a Campanha Nacional de Alfabetização. O Programa Nacional de Equivalências ministra cursos acelerados de aprendizagem que dão qualificações equivalentes ao ensino básico àqueles que não tiveram oportunidade de estudar, quando tinham a idade normal para o fazerem. Em 2010 os programas pós-alfabetização e de equivalência formaram 1,041 alunos.

Os principais desafios com que se depara o ensino recorrente são: a necessidade de aumentar o número e a qualidade de turmas no programa pós-alfabetização, para que os ganhos a nível da alfabetização sejam sustentáveis; a necessidade de melhorar as condições para monitores e professores a fim de providenciar melhores oportunidades de desenvolvimento profissional, e melhorar a coordenação do ensino recorrente.

O alvo de Timor-Leste de eliminar o analfabetismo até 2015 pode ser atingido através do aumento da capacidade actual dos nossos programas nacionais de alfabetização. O envolvimento e o apoio das comunidades são factores essenciais para a expansão destes programas. Outro elemento fundamental é o uso de metodologias de ensino à distância, com o apoio de materiais de vídeo de qualidade, monitores de salas de aula e uso futuro de métodos de aprendizagem assentes na internet. O Programa Nacional de Equivalências será melhorado por via da criação de 65 Centros Comunitários de Aprendizagem (um em cada sub-distrito) e da concepção e implementação de um currículo de qualidade.

INCLUSÃO SOCIAL

Estamos no processo de desenvolvimento de políticas que incidem sobre a inclusão social no nosso sistema de ensino. Programas, tais como as bolsas de estudo e as merendas escolares, estão a ser implementados para garantir que as crianças não são excluídas da educação em virtude da sua condição económica.

O sistema de ensino precisa igualmente de garantir a igualdade entre os géneros, sendo este um problema especialmente particular ao nível do ensino superior. Especial atenção será dada ao desenvolvimento de estratégias e acções que assistam as raparigas e rapazes com deficiência de forma a garantir que estes não estão em desvantagem na matrícula e na realização bem-sucedida da educação em todos os níveis.

Dada a diversidade das línguas nacionais e locais em Timor-Leste, a Comissão Nacional de Educação iniciou estudos sobre o “Ensino Multilingue baseado nas Línguas Maternas para Timor-Leste”. Estes estudos têm por objectivo garantir que as crianças não estão em situação de desvantagem e que todas têm acesso igual à educação, assegurando uma transição inicial suave à aquisição das línguas oficiais de Timor-Leste.

O nosso primeiro passo será estabelecer uma política de inclusão social que garanta que as nossas pessoas mais vulneráveis têm direito à educação. Iremos igualmente introduzir medidas para ajudar crianças de famílias mais pobres a acederem e continuarem os seus estudos, incluindo a continuação do desenvolvimento do programa de merendas escolares. Serão tomadas medidas especiais para garantir a igualdade de oportunidades para raparigas e reduzir a disparidade nos resultados educacionais entre rapazes e raparigas, em especial nos níveis secundário e terciário. Todos terão acesso a ensino de qualidade independentemente de quaisquer deficiências. O uso dos idiomas maternos na educação será igualmente explorado para assegurar igualdade de oportunidades, em especial ao nível da alfabetização inicial.

Outras acções em relação à inclusão social serão desenvolvidas de forma mais ampla ainda neste capítulo.

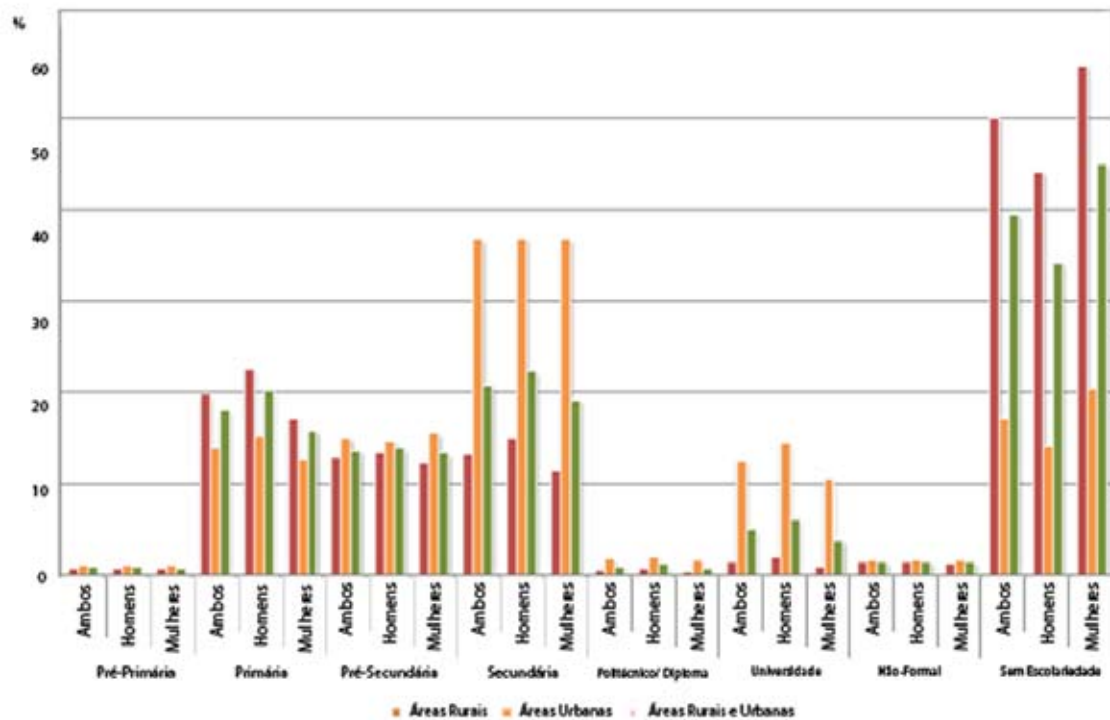
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO VOCACIONAL

Em todo o mundo a educação técnica e vocacional é vista como importante para capacitar as pessoas a assumirem novos desafios e a adaptarem-se às circunstâncias sociais e económicas em mutação. Isto aplica-se também a Timor-Leste, dado que precisamos que o nosso povo possua as qualificações necessárias para construir a nossa Nação. Durante a consulta nacional sobre a proposta de Plano Estratégico de Desenvolvimento, a necessidade de formação vocacional foi referida praticamente em todas as reuniões.

Timor-Leste depara-se actualmente com condicionalismos críticos ao nível dos recursos humanos na maior parte das áreas da nossa economia e na administração governamental. O Estudo da Mão-de-Obra de Timor-Leste em 2010 mostra baixos níveis de estudos concluídos em todos os grupos etários.

Da nossa população com mais de 15 anos, 40% não possuem qualquer instrução e outros 25% não foram para lá do ensino primário. Esta escassez de qualificações tornar-se-á mais problemática à medida que os programas do governo se expandem em áreas tais como a saúde, a educação, o petróleo e a agricultura, e à medida que o investimento do sector privado aumenta. Embora as lacunas educacionais e em termos de qualificações vão ser abordadas através de reformas ao sistema de ensino, continua a ser necessário desenvolver acções urgentes para dar resposta às necessidades de Timor-Leste no que se refere a qualificações técnicas.

Figura 5 Nível de instrução atingido pelas pessoas com 15 anos ou mais



Fonte: Censos de 2010

“Precisamos de máquinas de costura e de centros de formação para desenvolvermos as capacidades e as qualificações dos nossos jovens de ambos os sexos.”

Chefe da Aldeia de Lorema, sub-distrito de Bazartete, distrito de Liquiçá, Consulta Nacional, 10 de Agosto de 2010

Por tradição Timor-Leste tem tido um sistema de formação informal forte que presta qualificações em diversas áreas industriais e comunitárias. Possuímos também algumas instituições que prestam formação vocacional. O Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional de Tibar presta actualmente uma vasta gama de programas de formação técnica e vocacional. Para lá disto, o centro de formação vocacional SENAI-Becora em Dili presta formação em áreas tais como mecânica, carpintaria e refrigeração, apoiando igualmente

a necessidade crescente em termos de formação vocacional. Outros prestadores de formação importantes incluem a Don Bosco, a Agência de Desenvolvimento de Timor-Leste (ADTL) e o

Instituto de Tecnologia de Díli. Todavia, estes prestadores de formação actuais não possuem a capacidade para prestar uma formação vocacional extensa e transversal que será necessária para desenvolver a força laboral altamente qualificada de que Timor-Leste necessita para construir a sua Nação e garantir o seu futuro económico.

Para formar o nosso povo relativamente aos empregos do futuro – e para concretizar o nosso objectivo de ter todos os timorenses com acesso a emprego e a rendimentos básicos até 2020 – iremos desenvolver um novo sistema nacional de formação. Isto permitirá ao nosso povo aproveitar as oportunidades de emprego nas indústrias em expansão do petróleo, do turismo, da agricultura e da construção. Serão igualmente prestadas oportunidades de formação para ajudar as pessoas a abrirem novas empresas e novos negócios.

É importante determinar as qualificações de que Timor-Leste necessita e construir um sistema de formação vocacional para dar resposta a estas necessidades. Para que a nossa Nação seja capaz de exercer um governo efectivo, desenvolver as nossas indústrias, prestar serviços de educação e saúde e construir infra-estruturas modernas, precisamos de pessoas qualificadas. Sem formação vocacional de qualidade e sem uma cultura de desenvolvimento das nossas qualificações, o nosso povo não será capaz de agarrar os empregos e as oportunidades resultantes dos grandes projectos e das novas indústrias que virão a ser estabelecidos em Timor-Leste.

A formação vocacional incidirá na formação de uma força laboral qualificada capaz de responder às necessidades da nossa Nação em termos de emprego e desenvolvimento. Para concretizar as nossas metas serão necessárias as seguintes acções:

- O sistema de formação de Timor-Leste continuará a ser desenvolvido e financiado.
- Um Compromisso Nacional de Formação prestará oportunidades de formação a todos os timorenses.
- Uma Política Nacional de Conteúdos Laborais garantirá que as empresas internacionais e nacionais prestam oportunidades de formação.
- Será feito investimento em instalações de formação e em pessoas.
- Será desenvolvido um Plano de Educação e Formação Técnicas e Vocacionais.

Desenvolvimento de um sistema nacional de formação

A elevação dos padrões de qualificação do nosso povo irá elevar os níveis de vida em Timor-Leste. Estamos já a desenvolver um quadro de formação em qualificações para dar resposta às nossas necessidades, o que é um primeiro passo essencial para a criação de programas nacionais de formação. Este quadro será desenvolvido em mais detalhe de modo a incluir:

- Padrões de qualificações nacionais em todas as principais ocupações.
- Currículos nacionais para todos os programas de formação registados.

- Um sistema para possibilitar a prestadores de formação registados do governo, comunidade e sectores não-governamentais prestarem formação acreditada.

É essencial que haja uma vasta gama de prestadores de formação públicos e privados em Timor-Leste. Será apoiado o estabelecimento de grandes e pequenos prestadores de formação do governo, comunidade e indústria. Será assegurada a formação de qualidade através do requisito de os formadores cumprirem os padrões nacionais de registo e de a formação ser baseada em currículos aprovados a nível nacional. Os prestadores de formação que não cumpram ou mantenham os padrões elevados exigidos pelo sistema de registo não serão elegíveis para receber financiamento estatal e não poderão atribuir qualificações nacionais.

O Quadro de Qualificações Nacionais de Timor-Leste, actualmente a ser desenvolvido, irá permitir a todos os timorenses abranger os níveis de qualificações do um ao cinco. À medida que este quadro de formação, qualificação e reconhecimento é desenvolvido, irá guiar o futuro financiamento governamental relativo à formação para assegurar que os alunos, avançam de modo integrado, desde a sua organização no local de trabalho, literacia e numeracia, até ao acesso a cursos superiores que lhes permitam aceder a profissões mais qualificadas.

Um sistema nacional de reconhecimento de qualificações a funcionar juntamente com um sistema de formação em qualidade, irá aumentar as qualificações do nosso povo e melhorar a sua participação em projectos empresariais internacionais, bem como, melhorar as suas oportunidades para conseguirem emprego em grandes projectos de infra-estruturas e em grandes projectos petrolíferos.

Compromisso Nacional de Formação

O Parlamento Nacional aprovou recentemente um pacote de Compromisso Nacional de Formação para Timor-Leste, a começar em 2012. A cada ano, este Compromisso prestará formação estruturada e aprovada a 8.400 jovens dos 16 aos 18 anos, a pessoas que abandonaram os estudos e a outras pessoas que necessitem de formação para entrarem no mercado de trabalho ou começarem o seu próprio negócio. Estes centros de formação visam dar resposta às prioridades em termos de qualificações industriais nas nossas comunidades e nos nossos distritos.

Até 2015, 50% de todos os graduados escolares que não ingressam no mercado de trabalho ou continuam os seus estudos, serão matriculados na formação prestada ao abrigo do Compromisso.

O Compromisso Nacional de Formação para Timor-Leste terá duas vertentes. A primeira será o Bilhete Nacional de Formação, que providenciará formação totalmente financiada durante um ano e que será ministrada por uma organização de formação registada numa sala de aula ou numa oficina. Para lá da formação na sala de aula ou oficina, os alunos poderão ser colocados num estabelecimento para obterem experiência de trabalho não remunerada.

A segunda vertente será o Programa Nacional de Estágios, que dará aos alunos uma combinação de aprendizagem e experiência teórica-prática. Isto permitirá a introdução de formação prática na indústria timorense, criando ao mesmo tempo uma entrada formal no mercado de emprego para os formandos timorenses. As organizações de formação serão responsáveis por providenciarem supervisão e acompanhamento aos formandos ao longo do ano, encontrando e negociando colocações em estabelecimentos e monitorizando a aprendizagem destes. Todos os graduados com aproveitamento do Programa Nacional de Estágios obterão um certificado nacional de qualificação.

Os certificados abrangerão formação numa vasta gama de qualificações, incluindo:

- Alfabetização, competências matemáticas e prontidão para o trabalho.
- Indústria petrolífera.
- Construção civil.
- Serviços humanos e hotelaria.
- Pequenas empresas.
- Administração pública.

Política Nacional de Conteúdos Laborais

A Política Nacional de Conteúdos Laborais irá exigir que todas as principais novas empresas assegurem que, uma percentagem mínima do valor da mão-de-obra em todos os principais projectos em Timor-Leste, seja dedicada ao emprego ou à formação acreditada de cidadãos timorenses.

Timor-Leste continuará a acolher empresas internacionais como parceiros no desenvolvimento da nossa Nação, sendo que a Política Nacional de Conteúdos Laborais irá estabelecer regras claras e iguais, para todos os nossos parceiros. A Política Nacional de Conteúdos Laborais aplicar-se-á às empresas internacionais a operarem em Timor-Leste e a todos os contratos governamentais. O detalhe desta política será desenvolvido no seguimento de consultas com a Câmara de Comércio e Indústria de Timor-Leste e com organizações comunitárias. A política será informada por esquemas semelhantes já em prática com bastante sucesso em alguns países.

Investimento em instalações de formação e nas pessoas

A satisfação das necessidades de formação da nossa Nação ao longo dos próximos 20 anos e a implementação do Compromisso Nacional de Formação de Timor-Leste, irão requerer instalações e infra-estruturas de formação para uso por parte de organizações de formação públicas e privadas registadas, materiais de formação modernos e formadores qualificados.

Será necessário um investimento considerável em instalações de ensino e aprendizagem, com especial atenção para o estabelecimento de serviços e instalações nos nossos distritos. Como primeiro passo iremos investir em infra-estruturas e pessoas de modo a criar uma base forte para o nosso sector de formação vocacional. Isto incluirá:

- Desenvolvimento de formadores qualificados e profissionais.
- Desenvolvimento de currículos relevantes para as necessidades da indústria e dos alunos.
- Integração da formação como actividade essencial dos negócios.
- Ligação dos negócios a serviços de formação.

Este trabalho irá incluir o estabelecimento de um Centro de Formação em Petróleo e Gás, bem como uma série de programas de formação em serviços relativos à indústria.

Serão igualmente estabelecidos Centros de Emprego e Orientação Vocacional em cada distrito. Estes centros encorajarão os jovens a ingressar no mercado de trabalho, providenciarão orientação a nível de carreiras e pareceres vocacionais, darão referencias aos prestadores de formação, implementarão programas de emprego e promoverão o emprego por conta própria através do desenvolvimento do empreendedorismo e do ensino de qualificações empresariais.

Plano de Educação e Formação Técnica e Vocacional

A fim de orientar o futuro do novo sistema nacional de formação em Timor-Leste será desenvolvido um Plano de Educação e Formação Técnica e Vocacional. O Plano estabelecerá objectivos e resultados mensuráveis para o nosso sistema de educação técnica e vocacional e definirá os passos práticos que teremos de dar para implementar um sistema que dê resposta às necessidades a longo prazo da nossa Nação. O Plano providenciará também um quadro e acções para garantir que todos os membros da comunidade, incluindo mulheres, tenham acesso a formação vocacional e às oportunidades económicas e sociais que essa formação acarreta.

O Plano será desenvolvido em consulta com a indústria, sociedade civil e o povo timorense. Irá orientar as despesas públicas, encorajar um maior investimento na formação por parte de empregadores, determinar os requisitos em termos de centros de formação e infra-estruturas e estabelecer uma rede nacional de assessoria industrial ligando empresas a decisores políticos, reguladores e prestadores de serviços.

FUNDO DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO

Para Timor-Leste se tornar numa Nação de sucesso, saudável, bem-educada e segura, precisamos de investir no nosso povo. A capacitação dos nossos recursos humanos é essencial para o desenvolvimento da economia e da sociedade de nossa Nação independente. Esta deve ser uma prioridade nacional e os fundos a tal necessários devem ser alocados de forma a garantir o nosso futuro colectivo.

Para enfatizar a importância do desenvolvimento de recursos humanos para o nosso País e para fornecer a orientação adequada a este desafio, o plurianual Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano foi recentemente aprovado pelo Parlamento Nacional. A criação deste Fundo reconhece a necessidade de abordar esta questão através de estratégias plurianuais, e com uma educação de escala global e um grande esforço de formação, para além de um ciclo orçamental. O Fundo é uma demonstração pública da importância crítica do desenvolvimento dos recursos humanos para o futuro de Timor-Leste.

Os objectivos do fundo são:

- Garantir o financiamento do investimento público na formação e desenvolvimento de recursos humanos.
- Proporcionar uma abordagem governamental coordenada.
- Proporcionar garantia na negociação e execução de acordos, programas e projectos que se estendem além de um ano.
- Promover a transparência e responsabilidade através de melhoria dos sistemas de informação para os programas de implementação e projectos de formação.

O Fundo permite-nos seguir toda uma abordagem governamental coordenada no sentido de alcançar o desenvolvimento dos recursos humanos, através da reunião dos nossos esforços e compromissos colectivos. O Fundo apoiará iniciativas para construir a nossa base de competências e também estará disponível para financiar todas as formas de desenvolvimento profissional e formação. Isso permitirá que abordagens criativas, inovadoras e diversificadas sejam adoptadas e que as melhores práticas sejam demonstradas e reproduzidas. Apoio prestado pelo Fundo incluirá bolsas de estudo nacionais e internacionais, estágios, sessões de trabalho diversas, programas de treinamento e outros métodos de desenvolvimento profissional.

O foco das despesas vai ser - e deve ser - o desenvolvimento dos recursos humanos que são necessários para o progresso económico e social da nossa Nação. Isto incluirá programas e projectos em sectores estratégicos da economia, incluindo petróleo, agricultura e turismo, bem como em infra-estruturas, educação, saúde e gestão do sector público. O apoio nestas áreas permitirá alcançar uma maior competitividade global, à medida que empreendemos um maior desenvolvimento regional e económico. Também será um investimento na nossa soberania nacional.

O Fundo será gerido por um Conselho de Alto Nível que irá analisar e considerar as lacunas em termos de competências nacionais sendo que, em seguida, será desenvolvido uma resposta coordenada e estratégica para suprir tais lacunas.

Em 2011, foi alocado um total de 25 milhões de dólares americanos. Ao longo dos primeiros cinco anos do seu funcionamento, o Fundo aumentará para cerca de 175 milhões de dólares americanos.

À medida que as actividades do Fundo progridam, iremos rever e reavaliar a assistência específica prestada pelo Fundo para garantir que este cumpra o desenvolvimento das necessidades de recursos humanos em todos os sectores chave e continue a operar de forma eficaz a longo prazo. Neste sentido, já foi alocado financiamento para melhorar os nossos recursos humanos na área da saúde, educação, finanças públicas, tecnologia da informação, petróleo, justiça, defesa e segurança.

Através do Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano, Timor-Leste será capaz de trabalhar em colectivo e de forma coordenada, no sentido de promover e providenciar o desenvolvimento da educação e formação profissional tão necessário ao nosso futuro.

METAS

Até 2015:

- Pelo menos metade do número total de crianças, tanto rapazes como raparigas, entre os três e os cinco anos, estará matriculada e a receber ensino pré-primário de qualidade.
- Será desenvolvido um novo currículo escolar nacional para o ensino pré-primário, com programas de formação de professores e guias de aprendizagem aprovados.
- Estará disponível ensino básico de qualidade para 93% das crianças timorenses.
- Terá ocorrido uma mudança de paradigma na qualidade e relevância do ensino secundário, permitindo aos alunos adquirirem as qualificações práticas para ingressarem no mercado de trabalho ou adquirirem os conhecimentos essenciais científicos e humanísticos necessários para continuarem os seus estudos no ensino superior.
- O analfabetismo em todos os grupos etários da população terá sido erradicado e a introdução do Programa Nacional de Equivalências terá sido concluída, permitindo a conclusão acelerada de ensino básico para todos os graduados do ensino recorrente.
- Será desenvolvido um Plano de Educação e Formação Técnicas e Vocacionais.

Até 2020:

- A UNTL terá sido alargada para sete faculdades.
- Timor-Leste terá um sistema integrado e abrangente de ensino superior que (i) é regulado por padrões de qualidade rigorosos para o funcionamento de instituições públicas e privadas e (ii) presta ensino superior relevante e de qualidade.
- Será desenvolvida e implementada uma política de inclusão social na educação.
- O novo sistema de padrões, registo e qualificações será alargado a todos os distritos .

- Será implementado um Compromisso Nacional de Formação, providenciando novas oportunidades de formação em Timor-Leste.
- Será estabelecida uma Política Nacional de Conteúdos Laborais, garantindo que as empresas internacionais e nacionais prestam oportunidades de formação.
- Serão feitos investimentos consideráveis na construção de instalações de formação e no desenvolvimento de recursos humanos no sector da formação vocacional.
- Será estabelecido um Centro de Emprego e Orientação Vocacional em cada distrito, a fim de prestar serviços e pareceres relativos a emprego.
- Serão estabelecidas medidas abrangentes para garantir o direito á educação por parte de grupos socialmente marginalizados e para permitir a igualdade de oportunidades de ensino independentemente da etnia, formação linguística, condição socioeconómica, religião, género, saúde (VIH), deficiência ou localização (urbana-rural)
- O sistema de educação e formação vocacionais dará a Timor-Leste os profissionais qualificados de que precisamos para continuar a construir a nossa Nação.

Até 2030:

- Todas as crianças dos 442 sucos do País terão acesso a uma instalação ou sala de aula do ensino pré-primário a uma distância razoavelmente curta das suas casas.
- Todas as crianças concluirão com aproveitamento um curso completo de ensino básico de qualidade, de modo a avançarem para o ensino secundário.
- Todas as crianças terão a oportunidade de concluir um ensino secundário de qualidade.
- Graduados do sistema de ensino superior possuirão as qualificações e os conhecimentos avançados necessários para analisar, conceber, construir e manter a infra-estrutura social e económica de Timor-Leste.
- Todas as pessoas acima da idade normal para frequentar a escola ou que não foram à escola terão oportunidade para aceder e concluir o ensino básico e o ensino secundário.



S A Ú D E

VISÃO GERAL E DESAFIOS

A boa saúde é essencial para uma boa qualidade de vida. As crianças de Timor-Leste, em particular, merecem ter acesso a bons cuidados de saúde, alimentos nutritivos, água potável e bom saneamento.

“Precisamos de mais médicos, especialmente de parteiras dado que só existe uma na nossa região.”

Administrador do Sub-distrito de Lolotoe, Distrito de Maliana, Consulta Nacional, 4 de Agosto de 2010

A Constituição de Timor-Leste estabelece os cuidados médicos como um direito fundamental de todos os cidadãos e impõe ao governo o dever de promover e estabelecer um sistema nacional de saúde universal, geral, gratuito e, na medida do possível, descentralizado e participativo.

As alterações nos indicadores de saúde ao longo dos últimos dez anos mostram sinais de progresso positivos: 78% das crianças são agora tratadas em relação a doenças básicas; 86% das mães recebem agora algum grau de cuidados pré-natais (um aumento de 41%); e a incidência de mulheres malnutridas desceu 29% na última década. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio foram alcançados no que se refere às taxas de mortalidade de

crianças com menos de cinco anos e às taxas de mortalidade infantis. O tratamento bem-sucedido de pacientes de tuberculose atingiu os 85%; e em 2010 a taxa de fertilidade desceu para os 5,7%, o que significa uma redução comparativamente com os 7,8% verificados em 2003.

Todavia, a malnutrição crónica entre crianças timorenses continua a ser muito elevada, ainda que a situação esteja a melhorar. Um terço das crianças com menos de cinco anos e um terço de todas as mulheres sofrem de anemia.

Embora esta secção do Plano Estratégico de Desenvolvimento lide com a provisão de serviços de saúde pública e serviços médicos que ajudarão directamente a conseguir uma sociedade saudável, a implementação bem-sucedida de outros sectores do Plano será igualmente necessária para a concretização da nossa visão de um Timor-Leste saudável.

Por exemplo, as iniciativas na secção sobre agricultura (Capítulo 4) referentes à auto-suficiência alimentar, ao aumento da criação de animais e ao aumento da produção pesqueira, permitirão dietas mais diversificadas e mais equilibradas em termos nutricionais. As iniciativas a nível de infra-estruturas, como sejam a provisão de sistemas eléctricos alimentados por energias renováveis ou por cabos de transmissão até às casas, reduzirão as doenças pulmonares e do peito por via da redução dos poluentes causados pela cozinha tradicional dentro de portas (Capítulo 3 - Electricidade). O saneamento adequado reduzirá a propagação de doenças transmissíveis através dos resíduos, sendo que a melhoria do abastecimento de água reduzirá a quantidade de doenças e infecções no estômago (Capítulo 3 – Água e Saneamento).

Melhores condições de habitação, menores taxas de fertilidade, melhores conhecimentos sobre planeamento familiar e uma redução no sobrepovoamento dos lares irão reduzir as doenças transmissíveis pelo ar. A integração nacional de estradas, telecomunicações e acesso à internet, permitirão respostas mais imediatas à gestão de questões urgentes e vitais relacionadas com cuidados de saúde (Capítulo 3 – Estradas, Pontes e Telecomunicações).

As estratégias e acções indicadas de seguida incidem no sector da saúde e levam em conta os objectivos políticos identificados no Plano de Desenvolvimento Nacional de 2002 e nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

ESTRATÉGIA E ACÇÕES

Até 2030 Timor-Leste terá uma população mais saudável, como resultado de serviços de saúde abrangentes e de qualidade elevada acessíveis a todos os cidadãos timorenses. Isto, por sua vez, ajudará a reduzir a pobreza, a aumentar os níveis de rendimentos e a melhorar a produtividade nacional.

Para concretizar esta visão iremos agir em três áreas fundamentais: prestação de serviços de saúde, recursos humanos de saúde e infra-estruturas de saúde.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

As nossas metas globais para a prestação de serviços de saúde consistem em:

- Garantir o acesso a cuidados de saúde primários de qualidade para todos os timorenses.
- Incidir nas necessidades das crianças, mulheres e outros grupos vulneráveis.
- Desenvolver um serviço hospitalar capaz de dar resposta às necessidades do nosso povo em termos de cuidados especializados.

Um resumo dos serviços de saúde existentes em Timor-Leste é definido na tabela abaixo.

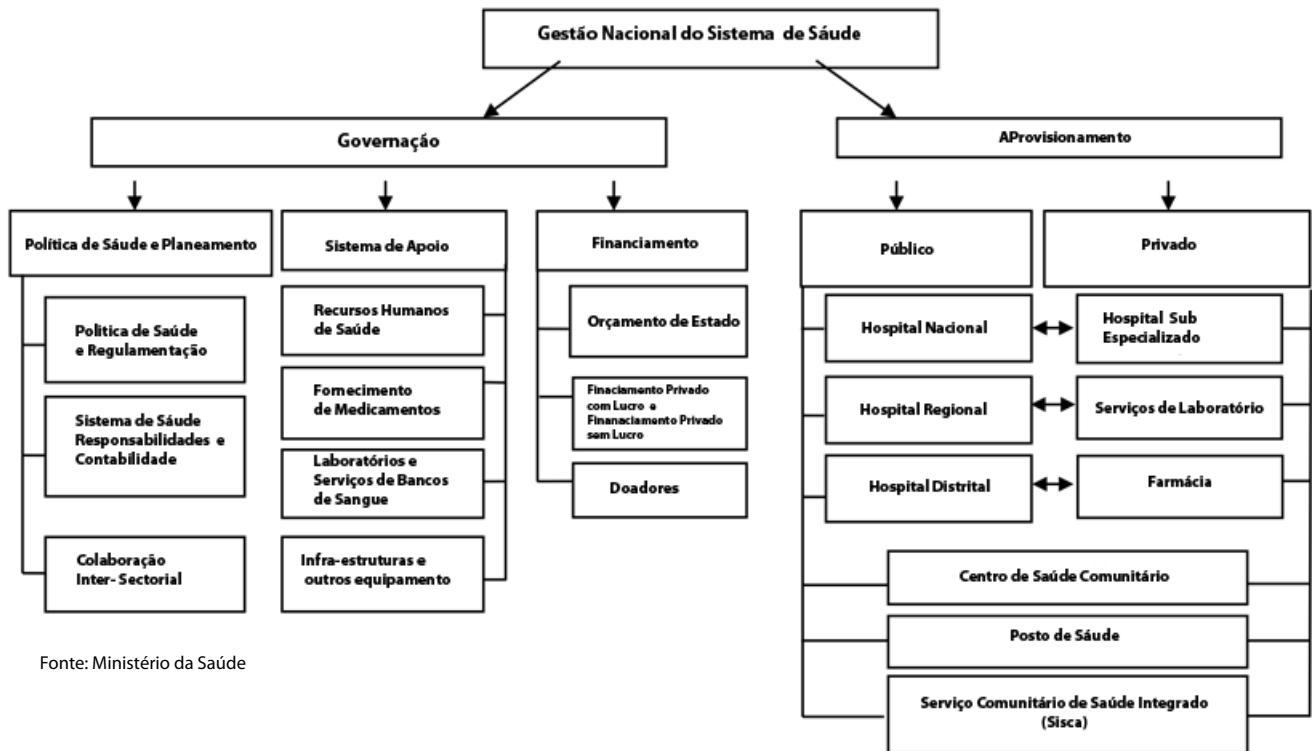
Tabela 5 Resumo dos serviços de saúde existentes em Timor-Leste

Tipo	Público	Privado	TOTAL
Postos de Saúde	193	0	192
Centros Comunitários de Saúde	66	26	92
Hospitais	6	0	6
TOTAL	264	26	290

Fonte: Ministério da Saúde, 2011

Para consagrar a nossa visão de alcançar um País mais saudável, iremos estabelecer papéis e responsabilidades claramente definidas no sistema de saúde e um equilíbrio adequado entre as funções de governação central e funções de distribuição local de serviço. A figura seguinte ilustra o modelo para o nosso sistema nacional de saúde.

Figura 6 Quadro do sistema nacional de saúde



Fonte: Ministério da Saúde

Cuidados de saúde primários

Para a maior parte das famílias em Timor-Leste, o seu primeiro contacto com o sistema de saúde é através dos serviços de saúde primários, prestados através da estrutura de Serviços de Saúde de Distrito, a qual inclui Postos de Saúde, clínicas móveis e Centros Comunitários de Saúde. As actividades baseadas nos distritos consistem em Serviços Comunitários de Saúde Integrados em todas as aldeias e serviços móveis conduzidos em outros locais, como sejam escolas e mercados.

Os Postos de Saúde, contendo por norma um enfermeiro e uma parteira, prestam cuidados curativos e preventivos e programas de promoção de saúde. A nível de sub-distrito, os Centros Comunitários de Saúde prestam um nível de serviço superior aos dos Postos de Saúde, têm mais funcionários e prestam apoio técnico e administrativo a Postos de Saúde. Duas vezes por semana, os Centros Comunitários de Saúde providenciam clínicas móveis, por via de motorizadas, a comunidades remotas sem Postos de Saúde.

Em Timor-Leste, a rede de saúde primária assegura um Pacote de Serviços, composto por serviços curativos básicos, programas de vacinação, cuidados de saúde materna e infantil, provisão de programas de nutrição, acompanhamento da tuberculose, apoio em termos de cuidados de saúde mental e promoção e educação da saúde. Alguns Centros Comunitários de Saúde oferecem também serviços de odontologia e testes de laboratório relativos a cuidados pré-natais, malária e tuberculose. Os cuidados de saúde primários serão reconfigurados e reformados ao longo dos próximos dez anos. Em 2015, os sucros com população entre 1.500 a 2.000, localizados em áreas muito remotas, serão atendidos por Postos de Saúde com capacidade para providenciar um pacote abrangente de serviços.

Em 2020, todos os Postos de Saúde terão, pelo menos, um médico, dois enfermeiros e duas parteiras.

Os Centros de Saúde, a nível de sub-distrito, prestarão cuidados a 5.000 até 15.000 pessoas e administrarão aproximadamente quatro Postos de Saúde. Serão localizados cinquenta e quatro Centros de Saúde nos cinco distritos que não possuem hospitais.

As aldeias, a mais de uma hora de distância a pé de um Posto de Saúde, terão uma parteira natural da aldeia local ou agente comunitário de saúde formados pelo Ministério da Saúde. Estes técnicos receberão estojos de saúde, transporte e incentivos, durante três anos a fim de permanecerem nas aldeias. Os recursos serão melhorados ao nível de um profissional de saúde por cada 2.500 pessoas, incluindo um médico, dispensários de medicamentos para famílias e um serviço básico de ambulância.

Cuidados de saúde hospitalares e especializados

Os cuidados de saúde secundários e terciários, ou especializados, são prestados por hospitais. Existem dois níveis de hospitais que prestam cuidados de saúde secundários em Timor-Leste. Há hospitais de referência em cinco regiões. Estes hospitais têm departamentos de emergência e de internamento de pacientes, contêm profissionais de medicina geral e especialistas em quatro áreas clínicas. O Hospital Nacional de Timor-Leste em Díli é o hospital de referência de topo para serviços especializados e possui ligações a hospitais internacionais para os casos em que são necessários cuidados de saúde terciários especializados. Tanto o Hospital Nacional como os Hospitais de referência prestam formação a profissionais de saúde que trabalham ao nível dos cuidados primários. Estes hospitais servem também como centros de estágio para todos os profissionais de saúde. Actualmente os cuidados de saúde terciários são prestados no estrangeiro devido à falta de tecnologia e de especialistas em Timor-Leste.

Em 2020, os serviços de saúde específicos nos cuidados renais, cardíacos e paliativos estarão disponíveis no Hospital Nacional. Os cuidados de saúde especializados serão o foco dos nossos esforços a partir de 2020.

Será construído um hospital especializado em Díli, com vista a reduzir a necessidade de pacientes com cancro e com outras doenças, terem de se deslocar ao estrangeiro para receberem tratamento especializado.

Serão construídos hospitais distritais especializados, sendo que, até 2030, haverá serviços hospitalares em todos os 13 distritos. O hospital de Suai será desenvolvido para apoiar a indústria petroquímica na costa sul. O Hospital Nacional de Timor-Leste em Díli será melhorado de forma a tornar-se um hospital de classe mundial.

Cuidados de saúde do sector privado

Instalações privadas de saúde geridas por médicos, enfermeiros, parteiras e dentistas têm também um papel importante no desenvolvimento do sector de saúde de Timor-Leste. Estima-se que estejam a lidar com um quarto da prestação de serviços de saúde básicos.

O sector não lucrativo também presta cuidados de saúde. A Clínica Café Timor (CCT), que começou por tratar das necessidades de saúde das cooperativas estabelecidas por trabalhadores na indústria do café, opera oito clínicas fixas que prestam serviços semelhantes aos de um Centro Comunitário de Saúde no sistema público, bem como 24 clínicas móveis envolvendo 74 elementos em cinco distritos e na capital Díli.

Existem igualmente 32 clínicas com base em igrejas espalhadas pelo País. A Caritas opera 27 clínicas espalhadas pelos distritos, com 125 elementos médicos sobretudo voluntários.

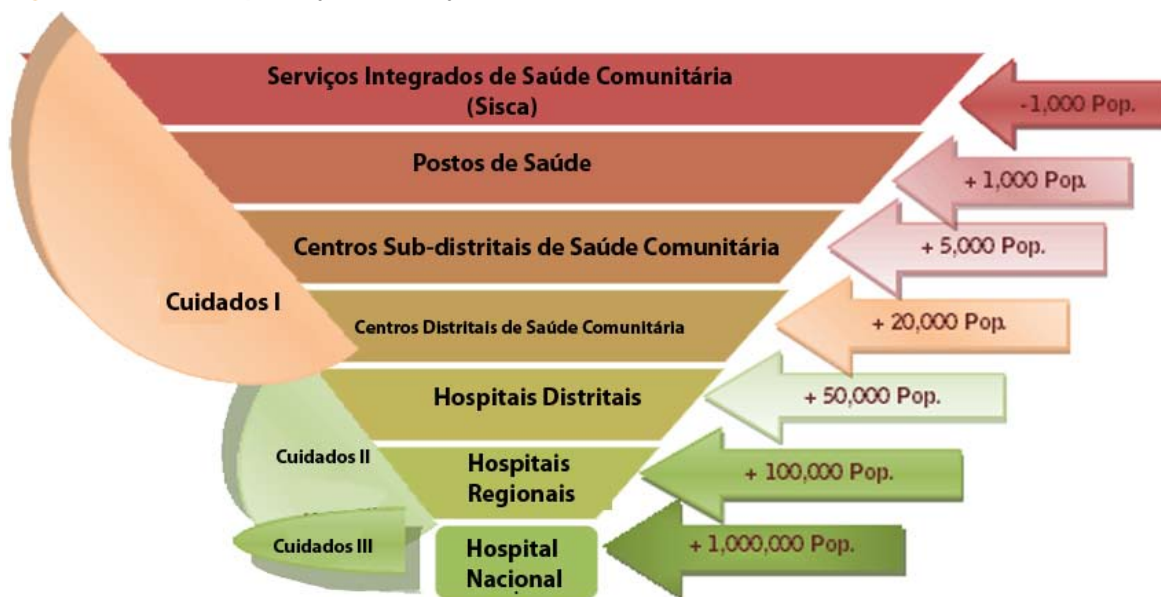
Será desenvolvida legislação para regular a prestação de serviços de saúde por parte de prestadores privados e do sector não lucrativo, de forma a garantir o cumprimento do sistema público de cuidados de saúde e a estabelecer padrões apropriados de saúde e segurança no trabalho, assim como outros regimes de cumprimento.

Farmácias e outras lojas de retalho não especializadas que vendem actualmente medicamentos ao público, muitas vezes sem receita médica, serão reguladas de modo a assegurar padrões adequados.

O sistema de saúde será igualmente fortalecido por via do desenvolvimento de capacidade em instituições que apoiam a gestão dos serviços de saúde e a formação nos mesmos, bem como a facilitação de cuidados de qualidade, incluindo o SAMES (Serviço de Aproveitamento de Medicamentos e Equipamentos Médicos), sistemas de transmissão e de emergência em crises humanitárias, o laboratório nacional (que irá gerir os sistemas de fornecimento de sangue) e o Instituto de Ciências da Saúde (que supervisiona as instituições de formação).

O diagrama seguinte estabelece a nossa visão relativamente à prestação de serviços de saúde em 2030.

Figura 7 Pirâmide de prestação de serviços de saúde até 2030



Fonte: Ministério da Saúde

Saúde materna

A fim de continuar a melhorar a saúde materna em Timor-Leste, iremos aumentar o acesso a serviços pré-natais, de parto, pós-natais e de planeamento familiar, de modo a assegurar que, até 2015, 70% das mulheres grávidas recebem cuidados pré-natais, pelo menos, quatro vezes durante a gestação, e 65% das mulheres terão um parto assistido. Iremos melhorar os cuidados de obstetrícia de emergência através do reconhecimento, detecção precoce e gestão de complicações de obstetrícia a nível comunitário e de transmissão. Iremos fortalecer os serviços de saúde reprodutiva para adolescentes e iremos autonomizar os indivíduos, famílias e comunidade no sentido de contribuírem para a melhoria dos cuidados maternos e dos serviços de saúde reprodutiva. Iremos também melhorar a recolha e a análise de dados no que diz respeito a serviços de saúde materna.

Saúde infantil

Embora tenha havido melhorias significativas na taxa de mortalidade de crianças com menos de cinco anos (que se refere ao número de crianças em cada 1.000 que morrem antes do seu quinto aniversário) e da taxa de mortalidade infantil (que se refere ao número de crianças em cada 1.000 que morrem antes do seu primeiro aniversário), continuamos a precisar de fazer mais para minimizar o número de mortes de crianças em Timor-Leste.

A nossa estratégia consiste em melhorar, expandir e manter a qualidade e a cobertura de serviços preventivos e curativos a recém-nascidos, bebés e crianças a fim de reduzir a mortalidade de crianças com menos de cinco anos e a mortalidade infantil. Isto será conseguido através do desenvolvimento de uma política abrangente de saúde infantil, melhorando a capacidade do sistema de saúde para apoiar a prestação de cuidados integrados e preventivos para recém-nascidos, aumentando o acesso e a qualidade dos serviços de vacinação, e melhorando o sistema de transmissão de modo a melhor responder às necessidades em termos de saúde infantil. O nosso objectivo é atingir, em 2015, 90% de cobertura na imunização para a poliomielite, sarampo, tuberculose, difteria e hepatite B.

Nutrição

A situação nutricional de crianças e adultos em Timor-Leste continua significativamente aquém dos padrões mundiais aceitáveis. O Estudo Demográfico e de Saúde de Timor-Leste e outros estudos recentes destacam a enormidade do problema da má nutrição sobretudo nas crianças de tenra idade e nas mulheres. No caso das crianças:

- Quase 45% têm peso abaixo do indicado para a idade.
- 15% têm peso muito abaixo do indicado para a idade.
- Quase 58% das crianças com menos de cinco anos estão menos desenvolvidas que o normal.
- Quase 33% estão muito menos desenvolvidas do que o normal.

A nutrição adequada nos primeiros anos de vida é essencial para o crescimento físico e mental da criança. Crianças com má nutrição em pequenas não obtêm bons resultados na escola. No geral a situação nutricional dos alunos também é preocupante, sobretudo a das mulheres. Mais de um terço das mulheres não grávidas entre os 15 e os 49 anos, e um quarto dos homens entre 15 e 49 anos, têm pesos cronicamente abaixo do normal, com índices de Massa Corporal abaixo dos 18,5. Catorze por cento das mulheres têm menos de 1,45 m, sendo que com esta altura os riscos de complicações na gravidez e no parto aumentam consideravelmente.

Estes desafios enormes, a nível de nutrição em Timor-Leste requerem estratégias para promover a diversidade e o consumo de alimentos produzidos localmente. A secção de agricultura do Plano Estratégico de Desenvolvimento contém as estratégias e as acções relativas a esta questão (ver Capítulo 4). Outras estratégias incluem a melhoria das práticas de cuidados nutricionais de mães e crianças, a melhoria do acesso a serviços nutricionais de qualidade em instalações de saúde e na comunidade, e programas de mudança de comportamentos nutricionais.

Saúde mental

No geral, a OMS estima que 1% a 2% da população de qualquer País requer cuidados de saúde mental em algum momento da sua vida. Em Timor-Leste isto significa que entre 11.000 e 22.000 pessoas requerem assistência ao nível da saúde mental. Todavia, em face do conflito e do trauma associado com a história recente da nossa Nação, é possível que o número real seja bem mais elevado. As desordens de saúde mental mais comuns são a depressão, a ansiedade e o *stress*. Muitas pessoas, que sofrem destas desordens, não procuram cuidados profissionais, mesmo quando estes estão disponíveis. Algumas desordens mais comuns, tais como psicoses, são as mais debilitantes e obrigam quem delas sofrer a receber assistência profissional vasta.

Em 2009 havia 3.743 pacientes mentais no sistema de saúde mental de Timor-Leste, o que sugere que muitos mais dos nossos cidadãos com desordens ao nível da saúde mental, podem não estar a receber cuidados e tratamentos adequados.

Iremos adoptar várias estratégias para melhorar os serviços de saúde mental em Timor-Leste, incluindo:

- Melhoria do acesso a instalações de saúde e a tratamentos para todas as pessoas com doenças mentais ou epilepsia.
- Fornecimento de instalações apropriadas nos hospitais de referência para os pacientes de saúde mental.
- Introdução de uma equipa multidisciplinar abrangente de psiquiatras, enfermeiros de psiquiatria, psicólogos e técnicos de saúde mental devidamente qualificados e com padrões específicos de formação.
- Aumento da sensibilização comunitária e da compreensão por parte desta em relação às doenças mentais e à epilepsia, por meio de educação e promoção.

Saúde oral

O problema mais comum a nível da saúde oral em Timor-Leste é a elevada incidência de cáries. Em 2009 estimava-se que até 40% do nosso povo tenham cáries. Actualmente existem sete dentistas e 40 enfermeiros de odontologia em Timor-Leste, com uma média de um enfermeiro de odontologia por cada 27,018 dentistas. A maior parte dos trabalhadores de saúde oral são empregados pelo governo e trabalham em hospitais e centros de saúde espalhados pelos distritos.

Com o tratamento dos problemas de odontologia para lá da capacidade dos profissionais actuais, iremos incidir na promoção da saúde oral e na prevenção de doenças do foro odontológico, ao mesmo tempo que disponibilizamos cuidados de odontologia de emergência por todo o País.

Saúde ocular

O Estudo de Saúde Ocular em Timor-Leste, realizado em 2005, mostrou que aproximadamente 47.000 pessoas em Timor-Leste com mais de 40 anos têm problemas de visão (com visão inferior a 6/18 no seu olho 'melhor'). Aproximadamente 90% dos problemas de visão são causados por cataratas e erros refractivos, condições que se podem tratar por meio de cirurgia ou de óculos. A fim de melhorar a saúde ocular, iremos reforçar a capacidade dos nossos trabalhadores de saúde para prestarem cuidados de saúde ocular e melhorar a participação comunitária no programa de saúde ocular nos nossos Serviços Integrados de Saúde Comunitária.

Controlo de doenças transmissíveis

Em anos recentes, as doenças espalhadas por insectos, tais como mosquitos ou pulgas (doenças transmitidas por vectores), têm-se constituído como um problema grave de saúde pública em países do Sudeste Asiático, incluindo Timor-Leste. A malária é um grave problema de saúde pública e a principal causa de morbosidade e de mortalidade em Timor-Leste, com aproximadamente 200.000 casos clínicos e confirmados de malária e cerca de 20 a 60 mortes por ano. O peso da doença e as perdas económicas causadas por ela são enormes. Entre 20% a 40% de todos os pacientes externos sofrem de malária, sendo que 30% de todas as admissões hospitalares dizem respeito a sintomas de malária. A incidência da malária é elevada entre crianças com menos de cinco anos, representando estas 40% do total de casos.

O controlo da malária em Timor-Leste tem vindo a melhorar, em especial nos últimos dois anos. Para reduzir a malária a um nível em que deixe de ser um problema grave de saúde pública, iremos melhorar a gestão de casos e melhorar a detecção precoce e a prestação de terapias eficazes de combate à malária. Haverá uma aplicação selectiva de medidas de controlo de vectores, com base nos princípios da gestão integrada de vectores. Haverá incidência na preparação epidémica e nas respostas a surtos. Será igualmente promovida investigação para informar o desenvolvimento de políticas para controlar a malária.

A tuberculose (TB) constitui igualmente um problema de saúde em Timor-Leste. As estimativas mais recentes sugerem que a incidência de novos casos de esfregaços positivos de tuberculose é de 145 por 100.000 todos os anos, proporção esta que é a segunda mais elevada no Sudeste Asiático. O controlo da tuberculose é um componente importante do Pacote de Serviços Básicos, ministrado através de instalações públicas de cuidados de saúde. Em 2009, foram atingidos dois alvos globais em termos de controlo da tuberculose: uma taxa de 75% de detecção de casos e uma taxa de 85% de tratamentos bem-sucedidos.

Para reduzir a transmissão de tuberculose e de doenças e mortes provocadas pela tuberculose serão implementadas estratégias que melhorem os serviços de diagnóstico e tratamento. As respostas aos desafios emergentes da tuberculose serão melhoradas e os sistemas serão fornecidos de modo a prestar serviços efectivos e de qualidade a todos os doentes com esta doença.

Outras estratégias incluem a realização de investigações para recolher dados relevantes e monitorizar a eficácia de intervenções em contextos locais. Adoptaremos também uma abordagem de parceria, envolvendo todos os intervenientes nacionais e internacionais que trabalham com o nosso programa nacional de combate à tuberculose.

O Programa Nacional de Combate ao Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH) em Timor-Leste presta serviços, relativos ao VIH, a grupos de alto risco. É igualmente disponibilizado aconselhamento e rastreios de VIH na comunidade incluindo apoio socioeconómico à população geral. Iremos expandir as estratégias para impedir a continuação da disseminação do VIH em populações vulneráveis, a fim de a limitar a sua propagação à população geral e mitigar o impacto nos indivíduos, famílias e comunidades.

Em Março de 2011, a lepra foi formalmente declarada erradicada enquanto questão de saúde pública em Timor-Leste. Embora haja ainda pessoas que sofram de lepra, a taxa de prevalência na nossa população registou uma grande diminuição relativamente a 2006, quando Timor-Leste tinha uma prevalência de lepra de 1,89 em cada 10.000 pessoas.

No final de Dezembro de 2010 a taxa de prevalência tinha descido para 0,73 em cada 10.000 pessoas, o que está abaixo do indicador de saúde pública de lepra da OMS, que é de 1 em cada 10.000 pessoas. Para garantir que a taxa de lepra continua a descer, iremos continuar a preparar estratégias que visem melhorar a qualidade do programa nacional de erradicação da lepra e reforçar o conhecimento da comunidade timorense para participar nestas actividades.

Outras questões de saúde

É também preciso dar resposta às necessidades de saúde dos nossos cidadãos idosos e incapacitados. O número de timorenses com mais de 60 anos de idade deverá aumentar dos 52.950 em 2005 para 119.150 em 2030, passando de 5,38% da população para 6,05%. A maior parte da nossa população a envelhecer vive em áreas rurais e tem dificuldades em aceder a cuidados de saúde primários, devido à falta de opções de transporte, à distância geográfica, à má condição das estradas, à pobreza ou a questões de incapacidade física. As doenças e incapacidades crónicas impõem custos elevados e permanentes sobre indivíduos, famílias e sociedades. A má saúde reduz a capacidade de cidadãos mais velhos participarem e contribuírem de forma activa para as suas famílias, aumentando o seu isolamento e a sua dependência.

Iremos adoptar estratégias para lidar com o peso cada vez maior de doenças crónicas, como por exemplo doenças do coração, por via da introdução de abordagens inovadoras à gestão de doenças, promoção da saúde e prevenção de doenças na comunidade. Providenciaremos melhor acesso a serviços de saúde de qualidade, específicos para idades mais avançadas, com incidência na melhoria das qualificações dos prestadores de cuidados de saúde primários e na introdução de modelos de serviço comunitários, tais como programas de cuidados no domicílio. Iremos igualmente estabelecer um Protocolo de Detecção Precoce de Deficiência para crianças.

RECURSOS HUMANOS PARA A SAÚDE

Para melhorar a qualidade e a efectividade dos serviços de saúde em Timor-Leste é essencial que haja trabalhadores empenhados e com formação profissional.

Apesar do programa extenso de formação médica prestado pelo nosso parceiro internacional Cuba, continua a existir uma falta generalizada de trabalhadores qualificados no nosso sector da saúde. Os trabalhadores de saúde estão distribuídos de forma desequilibrada entre zonas urbanas e rurais e entre o sector público e o sector privado. O ambiente de trabalho, com equipamento em más condições, falta de medicamentos e supervisão irregular, influencia a moral e a eficácia dos trabalhadores. Os baixos vencimentos pagos pelas clínicas do governo levam a que muitos trabalhadores de saúde suplementem os seus rendimentos, com trabalho no sector privado fora das horas de expediente, em especial em zonas urbanas, o que dificulta o planeamento e a prestação de serviços. Outros desafios incluem a necessidade de melhorar as qualificações e as competências do nosso serviço de enfermagem e o impacto das reformas administrativas, em especial a descentralização, reformas estas que podem alterar a dinâmica no mercado de trabalho da saúde.

Iremos desenvolver acções no sentido de responder a estes desafios e garantir que Timor-Leste possui recursos humanos adequados e apropriados para providenciar os serviços de saúde de que o nosso povo necessita. Estas acções incluirão o fortalecimento da qualidade da formação e da educação para responder às necessidades do nosso sector de saúde, bem como o desenvolvimento de programas contínuos de educação e de formação prática.

Iremos desenvolver e implementar estratégias para melhorar a gestão de recursos humanos no nosso sector da saúde, incluindo planeamento da força laboral, estratégias de recrutamento equitativas, desenvolvimento e distribuição de uma mistura de qualificações apropriada e retenção de trabalhadores por via de incentivos e oportunidades adequados. Serão desenvolvidos padrões, códigos de conduta e práticas éticas para profissionais de saúde, de modo a garantir que temos uma força laboral de saúde profissional.

INFRA-ESTRUTURAS DE SAÚDE

Grande parte das infra-estruturas de saúde em Timor-Leste foi destruída durante a crise de 1999. Todavia os investimentos nas infra-estruturas de saúde e a colocação de pessoal de saúde, desde a Independência resultaram num sistema de saúde funcional, com 193 Postos de Saúde, 66 Centros Comunitários de Saúde, 5 Hospitais de Referência e 1 Hospital Nacional, espalhados pela Nação. São igualmente providenciados pessoal e alojamento para Gabinetes de Saúde nos Distritos.

Apesar da reabilitação e construção de instalações de saúde até à data, a situação actual de muitas instalações de saúde não é adequada para que possam prestar todos os serviços de saúde desejados.

A maior parte das clínicas de saúde materna e dos laboratórios de saúde tem falta de espaço. Muitas instalações de saúde não têm fornecimentos fiáveis de água e electricidade, o que faz com que seja difícil funcionarem devidamente.

Iremos investir em instalações de saúde para garantir que até 2030 toda a população timorense terá acesso a infra-estruturas de saúde funcionais, seguras, amigas do ambiente e sustentáveis, capazes de prestar serviços de saúde efectivos e de qualidade. Para atingir este objectivo iremos desenvolver acções com vista a:

- Alargar as actuais instalações e serviços de saúde a fim de melhorar a sua condição física.
- Aumentar o acesso a serviços de saúde através de investimento em novas infra-estruturas, de acordo com as necessidades identificadas para a melhoria da qualidade dos cuidados.
- Garantir a existência de equipamento médico apropriado em todas as instalações de saúde.
- Garantir a existência e a gestão apropriada de transportes de saúde.
- Estabelecer e manter uma rede informática que ligue o sistema de saúde de Timor-Leste.

Os programas seguintes de infra-estruturas irão assegurar melhores serviços de saúde a toda a população de Timor-Leste:

- Reabilitação e novos Postos de Saúde (incluindo o alojamento de funcionários) – A maior parte dos 193 Postos de Saúde requerem reabilitação aprofundada ou novos edifícios. A maioria dos novos postos ficará nas mesmas localidades que os postos originais. Todavia, em face das alterações populacionais, serão necessários novos Postos de Saúde em áreas onde o serviço não é suficiente.
- Reabilitação e expansão de centros comunitários de saúde (incluindo o alojamento de funcionários) – Alguns Centros Comunitários de Saúde irão requerer reabilitação e a maioria irá precisar de ser expandida, com novas salas adicionadas às instalações existentes. Todas as instalações de saúde precisarão de fornecimentos estáveis de água e electricidade.
- Melhoria e expansão de hospitais – O plano actual de configuração hospitalar será revisto, levando em conta o aumento da quantidade e da qualidade dos serviços. Os cinco hospitais de referência existentes e o Hospital Nacional serão alargados para responder ao aumento esperado em termos do nível de serviço.

- Expansão e melhoria da capacidade de formação – As funções de formação para todas as categorias de pessoal, incluindo enfermeiros, parteiras e médicos, serão aumentadas e melhoradas. Isto irá requerer novos edifícios de faculdade de enfermagem e medicina.
- Sistemas de comunicações (incluindo ligações por rádio e pela internet) – Todas as instalações de saúde terão sistemas de comunicações adequados que permitam uma transferência atempada de pacientes e de dados administrativos. Isto irá requerer a instalação de equipamento de comunicações a nível central, distrital e de instalações de saúde.
- Melhoria das ambulâncias / transportes no sector da saúde – A frota de ambulâncias será alargada e sujeita a manutenção adequada.

METAS

Até 2015:

- Sucos com população entre 1.500 a 2.000, localizados em áreas muito remotas, serão atendidos por Postos de Saúde com um pacote abrangente de serviços.
- A prestação dos serviços de saúde, por prestadores privados e do sector não-lucrativo, será totalmente regulada e estará em conformidade com o sistema público de saúde.
- 70% das mulheres grávidas recebem cuidados pré-natais, pelo menos, quatro vezes durante a gravidez.
- 65% das mulheres terão um parto assistido.
- 90% das crianças serão imunizadas contra a poliomielite, sarampo, tuberculose, difteria e hepatite B
- Haverá maior sensibilização e consciência em relação ao vírus da imunodeficiência humana, tuberculose, malária e outras doenças transmitidas por vectores.
- 80% dos surtos de malária serão controlados.
- 90% dos edifícios do Ministério da Saúde terão acesso a electricidade, água e saneamento básico.

Até 2020:

- Todos os Postos de Saúde serão compostos por pelo menos um médico, dois enfermeiros (M/H) e duas parteiras
- Haverá um posto de saúde para cada 1.000 a 5.000 pessoas
- Os Centros de Saúde nos subdistritos proporcionarão o atendimento entre 5.000 a 15.000 pessoas e gerem cerca de quatro Postos de Saúde
- Aldeias, a mais de uma hora a pé de um Posto de Saúde, terão uma parteira natural da aldeia local ou agente comunitário de saúde formados pelo Ministério da Saúde

- Serviços de cuidados paliativos, renais e cardíacos estarão disponíveis no Hospital Nacional de Díli
- Cinquenta e quatro centros de saúde estarão localizados nos cinco distritos que não têm hospitais
- O foco mudará de cuidados primários para a prestação de cuidados de saúde especializados

Até 2030:

- Haverá um hospital de distrito em cada um dos 13 distritos.
- Haverá um hospital especializado em Díli.
- 100% dos estabelecimentos de saúde estarão totalmente equipados e com pessoal para o acompanhamento de doenças crónicas.
- 100% dos serviços de saúde terão infra-estruturas funcionais, seguras, amigas do ambiente e sustentáveis.
- Haverá serviços de saúde abrangentes e de alta qualidade acessíveis a todo o povo timorense.



“Queremos as nossas pensões, para que possamos ter uma vida decente e enviar os nossos filhos para a escola.”

Viúva, Sub-districto de Lolotoe, Districto de Maliana, Consulta Nacional, 24 Julho de 2010

INCLUSÃO SOCIAL

VISÃO GERAL E DESAFIOS

Desde a Independência em 2002, que os sucessivos governos de Timor-Leste têm feito, da assistência aos cidadãos pobres e vulneráveis da nossa sociedade, uma prioridade nacional.

Embora quase uma em cada duas pessoas em Timor-Leste continue a viver abaixo da linha da pobreza, a atribuição de subsídios modestos e de

outros apoios em géneros aos nossos cidadãos mais vulneráveis, veio melhorar substancialmente as vidas de muitas famílias. A longo prazo, o acesso à educação e ao emprego serão as pedras basilares que conduzirão à Independência económica.

A curto prazo é vital que Timor-Leste continue a apoiar as nossas crianças, as nossas mulheres em risco de abuso, as famílias pobres, os idosos e outros grupos vulneráveis. É igualmente apropriado que a Nação apoie aqueles que lutaram durante tanto tempo e com tanto sacrifício pela nossa Independência: os nossos veteranos e as suas famílias requerem reconhecimento e assistência financeira apropriados.

Apesar da nossa fragilidade, conseguimos ganhos significativos em termos de inclusão social. A crise política de 2006 deslocou milhares de pessoas, porém a maior parte já regressou às suas casas e às suas comunidades. Os grandes campos de deslocados internos foram fechados e os pagamentos aos deslocados internos e aos petionários foram executados. Estão a ser fornecidas pensões a veteranos, idosos, cidadãos incapacitados e famílias pobres lideradas por mulheres. O presente regime de pensões constitui um pilar importante da nossa estrutura de assistência social. Juntos continuámos a desenvolver a coesão social e a dar passos para proteger os nossos cidadãos mais vulneráveis.

O desafio para Timor-Leste consiste em garantir que os nossos cidadãos vulneráveis são apoiados ao mesmo tempo que desenvolvemos políticas que façam com que, no futuro, haja menos pessoas a depender do apoio do Estado.

ESTRATÉGIA E ACÇÕES

Enquanto Nação, iremos desenvolver esforços para apoiar os nossos cidadãos mais vulneráveis e garantir que estes conseguem atingir todo o seu potencial. A resposta a este compromisso coloca muitos desafios financeiros, sociais e culturais para Timor-Leste, porém reconhecemos, que um dos aspectos de uma Nação forte, coesa e progressiva, é a capacidade de proteger os direitos e interesses dos seus cidadãos mais vulneráveis.

SEGURANÇA SOCIAL E RENDIMENTOS DE REFORMA

A Constituição de Timor-Leste dá a todos os cidadãos o direito à segurança e à assistência social e obriga o Estado a promover um sistema de segurança social que seja economicamente sustentável.

Um sistema de segurança social garante rendimentos e apoio a cidadãos incapazes de trabalhar. Desde 2008, todos os cidadãos de Timor-Leste, com mais de 60 anos ou com incapacidade comprovada para trabalhar, têm direito a receber 30 dólares por mês.

Tabela 6 Benefícios pagos ao abrigo do Decreto-Lei N.º 19/2008 Subsídios para Idosos e Incapacitados

Ano	Número de beneficiários	Impacto orçamental
2008	66.799	16.03 Dólares americanos
2009	72.675	17.8 Dólares americanos
2010	86.977	30.79 Dólares americanos
2011	89.230	31.61 Dólares americanos

Nota: Dados provisórios

Fonte: Ministério da Solidariedade Social, 2011

São igualmente pagos benefícios a veteranos, a doentes crónicos e a mulheres e famílias pobres vulneráveis.

Está a ser implementado um regime transitório de segurança social que irá garantir as necessidades básicas de protecção social de funcionários públicos e seus familiares dependentes. Este regime será alargado de forma a criar um sistema universal contributivo de segurança social, que assegure que todos os trabalhadores e seus familiares dependentes (no sector público e no sector privado) têm direito a pensão em caso de reforma, incapacidade ou morte.

Ao longo dos próximos cinco anos, será introduzido um sistema universal de apoio financeiro a cidadãos timorenses para lá da idade de trabalho, assente em dois aspectos:

- Um nível mínimo básico de apoio prestado pelo Estado.
- Rendimentos adicionais aquando da reforma através de um sistema de contribuições durante a vida activa por parte dos cidadãos com empregos remunerados e do investimento desses fundos em favor de cada trabalhador.

Este sistema irá eventualmente abranger empregados do sector público e do sector privado e tornar-se um único sistema centralizado capaz de conseguir economias de escala. O sistema será plenamente financiado com uma soma dedicada a partir de contribuições do governo e de empregadores.

A fim de garantir boa administração e transparência, será estabelecido um fundo centralizado, o qual será administrado por gestores independentes de modo a maximizar os retornos a longo prazo, ao mesmo tempo que se maximizam as poupanças, a longo prazo, do fundo e o conjunto de investimentos da Nação. A administração do fundo incluirá um sistema eficiente para cobrança de contribuições e pagamento de benefícios. A seu tempo, o fundo será um componente importante para ajudar o desenvolvimento do sector financeiro de Timor-Leste e para subscrever oportunidades de emprego.

CRIANÇAS VULNERÁVEIS

As nossas crianças são o nosso futuro e é absolutamente vital garantir que todas as crianças timorenses estão protegidas contra violência, negligência e abusos. As estratégias para proteger as crianças vulneráveis incluem:

- Fortalecimento de mecanismos e sistemas de referência para implementar a Política de Protecção de Crianças.

“Queremos ir para a escola para um dia sermos alguém.”

*Estudante de escola primária,
Sub-distrito de Quelicai, Distrito de
Baucau, Consulta Nacional,
26 de Abril de 2010*

- Estabelecer sistemas eficazes de acompanhamento e avaliação para protecção à criança.
- Continuação da educação das comunidades – famílias, vizinhos, escolas, igrejas e prestadores de cuidados – a respeito dos direitos das crianças e do conceito de ‘Casa Segura’, especialmente para raparigas e crianças com deficiências.
- Continuação da educação das comunidades a respeito da necessidade de erradicar práticas tais como casamentos infantis, uso de crianças para tarefas domésticas, trabalho infantil, negligência, violência doméstica, abuso sexual e tráfico.
- Continuar a reabilitar as crianças de rua.
- Estabelecimento e operação de uma ‘linha criança’ gratuita, 24 horas por dia, 7 dias por semana, para reportar abusos de menores.
- Estabelecimento de um sistema amigo das crianças para apresentação de queixas em todo o País.
- Melhorar as condições das prisões para os reclusos juvenis.
- Encorajamento do envolvimento das crianças em actividades e eventos desportivos e culturais a nível nacional e internacional.

PESSOAS E FAMÍLIAS VULNERÁVEIS

Muitas famílias em Timor-Leste continuam a ter de lutar diariamente pela própria sobrevivência. A perda de uma colheita ou um desastre natural pode levar a uma situação de fome para muitas famílias, as quais não têm escolha senão depender da assistência da comunidade e do Estado para sobreviverem. As estratégias para proteger as famílias vulneráveis incluem:

- Melhoria da cooperação entre instituições governamentais para garantir que as famílias vulneráveis recebem o apoio de que necessitam, quando são atingidas por desastres naturais ou desastres provocados pela acção humana.
- Desenvolvimento de fortes capacidades, em todos os distritos, para responder aos desastres naturais e respectiva recuperação.

“Queremos ser tratados de igual para igual.”

Enfermeira, Sub-distrito de Zumalai, Distrito de Suai, Consulta Nacional, 17 de Julho de 2010

- Fortalecimento, ao nível da base, dos processos de assistência social e humanitária.
- Desenvolvimento de um pacote de assistência para famílias vulneráveis que preste uma rede de segurança social abrangendo saúde, educação, habitação e oportunidades de emprego.

Grupos de pessoas vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência, também enfrentam muitas dificuldades e obstáculos para atingir o seu pleno potencial, ganhar um rendimento e participar na sociedade. Estratégias para melhorar a vida e o bem-estar de pessoas vulneráveis incluem:

- Criar uma estrutura para proteger os direitos das pessoas com deficiência e prestação de serviços de base de apoio para pessoas com deficiência e suas famílias.
- Continuar a desenvolver e a oferecer programas de apoio inovadores para pessoas com doenças crónicas .
- Estabelecimento de serviços de nível básico para a reabilitação e reintegração de reclusos.
- Desenvolver um quadro político para criar cooperativas com pessoas vulneráveis para criar oportunidades de emprego, rendimento e formação.
- Aperfeiçoar a capacidade em todo o País para prestar serviços de qualidade de base para as pessoas vulneráveis.

IGUALDADE ENTRE OS GÉNEROS

Para que Timor-Leste atinja o seu potencial pleno é necessário que os nossos filhos e as nossas filhas possam participar em igualdade na nossa sociedade. Por tradição, homens e mulheres têm tido papéis diferentes. Todavia a Constituição de Timor-Leste deixa claro que homens e mulheres devem ser tratados de forma igual em todos os aspectos da vida. A Constituição garante também protecção contra discriminação com base no sexo e igualdade de direitos e obrigações na vida familiar, política, económica, social e cultural.

O compromisso de Timor-Leste para com a igualdade entre os géneros é reflectido na forte proporção de raparigas e rapazes no ensino primário e na proporção de mulheres no Parlamento Nacional, Exército e Polícia, que está entre as mais elevadas em todo o mundo.

Todavia os preconceitos tradicionais sobre géneros continuam a afectar todos os aspectos da vida em Timor-Leste. As taxas de analfabetismo das mulheres adultas são mais elevadas do que as dos homens, e há mais homens do que mulheres no ensino superior (83 mulheres por cada 100 homens). Embora tenha sido feito algum progresso, o analfabetismo das mulheres continua nos 32%, ao passo que o dos homens está nos 21%. Embora a representação das mulheres nos Conselhos de Suco seja relativamente alta (devido a uma quota que estabelece que dois em cada cinco representantes de conselho têm de ser mulheres), somente 2% dos Chefes de Suco são mulheres.

As taxas de fertilidade continuam a ser das mais altas em todo o mundo, e ainda que as estatísticas estejam a melhorar, continua a haver muitas mulheres timorenses que morrem durante o parto. A nossa Taxa de Mortalidade Materna continua a ser uma das mais elevadas em todo o mundo, sendo que 42% de todas as mortes de mulheres, entre os 15 e os 49 anos, estão relacionadas com gravidez.

Quase 40% das mulheres em Timor-Leste, com mais de 15 anos, já sofreram situações de violência física. Entre as mulheres casadas, 34% sofreram violência doméstica por parte dos maridos e muitas não conseguiram obter justiça e compensações pelo seu sofrimento. Desde a independência, têm sido feitos esforços sérios para corrigir estas desigualdades em termos de géneros, por via de reformas políticas, legislação, mecanismos institucionais e campanhas de sensibilização do público.

Entre os marcos legislativos encontram-se a Lei contra a Violência Doméstica, as alterações à Lei Eleitoral para aumentar o número de mulheres candidatas ao Parlamento Nacional e uma Resolução para apoiar oficialmente a designação de Pontos Focais de Géneros em ministérios e administrações locais.

Combater a violência doméstica

A violência doméstica é a forma mais comum de violência, baseada no género, denunciada à polícia em Timor-Leste. Um estudo de base em dois distritos timorenses, publicado em 2009, constatou que a violência doméstica era uma ocorrência “normal” para muitas mulheres timorenses. Este estudo revelou ainda que muitas pessoas viam a violência doméstica como uma questão privada ou familiar. Para resolver este problema, em 2009, a violência doméstica foi inscrita no Código Penal, tornando-se, pela primeira vez, um crime punível.

A violência doméstica é assim classificada como um crime público, o que significa que outras pessoas, além da vítima, têm o poder de denunciar ocorrências de violência doméstica junto da Polícia.

O reconhecimento da violência doméstica como um crime, tornou possível ao Parlamento Nacional aprovar a Lei Contra a Violência Doméstica, em Maio de 2010. Esta Lei tem três objectivos:

- Prevenção da violência doméstica
- Protecção contra a violência doméstica
- Assistência às vítimas de violência doméstica.

Nos termos do artigo 2º desta Lei, a violência doméstica significa violência física, violência sexual, violência psicológica e intimidação económica. Isto inclui ameaças tais como actos intimidatórios, ofensas corporais, agressão, coação, assédio ou privação de liberdade.

A Lei coloca uma obrigação legal sobre os serviços públicos legais no sentido de:

- Fornecer aconselhamento jurídico
- Reportar junto da polícia e promotores públicos quaisquer ocorrências de violência doméstica
- Orientar as vítimas, testemunhas e famílias sobre o andamento dos processos judiciais
- Contactar os grupos comunitários relevantes para assistir aos sobreviventes de violência doméstica
- Monitorizar o tratamento dado pela Polícia, Ministério Público e os Tribunais
- Acompanhar os casos de violência doméstica.

Esta Lei exige formação e sessões de informação ministradas aos Chefes de Suco e Chefes de Aldeia.

Existem já Centros de Apoio nos distritos de Díli, Cova Lima, Oe-cusse Ambeno e Baucau nos quais as vítimas podem denunciar os casos de violência doméstica. De acordo com a Lei vigente, centros semelhantes serão abertos em todos os restantes distritos.

A nossa visão é que, em 2030, Timor-Leste será uma sociedade justa em termos de género, onde a dignidade humana e os direitos das mulheres são valorizados, protegidos e promovidos pelas nossas leis e pela nossa cultura. Para concretizar esta visão iremos adoptar as seguintes estratégias:

- Promoção da igualdade dos géneros no governo, por via de políticas, programas, processos e orçamentos.
- Haverá políticas e leis atentas à questão dos géneros a nível nacional e local.
- Serão desenvolvidas estratégias de sensibilização para escolas e institutos de educação e formação vocacional, bem como para o público em geral.
- Serão melhorados os serviços de nível básico para proteger as mulheres em situação de risco.
- Serão fortalecidos mecanismos para prestar apoio financeiro a mulheres que sejam chefes de família.
- Serão desenvolvidas políticas e quadros para autonomizar as mulheres a nível social e económico, através de várias medidas de apoio à subsistência.
- Serão introduzidos programas de formação para promover a ascensão de raparigas a níveis mais avançados, em especial no secundário e no ensino superior.
- Serão empregadas mais mulheres na função pública, incluindo em cargos superiores.
- Serão desenvolvidas políticas, acções de formação e programas de liderança para apoiar as mulheres com papéis de decisão no sector público e no sector privado.
- Os programas de saúde reprodutiva serão melhorados em todo o País.
- Será introduzida uma política nacional de tolerância zero em relação a violência nas escolas e nos lares.

Estas acções reconhecem que as mulheres, na nossa Nação, estão a fazer uma contribuição enorme para as nossas comunidades, sector agrícola, economia e famílias, muitas vezes sem o reconhecimento devido e sem o apoio adequado. Precisamos todos de trabalhar em conjunto para modificar as nossas mentalidades e garantir a igualdade de oportunidades e direitos às nossas raparigas e mulheres.

VETERANOS

Devemos a liberdade do nosso povo e a soberania da nossa Nação aos sacrifícios dos Combatentes da Libertação Nacional e dos mártires que tomaram para tornar possível o nosso sonho de Independência. A Constituição da República Democrática de Timor-Leste diz, no seu artigo 11.º, o seguinte:

A República Democrática de Timor-Leste reconhece e valoriza a resistência secular do Povo Maubere contra a dominação estrangeira e o contributo de todos aqueles que lutaram pela Independência Nacional.

A Constituição diz, no mesmo artigo, que:

O Estado assegura protecção especial aos mutilados de guerra, órfãos e outros dependentes daqueles que dedicaram as suas vidas à luta pela Independência e soberania nacional e protege todos os que participaram na resistência contra a ocupação estrangeira, nos termos da Lei.

Precisamos reconhecer o valor dos nossos heróis nacionais, preservar e celebrar a memória da sua luta e providenciar para que sejam apoiados. Nunca nos podemos esquecer do seu sacrifício.

Infelizmente, muitos dos nossos heróis nacionais e das suas famílias continuam a sentir dificuldades e a viver em circunstâncias vulneráveis e pouco dignas, o que afecta também a dignidade do próprio País.

Enquanto Nação, estamos a honrar o nosso passado e os nossos veteranos. Inaugurámos o Jardim dos Heróis em Metinaro como memorial nacional e local de reflexão. Abrimos igualmente e estamos a expandir o Arquivo e Museu da Resistência Timorense. O Estado estabeleceu um registo de antigos combatentes da resistência armada e estamos a assegurar um nível de protecção social, através do pagamento de pensões a veteranos e respectivas famílias. Timor-Leste fez um grande esforço para responder ao seu dever e cumprir com as provisões da Constituição, todavia precisamos fazer mais.

Continuaremos a providenciar o reconhecimento oficial dos nossos veteranos, através da atribuição de medalhas aos Combatentes da Libertação Nacional.

Continuaremos também a assegurar protecção social e pensões aos nossos veteranos e às suas famílias. Isto inclui um sistema de atribuição de bolsas de estudo a filhos de Mártires e de Combatentes da Libertação Nacional, abrangendo todos os níveis de escolaridade desde o ensino básico até ao ensino universitário. Daremos aos veteranos oportunidades para adquirirem qualificações e emprego, para que possam ser uma parte integrante da nossa vida económica e social. Continuaremos igualmente a dar aos veteranos oportunidades para levarem a cabo pequenos projectos que contribuam para o desenvolvimento da nossa Nação.

É importante que nunca percamos de vista a nossa História e que continuemos a empreender pesquisas acerca da luta pela libertação nacional. Deste modo estaremos também a celebrar e a saudar os nossos heróis pelo seu sacrifício e pelo que deram ao País.

JUVENTUDE E DESPORTO

Os jovens de Timor-Leste são os futuros líderes da nossa Nação. Eles irão transformar Timor-Leste e contribuir para o desenvolvimento da nossa sociedade e da nossa economia. Precisamos fazer tudo ao nosso alcance para apoiar os nossos jovens e para lhes dar as oportunidades de que necessitam para adquirirem a experiência, as qualificações e os valores que lhes permitam participar plenamente no futuro da nossa Nação.

Timor-Leste é uma Nação jovem: quase um quinto da nossa população tem entre 15 e 24 anos. Os nossos jovens sofrem com taxas de desemprego elevadas e muitos dos que trabalham fazem-no em empregos não qualificados ou precários. Na sociedade globalizada de hoje, os nossos jovens estão cientes das oportunidades que o mundo apresenta aos jovens e muitos sentem que estão a passar ao lado dessas oportunidades em Timor-Leste.

A nossa visão consiste em ter os nossos jovens a concretizar o seu potencial, enquanto cidadãos saudáveis, instruídos, éticos e como líderes com orgulho de serem timorenses. Para ajudar a realizar esta visão, iremos implementar uma estratégia abrangente para os nossos jovens que incluirá:

- Estabelecimento de um Fundo para Jovens com vista a financiar projectos e programas que apoiem os nossos jovens e o seu desenvolvimento.
- Apoio ao estabelecimento de Associações de Jovens.
- Continuação da promoção do Parlamento dos jovens (Parlamento Foin Sae'e nian).
- Construção de um Centro Nacional da Juventude em Díli.
- Desenvolvimento e condução de Campos de Formação em Liderança para promover a boa condição física, qualificações administrativas, resolução de conflitos e valores cívicos.
- Melhoria dos Centros de Juventude existentes e a construção de Centros Multifunções de Juventude em todos os distritos, a fim de prestar formação em áreas como sejam as línguas, as tecnologias, a arte, a música, o desporto e a educação cívica.

Iremos igualmente implementar um Plano Estratégico de Juventude e Desporto em Timor-Leste, o qual irá promover o desporto como forma de criar carácter e fomentar os valores da cooperação, condição física e trabalho de equipa. O plano irá incidir no desenvolvimento do desporto como parte importante das vidas dos jovens, envolvendo-os em relacionamentos sociais, diálogo, tolerância, ética e valores democráticos. O plano irá também usar as actividades desportivas como base para envolver os jovens em actividades de educação e de formação.

Em termos mais gerais, reconhecemos o poder que o desporto tem para unir as pessoas, desde actividades básicas em aldeias até eventos desportivos nacionais e internacionais. Enquanto apoiamos actividades de desporto local iremos também encorajar, promover e financiar a criação de equipas nacionais em vários desportos, com o intuito de apoiar o desenvolvimento de uma forte identidade nacional em Timor-Leste.

Tour de Timor



O Tour de Timor está a tornar-se um evento significativo anual no calendário de ciclismo profissional, bem como uma experiência memorável para os visitantes de Timor-Leste. O Tour de Timor consiste numa semana de corrida de bicicleta de montanha que atravessa Timor-Leste, durante a qual os ciclistas e as suas equipas de suporte adquirem uma visão sobre o nosso meio ambiente, povo e cultura, ao mesmo tempo, que se aventuram numa rota difícil em terreno desafiador e variado. O

Tour inclui passeios à beira-mar em terreno liso, subidas íngremes pela montanha, descidas em piso rochoso, vistas espectaculares e condições de terreno diverso, que vão desde estradas de betão a trilhos de cascalho e terra. Esta prova conta com o forte apoio local, sendo que milhares de timorenses animam calorosamente os corredores.

Uma iniciativa do Presidente de Timor-Leste, Sua Excelência Dr. José Ramos-Horta, o primeiro Tour de Timor ocorreu em Agosto de 2009. Mais de 250 ciclistas de 15 países competiram na corrida, que abrangeu 450 km ao longo de cinco dias. Mais de 100 jornalistas cobriram o evento. Em 2010, mais de 350 ciclistas participaram na prova, que novamente durou cinco dias e percorreu mais de 420 km. A participação local é um destaque e uma característica do Tour de Timor. Em 2009, 25 ciclistas locais timorenses participaram no evento, representando o seu País pela primeira vez. Em 2010, este número aumentou para 75 ciclistas locais. O Povo timorense está envolvido na organização do evento, apoiando os atletas ao longo do percurso e no fornecimento de instalações onde os atletas pernoitam. O “Festival da Paz” envolve crianças e jovens nas actividades culturais no final de cada etapa do Tour.

Os ciclistas e as equipas participantes no Tour em 2009 e 2010 falam de um tempo inesquecível e gratificante em Timor-Leste, com destaque, para a recepção calorosa que receberam nos locais ao longo da rota. Com a continuação do forte apoio de ciclistas internacionais, é já claro que o Tour de Timor alcançou o lugar como uma das mais memoráveis - e mais difícil - corridas de bicicleta de montanha no mundo, sendo igualmente um dos grandes motores da indústria do turismo de Timor-Leste, indústria por muitos anos vindouros.

Iremos também:

- Apoiar e desenvolver os recursos humanos nas áreas da gestão de instalações desportivas, treino e desenvolvimento de atletas, gestão de equipas e gestão de eventos.
- Apoiar a participação das comunidades e dos alunos em actividades desportivas, por meio de clubes e eventos desportivos comunitários e escolares.

- Encorajar e promover o turismo desportivo, incluindo desportos radicais e desportos marítimos.
- Incidir no desenvolvimento de desportos populares em Timor-Leste, como por exemplo, as artes marciais e o futebol.
- Desenvolver o futebol, incluindo ligas de futebol e de seguida uma liga nacional de futebol completa, em parceria com a Coreia do Sul, a Confederação Asiática de Futebol, a Federação Australiana de Futebol e a Fundação Real Madrid.
- Reabilitar infra-estruturas desportivas e construir novas instalações, incluindo ginásio multiusos em cada distrito, e reabilitar o Estádio de Díli e o Complexo Gimnodesportivo.

METAS

Até 2015:

- Será estabelecido um sistema de segurança social universal, através de contribuições, que garanta pensões a todos os trabalhadores timorenses.
- Estará operacional uma Lei de Cuidados e Adopção de Órfãos, juntamente com outras medidas para apoiar crianças vulneráveis.
- Mais 40% de crianças com deficiências frequentarão o ensino básico.
- Será desenvolvido um pacote de rede de segurança social para famílias vulneráveis.
- Continuará um programa abrangente de assistência do Estado para garantir que os veteranos vivem com dignidade e segurança económica, e que os seus filhos têm oportunidades para ter sucesso na Nação que os pais lutaram para libertar.
- Haverá currículos revistos, 'amigos dos géneros', em todos os níveis do sistema de ensino de Timor-Leste.
- Será estabelecido um Fundo para Jovens, o qual prestará apoio a projectos em prol dos jovens e do seu desenvolvimento.

Até 2020:

- A proporção de mulheres na função pública e no Parlamento Nacional aumentará para, pelo menos, um terço.
- 75% das raparigas timorenses concluirão um ensino básico completo e de qualidade.
- O Estado continuará a alargar os programas e projectos que apoiam e honram os nossos veteranos e as suas famílias.

- Uma investigação rigorosa da história da luta da libertação nacional será preservada e celebrada pelo nosso povo.
- Será construído um Centro Nacional de Juventude em Díli e estarão operacionais os Centros de Multifunções para jovens nas áreas rurais.

Até 2030:

- Timor-Leste será uma sociedade justa em termos de género, onde a dignidade humana e os direitos das mulheres são valorizados, protegidos e promovidos pelas nossas leis e cultura.

A M B I E N T E

VISÃO GERAL E DESAFIOS

O povo de Timor-Leste tem uma relação forte com o ambiente natural. Durante gerações, os nossos antepassados dependeram do ambiente para obter alimentação, vestuário, materiais de construção e tudo o mais de que necessitavam para as suas vidas. Vivíamos em harmonia com o ambiente e utilizávamo-lo de forma sustentável para suportar as nossas famílias.

Contudo, durante o longo período do colonialismo e da ocupação, a exploração e destruição do ambiente atingiram níveis extremos. As florestas sofreram abates excessivos e queimadas, conduzindo a desabamentos de terras, erosões crónicas, ameaças à vida selvagem e diminuição de fontes de alimentos. Isto veio causar dificuldades adicionais às muitas pessoas residentes em áreas rurais e que ainda dependem das florestas para obter alimentos, combustível, medicamentos e materiais de construção.

A poluição atmosférica, especialmente em Díli, é um desafio cada vez maior, já que as emissões dos automóveis e das motorizadas contribuem para piorar a qualidade do ar que já é má em consequência do fumo lançado pelos lares e pelos fogos florestais. As mulheres e crianças que respiram ar poluído enquanto cozinham correm riscos especiais de contrair doenças respiratórias e pulmonares. Avaliações recentes concluíram que 90% das famílias utilizam lenha para cozinhar.

A subida do nível do mar e o risco de condições meteorológicas mais extremas, em resultado das alterações climáticas, constituem outros desafios ambientais sérios para Timor-Leste.

Desde a Independência em 2002, Timor-Leste tem vindo a dar resposta a estes desafios ambientais. O Artigo 61.º da Constituição de Timor-Leste diz que:

- Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o proteger e melhorar em prol das gerações vindouras.
- O Estado reconhece a necessidade de preservar e valorizar os recursos naturais.
- O Estado deve promover acções de defesa do meio ambiente e salvaguardar o desenvolvimento sustentável da economia.

O artigo da Constituição sobre recursos naturais também prevê que o Estado tome conta do ambiente. O número 3 do Artigo 139.º estabelece que “O aproveitamento dos recursos naturais deve manter o equilíbrio ecológico e evitar a destruição de ecossistemas”.

Agora que os alicerces de um novo Estado foram estabelecidos e que estamos no caminho em direcção à paz, estabilidade e segurança alimentar, temos a oportunidade para implementar estratégias que cumpram as nossas obrigações segundo a Constituição no que diz respeito à protecção do ambiente e à gestão sustentável dos recursos ambientais de Timor-Leste.

Existe actualmente uma necessidade urgente de renovar e rever as leis e normas principais relativas ao ambiente no Timor-Leste de hoje.

Timor-Leste ratificou o Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, o Protocolo de Quioto, a Convenção das Nações Unidas sobre Biodiversidade, a Convenção das Nações Unidas para o combate à Desertificação, a Convenção de Viena para a Protecção da Camada de Ozono e o Protocolo de Montreal para a redução de substâncias que destroem a camada de ozono. Em resultado disto, estão a ser desenvolvidos programas nacionais ao nível de gestão de terrenos e mar, conservação da biodiversidade, adaptação e mitigação das alterações climáticas (incluindo o acesso a energias renováveis e eficientes).

ESTRATÉGIA E ACÇÕES

Em 2002, Timor-Leste apoiou a definição de sustentabilidade da Conferência Mundial sobre Conservação e Desenvolvimento Ambiental: 'desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que dá resposta às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em dar resposta às suas próprias necessidades'. Esta definição orienta o nosso desenvolvimento hoje e no futuro.

Para concretizarmos a nossa visão ampla de Timor-Leste em 2030, como um País com rendimentos médio-altos, onde a pobreza extrema foi erradicada, iremos desenvolver acções para gerir os nossos recursos naturais e o nosso ambiente de forma sustentável. Iremos renovar o forte laço entre o povo timorense e o ambiente, continuando a reconhecer que o sucesso do nosso desenvolvimento irá depender da saúde das nossas florestas, rios, mares e vida animal.

Os primeiros passos serão no sentido de garantir que as leis e normas ambientais são cumpridas, assim como de preparar a legislação abrangente sobre protecção e conservação ambientais, para cumprir as nossas obrigações constitucionais e internacionais.

Isto incluirá uma Lei de Bases do Ambiente que será o quadro legal para proteger e conservar o ambiente, assim como uma Lei de Impacto Ambiental que irá garantir aprovação, monitorização e auditoria ambientais para as actividades propostas. Será igualmente importante integrar a gestão do ambiente e dos recursos naturais, através do governo, e melhorar a capacidade das nossas instituições e dos nossos funcionários no que diz respeito à gestão ambiental.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

As alterações climáticas apresentam desafios ambientais e políticos sérios para Timor-Leste. A subida do nível do mar aumentará o risco de inundações em aldeias costeiras baixas, sendo que os riscos acrescidos de inundações, fogos florestais e escassez de alimentos resultantes de condições meteorológicas mais extremas, provocadas por alterações climáticas, terão impactos directos nas

comunidades de Timor-Leste. Na frente política, embora Timor-Leste tenha ratificado o Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e o Protocolo de Quioto, enquanto Nação em vias de desenvolvimento, queremos garantir que Timor-Leste não é condicionado ou penalizado no seu desenvolvimento, à custa do crescimento económico dos nossos vizinhos já desenvolvidos ou do actual crescimento de nações muito maiores que Timor-Leste.

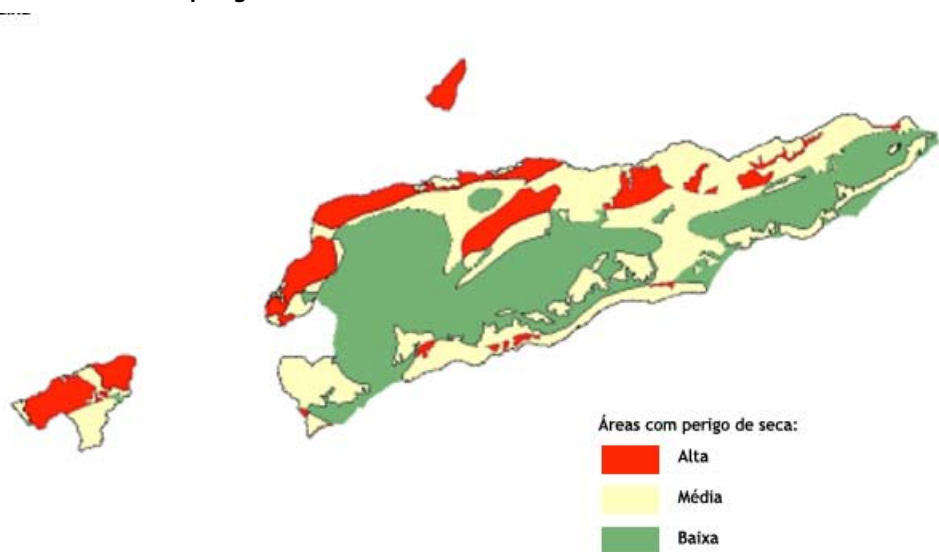
O princípio do desenvolvimento sustentável e o imperativo de considerar as necessidades das gerações futuras são particularmente relevantes no contexto da ameaça das alterações climáticas, uma vez que somos responsáveis por garantir que as decisões, que tomamos hoje, levam em conta o impacto dessas mesmas decisões sobre as gerações futuras.

A contribuição de Timor-Leste para o problema das alterações climáticas é minúscula. Somos um dos menores emissores de dióxido de carbono do mundo, com uma média de 0,02 toneladas por pessoa ao ano. Em contraste, algumas nações desenvolvidas têm emissões de dióxido de carbono cerca de 20 vezes mais elevadas. Todavia não podemos colocar uma parede no céu em torno de Timor-Leste – somos afectados pela conduta dos nossos vizinhos e de todas as outras nações do planeta, pelo que temos de trabalhar em cooperação com o resto do mundo a fim de reduzir as emissões.

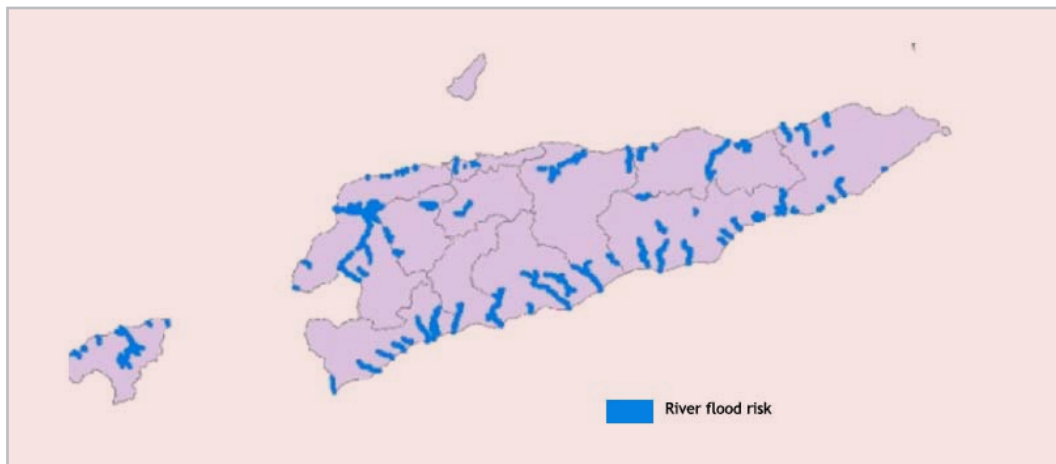
Timor-Leste é vulnerável a alterações climáticas e o nosso clima pode-se tornar mais quente e mais seco na estação seca, assim como variar cada vez mais. Três recursos naturais – água, solo e zona costeira – são susceptíveis a alterações no clima e a subidas do nível do mar. Os recifes corais são igualmente muito sensíveis a alterações na temperatura da água e na composição química. Estas alterações têm consequências a nível da produção agrícola, da segurança alimentar e da nossa indústria do turismo.

Os mapas abaixo mostram a distribuição geográfica de exposição a secas e inundações em todo o Timor-Leste.

Figura 8 Áreas com perigo de seca , Timor-Leste



Fonte: Gabinete de Gestão de Desastres Nacionais, 2010

Figura 9 Ribeiras com risco de inundação, Timor-Leste

Fonte: Gabinete de Gestão de Desastres Nacionais, 2010

Dado que somos tão vulneráveis aos efeitos das alterações climáticas, iremos procurar reduzir voluntariamente as nossas emissões – ainda que, sendo um País em vias de desenvolvimento, Timor-Leste não esteja obrigado a reduzir os seus gases de estufa, segundo o Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas.

Iremos desenvolver um Programa Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, que irá identificar prioridades nacionais relativas à adaptação às alterações climáticas e à monitorização da implementação de medidas de adaptação. Iremos estabelecer uma Autoridade Nacional Designada para os Mecanismos do Protocolo de Quioto, para que Timor-Leste possa fazer parte do mercado de carbono global. Este mercado permitir-nos-á também aumentar os rendimentos, através da venda de créditos de carbono, por parte das nossas indústrias plantadoras de árvores. A Autoridade deve estar operacional em 2012.

Será necessário implementar os acordos ambientais multilaterais, ratificados por Timor-Leste. Isto irá envolver a integração de Acordos Internacionais em políticas, leis e normas nacionais. Serão desenvolvidas normas específicas para implementar acordos relacionados com alterações climáticas e para controlar substâncias prejudiciais à camada de ozono.

Até 2015, será estabelecido um Centro Nacional de Alterações Climáticas, com vista a conduzir estudos e observações sobre questões de alterações climáticas, a garantir a recolha de dados sobre o impacto de alterações climáticas e a encorajar inovações tecnológicas em termos de adaptação e mitigação de alterações climáticas. Sendo um pequeno Estado - ilha em vias de desenvolvimento, Timor-Leste irá procurar o apoio de países desenvolvidos para investigação, adaptação e mitigação de alterações climáticas.

FLORESTAS E ZONAS DE CONSERVAÇÃO TERRESTRES E MARÍTIMAS

A sustentabilidade das florestas de Timor-Leste não é essencial apenas para as famílias que dependem das florestas para obter lenha ou para gerar rendimentos; é igualmente importante para os agricultores, uma vez que a desflorestação provoca erosão e danifica os lençóis de água, como também para todos os cidadãos que apreciam a beleza natural do seu País. Desde a Independência, foram dados passos positivos para erradicar a exploração madeireira ilegal, reabilitar e conservar os recursos florestais, estabilizar áreas de floresta e incentivar o fortalecimento económico das comunidades que vivem em áreas de floresta.

No entanto, os recursos florestais continuam a degradar-se rapidamente, devido ao abate contínuo de árvores para lenha e agricultura, aos fogos florestais, à procura crescente de terras e recursos, e à maior exploração e conversão florestal. Estima-se que a desflorestação esteja a ocorrer a um ritmo de 1,1% ao ano. A área florestal de Timor-Leste é de cerca de 50% da área total somando cerca de 745.174 hectares. A meta prevista dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio que estima 55% das terras cobertas pela floresta continua a ser um objectivo ambicioso.

A erosão e os deslizamentos de terra também são um problema, causando a degradação do solo e danos à captação de água. Muito do nosso estoque de árvores nativas, incluindo mogno, teca e sândalo, praticamente desapareceu. Como resultado Timor-Leste enfrenta agora a degradação do solo, uma diminuição nas águas subterrâneas, as ameaças à vida selvagem e a diminuição dos recursos alimentares.

Para inverter esta tendência, será preparado um plano de gestão florestal que irá promover a reflorestação e práticas sustentáveis de gestão de terras em Timor-Leste. Uma Política Nacional de Bambu será preparada no sentido de incluir a promoção do cultivo de bambu, para fins de reflorestamento e controle de erosão. Viveiros comunitários serão apoiados para plantar um milhão de árvores por ano. Estas três iniciativas são expostas na Capítulo 4 – Agricultura e Floresta.

O quadro nacional espacial (Ver Capítulo 4 – Desenvolvimento Rural) será usado para classificar terrenos com base na sua biodiversidade e uso, e incluirá áreas para cobertura florestal e outras finalidades que possam ajudar a facilitar a conservação e a protecção das espécies florestais.

As zonas de conservação natural, ou parques nacionais, visam proteger ecossistemas através da limitação da actividade comercial, sendo porém, permitidas actividades de investigação e educação, bem como actividades culturais, de turismo e de lazer. A primeira área protegida de Timor-Leste é o Parque Nacional Nino Konis Santana, o qual será uma pedra basilar da estratégia de turismo de Timor-Leste. Foram igualmente identificadas em Timor-Leste áreas de importância internacional ao nível ornitológico, as quais serão protegidas.

Outras áreas que serão protegidas em zonas de conservação são: Tilomar, Ramelau, Fatumasin, Ilha de Atauro-Manucoco, Matebian, Kablake, Builo, Clere- Lore, Monte Paitchao e Lago Iralalero, Ilha de Jaco, Monte Diatuto, Be Male-Atabae, Maubara, Mak Fahik e Sarim, Tasitolu, Areia Branca, Monte Curi e o Estuário de Irabere e Iliomar.

A fim de proteger e conservar a biodiversidade marinha e os nossos belos recifes corais, Timor-Leste continuará a trabalhar com a Indonésia e com outros governos na região que assinaram a Iniciativa do Triângulo de Coral, de modo a salvaguardar os recursos biológicos marinhos e costeiros da região, para permitir um crescimento sustentável e a prosperidade das gerações actuais e futuras.

Será desenvolvida uma política para a gestão de bacias hidrográficas e zonas costeiras, incluindo estratégias para reabilitar e proteger o mangue em zonas costeiras, regular a exploração de areia em diversos rios, em especial o Rio Comoro, e criar zonas tampão em margens de rio e em torno de barragens, lagos e linhas costeiras, de modo a ajudar à conservação dos recursos hídricos e a controlar planícies aluviais naturais.

Outras acções que serão realizadas para melhorar a gestão sustentável dos solos, conservação e reabilitação das florestas, e desenvolver práticas de gestão florestal sustentável incluem:

- Legislação especial sobre florestas, apoiada por acordos de posse de terra.
- Reflorestamento em todas as áreas degradadas, especialmente nas áreas inclinadas em torno de Díli.
- Introduzir programas para reduzir os incêndios florestais durante a estação seca.
- Substituir o uso de lenha com outras fontes de energia.
- Fazer cumprir as leis ambientais e leis florestais para controlar as actividades florestais degradantes.

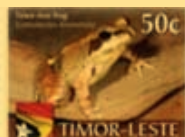
BIODIVERSIDADE

A biodiversidade diz respeito à variedade de vida no mundo ou num *habitat* ou ecossistema específico. Todos os aspectos das nossas vidas, das nossas culturas e das nossas economias dependem da manutenção da diversidade e da produtividade das comunidades e ecossistemas de plantas e animais onde vivemos. Temos a responsabilidade colectiva de conservar esta biodiversidade, que, por sua vez, nos irá manter.

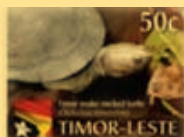
Timor-Leste e as ilhas vizinhas no leste da Indonésia estão geograficamente posicionadas em um dos apenas 34 'pontos de interesse de biodiversidade' no mundo. Isto significa que estamos numa região que perdeu pelo menos 70% da sua vegetação primária e onde pelo menos 0,5% da flora só existe na região.

Para dar resposta às ameaças à biodiversidade em Timor-Leste será desenvolvida uma Estratégia e um Plano de Acção sobre Biodiversidade Nacional, com vista a avaliar as ameaças à diversidade marinha e terrestre e identificar estratégias para conservar a biodiversidade. Isto incluirá uma Lei sobre Biodiversidade Nacional para regular a implementação do seu respectivo plano de acção.

Modelos de Selos Postais alusivos à biodiversidade



Rã de Timor
Limnonectes timorensis



Tartaruga de Timor
Chelodina timorensis



Timor Monitor
Varanus timorensis

Em reconhecimento do Ano Internacional da Biodiversidade em 2010 e para celebrar a rica biodiversidade do nosso país, Timor-Leste emitiu uma série especial de seis selos representando exemplos de nossa vida animal diversificada:

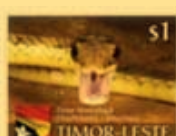
- Rã de Timor (50 cêntimos)
- Tartaruga de Timor (50 cêntimos)
- Vipérida da Ilha (75 cêntimos)
- Timor Monitor (75 cêntimos)
- Crocodilo de água salgada (1 dólar)
- Serpente de cor de bronze (1 dólar)

Os selos são o resultado de um levantamento de anfíbios e répteis de Timor-Leste conduzido pela Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, em Díli, em parceria com o Victor Valley College, Victorville, Califórnia, liderado pelo Dr. Kaiser, como parte de um programa académico conhecido como a Iniciativa de Pesquisa Tropical. O projecto foi iniciado em 2009 para determinar a verdadeira biodiversidade de anfíbios e répteis em Timor-Leste. O trabalho de campo efectuado em 11 dos 13 distritos identificou várias novas espécies que estão actualmente à espera de uma descrição e catalogação.

Timor-Leste é também o lar de aves raras. Temos 250 espécies de aves. Timor-Leste também tem rica vida marinha, incluindo baleias, golfinhos e uma ampla gama de espécies de peixes tropicais reflectindo a nossa posição no sudeste asiático da Iniciativa do Triângulo do Coral.



Vipérida da Ilha
Cryptelytrops insularis



Serpente de cor de bronze
Dendrelaphis inornatus timorensis



Crocodilo de água salgada
Crocodylus porosus

A Estratégia e o Plano de Acção sobre Biodiversidade Nacional serão concluídos até 2012 e começarão a ser implementados em 2013. A Estratégia irá avaliar as ameaças à biodiversidade marinha e terrestre no País e identificar possíveis incentivos para a sua conservação.

O foco estará na prevenção de perdas de biodiversidade e na garantia de que os recursos biológicos do País são geridos de forma sustentável. A Estratégia e Plano de Acção sobre Biodiversidade Nacional abordarão as seguintes áreas: agricultura, prados, áreas protegidas, zonas marinhas e costeiras, florestas e montanhas e águas interiores.

Será igualmente desenvolvida uma Lei sobre Conservação da Vida Selvagem para proteger e conservar a vida selvagem em Timor-Leste.

ENERGIAS RENOVÁVEIS

O aumento da quantidade de energia produzida através de fontes eólicas, solares, hidroeléctricas e outras fontes renováveis contribuirá para a adaptação de Timor-Leste às alterações climáticas e para os esforços de mitigação destas alterações, ao mesmo tempo que nos ajuda a cumprir as nossas obrigações segundo convenções internacionais sobre alterações climáticas.

O desenvolvimento de energias renováveis em Timor-Leste ajudará igualmente a impulsionar o crescimento económico em áreas rurais e a permitir a Timor-Leste abraçar novas tecnologias que nos transformarão num modelo de desenvolvimento sustentável. A estratégia e acções para satisfazer pelo menos metade das necessidades energéticas de Timor-Leste a partir de energias renováveis até 2020 serão abordadas no Capítulo 3 – Electricidade e Energias Renováveis.

CONTROLO DA POLUIÇÃO

É necessário desenvolver acções para garantir a existência de normas apropriadas para controlar a poluição atmosférica, sonora, da água e do solo. Queremos assegurar que, à medida que a população e a economia timorenses crescem ao longo dos próximos vinte anos, somos capazes de controlar a poluição para que ela não destrua o nosso património natural Timor-Leste.

Iremos desenvolver a capacidade de recursos humanos na área do controlo de qualidade ambiental, incluindo metodologias utilizadas para testes ambientais. Isto envolverá o estabelecimento de um laboratório ambiental para conduzir testes e para levar a cabo auditorias e monitorização ambientais, bem como acções de avaliação da poluição, relativamente a todas as actividades em todos os distritos.

Serão realizados estudos ambientais para apurar a fonte de vários poluentes. Isto inclui a análise das actividades de hotéis, oficinas, hospitais e mercados. Serão introduzidas normas para que os poluidores possam ser multados pelos danos causados pelas suas acções.

A poluição atmosférica em Díli será abordada através de campanhas com vista à redução dos fogos florestais em torno da cidade. O acesso a electricidade mais fiável e acessível em resultado da reforma do sector da electricidade, irá permitir a redução da poluição atmosférica, resultante do uso de produtos de madeira para cozinhar, por parte das famílias (ver Capítulo 3 - Electricidade).

Serão introduzidas directivas de gestão de resíduos urbanos com base em leis e normas ambientais, de forma a estabelecer padrões de tratamento de resíduos em Díli e noutras principais cidades. Serão encorajadas instalações de formação de adubo, reciclagem de plásticos, reciclagem de papel e reciclagem de vidro. Serão fornecidos caixotes de lixo às famílias para a recolha de resíduos. Os óleos pesados serão recolhidos por camiões cisterna, em Díli e restantes Distritos, a fim de serem reutilizados, reciclados ou destruídos.

Será conduzida uma campanha para reduzir a quantidade de sacos de plástico, que entopem os nossos esgotos e danificam a nossa vida marinha. Isto envolverá o encorajamento do uso de sacos de papel como alternativa. Há também muitas garrafas de plástico que entopem os nossos esgotos e acabam por dar à costa, nas praias timorenses, que de outra forma seriam imaculadas. Será desenvolvido um esquema de reciclagem para garrafas de plástico.

Durante os longos anos do colonialismo e da ocupação, a forte ligação do povo timorense com o ambiente foi quebrada. Ao longo dos próximos vinte anos, temos de reacender o nosso respeito tradicional pelo ambiente.

Este esforço começará nas nossas escolas, com os alunos a aprenderem a importância de proteger e conservar o ambiente. Isto dará aos alunos um melhor entendimento do ambiente e eles, por sua vez, passarão este entendimento para os seus filhos.

Serão distribuídos panfletos e brochuras sobre questões ambientais à comunidade.

Serão igualmente prestadas informações sobre ambiente ao público, através da televisão e da rádio. Será estabelecida uma “Aldeia Verde” de demonstração para mostrar boas práticas ambientais, incluindo o uso de energia renovável, reciclagem e técnicas de cultivo orgânico.

METAS

Até 2015:

- Uma Lei de Bases do Ambiente será o quadro legal para proteger e conservar o ambiente
- A Autoridade Nacional Designada para os Mecanismos do Protocolo de Quioto e um Centro Nacional de Alterações Climáticas estarão operacionais
- Viveiros comunitários plantarão um milhão de árvores, a nível nacional, todos os anos
- Uma Lei Nacional sobre Biodiversidade e uma Lei de Conservação da Vida Selvagem irão proteger e conservar a biodiversidade em Timor-Leste.
- Estarão estabelecidas normas sobre poluição atmosférica, sonora e do solo.
- Leis para regular as emissões de veículos serão estabelecidas.
- Será melhorada a sensibilização pública para a protecção ambiental.

Até 2020:

- 70% dos Programas Nacionais de Adaptação de Acções ao abrigo do Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas terão sido implementados.
- Não haverá famílias em Díli a utilizarem lenha para cozinhar.

Até 2030:

- Timor-Leste terá uma extensa rede de parques terrestres e marinhos nacionais que protegem amostras representativas da nossa biodiversidade.

CULTURA E PATRIMÓNIO

VISÃO GERAL E DESAFIOS

“Após dez anos de independência devemos dar atenção ao desenvolvimento da cultura, já que foi a cultura que nos trouxe a independência.”

Atanásio Francisco Tavares, representante ancião, Maucatar, Consulta Nacional, 30 de Julho de 2010

Timor-Leste possui um património cultural incrivelmente rico e diverso. Em cada parte do nosso País, existem idiomas, danças, músicas e outras formas de expressão artística que não se podem encontrar em qualquer outro lado do mundo. Conseguimos manter tradições vibrantes e importantes, com milhares de anos de história. Temos orgulho do que nos faz unicamente timorenses.

Para concretizar a nossa meta de transformar Timor-Leste numa Nação próspera e desenvolvida até 2030, iremos precisar de encorajar a nossa diversidade cultural e de fomentar respeito pelo nosso património cultural e história partilhada, ao

mesmo tempo que integramos elementos que funcionam de outras culturas para enriquecer a nossa.

Mais de 70% dos timorenses vivem em áreas rurais, com acesso limitado a informação e a meios de comunicação. Existe ainda uma ligação forte entre indivíduos, comunidades, ambiente, história e tradições culturais. À semelhança de muitas culturas na região, os timorenses partilham um conjunto de crenças e valores relacionados com a pertença a um determinado local e Uma Lulik (casa sagrada). Quatro séculos de colonialismo português e o trauma de quase duas décadas e meia de resistência nacional à ocupação, deram às crenças timorenses uma dimensão regional e nacional própria.

Reconhecemos que se negligenciarmos as nossas raízes culturais e históricas, se pensarmos apenas nos aspectos presentes e materiais da vida, seremos superados pelas forças da globalização e arriscar-nos-emos a perder a nossa identidade cultural única – justamente aquilo que lutámos durante tanto tempo e com tanto esforço para preservar.

Durante a consulta nacional, relativa ao Plano Estratégico de Desenvolvimento, muitos distritos assinalaram a necessidade de celebrar e promover a nossa cultura única e o papel importante das artes tradicionais, como sejam a tecelagem de tais, a olaria e os trabalhos com madeira. A fim de proteger a nossa identidade é necessário que encorajemos e promovamos a cultura timorense e que incutamos as artes criativas no nosso desenvolvimento económico.

Infelizmente os conflitos violentos do passado fizeram com que muitos locais e objectivos de importância cultural, registos culturais e arquivos tenham sido destruídos ou mesmo levados para fora do País.

Actualmente apenas cerca de 800 artefactos e objectos culturais estão armazenados em segurança em Díli.

Desde a Independência em 2002, demos passos para encorajar e preservar o património cultural de Timor-Leste. A Uma Fukun (Parlamento Nacional) em Díli foi reabilitada e a sua importância histórica foi preservada. O Memorial de Dare abriu em Abril de 2010 e a primeira fase do Arquivo e Museu da Resistência Timorense foi concluída em 2005. Desde então, centenas de documentos importantes sobre a resistência foram digitalizadas e estão agora disponíveis na internet para todos os interessados.

Foram estabelecidos Centros Comunitários Multimédia, em Díli e Lospalos, visando permitir às comunidades o acesso através da internet a informações e redes previamente indisponíveis.

Ao longo dos últimos dois anos, foi criada uma base de dados de cultura nacional que regista exemplos da cultura timorense em todas as regiões de Timor-Leste. Usando fotografias e vídeos, a base de dados registou artefactos, arquitectura, cerimónias, danças, músicas e detalhes de artesanatos específicos. Contém igualmente materiais históricos e registos visuais de colecções de materiais sobre Timor-Leste espalhadas pelo mundo.

Timor-Leste está bem colocado para desenvolver práticas culturais antigas e novas, em indústrias criativas que gerem rendimentos, emprego e lucros resultantes de exportações, ao mesmo tempo que contribuem para a união das comunidades e para a diversidade cultural. As indústrias criativas englobam uma vasta gama de práticas consideradas parte da economia criativa, incluindo tecelagem, escultura, desenho e pintura, música, representação e todos os aspectos da produção teatral, dança, filme, produção de rádio e televisão, escrita, publicação e publicidade. O que estas práticas têm em comum é que envolvem o uso da criatividade e do conhecimento geral para gerar rendimentos e riqueza.

O valor do sector das indústrias criativas



A nível global, o sector das indústrias criativas representa actualmente mais de 7% do produto mundial bruto e constitui um sector cada vez mais importante para as nações em vias de desenvolvimento. Por exemplo, a economia criativa do México representa 4,77% do seu PNB e 11,01% do mercado de trabalho. Nas Filipinas os valores são semelhantes, com 4,92% do PNB e 11,1% do mercado de trabalho. O governo chinês está a apoiar activamente a economia criativa devido ao seu potencial de

desenvolvimento ilimitado para o mercado de consumo crescente, à sua capacidade para aproveitar as tradições culturais enraizadas da Nação e ao facto de ser uma actividade pouco poluente e capaz de criar muito valor acrescentado. Outras histórias de sucesso a nível da economia criativa incluem a Índia, com os seus filmes e software, a República da Coreia, com a animação digital, e a Nigéria, com a sua indústria de filmes e vídeo.

Timor-Leste possui um património cultural muito substancial e diverso, sendo que somos também versáteis a nível linguístico. Se pudermos aumentar a visibilidade nacional, regional e global das nossas muitas tradições e práticas criativas contemporâneas, a imagem e identidade gerais da nossa Nação serão reconhecidas e celebradas. Isto contribuirá para um sentimento de identificação e de orgulho nacional, para o desenvolvimento de uma economia criativa virada para as exportações e para o turismo. A nossa cultura deu-nos a Independência e irá agora assegurar o nosso futuro.

ESTRATÉGIAS E ACÇÕES

Iremos realizar várias acções com o intuito de concretizar a nossa visão de que, até 2020, Timor-Leste terá um sector pujante de indústrias criativas com uma contribuição significativa para a nossa economia e para o nosso sentimento de identidade nacional. Até 2030, esperamos que as nossas indústrias criativas empreguem mais de 5% do mercado de trabalho. Muitas destas pessoas serão empregues em pequenas e médias empresas que estimulam o crescimento do emprego nas indústrias do retalho, turismo, hotelaria, restauração e outros serviços.

As indústrias criativas irão também impulsionar o crescimento dos visitantes de museus, bibliotecas e galerias, nas artes do espectáculo.

Instituições culturais

As instituições culturais desempenham um papel essencial na preservação do passado da Nação e na promoção da cultura contemporânea. São locais de aprendizagem para os alunos e atraem visitantes locais e internacionais que desejam aprender a respeito da cultura timorense.

O Museu e Centro Cultural de Timor-Leste será desenvolvido, prevendo-se a sua conclusão em 2015, para acolher permanentemente e interpretar artefactos culturais e patrimoniais importantes em Díli. O centro acolherá a colecção geológica actualmente em exposição no Palácio Presidencial, a colecção arqueológica espalhada actualmente por vários países, e a colecção etnográfica, composta por cerca de 800 artigos, armazenada em Díli. O Museu e Centro Cultural será concebido e construído, de acordo com padrões internacionais, para que os artefactos sagrados, pinturas, livros e outros artigos da colecção estejam protegidos contra danos, causados por humidade elevada, incêndios ou outros perigos. Isto será igualmente necessário para garantir que as muitas colecções patrimoniais valiosas, guardadas em colecções internacionais, possam regressar a Timor-Leste.

O auditório e outros trabalhos planeados para a Fase 2 do Arquivo e Museu da Resistência Timorense, que foi inaugurado em 2005, serão concluídos até Maio de 2012.

A Biblioteca Nacional e Centro de Arquivo de Timor-Leste será uma instituição de qualidade, que irá apoiar o nosso sistema de ensino. O centro será aberto ao público e apoiará uma rede nacional de bibliotecas espalhadas pelo País. A Imprensa Nacional Casa da Moeda de Portugal já forneceu três mil livros, sendo que outras instituições se ofereceram para fornecer centenas de livros e de registos em áudio e vídeo. A Biblioteca Nacional e Centro de Arquivo será concebida e construída, de acordo com padrões internacionais para bibliotecas.

As dezenas de milhares de exemplos de cultura timorense, provenientes de todas as regiões de Timor-Leste, já compilados na base de dados da cultura nacional, irão suportar o desenvolvimento do Museu e Centro Cultural e da Biblioteca Nacional e Centro de Arquivo. Serão desenvolvidos Centros Regionais Culturais em cada distrito, a fim de destacar a música, arte e dança timorenses e de servir como focos culturais dentro de cada região, exibindo não só a cultura regional como também expressões culturais inter-regionais. Cada centro regional terá uma biblioteca, um pequeno centro de meios de comunicação e novas tecnologias, com acesso à internet, e salas de reuniões e espaços de trabalho. Os centros serão desenvolvidos em edifícios degradados com valor patrimonial relativo ao período português, de forma a garantir que o património arquitectónico é preservado juntamente com o património cultural.

O primeiro centro será desenvolvido em Baucau, no sítio onde foi construído o antigo Mercado Municipal em 1933, o qual se encontra actualmente muito degradado. Na Região Especial de Oecusse Ambeno o centro será localizado no antigo edifício da Administração do Concelho.

Até 2015, serão estabelecidos cinco Centros Regionais de Cultura, devendo haver pelo menos um centro por distrito até 2030.

Pintura rupestre em Timor-Leste



Timor-Leste é uma das mais ricas regiões com pinturas rupestres em todo o Sudeste Asiático insular, com mais de 30 sítios e centenas de imagens conhecidas até à data. A maior parte da arte rupestre ocorre no Parque Nacional Konis Santana e data de cerca de 2.000 a 3.000 anos de idade, sendo possível que alguma da arte tenha 12.000 anos de idade. As imagens incluem pessoas, animais e barcos. Há uma rica representação de barcos que têm desempenhado um papel importante na mitologia e ritual em Timor-Leste, bem como representam a migração de pessoas e disseminação de ideias entre a Ásia, Austrália, Nova Guiné e as regiões do Pacífico. Na caverna de Lene Hara, foram escavados, crustáceos, ossos de animais e ferramentas em osso, que datam de 35 mil anos atrás.

A técnica utilizada foi a soprar pigmento (geralmente feito de ocre vermelho) através de bambu, ou directamente da boca, sobre a mão, ou parte do corpo, ou ainda um objecto colocado contra rocha.

As imagens em exposição representam uma amostra de quase 10 anos de investigação conduzida pela Professora Doutora Sue O'Connor, da Australian National University. Esta arte é uma parte importante de nossa cultura e através duma boa gestão e liderança comunitária pode tornar-se vector importante no turismo cultural.

Academia Nacional das Artes Criativas

A fim de apoiar as duas novas instituições culturais em Timor-Leste (atrás descritas) e o desenvolvimento da economia criativa será criada uma Academia Nacional das Artes Criativas. A Academia providenciará apoio integrado às artes criativas, incluindo formação em e promoção de artes criativas. A Academia também prestará formação a professores a respeito das artes criativas.

A Academia incidirá a sua atenção em formas de arte tradicional timorense tais como música, dança, arte, artesanato e desenhos, celebrando estas formas de arte. A Academia será igualmente virada para o futuro e encorajará formas inovadoras de reinterpretar formas de arte tradicionais.

Timor-Leste possui muitos músicos, tradicionais e modernos, talentosos. É necessário estudar e conservar a música tradicional para que possa fazer parte do arquivo cultural nacional. Ao mesmo tempo, temos uma abundância de talento musical que pode ser desenvolvido e conquistar exposição internacional no género de 'world music'. Isto abrirá oportunidades de carreira para muitos músicos timorenses jovens e estabelecidos.

A Academia incluirá uma Escola de Música para promover a criação artística no sector da música. A Escola de Música irá funcionar também como um centro nacional criativo e de aprendizagem, permitindo o acesso à educação musical, à preservação e gravação de tradições musicais, repertórios, danças e instrumentos, e à investigação musical. A Academia incluirá também uma Escola de Belas-Artes, que será um centro de investigação de artes visuais em Timor-Leste e um local de formação para artistas desenvolverem as suas qualificações técnicas e artísticas.

Artesanato

Timor-Leste possui um estilo original acentuado e qualificações ao nível da tecelagem de tais, olaria, fabrico de jóias, fabrico de cestos, esculturas em madeira, trabalhos em metal e trabalhos em couro.

A nossa tradição de artesanato pode fazer duas contribuições vitais para a economia criativa de Timor-Leste: em primeiro lugar, é a forma como se pode fazer a diferenciação no mercado, em relação a nações concorrentes; e em segundo lugar, pode ser utilizada como a base para acções de formação e educação em artesanato e desenhos. Existe potencial de inovação e desenvolvimento de artefactos modernos e de qualidade elevada para exportação. Exemplos representativos de artesanato timorense, vindos de diversas partes da Nação, serão conservados e protegidos no novo Museu e Centro Cultural de Timor-Leste.

A Academia Nacional das Artes Criativas providenciará instrução e formação relativamente ao fabrico e comercialização de artesanato.

Dança e teatro

Timor-Leste tem praticantes de danças tradicionais e modernas que, caso sejam ajudados, poderão fazer uma contribuição importante para a indústria do turismo. Embora o teatro tenha uma presença reduzida em Timor-Leste, é inovador e explora conteúdos tradicionais e modernos. A médio prazo será estabelecida uma companhia nacional de teatro e dança, para formar actores e bailarinos, e providenciar oportunidades de emprego. A companhia irá visitar cidades espalhadas pelas regiões e actuar em locais ao ar livre.

Desenhos e património cultural

Timor-Leste desenvolveu formas únicas de expressão criativa através de desenhos – como se pode ver pela nossa cultura, decoração de edifícios e indumentárias tradicionais.

Timor-Leste é muito rico em formas arquitectónicas, que fazem parte da cultura e identidade da nossa Nação. É importante preservar o nosso património arquitectónico, em especial as Uma Lulik – as casas sagradas, em torno das quais, revolve grande parte da vida comunitária. Foram já restauradas casas sagradas em quatro distritos: Lautém, Oecussi, Bobonaro e Ainaro. Será importante considerar formas e conceitos arquitectónicos tradicionais, aquando da construção de novas infra-estruturas.

As comunidades espalhadas pelo País, serão ajudadas no restauro e preservação da diversidade rica de formas de arquitectura tradicional em Timor-Leste. Será desenvolvida uma Lei sobre Património Cultural para proteger, preservar e melhorar o património cultural. A médio prazo, uma instituição apropriada de ensino superior, em Timor-Leste, oferecerá uma licenciatura em arquitectura.

Cultura de ecrã

Existe um potencial enorme para utilizar tecnologias novas e actuais, a nível audiovisual, para aumentar o acesso das pessoas a meios culturais em Díli e para partilhar práticas culturais únicas, através das várias regiões de Timor-Leste. A disseminação gradual da cobertura da televisão, rádio e outras comunicações audiovisuais, através do País, irá aumentar em grande medida o acesso à cultura.

O cinema é uma das formas de arte contemporâneas mais poderosas, com capacidade para chegar a pessoas em qualquer lado do mundo, independentemente dos seus passados ou experiências. É importante que o povo de Timor-Leste tenha oportunidade para ver algum do melhor cinema de todo o mundo. É igualmente importante que o povo de Timor-Leste veja e ouça as suas próprias vozes, os seus próprios idiomas e as suas próprias histórias no ecrã. Timor-Leste já tem os princípios de uma indústria de cinema e televisão. O primeiro filme redigido, realizado e produzido por um timorense está a ser produzido em Díli, estando igualmente em curso um número cada vez maior de documentários produzidos a nível local. É também importante que existam boas instalações para assistir aos filmes.

A curto prazo, serão estabelecidos cinemas exteriores, em locais espalhados por Díli, a fim de exhibir filmes e documentários provenientes do mundo inteiro. Fora de Díli, as regiões serão servidas por um programa de cinema exterior móvel. Será providenciada assistência para encorajar o crescimento de um sector de cinema e televisão em Timor-Leste, cujo primeiro passo será a construção de um cinema em Díli.

Turismo cultural

Com a beleza natural, a história rica e o património cultural de Timor-Leste, existe um grande potencial para desenvolver o turismo, como uma indústria importante para o nosso desenvolvimento económico. A nossa cultura tradicional, a história viva nas nossas comunidades rurais, o nosso artesanato, a nossa música e a nossa dança, darão aos visitantes experiências absolutamente memoráveis.

A nível global, as indústrias criativas contribuem de forma significativa para o desenvolvimento e o sucesso do turismo, projectando e promovendo o que uma Nação tem para oferecer aos turistas. Estas indústrias contextualizam também a experiência turística e aumentam os rendimentos gerados pelo turismo. A “Volta a Timor” em bicicleta é um sucesso, não apenas porque oferece aos ciclistas um desafio aliciante de bicicleta em montanha, mas também porque proporciona a paragem nas aldeias e a exposição à cultura timorense, que a torna assim, numa prova única.

O “Festival de Cultura do Ramelau”, realizado em 2010, celebra as tradições da dança dos 13 distritos de Timor-Leste, estando igualmente já em implementação um sem número de projectos de turismo cultural, que vão desde uma visita a Timor-Leste, em jipe para mulheres, à restauração do Forte de Balibo para preservar e exhibir o nosso legado português e alojar o número cada vez maior de turistas, interessados na história política da cidade.

Será também desenvolvido o alojamento a nível de aldeias em todo o País, de modo a promover o turismo cultural, apoiado por informações turísticas na internet. Há também o potencial para encorajar os turistas a realizar peregrinações a locais religiosos em torno de Timor-Leste. Outros exemplos de turismo cultural são discutidos no Capítulo 4 - Turismo.

Festival de Cultura do Ramelau



O Festival de Cultura do Ramelau, realizado em Outubro de 2010, foi o maior evento cultural realizado fora de Díli e o primeiro festival cultural em Timor-Leste. Funciona como um postal ilustrado para a comunidade local e turistas interessados na cultura de Timor-Leste. O festival de música e dança foi organizado pela Sua Excelência o Presidente José Ramos-Horta, como parte de sua campanha para promover a paz e a unidade em Timor-Leste. O Monte Ramelau é o símbolo do orgulho e da unidade para o povo de Timor-Leste. O festival reuniu exemplos da cultura de cada um dos 13 distritos de Timor-Leste. Cada distrito exibiu os seus característicos tais (vestuário tradicional) para identificar a sua cultura e apresentaram duas canções para promover a unidade nacional e a paz.

METAS

Até 2015:

- O Museu e Centro Cultural de Timor-Leste e a Biblioteca e Arquivo Nacionais de Timor-Leste estarão operacionais.
- Haverá Centros Regionais Culturais em Baucau, Oe-cusse Ambeno, Ainaro, Maliana e Ataúro.
- Haverá um programa regular de cinema exterior, em locais em volta de Díli, sendo que cada distrito terá acesso a cinemas, móveis pelo menos, uma vez por mês.
- A Academia Nacional das Artes Criativas estará operacional.
- Haverá alojamento apropriado nos sucros espalhados pelo País para receber turistas culturais.

Até 2020:

- Será estabelecida uma Companhia Nacional de Teatro e Dança, que conduzirá espectáculos regulares nas regiões
- A Universidade Nacional oferecerá uma licenciatura em Arquitectura.

Até 2030:

- Haverá Centros Regionais de Cultura em todos os treze distritos.
- Cerca de 5% dos empregos em Timor-Leste serão no sector das indústrias criativas.



CAPÍTULO

3

DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS

Actualmente Timor-Leste não possui as infra-estruturas básicas necessárias para apoiar um País moderno e produtivo em que os seus cidadãos estão ligados entre si e com o mundo.



CAPÍTULO 3 DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS

“As estradas necessitam de ser reparadas de forma a termos acesso aos mercados.”

Mãe, Sub-distrito de Fohorem, distrito de Covalima, Consulta Nacional, 2 de Agosto de 2010

Actualmente Timor-Leste não possui as infra-estruturas básicas necessárias para apoiar um País moderno e produtivo, em que os seus cidadãos estão ligados entre si e com o mundo. Um pilar central do Plano Estratégico de Desenvolvimento é a construção e a manutenção de um leque de infra-estruturas produtivas.

As infra-estruturas são essenciais para que Timor-Leste seja capaz de se desenvolver económica e socialmente. Todavia, a escala e o custo de lidar com este desafio é grande e permanente. É

necessário um plano de infra-estruturas para definir as nossas prioridades, concentrar a nossa energia e orientar o nosso caminho. A implementação deste plano, não só apoiará o crescimento da nossa Nação, mas também aumentará a produtividade, criará empregos, particularmente nas áreas rurais, e apoiará o desenvolvimento do nosso sector privado.

ESTRADAS E PONTES

VISÃO GERAL E DESAFIOS

Uma extensa rede de estradas de qualidade e bem conservadas, é essencial para ligar as nossas comunidades, promover o desenvolvimento rural, a indústria e turismo, e providenciar acesso aos mercados. As estradas são o principal modo de transporte e permitem o desenvolvimento e a circulação de recursos, tanto para as áreas rurais como urbanas. Estas são críticas para a maioria dos outros sectores e apoiam a prestação de serviços à comunidade, cuidados de saúde e educação.

Timor-Leste possui um sistema extensivo de estradas nacionais, regionais e rurais, que oferecem acesso às áreas rurais onde vive a maioria da população. A rede é geralmente construída com o padrão de pavimento da Indonésia de 4,5 metros de largura, com drenagem revestida com alvenaria, e pontes de aço com duas pistas. A rede rodoviária de Timor-Leste deve incluir estradas nacionais que liguem os nossos distritos, estradas distritais que liguem centros distritais com os sub-distritos e as estradas rurais que dêem acesso às aldeias e as áreas mais remotas. Há cerca de 1,426 km de estradas nacionais, 869 km de estradas distritais e 3,025 km de estradas rurais.

A rede rodoviária nacional é composta por duas estradas costeiras ao longo das costas norte e sul e cinco estradas que atravessam o país e cruzam com as duas estradas costeiras. Há cerca de 456 pontes na nossa rede rodoviária.

O tráfego em geral é ligeiro, com apenas a ligação norte entre a fronteira da Indonésia e Díli, e de Díli para a região Leste, com tráfego de veículos, não incluindo motorizadas, superior a 1.000 veículos por dia. As outras estradas possuem tráfego (não incluindo motorizadas) inferior a 500 veículos por dia. Os níveis de tráfego em Díli estão a aumentar rapidamente, resultando em congestionamentos e volumes de tráfego, que também irão aumentar em todo o território, à medida que a economia se expande.

A rede de estradas está a deteriorar-se, com a maioria das estradas em más condições, exigindo reparações ou reconstrução. Cerca de 90% das estradas nacionais estão em más ou muito más condições, com apenas 10% em boas condições. Mais de 90% das estradas nos distritos estão em mau estado. A construção e manutenção de estradas, no interior de Timor-Leste, são um desafio devido ao terreno montanhoso e altos níveis de lama e água. A largura média da superfície do pavimento de estradas nacionais e regionais é de 4,5 metros, sendo estreita para os padrões internacionais. O alinhamento da estrada geralmente não cumpre com os padrões necessários e a construção de bermas e drenagem é fraca.

Além disso, muitas partes do país ficam regularmente isoladas, devido às estradas e pontes se tornarem intransitáveis, quando levadas pela força da água ou bloqueadas por deslizamentos de terra e inundações. Isso restringe a capacidade das pessoas de se deslocarem e dos bens serem transportados; também isola partes do país e restringe o desenvolvimento regional. A falta de investimento na manutenção das estradas, resulta muitas vezes na necessidade de obras de emergência, o que é um método caro de gerir uma rede de rodoviária.

Por outro lado, o mau estado das nossas estradas tem um impacto no aumento dos custos de transporte e impede o crescimento económico e a redução da pobreza a nível nacional, regional e local. O desenvolvimento agrícola e industrial regional também é particularmente afectado pelo estado das nossas estradas. As más condições das estradas provocam também a falta de segurança para todos os seus utilizadores, apesar do baixo e médio volume de tráfego atenuar o número de acidentes graves.

Figura 10 Rede rodoviária nacional de Timor-Leste



Fonte: Banco Desenvolvimento Asiático

Dado o estado e extensão da nossa rede rodoviária, a nossa prioridade inicial será a reabilitação e reparação das estradas existentes, para padrões de manutenção que assegurem a sua viabilidade. À medida que a economia cresce, será necessário investir em novas estradas.

ESTRATÉGIA E ACÇÕES

Timor-Leste irá realizar um investimento substancial e de longo prazo em estradas, para manter a nossa actual rede rodoviária, incluindo um programa de grande escala de reabilitação, reparação e melhoria das mesmas. As novas estradas só serão construídas, se servirem importantes objectivos económicos ou sociais.

É necessária uma rede rodoviária abrangente e de qualidade para apoiar, de forma equilibrada, o desenvolvimento nacional, facilitar o transporte de mercadorias a um preço razoável, permitir a prestação de serviços pelo governo e promover a agricultura e o crescimento do sector privado. A nossa visão para as infra-estruturas rodoviárias em Timor-Leste inclui:

- Realizar um programa abrangente de manutenção de estradas.
- Reabilitar todas as estradas existentes.

- Construir novas pontes para proporcionar o acesso às principais vias, em todas as condições meteorológicas, dentro de cinco anos, e às restantes estradas nacionais e distritais até 2030.
- Desenvolver a infra-estrutura rodoviária necessária para apoiar o desenvolvimento da costa sul.
- Estabelecer padrões nacionais para as estradas de circunvalação, e desenvolver estradas de circunvalação que respeitem os padrões, até 2030.

De 2011 a 2015, vamos realizar um programa de grande escala de reparação, reabilitação e melhoria de estradas. A principal estratégia será a reparação, seguida da manutenção, das estradas existentes. Isto significa reparar as estradas até uma condição em que elas podem ser mantidas, seguido de um programa de manutenção para evitar que a deterioração volte a ocorrer. A reconstrução total será necessária, nos casos onde as estradas estejam em estado intransitável. A dificuldade e o custo de manutenção de estradas serão significativos, considerando o terreno montanhoso e o clima tropical de Timor-Leste.

O Programa de estradas, do Plano Estratégico de Desenvolvimento, terá, como objectivo, a reabilitação total de todas as estradas nacionais e distritais, ao nível de um padrão internacional, até 2020. Este padrão implica reabilitar as estradas para uma largura de aproximadamente 7 metros, com uma berma, e devem incluir drenagem e trabalhos de protecção de encostas, para estabilizar as estradas em áreas montanhosas.

Além disso, o programa de estradas, do Plano Estratégico de Desenvolvimento, irá reabilitar todas as estradas rurais, a um padrão mínimo, até 2015. A reabilitação das estradas rurais não envolverá a mesma complexidade das estradas nacionais e regionais. Esta incluirá pavimentação, utilizando material asfáltico e obras menores nas bermas, drenagem e protecção de encostas. O trabalho será realizado por empreiteiros locais utilizando mão-de-obra nacional, o que irá aumentar significativamente o emprego rural e regional.



Adicionalmente, será levado a cabo um programa de construção de pontes, que irá construir e reabilitar pontes que estão a precisar de substituição ou reparação. Isto irá envolver cerca de 3,200 metros lineares de pontes em todo o país. Este trabalho irá incluir a construção de estruturas de fundações, estruturas e tabuleiros de pontes, bem como alguma protecção no contraforte das pontes e a construção de vias de acesso.

O programa abrangente de 10 anos para as estradas, no Plano Estratégico de Desenvolvimento, oferecerá oportunidades contínuas a empresas nacionais e internacionais de construção de estradas, de forma a incentivar as mesmas a investirem em Timor-Leste. Isto irá melhorar o desenvolvimento do nosso sector privado e criar emprego em toda a Nação.

ESTRADAS NACIONAIS E REGIONAIS

No Plano Estratégico de Desenvolvimento, terão prioridade uma série de eixos rodoviários nacionais e distritais a serem realizados em primeiro lugar. Estas prioridades nacionais são definidas a seguir.

Ligação rodoviária Díli - Manatuto - Baucau

A estrada da costa norte de Díli para Manatuto (58 km) e de Manatuto a Baucau (60 km) está em razoáveis condições, mas apresenta uma largura estreita, com alinhamento fraco e vulnerabilidade a buracos e deslizamentos o que tornam as viagens difíceis, caras e morosas. Este é um dos principais entraves ao desenvolvimento rural e do turismo, bem como impedem o acesso a serviços básicos na zona leste do País.

A ligação rodoviária de Díli para Baucau atingirá padrões internacionais, incluindo a ampliação, sempre que seja tecnicamente viável. O trabalho terá início em 2012 e será concluído em 2015, a um custo de cerca de 100 milhões de dólares, com o montante final a ser determinado após a realização do desenho final e avaliação de custo. A obra originará uma criação substancial de emprego local nas áreas rurais.

Depois do início deste projecto e da revisão dos seus progressos, irá começar o planeamento das obras das estradas de Baucau à Lospalos e Com.

Esta via de ligação de Díli a Baucau, e em seguida para Com, estabelecerá um significativo corredor turístico e constitui uma secção fundamental do que será a Grande Via Costeira do Norte. À posteriori, irão ser reabilitadas as estradas de Lautem-Moro a Lospalos e a Tutuala-Walu. Estas estradas principais irão proporcionar o acesso a estradas rurais de modo a apoiar o desenvolvimento rural e regional.

Ligação Rodoviária Manatuto - Natarbora

A estrada Manatuto-Natarbora (81 km) é uma importante via de ligação rodoviária entre o norte e o sul. A estrada encontra-se em péssimas condições, o que cria uma grande barreira ao desenvolvimento do distrito de Manatuto. A falta de uma rápida e segura ligação rodoviária norte-sul também impede o desenvolvimento do litoral sul.

A ligação rodoviária Manatuto-Natarbora será totalmente modernizada de acordo com as normas internacionais, incluindo a sua ampliação, sempre que esta seja tecnicamente viável. Este projecto custará mais de 60 milhões de dólares, e o montante final será determinado após a realização do desenho final e avaliação de custos. Este projecto terá início em 2012 e será concluído em 2015.

Este projecto rodoviário irá proporcionar uma ligação crucial entre o norte e o litoral sul. Embora existam outras ligações rodoviárias que ligam o norte ao sul através do centro do país, essas atravessam, no entanto, terreno montanhoso. Ao analisar-se o desenvolvimento destas rotas alternativas, segundo os padrões internacionais, é provável que uma intervenção nas mesmas tenha um elevado custo devido à necessidade de se construir pontes e túneis.

Assim sendo, pelo menos, até 2015, é provável que a ligação rodoviária projectada para a rota Manatuto - Natarbora venha a ser a principal ligação rodoviária entre o norte e o sul.

Projecto rodoviário Díli - Liquiça - Bobonaro

Este projecto rodoviário compreenderá a reabilitação total e o repavimento de 230 km de estradas: de Díli até à fronteira com a Indonésia em Mota-Ain, bem como de Tibar a Maliana via Gleno, e estradas adicionais no distrito de Covalima.

A obra terá início em 2012, com a rota que liga Díli a Mota-Ain, que se converterá na Grande Via Costeira do Norte na parte ocidental da ilha. Esta secção rodoviária irá promover o acesso do turismo e estabelecer a ligação comercial com a Indonésia.

Este projecto também visa reabilitar as principais estradas da região ocidental, proporcionando um melhor acesso a serviços como educação e saúde, custando aproximadamente 82 milhões de dólares, estando o seu início marcado para 2012 e conclusão para 2014.

Díli - Aileu - Maubisse - Aituto - Ainaro - Cassa

Este projecto rodoviário irá oferecer outro importante corredor entre o norte e o sul e, conseqüentemente, o acesso ao centro de Timor-Leste, criando infra-estruturas necessárias à promoção do turismo, nomeadamente para a zona turística de Maubisse. A reparação deste corredor é também essencial para o acesso a serviços do governo, tais como o acesso à educação e à saúde. Uma vez que, atravessa terreno montanhoso, este projecto exigirá um estudo, planeamento e definição de custos aprofundados, antes de ser iniciado em 2015.

Suai - Cassa-Hatu Udo-Betano - Natarbora - Viqueque - Beaço

A rota da costa sul, que liga o Suai a Beaço, será desenvolvida para apoiar o crescimento da indústria petrolífera e abrir esta zona costeira ao desenvolvimento económico e à prestação de serviços sociais. Este projecto de grande escala será realizado por etapas, com cada etapa a ser desenvolvida de acordo com as necessidades económicas e o crescimento da indústria petrolífera na costa sul. O projecto terá início em 2015 e será concluído pelo menos até 2020.

Pante Makassar - Oesilo | Pante Makassar - Citrana | Oesilo – Tumin

O distrito de Oe-Cusse Ambeno tem uma área de 815 km² e uma costa de 48 km. O Oe-Cusse Ambeno é dividido em quatro sub-distritos, Nitibe, Oesilo, Passabe e Pante Makassar, onde está localizada a capital. Como resultado da sua localização geográfica e da sua existência como um enclave, existem desafios na prestação de serviços ao povo de Oe-Cusse Ambeno, na mesma quantidade e qualidade de acesso dos serviços no resto do País. É de vital importância que as infra-estruturas de Oe-Cusse Ambeno sejam melhoradas para resolver as limitações da sua localização.

Resumindo, os grandes projectos de reabilitação de estradas serão iniciados em 2011 e serão concluídos até 2012. Estes projectos são designadamente as estradas de Pante Makassar para Oesilo, de Pante Makassar para Citrana e de Oesilo para Tumin. Todos estes projectos de reabilitação das principais estradas, irão melhorar o acesso aos serviços e estimular a actividade económica em Oe-Cusse Ambeno.

ESTRADAS RURAIS

Com mais de 70% da população de Timor-Leste vivendo em áreas rurais, é fundamental que a rede rodoviária rural seja melhorada para permitir a ligação das pessoas e das comunidades, incentivar o desenvolvimento dos recursos agrícolas e naturais, aumentar o rendimento rural e permitir a oferta efectiva de serviços do governo, incluindo na saúde, na educação e na segurança.

A condição das estradas rurais é precária. Estudos realizados indicam que 3,5% estão em boas condições, 27% em condições razoáveis, 52,7% em condições críticas e 16,2% em péssimas condições. As estradas são geralmente estreitas, e sem bermas em muitas secções, especialmente nas zonas montanhosas. Cerca de 40% das estradas rurais têm menos de 3 metros de largura, aproximadamente 50% têm entre 3 a 5 metros de largura e cerca de 10% com mais de 5 metros.

O programa de estradas, do Plano Estratégico de Desenvolvimento, irá reabilitar todas as estradas rurais, com um padrão mínimo, até 2015. Um Plano Director de Estradas Rurais será desenvolvido e definirá o programa para a reabilitação de estradas rurais para o período de cinco anos. Será dada a máxima prioridade, para a execução de obras, às estradas que ligam os centros distritais aos centros dos sub-distritos. Estas estradas, tendem a suportar volumes mais elevados de tráfego e constituem importantes ligações para o transporte rodoviário.

Devido à sua importância, as seguintes estradas rurais serão as primeiras rotas a serem reabilitadas:

- Suai - Maucatar - Lelas | Distrito de Covalima
- Cruzamento Maubisse - Hatubuiliku | Distrito de Ainaro
- Baqui - Passabe | Distrito de Oe-Cússe
- Cruzamento Buihamau - Luro - Lautem | Distrito de Lautem
- Cruzamento Same - Alas | Distrito de Manufahi
- Alas - Turiscas | Distrito de Manufahi
- Tilomar - Fohorem | Distrito de Covalima
- Maliana - Atabae | Distrito de Bobonaro
- Uatulari - Lausorolai | Distritos de Viqueque e Baucau
- Lospalos - Lore - Iliomar | Distrito de Lautem
- Com - Trisula | Distrito de Lautem
- Cruzamento Laclubar - Soibada | Distrito de Manatuto
- Welaluhu - Fatuberliu | Distrito de Manufahi
- Turiscas - Soibada - Salau – Vila de Manatuto | Distritos de Manatuto e Manufahi
- Salau - Natarbora - Viqueque | Distritos de Manatuto e Viqueque
- Dotic - Fatuberliu | Distrito de Manufahi
- Waudeberec - Alas | Distrito de Manufahi
- Cruzamento Manatuto - Lacro - Remexio – Cruzamento Aileu | Distritos de Manatuto e Aileu
- Beloi – Ataúro Villa | Distrito de Díli
- Beloi – Biqueli | Distrito de Díli

AUTO-ESTRADA DE CIRCUNVALAÇÃO

Para que o desenvolvimento económico e social de Timor-Leste seja uma realidade, é necessária uma Auto-estrada Nacional de Circunvalação. Essa auto-estrada terá duas faixas em cada sentido, permitirá circular um veículo contentor a uma velocidade média de 60 km por hora, e oferecerá uma rodovia de circunvalação em torno do país. Esta rodovia será construída progressivamente, e as primeiras etapas irão envolver a construção de estradas nacionais de, apenas, uma faixa em cada sentido. Durante as fases iniciais, será deixado espaço para adicionar uma faixa extra, no futuro, e iniciar-se-á o desenho, planeamento e orçamentação da auto-estrada completa. A Auto-estrada Nacional de Circunvalação será concluída em 2030.

METAS

Até 2015:

- A ligação rodoviária Díli - Manatuto - Baucau terá sido totalmente reabilitada e ampliada de acordo com os padrões internacionais.
- A ligação rodoviária Manatuto-Natarbora terá sido totalmente reabilitada e ampliada de acordo com os padrões internacionais.
- A ligação rodoviária Díli - Liquiça - Bobonaro será totalmente reabilitada.
- As ligações Pante Makassar-Oesilo / Pante Makassar – Citrana / Oesilo – Tumin estarão completas.
- O projecto de reabilitação Suai - Cassa - Hatu Udo-Betano - Natarbora - Viqueque – Beaçõ terá sido iniciado.
- Todas as estradas rurais terão sido reabilitadas por empreiteiros locais.
- Estudos de monitorização das condições das estradas serão realizados anualmente em todas as estradas reabilitadas para determinar as necessidades de manutenção.
- Será concluído o plano para a Auto-estrada Nacional de Circunvalação.

Até 2020:

- Todas as estradas nacionais e regionais terão sido reabilitadas segundo padrões internacionais.
- O projecto de reabilitação das estradas Díli – Aileu – Maubisse – Aituto – Ainaro – Cassa estará completo.
- O projecto de reabilitação das estradas Suai - Cassa - Hatu Udo-Betano - Natarbora - Viqueque – Beaçõ terá terminado.

Até 2030:

- A Auto-estrada Nacional de Circunvalação terá sido finalizada e oferecerá uma rota directa, de padrão elevado, ao redor do país, capaz de assegurar a circulação de veículos pesados a uma velocidade média de 60 km por hora.
- Novas pontes terão sido construídas para facilitar o acesso, sob todas as condições meteorológicas, às rotas rodoviárias nacionais e distritais.



ÁGUA E SANEAMENTO

VISÃO GERAL E DESAFIOS

“Se não tivermos água potável, como é que podemos melhorar a vida do nosso Povo?”

*Administrador do sub-distrito de Turiscai,
distrito de Manufahi, Consulta Nacional,
14 de Maio de 2010*

Um elemento de vital importância no desenvolvimento económico e social de Timor-Leste - e na saúde e bem-estar de nosso povo - é o acesso à água potável e saneamento.

Doenças, morbidez e fraco desenvolvimento infantil, decorrentes da falta de água potável e saneamento, impõem incalculáveis, mas totalmente evitáveis, custos económicos e sociais ao povo Timorense.

As consequências económicas da falta de saneamento tem impacto na saúde pública,

consequentemente nos serviços de saúde, assistência social e turismo, que foram objecto de um estudo, em 2008, em cinco países: Timor-Leste, Indonésia, Filipinas, Camboja e Vietname. Este estudo demonstra uma perda em média de 2% do Produto Interno Bruto, nos acima mencionados países, que poderiam ser recuperados através de melhorias no saneamento. Em Timor-Leste, isso significa que o saneamento básico custa cerca de 11 milhões de dólares americanos por ano, e aumentará à medida que a nossa economia se expande.

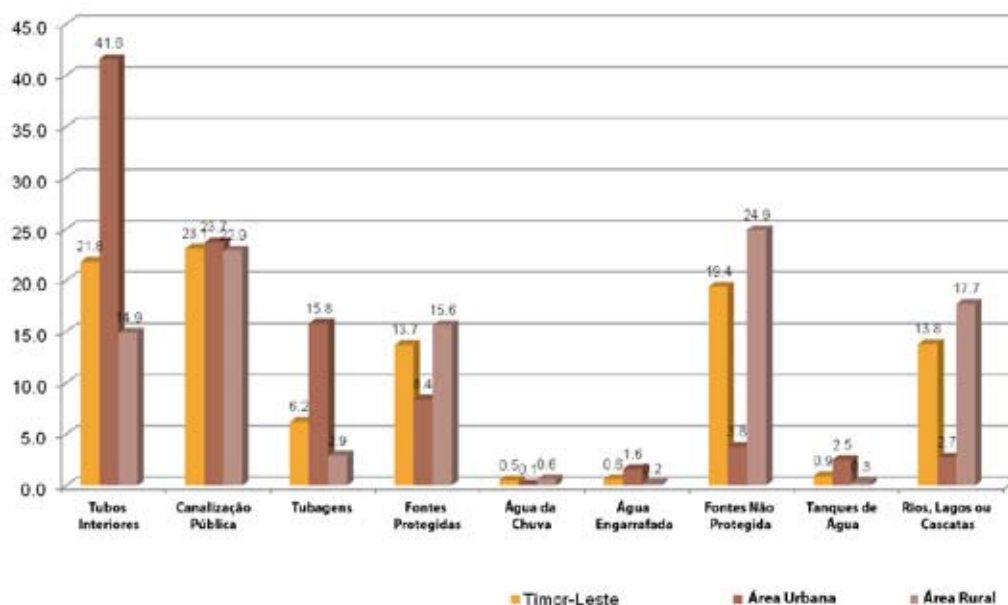
Outros estudos também demonstraram que o investimento em saneamento, é um investimento na saúde, educação, meio ambiente e redução da pobreza. Um saneamento melhorado geralmente rende cerca de 9 dólares em benefícios, por cada 1 dólar gasto, com base numa redução de custos directos e indirectos de saúde, melhor educação, melhor abastecimento de água e aumento no turismo.

As duas causas mais significativas da mortalidade infantil em Timor-Leste - infecção respiratória e diarreia - estão directamente relacionadas com a falta de abastecimento de água, saneamento e higiene.

De acordo com o Censos de 2010, apenas 66% da população de Timor-Leste tem acesso a alguma forma de água tratada (seja a água canalizada, tanque protegido ou bomba de mão ou engarrafada). Em 2001, o inquérito aos agregados familiares relataram esse número em 48%, o que indica uma grande melhoria ao longo dos últimos nove anos. As nascentes são a principal fonte de água na zona leste rural, a segunda fonte principal na zona central rural e nas zonas rurais oeste. Para mais de um terço das famílias timorenses, o acesso à água fica a dez ou mais minutos.

A principal fonte de água potável, nas zonas urbanas, é água canalizada (42%). Nas áreas rurais, a principal fonte de água são poços ou nascentes (25%). O gráfico seguinte mostra as fontes de água nacionais, nas áreas rurais e urbanas.

Figura 11 Fontes principais de água potável



Fonte: Censos 2010

A escassez de água é comum, em muitas áreas, na época seca. Os grandes projectos de abastecimento e saneamento, têm sido realizados, contudo a sua sustentabilidade torna-se, em muitos dos casos, um problema, com muitas comunidades a enfrentar dificuldades com o funcionamento e manutenção dos mesmos.

Apenas 39% das pessoas em Timor-Leste têm acesso a instalações sanitárias melhoradas, tais como latrinas de fossa única, ventiladas ou latrinas sifonadas com descarga para fossa céptica.

Timor-Leste também tem problemas com a drenagem de águas pluviais e poluídas em Díli e nos centros distritais. Os resíduos ficam nas ruas ou em ribeiras secas, antes de serem levados para o mar, com a chuva. Em Díli, durante a estação das chuvas, muitas secções dos canais de drenagem ficam bloqueadas com resíduos sólidos, "kanko" e sedimentos, causando inundações e perigosos níveis de poluição.

O acesso à água potável e saneamento é fundamental para o futuro de Timor-Leste pois vai:

- Melhorar a saúde pública
- Criar novos empregos e incentivar o desenvolvimento rural
- Tornar mais fácil manter e sustentar os nossos valiosos recursos de água
- Disseminar uniformemente os nossos limitados recursos hídricos.

ESTRATÉGIAS E ACÇÕES

Continuaremos a tomar medidas para superar os muitos desafios que dizem respeito ao melhoramento do acesso à água potável e saneamento em Timor-Leste, incluindo a construção de um sistema de esgotos em Díli e o fornecimento de água potável canalizada, 24 horas por dia, aos 12 centros distritais de distribuição, a construção de sistemas de água e latrinas comunitárias em áreas rurais, como parte do Programa de Fornecimento de Água e Saneamento. O nosso objectivo é de, em 2030, todos os cidadãos do País terem acesso a água potável e saneamento melhorado.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO NAS ÁREAS RURAIS

O abastecimento de água potável melhora a saúde da população e reduz o tempo necessário para caminhar longas distâncias para recolher água.

A estreita ligação, entre o abastecimento de água e a contaminação humana, é salientada nos resultados das pesquisas que sugerem que as taxas mais elevadas de mortalidade infantil e morbidade, em áreas rurais, são devidas, em parte, à proximidade das instalações sanitárias primitivas às fontes de água doméstica. Precisamos de proteger a saúde das nossas crianças, aumentando o número e o uso de latrinas nas comunidades rurais, isolamento sanitário dos animais e educação das comunidades sobre a necessidade de mudança de comportamento em relação à higiene pessoal e questões como a manipulação e armazenamento dos alimentos, controle de pragas, eliminação de resíduos, a drenagem e ventilação. Nós também precisamos de eliminar as condições férteis para o aparecimento de mosquitos, transmissores de doenças como a malária, o dengue, e a filariose.

De acordo com o Censos, de 2010, 57% da população rural de Timor-Leste tem acesso a água potável e apenas 20% tem acesso a condições de saneamento básico.

Os nossos objectivos para 2020, com base nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio são:

- 75% da população rural de Timor-Leste terá acesso a água potável .
- 40% das comunidades rurais terão melhorias significativas nas instalações de saneamento.

Para alcançar estas metas, vamos tomar as seguintes medidas, propostas no Programa de Abastecimento de Água Rural e Saneamento:

- Instalação de cerca de 400 sistemas de água, para 25 mil famílias rurais nos próximos cinco anos (uma média de 80 sistemas por ano).
- Construção de latrinas comunitárias.
- Disponibilização de conhecimentos técnicos e supervisão para as comunidades .

- Recrutamento de 80 facilitadores na área da água e saneamento, nos sub-distritos, para apoiar os sucos.

Iremos também fazer um grande investimento na reabilitação e alargamento dos sistemas de irrigação incluindo a melhoria de armazenamento de água nas áreas rurais (ver Capítulo 4 - Agricultura).

ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO, NAS ÁREAS URBANAS DISTRITAIS

Grande parte das infra-estruturas de água e saneamento urbano em Timor-Leste, incluindo estações de bombeamento, tubos de transmissão, válvulas e tanques, foram danificadas ou destruídas em 1999. Como resultado, 96% dos domicílios urbanos fora de Díli não têm acesso a 24 horas de abastecimento de água potável. A água só está disponível, em algumas cidades, durante uma hora ou dois dias por semana, visto a capacidade dos sistemas serem inadequados. As nascentes de água corrente também são inadequadas, na maior parte sem tratamento ou fiabilidade: apenas 100 das 400 estações de água no país estão a funcionar.

O tratamento de água potável com filtros de areia, é extremamente limitado, operando num número muito pequeno de sistemas. Estas nascentes não podem servir a nossa população actual, pelo que há necessidade de recursos adicionais. A nova parte de Baucau, precisa de outra fonte de água com urgência.

A nossa solução é desenvolver e executar um plano para fornecer uma canalização segura, de abastecimento de 24 horas, para os meios urbanos, em 12 centros distritais, com prioridade para Baucau, Manatuto, Lospalos e Suai, onde a situação é crítica. Isto será alcançado do seguinte modo:

- Desenvolver um Plano Mestre Distrital para definir soluções e prioridades, ao mesmo tempo dando prioridade imediata a Manatuto, Lospalos e Suai.
- Reparar as fugas de água, reabilitação dos canos e fazer ligações em falta.
- Encontrar e assegurar novas fontes de água.
- A construção de reservatórios e instalações de tratamento.
- Ligar casas ao abastecimento de água canalizada.

A falta de saneamento também é um problema em áreas urbanas distritais. Menos de 30% da população urbana do distrito tem acesso a saneamento adequado. Existe uma falta de recolha de esgotos e centros de tratamento nas zonas urbanas distritais.

O nosso objectivo é o acesso a sistemas apropriados, auto-suficientes e instalações sanitárias eficazes a 60% das áreas urbanas nos distritos, até 2015. Os riscos de saúde, causados pelo contacto humano com águas residuais no esgoto, vão ser reduzidos através da recolha de esgotos

e efluentes sépticos, seguido do seu tratamento e remoção com segurança, minimizando, deste modo, a contaminação através de esgotos. Iremos oferecer oportunidade para o uso agrícola deste resíduo que funcionará como fertilizante.

Vamos melhorar o saneamento em áreas urbanas distritais, do seguinte modo:

- Delineando soluções de saneamento como parte do Plano Mestre dos Centros Distritais.
- Construindo, por fases, um sistema de recolha de esgotos.
- Ligando as propriedades comerciais.
- Ligando as fossas sépticas residenciais.
- Ligando todas as casas que têm autoclismos.
- Instalando casas de banho nos domicílios, sempre que possível.
- Construindo instalações sanitárias comunitárias para grupos de famílias.

PROGRAMA DE ÁGUA PARA AS ESCOLAS

Existem aproximadamente, 1.200 escolas em todo o país, 600 das quais (escolas rurais na sua maioria) não têm um abastecimento de água canalizada seguro. O saneamento nas escolas sem abastecimento de água é um risco sério de saúde que ameaça o desenvolvimento das nossas crianças. Muitas escolas possuem blocos sanitários mas não possuem água para limpeza. A assiduidade nas escolas é seriamente afectada pela falta de instalações sanitárias e isso também cria uma desigualdade de género, que afecta principalmente as meninas. Algumas escolas estão em cumes de montanha e fora do alcance dos sistemas de abastecimento de água das comunidades e em alguns casos os sistemas de abastecimento da comunidade não têm a capacidade de adicionar a escola ao sistema.

O nosso objectivo é fornecer água canalizada e limpa para todas as escolas públicas até 2020. Isto será alcançado do seguinte modo:

- Estabelecimento de um programa “Água para as Escolas”.
- Ligar água canalizada a 275 escolas seleccionadas, que estão num raio de 500 m de uma fonte de abastecimento existente, ao longo de cinco anos, até 2015
- Para as restantes 300 escolas, determinar aquelas que têm acesso a uma fonte de abastecimento existente num raio de 500 m e ligar água canalizada até 2020
- Desenvolver uma estratégia alternativa para o fornecimento ou armazenamento de água nas restantes escolas em locais que não têm qualquer acesso a água canalizada ou onde o processo de bombeamento seja necessário

- Desenvolver alternativas para despejos sanitários, tais como latrinas de compostagem, secas ou poços, para as escolas onde é impraticável o abastecimento de água para despejo.

Este programa resultará na melhoria da saúde, através de um melhor saneamento em todas as nossas escolas, apoiando o desenvolvimento das crianças e reduzindo os custos de saúde ao longo da vida, em Timor-Leste. Levará a um aumento na assiduidade escolar, especialmente para as meninas, reduzindo a desigualdade de género na educação. Permitirá também que programas educacionais de saúde e saneamento sejam executados nas escolas para que as crianças adquiram práticas sanitárias seguras para uso doméstico.

DRENAGEM

O terreno montanhoso de Timor-Leste e o clima de monções provocam inundações regulares e erosão nas áreas rurais e urbanas. A erosão e as inundações são as principais causas da destruição das estradas. A drenagem e a manutenção das estradas são aludidas no Capítulo 3 – Desenvolvimento das Infra-estruturas, Estradas e Pontes.



A erosão e as inundações também podem levar a deslizamentos de terras que, por sua vez, podem causar a destruição das casas colocando, muitas vezes, a vida das famílias em risco.

Adequados canais de drenagem e um plano de gestão de inundações, permitirão reduzir inundações e erosão. Iremos realizar trabalhos de pesquisa e engenharia para ajudar as comunidades locais na solução dos problemas de drenagem. A manutenção dos existentes canais de drenagem será parte fundamental dessas soluções. Outras estratégias para lidar com a erosão são discutidas no Capítulo 2 - Ambiente e Capítulo 4 - Agricultura.

O Plano Mestre de Água e Saneamento está actualmente a ser preparado, para fornecer soluções aos grandes problemas da drenagem na cidade de Díli. Algumas secções dos canais de drenagem estão bloqueados e destruídos, aumentando a frequência das inundações durante as chuvas, com impacto directo sobre a prosperidade económica. Com efeito, as frequentes inundações em Díli, durante a época de chuvas, resultam em frequentes danos nas propriedades e problemas de saúde pública. Esta situação leva a que os recursos financeiros que poderiam ser investidos no desenvolvimento económico, estão a ser despendidos na reparação e recuperação destes canais, limitando assim o desenvolvimento urbano. Melhorar o funcionamento e a manutenção do sistema de drenagem de Díli, irá resultar numa cidade mais limpa com menos ocorrências de inundações.

O despejo de resíduos sólidos, excrementos (de defecação a céu aberto) e sujidade em canais de drenagem de Díli, estão a contaminar a água nesses canais. O contacto com a água contaminada, pelos agricultores de "kanko", pelas crianças que brincam nos canais de drenagem e pela comunidade em geral, durante a ocorrência das inundações, põe em risco a saúde pública. Para resolver esses problemas, o Plano Mestre vai desenvolver:

- Um sistema de drenagem de base.
- Um plano de melhoria a médio e longo prazo de drenagem para Díli.
- Um Sistema de Gestão de Drenagem, incluindo um programa de monitorização contínuo.
- Manuais de Operações e programações de manutenção.
- Um Programa de Gestão de "Kanko".
- Apoio para a limpeza de drenagem e reabilitação.

ÁGUA POTÁVEL, SANEAMENTO E DRENAGEM EM DÍLI

O actual sistema, de distribuição de água, não se estende a todas as famílias, já que algumas fontes de água não são tratadas o que origina doenças e morbidade, especialmente entre as crianças. O actual sistema de distribuição de água apresenta condições muito precárias, o que leva ao vazamento e infiltração de águas subterrâneas poluídas e esgotos. Uma grande quantidade de água potável perde-se, devido a ligações clandestinas e ilegais.

Para alcançar este objectivo vamos necessitar de captar fontes adicionais de água para aumentar a oferta actual e tratar a água, até os padrões de água potável. Isto será alcançado do seguinte modo:

- Identificar e tratar nova água, se necessário, dos furos, rios e outras fontes
- Construir novas instalações de tratamento de água
- Estender a canalização de distribuição para novas áreas de serviço
- Ligar agregados familiares à canalização de distribuição.

Paralelamente, existe a necessidade de reabilitar os existentes sistemas de abastecimento de água, através da reparação de forma sistemática dos furos, consertando os canos, válvulas e medidores defeituosos, dar formação na leitura dos contadores de água e estabelecer um sistema de cobrança. Agregados familiares, que não estão ligados ao sistema, serão ligados e 150 torneiras comunitárias serão montadas nas áreas mais pobres. Todas as ligações serão oficializadas e responsabilizadas.

A população urbana de Díli não tem acesso a saneamento adequado. Algumas casas-de-banho são partilhadas por 3 a 15 famílias. Resíduos de fossas sépticas fluem em valas abertas e para as praias. As crianças brincam nestas valas e as mulheres cuidam do cultivo na água de esgoto, com água até a cintura. Os resíduos sanitários infiltram-se em águas subterrâneas, que são usadas como água potável. As bactérias em águas residuais são transmissoras de meningite, disenteria e outras doenças.

A construção de um sistema de esgotos em Díli vai ser dispendiosa, mas é inevitável para reduzir os riscos de saúde e encorajar o desenvolvimento económico. O Plano Mestre para o Saneamento e Drenagem está a ser preparado para melhorar o saneamento, por etapas, do seguinte modo:

- Reabilitar os esgotos existentes e separar o esgoto das drenagens de águas pluviais, através da construção de esgotos interceptores, principalmente ao longo dos canais existentes de drenagem de águas pluviais.
- Instalação de casas-de-banho em residências e facilitar o tratamento local.
- Construção, em fases, de centros de tratamento adequados.
- Ligar primeiro as propriedades comerciais, depois as residências com fossas sépticas e seguido por todas as casas que têm autoclismos.
- Desenvolver opções, incluindo a construção de uma linha de esgotos ao longo da costa para drenar os efluentes dos esgotos de intercepção.

O objectivo do Plano Mestre será estabelecer um sistema de recolha de esgotos, que cubra a maior parte da cidade. Para aquelas áreas, onde a ligação directa ao esgoto é impraticável, a recolha será feita para fossas sépticas isoladas, com um serviço seguro de recolha periódica e, em áreas que não são densamente povoadas, constroem-se fossas permeáveis.

Todas as famílias terão as suas instalações sanitárias ligadas ao sistema de esgotos de Díli, umas famílias terão fossas sépticas, outras terão acesso a instalações sanitárias geridas pelas comunidades. Até 2020, haverá uma infra-estrutura operacional, sustentável e mantida para a recolha e tratamento final.

METAS

Até 2015:

- O Objectivo de Desenvolvimento do Milénio, que define 75% da população rural de Timor-Leste com acesso a água potável, fiável e sustentável, terá sido ultrapassado.
- Haverá instalações sanitárias melhoradas, disponíveis em 60% das áreas urbanas distritais.
- A melhoria da operação e manutenção do sistema de drenagem de Díli resultará numa cidade mais limpa e na redução de inundações.

Até 2020:

- Todas as casas com a possibilidade de ter casas-de-banho ligadas ao sistema de esgotos, existente em Díli, serão conectadas e outras casas terão fossas sépticas ou o acesso a instalações sanitárias comunitárias.
- Todas as escolas públicas estarão ligadas a água potável canalizada.
- Haverá infra-estruturas sustentáveis e apropriadas, devidamente operadas e mantidas, para a recolha, tratamento e eliminação de esgotos em Díli.
- A Drenagem será melhorada nos em todos os distritos.

Até 2030:

- Todos os sub-distritos terão aperfeiçoado os seus sistemas de drenagem.
- Todos os distritos e sub-distritos terão sistemas de esgotos adequados.

E L E C T R I C I D A D E

VISÃO GERAL E DESAFIOS

O acesso ao fornecimento regular de electricidade é vital para melhorar a qualidade de vida em Timor-Leste e apoiar o crescimento e desenvolvimento de empregos em zonas urbanas e rurais.

Durante as duas décadas e meia de ocupação, algumas tentativas foram feitas para proporcionar o fornecimento de energia regular fora de Díli. Esta deficiência foi agravada em 1999, quando grande parte das infra-estruturas básicas de electricidade, que existiam, foram destruídas. Como consequência, o sector da electricidade actualmente em Timor-Leste é inadequado, degradado e necessita urgentemente de reforma. Apenas cerca de um terço da população tem acesso à electricidade, geralmente durante seis horas por dia. As zonas centrais de Díli e Baucau têm acesso 24 horas, no entanto, ainda existem falhas regulares.

Em casa, a electricidade pode ser usada para cozinhar, iluminação, refrigeração, televisores, computadores, rádios, telefones e frigoríficos e outros electrodomésticos. Os benefícios sociais são enormes. Por exemplo, o acesso a uma boa iluminação permite que as crianças possam ler ou estudar até mais tarde e um frigorífico permite um armazenamento mais higiénico dos alimentos.

Os benefícios económicos resultantes da electrificação também são enormes. A geração de electricidade e sua distribuição é necessária, para que a Nação transite, de um baixo nível de desenvolvimento, para uma economia moderna, com uma sociedade saudável e bem formada que está ligada internamente e com o mundo. A necessidade de electricidade influencia praticamente todos os esforços de desenvolvimento em Timor-Leste e tem sido identificada como uma prioridade nacional. O Plano de Electrificação está agora integrado nos planos de desenvolvimento global para a Nação, com o objectivo de responder às exigências energéticas de longo prazo, para construir as infra-estruturas básicas e desenvolver indústrias em todos os sectores, incluindo a criação de uma refinaria, uma plataforma de abastecimento e uma indústria em terra de GNL na região sul.

O actual sistema é composto por cerca de 58 geradores individuais, a *diesel* e de distribuição local, que no total produzem cerca de 40 MW de electricidade. Sem uma actuação abrangente, a sustentabilidade e a segurança do abastecimento de energia em Díli estará ameaçada, e a falta de electricidade para a Nação irá impedir o desenvolvimento social e económico, e a prestação de importantes serviços públicos.

A Electricidade de Timor-Leste (EDTL), é a agência nacional de electricidade de Timor-Leste. O financiamento do sector é afectado pelo não-pagamento de facturas de energia, com apenas 40% dos clientes comerciais em Díli a pagar as suas contas.

Os representantes comunitários, em quase todas as reuniões públicas sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento, realizadas em 2010, apresentaram a necessidade de ter acesso a electricidade regular, acessível e sustentável.

“As mulheres da nossa aldeia querem painéis solares para que os seus filhos possam estudar à noite”

*Líder da comunidade, distrito de Laulaura sul,
Consulta Nacional, 20 de Setembro de 2010*

ESTRATÉGIA E ACÇÕES

O acesso à energia eléctrica é um direito básico e o alicerce para o nosso futuro económico. Vamos tomar medidas para garantir que, até 2015, todos em Timor-Leste tenham acesso à energia eléctrica regular 24 horas por dia. Isto será alcançado através do investimento em novas centrais e a actualização dos sistemas de transmissão e distribuição, juntamente com a rápida expansão dos sistemas de energia renovável.

A REDE ELÉCTRICA NACIONAL

O primeiro passo, para alcançar este objectivo, já está em andamento. Um sistema fiável de produção, transmissão e distribuição de energia eléctrica está em construção. A rede eléctrica nacional é o maior programa de infra-estrutura de sempre em Timor-Leste Inclui:

- O Complexo de Produção de Hera, produzindo uma velocidade média de 7 x 17 MW para uma capacidade total de cerca de 119,5 MW. O complexo irá incluir instalações de armazenamento de combustível, e irá incluir uma subestação que aumentará a potência para 150 kV, para efeitos de ligação com o sistema de transmissão. Os motores irão funcionar inicialmente com óleo combustível leve ou pesado e serão capazes de ser convertidos para gás natural. Três dos sete geradores estarão operacionais em Novembro de 2011. As restantes quatro unidades entrarão em funcionamento em meados de 2012.
- O Complexo de Produção de Betano, produzirá uma velocidade média de 8 x 17 MW para uma capacidade total de cerca de 136,6 MW. O complexo irá incluir instalações de armazenamento de combustível, e irá incluir uma subestação que aumentará a potência para 150 kV, para efeitos de ligação com o sistema de transmissão. Os motores irão funcionar inicialmente com óleo combustível leve ou pesado e serão capazes de ser convertidos para gás natural. A central estará operacional em finais de 2012.
- Uma linha de transmissão de 150 kV com aproximadamente 715 km formando um anel em torno de Timor-Leste. A parte norte da rede eléctrica será concluída em Novembro de 2011 e a rede completa será concluída em meados de 2012.
- Nove subestações para reduzir a voltagem, nas capitais de distrito de Timor-Leste. Estas subestações permitirão a ligação com as linhas existentes de distribuição de 20 kV.
- Um centro de controlo situado na subestação de Díli.



Estes projectos já foram iniciados e são fontes de criação de muitos empregos directos e indirectos, oportunidades de negócios e crescimento económico.

A Rede Eléctrica Nacional vai proporcionar um fornecimento regular de electricidade, para apoiar o desenvolvimento do litoral sul e subsequentes grandes projectos de infra-estruturas. Também irá permitir a conversão para uma fonte de combustível mais ecológico que é o gás natural, uma vez disponível a oferta doméstica. As novas estações de electricidade terão uma capacidade mais adequada para responder à procura actual dos clientes em Timor-Leste, assim como o crescimento futuro por muitos anos. O estabelecimento de nove novas subestações permitirá ligar os relevantes alimentadores de distribuição a todos os cantos do país com excepção de Oe-Cusse Ambeno e da Ilha de Ataúro. A produção de energia em Oe-Cusse Ambeno estará sujeita a um projecto independente. A Ilha de Ataúro vai ser uma prioridade para projectos de energia renovável.

Quando o novo sistema de produção de energia estiver operacional, as centrais eléctricas existentes nos distritos serão encerradas.

A expansão do Complexo Eléctrico de Comoro, agora em fase de implementação, será capaz de assegurar electricidade de reserva para Díli. O projecto da Rede Nacional de Electricidade está actualmente a ser gerido pela Electricidade de Timor-Leste. Para melhorar os mecanismos de gestão e garantir que recursos humanos com grande capacidade técnica estarão disponíveis para o povo de Timor-Leste, um novo modelo de gestão para o sector de electricidade de Timor-Leste será introduzido em 2012, após consulta com o sector e com base nas melhores práticas internacionais.

GÁS NATURAL

Timor-Leste tem acesso a vastas reservas de gás no Mar de Timor. A disponibilidade de gás natural para produção de electricidade tem o potencial de oferecer um combustível mais barato e limpo comparando com os combustíveis líquidos. Em termos ambientais, para a mesma quantidade de electricidade produzida, as emissões de carbono da electricidade produzida por gás natural são consideravelmente mais baixos do que a electricidade produzida por diesel.

Um estudo de viabilidade será realizado para avaliar as perspectivas de longo prazo para atrair a construção de instalações de processamento de gás em Timor-Leste.

ENERGIAS RENOVÁVEIS E O PROGRAMA DE ELECTRIFICAÇÃO RURAL

Paralelamente à construção da Rede Eléctrica Nacional, um programa de electrificação rural será implementado com o objectivo de reduzir e melhorar as condições de vida das populações nas áreas mais remotas. Este programa envolve a ligação de zonas que já possuem geradores a diesel e pequenas redes locais à rede nacional e, oferecer fontes de energia renováveis para áreas mais remotas que não conseguem aceder a rede.

As fontes de energia renováveis têm o potencial de contribuir dramaticamente para o crescimento económico e ajudar a reduzir os níveis de pobreza em áreas rurais remotas. Adicionalmente, também contribuem para os esforços de Timor-Leste na adaptação e mitigação do impacto das mudanças climáticas, e irá ajudar-nos a cumprir as nossas obrigações, relativamente às convenções internacionais sobre mudanças climáticas.

O desenvolvimento de energias renováveis em Timor-Leste vai ajudar no crescimento económico e permitirá que Timor-Leste adopte novas tecnologias que nos tornará num modelo de desenvolvimento sustentável. Em 2020, pelo menos metade das necessidades de energia em Timor-Leste serão asseguradas através de fontes renováveis de energia.

O crescimento da população e as necessidades de uma economia em expansão, são susceptíveis de aumentar o consumo de electricidade em Timor-Leste de cerca de 160 GWh actualmente para 800 GWh até 2020. Aproximadamente metade destas necessidades de energia será gerada por fontes de energia renovável. A análise, feita para o Plano Estratégico de Desenvolvimento, identificou mais de 450 MW de potenciais projectos de energia renovável, distribuídos pelas seguintes tecnologias:

- Hidro (fio-água e regulação): 252 MW.
- Hidráulica: 100 MW.
- Eólica: 72 MW.
- Solar: 22 MW .
- Biomassa / Resíduos Sólidos: 6 MW.

Existe uma série de projectos de energia solar e eólica, de custo relativamente baixo e de fácil de instalação, que pode responder a cerca de 10% das necessidades de Timor-Leste, em termos de energia em 2012. Para dirigir, coordenar e monitorizar a implementação destes projectos, será estabelecido um Gabinete de Recursos Naturais Renováveis. O gabinete será responsável pelo licenciamento e acompanhamento dos projectos, a revisão do quadro legal e apoiar o desenvolvimento de um plano de eficiência energética.

A venda de créditos de carbono irá ajudar a viabilidade de projectos de energia renovável. A Agência de Desenvolvimento Nacional (ver Capítulo 5) terá a responsabilidade de assegurar a atribuição de créditos de carbono, necessários para desenvolver os projectos.

A Ilha de Ataúro e o enclave de Oe-Cússe Ambeno serão prioritários para os projectos de energia renovável, que por óbvias razões geográficas, não serão capazes de aceder à rede de distribuição nacional.

Como observado acima, o programa de electrificação rural terá como alvo as comunidades em áreas isoladas, que não terão ligação à rede nacional, a médio prazo. Cerca de 8.000 famílias em áreas remotas já tem assegurado o acesso a energia através da utilização de recursos energéticos renováveis.

No entanto, ainda existem cerca de 50.000 famílias que não estão abrangidas pela rede de distribuição e que não têm acesso a sistemas de energia renovável.

O programa de electrificação rural irá fornecer apoio técnico e financeiro às comunidades, para instalar fontes de energia renováveis, beneficiando toda a comunidade. No curto prazo, o programa irá incentivar as comunidades rurais para estabelecer a sua própria produção de electricidade, utilizando a fonte de energia renovável mais apropriada. A médio prazo, as comunidades serão incentivadas a vender a produção de electricidade em excesso para a rede eléctrica nacional.

Energia Hidroeléctrica

A energia hidroeléctrica é produzida usando os cursos de água para mover as turbinas. É uma forma renovável e não poluente de produzir energia.

Existe o potencial para projectos mini-hídricos em Timor-Leste que não necessitam de barragens. O que acontece é que estes projectos desviam a água de um rio para uma elevação acima da estação de energia e usam a água que cai para girar uma turbina, que irá accionar um gerador. A água então retorna para o rio.

Apesar da maioria dos mini-projectos hidroeléctricos só fornecerem uma quantidade mínima para energia durante a estação seca, estes ainda são economicamente viáveis, já que a poupança na importação de combustível ajudará a cobrir os custos incorridos para desenvolver estes projectos. A actividade de construção vai gerar empregos e existindo ainda benefícios complementares para a agricultura.

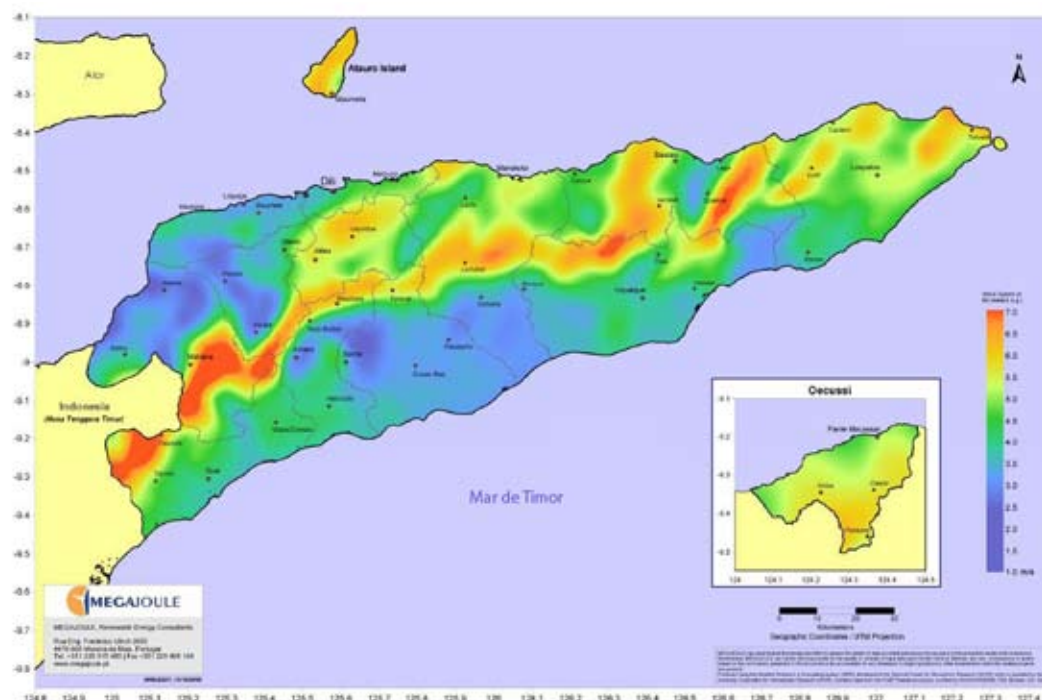
Uma análise, das potenciais zonas hidroeléctricas em Timor-Leste conduzida para o Plano Estratégico de Desenvolvimento, identificou quase quarenta locais que poderão gerar energia entre 1,2 MW e 50 MW. Com base nos resultados de uma investigação e análise detalhada, realizada para o Plano Estratégico de Desenvolvimento, estudos de viabilidade serão realizados sobre o potencial de zonas mini-hídricas em todo o Timor-Leste.

Energia Eólica

Embora a falta de vento geralmente torne a energia eólica inviável em áreas tropicais, um levantamento preliminar de potenciais locais em Timor-Leste identificou um número de áreas adequadas para turbinas eólicas. Os resultados de uma análise da velocidade do vento média em todo o Timor-Leste estão definidos na figura abaixo.



Figura 12 Atlas da média anual de velocidade do vento



Fonte: Plano de Electrificação de Timor-Leste com base em Energias Renováveis, 2010

A análise preliminar mostrou que as áreas montanhosas do leste de Maliana, e sudoeste e leste de Venilale e Quelicai, destacam-se como áreas potenciais para produção de electricidade eólica. Testes adicionais em cinco estações meteorológicas, ao longo de um período de 12 meses e os resultados da análise técnica informática revelaram que Bobonaro e Lariguto possuem condições mais adequadas à energia eólica. Esta análise também teve em conta factores, tais como:

- O potencial para ser integrado na rede de electricidade .
- A existência de estradas e portos para o transporte de grandes turbinas eólicas.
- A capacidade de gerir a variabilidade e imprevisibilidade do recurso.

Outros potenciais áreas ‘de vento’ serão ainda objecto de análise como sejam, Fatumean (Covalima) Aituto (Ainaro) e Lebos (Bobonaro).

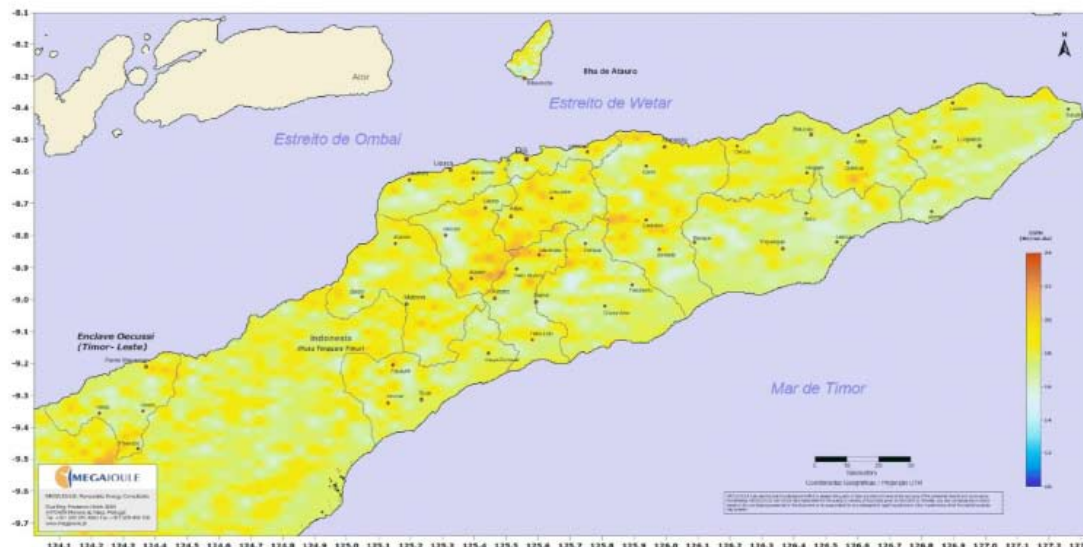
O parque eólico de Lariguto será construído e ligado, dentro de dois anos, para servir como modelo de desenvolvimento de parques eólicos.

Energia solar

A energia solar usa o calor do sol para gerar electricidade usando uma variedade de tecnologias. As instalações, domésticas e autónomas, serão usadas para fornecer energia eléctrica, nas áreas muito remotas de Timor-Leste, com um terreno difícil, onde não será possível aceder ao sistema de distribuição eléctrica.

A figura abaixo mostra os resultados de uma pesquisa de taxas de luz solar diária em Timor-Leste. Os resultados sugerem que todo o território de Timor-Leste tem o potencial de sucesso de produzir energia solar.

Figura 13 Mapa do nível de raios solares diários em todo o País



Fonte: Plano de Electrificação de Timor-Leste com base em Energias Renováveis, 2010

As taxas reais globais de luz solar diária, em termos de gama média anual variam entre 14,85 e 22,33 MJ / m² por dia. Estas taxas indicam que todo o território de Timor-Leste tem potencial de sucesso para gerar energia solar.

Os resultados deste exercício de mapeamento serão usados para identificar os locais em áreas remotas que têm as melhores condições para o desenvolvimento e construção de centrais solares fotovoltaicas. Os factores a serem considerados incluem o terreno local, orientação, proximidade com a linha de transmissão, a acessibilidade e a densidade de vegetação. Como esses sistemas de energia solar são relativamente simples de instalar, os membros das comunidades locais serão treinados para instalar e manter os sistemas.

Um programa de iluminação solar será apoiado, oferecendo a cerca de 100 mil famílias o acesso à luz eléctrica até 2020.

Para demonstrar o potencial da energia solar, em 2015, será estabelecido em Díli um Centro Solar.

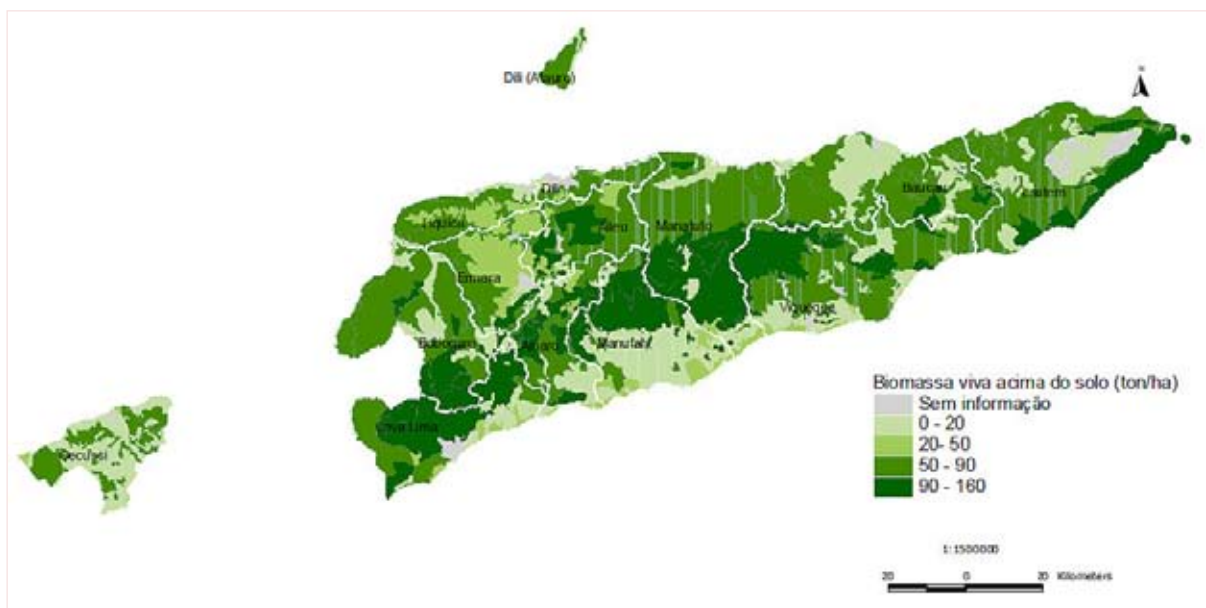
Energia de biomassa

A energia da biomassa é produzida por ou a partir de plantas ou resíduos de animais. Por exemplo, a madeira torna-se uma fonte de energia de biomassa, quando é processada como combustível para cozinhar. Os resíduos agrícolas, como excremento de vaca, podem ser transformados em biomassa para formar biogás, que será engarrafado e usado para cozinhar ou outras actividades.

As culturas como milho e cana-de-açúcar podem produzir etanol, que podem ser usados para abastecer veículos. O lixo doméstico e industrial pode ser processado em fábricas especialmente concebidas para produzir electricidade.

Uma análise realizada para o Plano Estratégico de Desenvolvimento da quantidade de biomassa acima do solo em Timor-Leste encontrou a maior concentração de biomassa vegetal associada a florestas tropicais em áreas de planalto e também áreas com média e baixa densidade florestal. Esta análise avaliou também o tipo de solo e a geografia local. Os resultados constam na figura abaixo.

Figura 14 Mapa do potencial da biomassa



Fonte: Plano de Electrificação de Timor-Leste com base em Energias Renováveis, 2010

Os distritos de Manatuto, Viqueque e Lautem foram identificados como tendo maior potencial para a instalação de novas técnicas de conversão de biomassa em electricidade. Estudos de viabilidade serão realizados aos potenciais projectos nestas regiões.

Também será levado a cabo um estudo de viabilidade sobre a possibilidade de construir uma central termoeléctrica para gerar energia a partir de lixo doméstico e industrial de Díli.

METAS

Até 2015:

- Toda a população terá acesso à electricidade 24h/dia.
- Duas novas estações de energia terão sido construídas em Hera e Betano fornecendo 250 megawatts de electricidade para apoiar o desenvolvimento social e económico em Timor-Leste.
- Um novo modelo de gestão para o sector de electricidade será estabelecido segundo as melhores práticas internacionais.
- A central de Lariguto será construída segundo um modelo de desenvolvimento eólico.
- Uma central solar será construída em Díli para demonstrar o potencial da energia solar.
- Serão realizados estudos de viabilidade de longo prazo com vista à atracção de indústrias de processamento de gás, mini-projectos hídricos e viabilidade de construção de centrais termoeléctricas que gerem electricidade através de resíduos domésticos e industriais.

Até 2020:

- 50% da energia Timor-Leste vai ser produzida por fontes renováveis de energia.
- Aproximadamente 100.000 famílias terão acesso a energia solar.

Até 2030:

- Todas as famílias em Timor-Leste terão acesso a electricidade, quer pela expansão do sistema convencional de energia eléctrica ou através da utilização de energia renovável.



P O R T O S M A R Í T I M O S

VISÃO GERAL E DESAFIOS

A expansão da economia de Timor-Leste e o aumento da procura, criada pelo programa de infra-estruturas do Plano Estratégico de Desenvolvimento, irá criar uma necessidade urgente de uma maior capacidade portuária, tanto no norte como no litoral sul. O desenvolvimento de infra-estrutura portuária é fundamental para permitir que Timor-Leste importe bens essenciais e equipamentos, para fortalecer a nossa economia e construir infra-estruturas de grande escala.

Timor-Leste está dependente de um único porto nacional em Díli para todas as nossas importações e exportações de carga geral. Os serviços regulares de transporte directo são actualmente oferecidos para Darwin na Austrália, Kota Kinabalu na Malásia, Surabaya na Indonésia e Singapura. Outros serviços também operam a partir de portos na Indonésia. O serviço de ferry opera entre Díli e Oe-cusse Ambeno duas vezes por semana e entre Díli e Ataúro uma vez por semana.

O porto de Díli foi anteriormente um porto costeiro, mas actualmente é o único porto marítimo internacional em Timor-Leste. A disposição dos edifícios e armazéns de carga no porto é mais adequado à sua função anterior que, como porto costeiro, lidava apenas com cargas gerais, e não com navios contentores transportando mercadorias internacionais.

O comprimento do cais do porto é de 380 metros e pode acomodar, simultaneamente, dois navios de grande porte. Os serviços de carga e descarga também estão disponíveis para o carregamento frontal de navios. O Porto de Díli está a enfrentar dificuldades, em dar vazão ao enorme volume de carga, e esta situação poderá agravar-se quando a economia se expandir. A capacidade limitada do Porto já provoca atrasos na atracação de entre três e oito navios.

O volume do porto é cerca de 200 mil toneladas por ano (80% de importações e 20% de exportações), mas o crescimento da nossa economia irá trazer maiores volumes de carga ao porto. Nos últimos seis anos, tem havido um aumento médio acumulado de 20% ao ano no fluxo de contentores e é esperado que esta elevada taxa de crescimento continue. Até 2015, o Porto de Díli pode ser obrigado a lidar com o dobro da carga actual, o que vai colocar uma enorme pressão nas instalações portuárias existentes.

Uma série de problemas actuais, limita a capacidade e o funcionamento do Porto de Díli, incluindo:

- Limitações do porto, especialmente as restrições em época seca, o que elimina o acesso da concorrência das frotas marítimas que operam navios de maior porte, o que significa que apenas navios de pequeno porte são capazes de aceder ao porto, diminuindo a produtividade.
- Limitação de terreno para ampliar o porto.

- A estrada de acesso a Díli congestionada e, tendo como entrada uma intersecção, torna o acesso inadequado.
- Não existem instalações para acomodar ou capacidade de exportar para a indústria pesqueira.

Não existem soluções fáceis para estes problemas, mas sem intervenção, é provável que o Porto de Díli não tenha capacidade para responder à procura de carga nos próximos 4 a 6 anos.

Timor-Leste também possui instalações portuárias em Hera, Tibar, Oe-Cússe Ambeno, Kairabela, Ataúro e Com, mas todos apresentam condições precárias de conservação. Os portos em Oe-Cússe Ambeno e Ataúro oferecem o único meio significativo de acesso a estas regiões. Não existem portos ou instalações para atracagem de pequenos navios na costa sul e toda a agricultura e indústria é totalmente dependente do transporte rodoviário, para o norte, que é caro e pouco confiável.

ESTRATÉGIAS E ACÇÕES

Timor-Leste irá estabelecer novos portos marítimos em Tibar, na costa norte, e no Suai no litoral sul, para apoiar a nossa economia em crescimento e fazer face às exigências futuras de carga.

Porto de Tibar

A construção de um porto em Tibar é uma prioridade nacional para o desenvolvimento da nossa Nação. Este porto será desenvolvido como um porto multi-funcional, com uma capacidade de escoar 1 milhão de toneladas por ano e, ao mesmo tempo, atender a carga comercial e a necessidades de passageiros.

Tibar está bem localizado para um porto comercial. É protegido das ondas por Ataúro e o litoral norte é muito mais calmo do que na costa sul de Timor-Leste. Existe ainda a protecção oferecida pelo recife exterior. O projecto do Porto de Tibar envolverá:

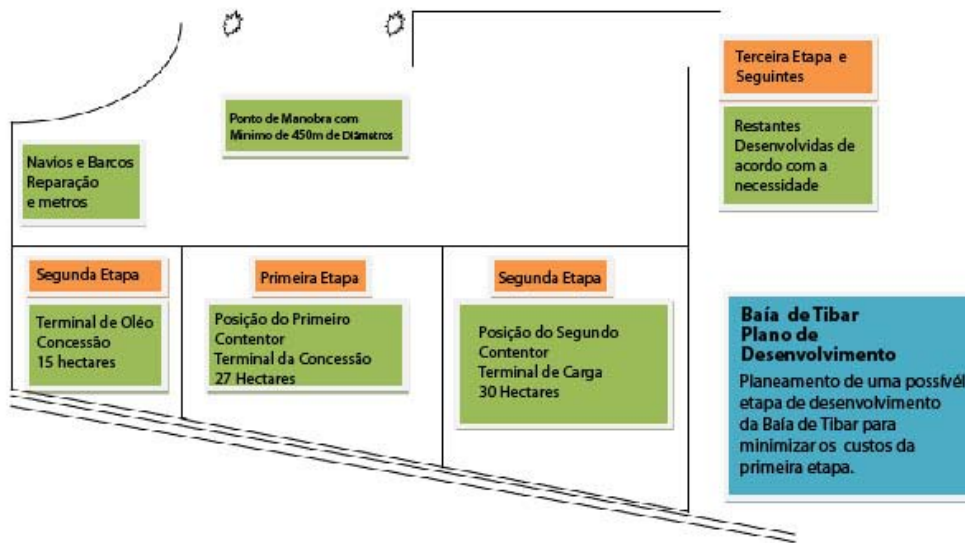
- A construção de um cais e instalações em terra
- A construção de uma estrada de Díli para Tibar permitindo o acesso do transporte rodoviário ao porto
- Dragagem
- Novas estradas de acesso
- A possível construção de um quebra-mar.

O porto de Tibar será construído por fases, mediante o aumento da procura e a disponibilização de financiamento e dotações orçamentais.

A primeira etapa do desenvolvimento envolverá a construção do necessário quebra-mar, a dragagem e construção de novos ancoradouros para navios, imediatamente adjacente à entrada do porto, incluindo os edifícios principais. A segunda etapa envolverá a construção de um terminal de combustível e um terminal maior para contentores e carga em geral. A fase final irá desenvolver os restantes cais à medida que estes forem necessários.

O planeamento preliminar para o projecto do Porto de Tibar já foi iniciado e, em 2020, Timor-Leste terá um novo porto, eficiente e em pleno funcionamento.

Figura 15 Plano de desenvolvimento do Porto de Tibar



Fonte: Relatório da "International Finance Corporation, Public Private Partnership, Approaches to Port Development in Timor-Leste", Março 2011

Porto do Suai

Uma base logística para o sector do petróleo será estabelecida em Suai. Esta base irá possibilitar que a costa sul desenvolva o sector de petróleo nacional, juntamente com as indústrias e empresas relevantes e de apoio. O ponto central deste desenvolvimento será a construção de um novo porto no Suai. Esta instalação irá abrir a costa sul ao investimento e ao crescimento, e fornecer um ponto de acesso internacional para Timor-Leste.

O novo porto do Suai irá ser um ponto de entrada para os materiais e equipamentos, que serão necessários à indústria petrolífera, para construir o complexo industrial e as infra-estruturas. Será um porto multi-funcional e inclui um parque para contentores, armazém para a logística e instalações de armazenamento de combustível. O porto também poderá acomodar instalações para a construção e reparação de navios. A construção do porto irá exigir um quebra-mar que ofereça protecção contra as ondas do Mar de Timor.

O porto do Suai fará parte da Plataforma de Abastecimento do Suai, que se tornará a base industrial nacional e o centro logístico para a criação de emprego e desenvolvimento económico na costa

sul. A plataforma irá também apoiar a criação das plataformas de petróleo em Betano/Manufahi, e Beaçó/Viqueque.

Portos regionais

Timor-Leste empenhar-se-á num projecto de construção de portos regionais ao longo dos próximos dez anos. As instalações portuárias serão construídas, reabilitadas ou substancialmente alargadas nas seguintes zonas:

- Com, onde o cais será modernizado para permitir a construção de um porto e de uma instalação de protecção das pescas.
- Ataúro, onde um porto será construído para dar escoamento à carga, passageiros, pesca e turismo.
- Kairabela, no sub-distrito de Vemasse, onde um pequeno porto será construído para facilitar o acesso ao mar no distrito de Baucau.
- Oe-Cusse Ambeno, onde o cais de passageiros irá ser reabilitado, numa primeira fase, a ter começo em 2011, seguida pela construção de uma instalação de maré-independente e cais de carga seca, e reabilitação do existente cais de carga.
- Manatuto, onde um pontão será construído com instalações de refrigeração para permitir a exportação de produtos de pesca e da agricultura.

Além disso, as instalações da Marinha serão construídos no porto de Hera, enquanto as instalações portuárias serão planeadas para a parte oriental da costa sul em torno de Beaçó.

Oe-Cusse Ambeno



Oe-Cusse Ambeno é um distrito maravilhoso, com cadeias de montanhas e longas praias tropicais. A cidade de Lifau é o local do estabelecimento original de Timor Português em 1540 e é um lugar tranquilo e atractivo à beira-mar. A capital de Oe-Cusse Ambeno, Pante Makassar, foi o primeiro assentamento permanente dos Portugueses e ainda há relíquias desse período para explorar, incluindo a guarnição colonial e a construção antiga da administração Portuguesa.

Oe-Cusse Ambeno fornece um refúgio ideal para os visitantes, oferecendo praias tropicais com coqueiros e recifes de corais para mergulho. Os turistas também podem caminhar através das montanhas da região, que apresentam florestas densas, vistas espectaculares e cascatas. Para os turistas que visitam Timor-Leste, o enclave de Oe-Cusse Ambeno fornece a mistura ideal de opulento património cultural, serras, praias paradisíacas e acolhedora população local.

As instalações de embarque e desembarque dos passageiros, incluindo as infra-estruturas inerentes aos movimentos do tráfego, serão fundamentais para atrair um maior número de visitantes ao Oe-Cusse Ambeno, com o posterior estabelecimento de novas empresas ligadas ao turismo, que irão dinamizar a economia do distrito e gerar novos empregos e oportunidades de rendimento para a população.

METAS

Até 2015:

- O Porto do Suai terá sido construído e estará a funcionar de forma eficiente.
- O projecto de portos regionais terá construído instalações portuárias em Com, Atauro, Vemasse e Oe-Cusse Ambeno.
- A construção de um porto em Tibar terá começado.

Até 2020:

- O Porto de Tibar estará a funcionar de forma eficiente, como a principal instalação portuária de Timor-Leste.
- O programa de portos regionais terá desenvolvido as instalações portuárias em Kairabela e na costa sul em torno de Beaço.

A E R O P O R T O S

VISÃO E DESAFIOS

O Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato, em Díli, é o único aeroporto internacional em Timor-Leste com ligações de serviços regulares com Darwin, Denpasar e Singapura. O crescimento económico geralmente tem impacto na procura de condições aeroportuárias. Isto significa que o tráfego aéreo irá aumentar significativamente no nosso aeroporto nacional nos próximos anos. Contudo, o aeroporto internacional Presidente Nicolau Lobato não tem capacidade de resposta ao aumento de passageiros e aeronaves, com segurança para o futuro.

A condição do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato é precária e necessita de substanciais melhorias e desenvolvimento para acolher o aumento no número de passageiros e apoiar o mercado turístico. O aeroporto e sua pista são actualmente incapazes de acomodar aeronaves de grande porte.

Existe um aeroporto em Baucau, com uma pista de 2.500 metros, e que presentemente não está operacional. Outras pistas em Timor-Leste, incluem uma pista coberta de 1.050 metros no Suai, uma pista de cascalho em Oe-Cússe Ambeno e aeródromos, em pelo menos, outros cinco locais com pistas em condições precárias. Não existem serviços regulares para qualquer um destes aeroportos e aeródromos.

ESTRATÉGIA E ACÇÕES

Para responder à futura procura de tráfego aéreo, vamos expandir o Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato, em Díli, e construir e reabilitar as pistas de aterragem regionais para criar uma capacidade efectiva de aviação distrital.

Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato

O Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato tem uma circulação de passageiros de, aproximadamente, 80.000 a 100.000 por ano. O aeroporto tem uma pista, com um comprimento de 1.850 metros e 30 metros de largura, permitindo descolar de dois lados, uma torre de controlo, um terminal de passageiros e um terminal VIP separado.

Para responder à futura procura, o aeroporto será ampliado para permitir gerir aproximadamente um milhão de passageiros por ano até 2020. Isso envolverá a extensão da pista e um novo terminal.

A pista irá aumentar até cerca de 2.500 metros, para permitir ao aeroporto receber aviões de grande porte, como o Airbus 330. Sendo que um aeroporto de padrão internacional, necessita de uma pista de pelo menos 3.000 metros, o que permite a aterragem da maioria das aeronaves, incluindo o Boeing 747, uma pista deste comprimento não será planeada. Não só é pouco provável que os aviões do tamanho de um Boeing 747 sejam comercialmente viáveis para transitar no aeroporto

de Díli, nos próximos 20 anos, mas também a expansão da pista para 3.000 metros requererá a construção para o mar e, com uma profundidade de aproximadamente 60 metros, tornará o custo do projecto exorbitante.

Portanto, a pista será estendida, na direcção da ribeira de Comoro, até um comprimento de cerca de 2.500 metros. Para melhorar a segurança e cumprir as normas internacionais, a largura da pista também será aumentada dos actuais 30 metros para 45 metros.

As novas instalações do terminal serão construídas, para apoiar as operações de um aeroporto moderno e dar resposta ao desenvolvimento da indústria do turismo. Para apoiar o crescimento do turismo, o aeroporto será promovido aos operadores internacionais e companhias aéreas regionais.

Como parte da modernização do aeroporto, a gestão do aeroporto irá ser transferida para uma autoridade aeroportuária, que incidirá sobre os aspectos comerciais do aeroporto, para manter uma capacidade operacional e de financiamento a longo prazo.

Aeroportos regionais - Lospalos, Same, Viqueque, Suai, Baucau

Timor-Leste também deverá desenvolver um programa de aviação distrital. A Nação em breve dependerá da aviação civil local para evacuações médicas, bem como a prestação eficiente de muitos serviços governamentais, segurança e comércio.

Iremos desenvolver um plano de Aviação Distrital, que ofereça uma capacidade de aviação distrital e identifique os actuais e propostos aeródromos, assim como as necessidades da capital para a modernização e reabilitação das mesmas. O plano incluirá a reabilitação ou construção de aeródromos, pelo menos no Suai, Oe-Cússe Ambeno, Lospalos, Maliana, Viqueque, Same e Ataúro.

O aeroporto de Baucau também será desenvolvido, como uma alternativa ao aeroporto de Díli. Isto incluirá a construção de uma torre de controlo e terminal. O aeroporto de Baucau será também usado como base aérea militar.

METAS

Até 2015:

- O Plano do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato terá sido concluído e as obras de reconstrução, das instalações do terminal e a modernização da pista, terão sido realizadas
- Os aeroportos distritais de Maliana, Baucau e Oe-Cusse Ambeno terão sido reabilitados

Até 2020:

- O Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato será um aeroporto internacional de padrão moderno com capacidade para circular um milhão de passageiros por ano
- Timor-Leste vai ter uma rede de aeroportos distritais totalmente operacionais, incluindo os aeroportos de Suai, Baucau, Oe-Cusse Ambeno, Lospalos, Maliana, Viqueque, Same e Ataúro
- O aeroporto de Baucau vai operar como um aeroporto alternativo ao Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato e funcionará como uma base militar.

TELECOMUNICAÇÕES

VISÃO GERAL E DESAFIOS

“Precisamos de um bom sistema de comunicações por todo o País, não somente nas cidades.”

Motorista, sub-distrito de Hatubilico, distrito de Ainaro, Consulta Nacional, 17 de Maio de 2010

Uma rede de telecomunicações eficaz une as pessoas e apoia o crescimento das empresas e a prestação de serviços do governo. Liga as aldeias, vilas e cidades entre si e daí ao mundo. As telecomunicações são essenciais para o futuro desenvolvimento de Timor-Leste, incluindo a criação de empregos, o crescimento dos negócios e a prestação de serviços vitais, como saúde, educação e segurança.

O mundo está a entrar numa nova era de telecomunicações, que é caracterizada por novos dispositivos de acessibilidade e custos. Esta nova

época irá transformar a maneira com que as pessoas contactam umas com as outras e com o mundo. Vemos já grandes mudanças, na forma como as pessoas acedem à internet e, dentro de um ano ou mais, a maioria das ligações globais será feita através de dispositivos sem fio, incluindo telefones inteligentes, e portáteis. Os custos de acesso à tecnologia e ligação são cada vez mais reduzidos, em parte impulsionados pelas economias emergentes.

O avanço da tecnologia e a redução dos custos unitários, vão abrir novas possibilidades e vão resultar em alterações na maneira como vivemos as nossas vidas. Um dos melhores investimentos que Timor-Leste pode fazer, é assegurar que façamos parte desta mudança estrutural no relacionamento global, social e económico. A construção de infra-estruturas de telecomunicações irá apoiar os nossos avanços na saúde e educação, e a expansão da nossa economia, ao permitir que o nosso povo tenha acesso a redes globais de entretenimento e conhecimento.

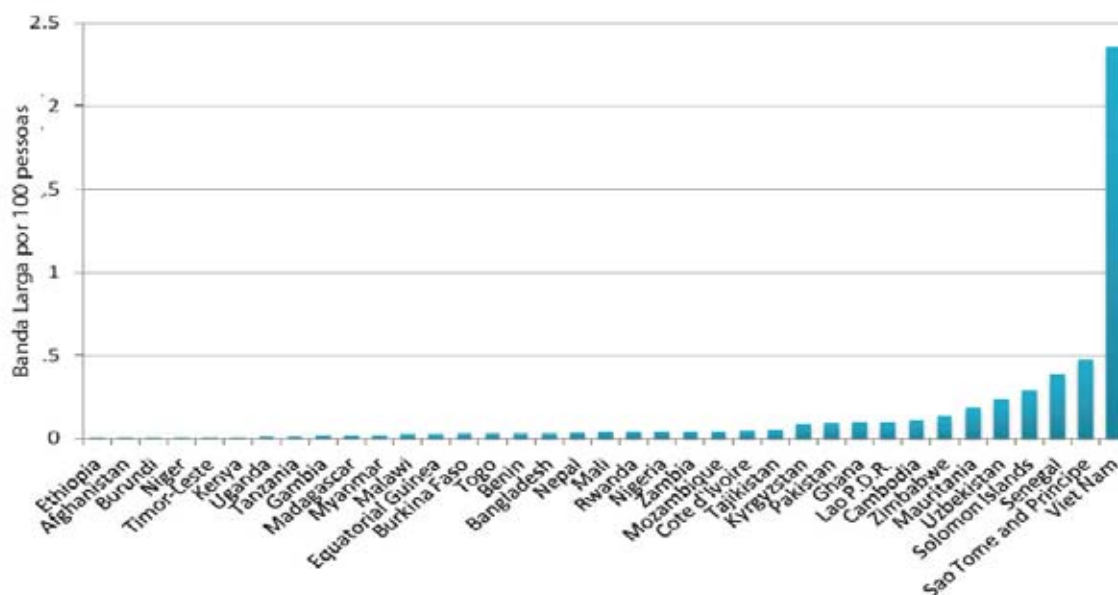
Não possuindo suficiente acesso à internet, que lhe permita beneficiar da actual tecnologia de telecomunicações, o nosso povo não poderá tomar parte nem beneficiar-se dos grandes avanços que emergem da tecnologia de comunicações globais. O acesso a telefones, internet de banda larga é muito baixo, com cobertura limitada em áreas rurais, e a preços elevados. A actual capacidade de telecomunicações não permite ao governo coordenar e controlar os serviços de emergência, em caso de um desastre nacional.

Em 2002, o governo concedeu o monopólio das telecomunicações a um único operador, por um período de 15 anos, que termina em 2017. Um contrato de concessão exclusivo, através de um processo de concurso, foi realizado para garantir uma rápida restauração dos serviços de telecomunicações em Timor-Leste. No entanto, desde então, a procura de serviços tem aumentado substancialmente, inclusivamente nas áreas rurais, e agora a Nação precisa de um mercado competitivo para fornecer melhores serviços de telecomunicações. As outras nações, de dimensão económica comparável, introduziriam a concorrência, o que resultou em mais de um fornecedor de serviços de telecomunicação e redes de telefone móvel. Timor-Leste beneficiará com tal alteração.

Entretanto, Timor-Leste é um dos países com menor ligação em termos de telecomunicações, tanto com o mundo como nas comunicações nacionais. No final de 2009, de uma população de cerca de 1,1 milhões havia apenas cerca de 2.900 assinantes de linha fixa (0,2% de penetração), 500.000 telefones móveis, 1.100 assinantes de Internet, incluindo 474 assinantes de banda larga (0,1% de penetração da Internet e menos de 0,05% de penetração da banda larga). A cobertura geográfica e o acesso às telecomunicações de telefone móvel nos distritos rurais também são pobres. Em 2008, estimava-se que apenas cerca de 68% da população total de Timor-Leste tinha acesso à cobertura de redes móveis. O acesso está a melhorar com o operador de telecomunicações a planear aumentar a cobertura para 90% da população até 2013.

O acesso à Internet via “dial-up” está disponível em Díli e em capitais de distrito, mas a velocidade e qualidade são inadequadas para uso em negócios, saúde e educação. O acesso de banda larga da Internet é limitado a Díli. Timor-Leste depende de ligações caras e de capacidade limitada, via satélite, para o seu acesso de banda internacional.

Figura 16 Penetração da banda larga em países de baixo rendimento, de 2007-2008



Fonte: "ITU World Telecommunication / ICT", indicadores 2009

ESTRATÉGIA E ACÇÕES

A nossa visão é que, até 2015, teremos uma rede de telecomunicações moderna, que ligue as pessoas em Timor-Leste entre si e ao mundo, e que nos permitirá tirar o máximo proveito dos avanços de telecomunicações globais. Para alcançar a nossa visão, vamos abrir o nosso mercado das telecomunicações à concorrência, estabelecer um órgão regulador independente e introduzir uma política de serviço universal que irá melhorar drasticamente o acesso aos serviços de telecomunicações que sejam acessíveis, seguros e modernos.

O fundamento da nossa abordagem será a liberalização do mercado e a introdução da concorrência, através da participação do sector privado. Um novo regime legislativo e regulamentar será introduzido para gerir o processo de liberalização do mercado. A nova lei irá oferecer a protecção da concorrência e do consumidor e estabelecer um novo órgão regulador independente, a Autoridade Reguladora de Telecomunicações (ARTEL).

A ARTEL será responsável pela regulação do sector de telecomunicações, em conformidade com a nova lei de telecomunicações. Isto incluirá o desenvolvimento de um regime de regulamentação, a concessão de licenças de telecomunicações, o controlo do cumprimento, evitando comportamentos anti-concorrenciais, incentivando a partilha de infra-estruturas, proporcionando a defesa do consumidor, regulando segurança da Internet e implementando políticas. As operações da ARTEL serão financiadas a partir de taxas regulatórias, principalmente taxas de licença.

Porque uma parte significativa do povo timorense não têm acesso a serviços de telecomunicações, será introduzida uma Política de Serviço Universal. Os propósitos da Política de Serviço Universal serão assegurar que cada pessoa em Timor-Leste tenha acesso a cobertura de telefone móvel, aumentar o acesso à Internet de banda larga, para todas as capitais de distrito e áreas circundantes, no curto prazo e para dar cobertura em todo o Timor-Leste a médio prazo.

A realidade de Timor-Leste é que as actuais ligações via satélite da internet não podem oferecer a capacidade, que é necessária para um sistema de telecomunicações moderno. Para se beneficiar da rede de telecomunicações global, precisamos de acesso a um cabo de telecomunicações submarino de fibra óptica para nos oferecer um “ponto de presença” de um núcleo grande (ou POP). Isto irá oferecer a largura de banda de internet necessária para um sistema moderno.

Ligação submarino por cabo de fibra óptica para Timor-Leste



Uma rede de fibra óptica submarina liga o mundo, fornecendo internet de banda larga de alta velocidade. Timor-Leste irá prosseguir uma ligação com um cabo quer da Indonésia, como a PT Telkom backbone de fibra óptica que em breve ligará com Kupang, em Timor Ocidental, ou a um cabo australiano. Tal ligação será operada numa base comercial, quer por operadores privados de telecomunicações quer pelo governo.

A partir do POP, uma rede de fibra óptica será colocada em Timor-Leste. Esta rede incluirá cabos ao longo da nossa rede eléctrica. A partir desta rede, ligações de rede fixa e estações -base poderão oferecer acesso a uma nova geração móvel de banda larga, em redes sem fio, para uma grande parte do País. Isto causará uma profunda melhoria na qualidade e velocidade dos serviços de banda larga e permitirá que o nosso povo, e especialmente as nossas crianças e jovens, possam fazer parte do mundo digital. Ao mesmo tempo que transforma a nossa economia e a prestação de serviços governamentais, incluindo saúde, educação e segurança.

Os telefonemas via “Voice over Internet Protocol” (VoIP) irão reduzir o custo de serviços básicos

de telefone e a televisão de protocolo de internet (IPTV) pode ser acedido, fornecendo televisão de alta definição e abertura de centenas de canais em todas as línguas.

No futuro, a nova tecnologia vai transformar as nossas escolas e instituições de ensino superior. As crianças, em idade escolar, serão capazes de aceder, em tempo real, ao ensino de todo o mundo. As traduções instantâneas irão ligar os nossos alunos com o mundo, ao mesmo tempo que, novos dispositivos e serviços de armazenamento de dados, permitirão preservar e divulgar os nossos dialectos de língua materna, as nossas histórias e a nossa cultura. Com acesso à internet individual, os alunos, em qualquer lado de Timor-Leste serão capazes de interagir visualmente entre si e partilhar as suas experiências.

A possibilidade de salas de aula virtual, com alunos e professores em outras aldeias ou nações, e o acesso a materiais de pesquisa, tais como documentários, programas educacionais e novos livros digitais, terão o potencial de fazer grandes melhorias educacionais. À medida que os custos unitários dos dispositivos de internet diminuem, Timor-Leste vai aproveitar ao máximo a promessa da era da internet. Como primeiro passo, todas as escolas serão ligadas à internet. No entanto, o progresso real será feito, quando cada aluno tiver acesso individual, através de um portátil ou computador como ferramentas educacionais on-line.

O nosso sector de saúde também será transformado, com acesso às especialidades médicas, não mais afectada pela distância física. Em tempo real, consultas face-a-face via vídeo com médicos especialistas será possível, de modo que uma pessoa, nas montanhas de Timor-Leste, será capaz de procurar aconselhamento de um médico em Díli ou mesmo em Singapura. O apoio em tempo real e interactivo e formação para profissionais de saúde, também se tornará possível em todo o País.

As telecomunicações modernas e o acesso à Internet, também vão dar um impulso à nossa economia. Oferecerão, ao nosso povo, acesso maior ao mercado do mundo. As pequenas comunidades em mercados emergentes em todo o mundo estão a desenvolver conhecimentos que, depois, colocam ou vendem através da internet. Estamos a entrar num mundo de preços global de bens e serviços e num mercado global que pode oferecer oportunidades para a nossa economia a preços cada vez mais baixos.

A melhoria das comunicações vai permitir que as pessoas trabalhem remotamente e que empresas internacionais se possam estabelecer em Timor-Leste, onde podem trabalhar no mercado global nas suas casas tropicais. Os turistas serão capazes de seguir rotas turísticas interactivas, ligar-se directamente com as comunidades locais e aceder à informação local, sobre serviços de alojamento e informação. As nossas empresas serão capazes de usar aplicações e programas actualizados, que estão ligados a clientes e fornecedores globais, enquanto que os agricultores terão acesso a novas técnicas e conselhos de toda a região sobre as culturas, bem como a preços internacionais.

A trabalhar para esta visão de um Timor-Leste ligado à comunidade mundial e tirar partido de grandes avanços em telecomunicações, vamos procurar fazer parcerias com empresas de tecnologia global para explorar a promessa da tecnologia para o nosso povo.

No curto prazo, muitas das acções que precisamos tomar serão incompatíveis com o actual contrato de concessão de monopólio. Portanto, discussões serão realizadas com a Timor Telecom para chegar a um acordo sobre reformas políticas de forma a permitir a liberalização do mercado antes do termo do contrato de concessão em 2017.

METAS

Até 2015:

- Existirá uma cobertura de telemóvel fiável, seguro e acessível a todos os Timorenses.
- Acesso a Internet seguro, acessível e de alta velocidade estará disponível em todas as capitais de distrito e áreas circundantes.
- Todas as escolas, postos de saúde e clínicas de saúde estarão ligados à internet.
- Existirá um quadro regulamentar para gerir um mercado de telecomunicações competitivo.

Até 2020:

- Todo o território Timor-Leste terá acesso a Internet de alta velocidade seguro e acessível
- Todos os alunos e profissionais de saúde terão acesso a dispositivos portáteis de Internet.
- Timor-Leste terá acesso à tecnologia disponível no mundo.







Café Amor

CAPÍTULO

4

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO



Timor-Leste construirá uma economia moderna e diversificada com base na agricultura, turismo e indústria petrolífera, com um sector privado emergente e oportunidades para todo o nosso povo.

CAPÍTULO 4 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Timor-Leste é um País de baixos rendimentos com um sector privado emergente, com diversificação económica limitada e concentrado sobretudo na produção agrícola. Todavia, o nosso País possui oportunidades económicas consideráveis e um potencial forte para se tornar uma Nação com rendimentos médios.

A nossa visão para 2030, é que Timor-Leste terá uma economia moderna e diversificada, com infra-estruturas de alta qualidade, incluindo estradas, electricidade, portos e telecomunicações. A agricultura de subsistência será substituída por agricultura empresarial, praticada por pequenos proprietários. Timor-Leste será auto-suficiente, em termos alimentares, e produzirá uma gama de produtos agrícolas para os mercados mundiais, incluindo bens alimentares básicos, pecuária, produtos hortícolas e frutícolas e outras culturas de rendimento, bem como produtos florestais e piscatórios.

O sector petrolífero, incluindo a produção de petróleo e gás e as indústrias de “downstream”, providenciará uma base industrial para a nossa economia. O turismo e sobretudo o ecoturismo contribuirão de forma significativa para a economia nacional, sendo que as indústrias ligeiras complementarão e diversificarão a economia.

O desenvolvimento da economia de Timor-Leste assentará em torno do crescimento de três indústrias essenciais: agricultura, turismo e petróleo. Timor-Leste possui vantagens consideráveis a nível destas indústrias devido aos nossos recursos naturais, localização geográfica e perfil económico.



Tabela 7 Indústrias essenciais de Timor-Leste

AGRICULTURA	TURISMO	PETRÓLEO
<ul style="list-style-type: none"> • Culturas alimentares • Culturas de rendimento • Pecuária • Pescas • Florestas 	<ul style="list-style-type: none"> • Zona Leste • Zona Central • Zona Oeste 	<ul style="list-style-type: none"> • TIMORGAP – Timor Gás e Petróleo, E.P. • Tasi Mane • Costa Sul

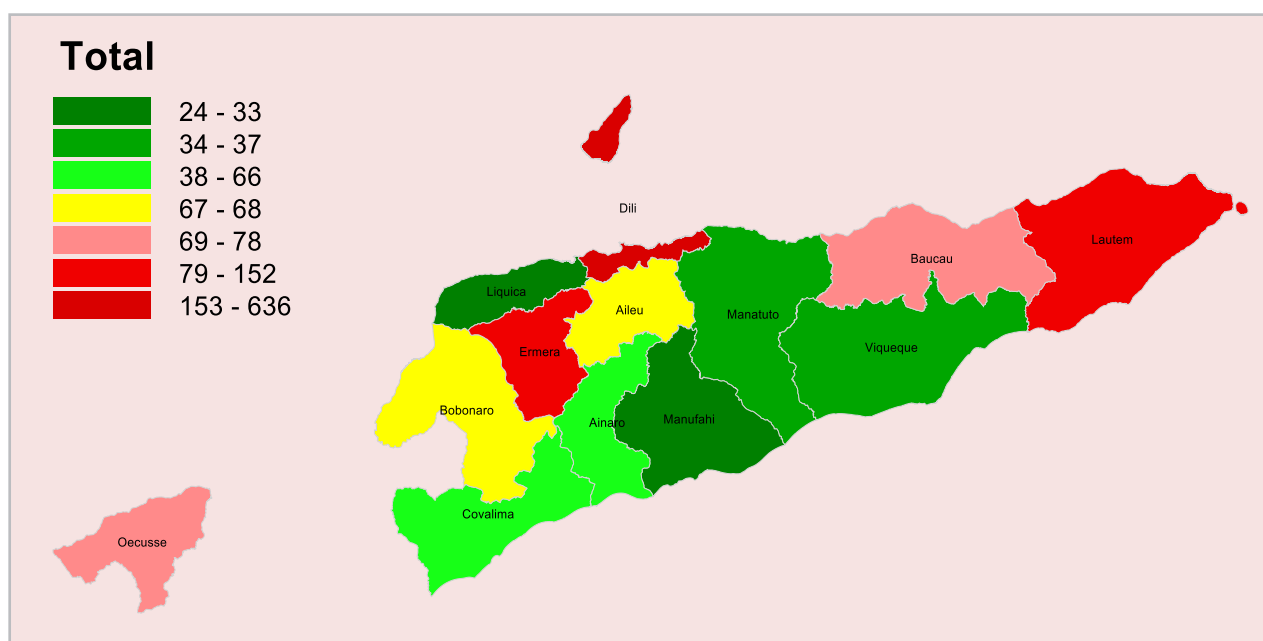
FONTE: Aumento da Productividade Agrícola em Timor-Leste, Questões e Opiniões – Nota Técnica n. 50276, Banco Mundial Fev. 2009

DESENVOLVIMENTO RURAL

VISÃO GERAL E DESAFIOS

Timor-Leste tem uma população de cerca de 1,1 milhões de habitantes, com 75% (785.000 pessoas) a residirem nas áreas rurais. As famílias que residem em áreas rurais enfrentam desafios maiores do que as que residem em áreas urbanas. Por exemplo, a nossa população rural está muito mais sujeita a sofrer períodos de baixo consumo de alimentos do que a nossa população urbana.

Figura 17 Densidade populacional em Timor-Leste, habitantes por quilómetro quadrado



Fonte: Censos de 2010

Em média, as famílias rurais passam 3,8 meses por ano sem arroz ou milho suficiente para comerem, ao passo que as famílias urbanas só sentem escassez de alimentos dois meses por ano. Nas áreas rurais é igualmente mais difícil aceder a serviços públicos básicos, conhecimentos sobre produção e mercados agrícolas, educação, formação profissional e oportunidades económicas.

O desenvolvimento rural é uma preocupação prioritária para Timor-Leste, dada a grande percentagem da nossa população que reside em áreas rurais. A nível nacional, a população está a crescer a uma taxa anual de 3,2%, sendo que se esta taxa se mantiver a população de Timor-Leste irá aumentar para o dobro daqui a 17 anos. Devido à elevada taxa de natalidade e à baixa esperança de vida, 54% da nossa população rural têm menos de 19 anos de idade. O nosso desafio consiste em implementar políticas para garantir que estes jovens têm acesso a empregos nas áreas rurais, bem como nas áreas urbanas em expansão.

Embora muitos jovens venham a ser naturalmente atraídos para as cidades, Díli já está a registar um crescimento populacional rápido, tendo passado dos 175.730 habitantes em 2004 para os 234.026 em 2010 – e a habitação e outras infra-estruturas não têm sido capazes de acompanhar

a crescente procura. Parte da solução para as nossas cidades passa por encorajar a actividade económica em centros regionais e áreas rurais. Mais importante ainda, para os três quartos da nossa população que reside em áreas rurais, o desenvolvimento rural ajudará a melhorar a segurança alimentar, a gerar empregos e a aliviar a pobreza.

“Queremos habitações decentes com electricidade e saneamento para melhorar as condições de vida e a dignidade do nosso povo.”

*.....
Dona de casa e mãe, Subdistrito de Atabae, Distrito de Maliana, Consulta Nacional, 28 de Julho de 2010*

ESTRATÉGIA E ACÇÕES

A criação de empregos locais é a melhor forma de elevar os níveis de vida e os meios de subsistência das pessoas que residem em áreas rurais. Iremos promover varias acções, para promover o crescimento do sector privado nas áreas rurais, incluindo o apoio ao crescimento de pequenas e microempresas e a introdução de um Quadro Nacional de Planeamento que identifique e apoie oportunidades, no que diz respeito ao desenvolvimento rural. A nossa visão é que até 2020

as comunidades rurais possuam alimentação adequada, quer directamente a partir da produção agrícola ou através de outras actividades comerciais e de emprego. As famílias nas zonas rurais terão as mesmas oportunidades que as famílias residentes nas zonas urbanas. Oportunidades de geração de rendimentos e acesso a transportes, electricidade e outros serviços e infra-estruturas fiáveis permitirão às pessoas que residem nas zonas rurais terem uma boa qualidade de vida, com boas perspectivas de continuarem a melhorar a sua situação.

Para o desenvolvimento rural ser possível é necessário um sector agrícola pujante. Mais de 70% das famílias em Timor-Leste dependem de algum tipo de actividade agrícola para a sua sobrevivência. Face à sua dimensão, o sector agrícola é a plataforma lógica a partir da qual se devem criar empregos e rendimentos através do desenvolvimento rural. A melhoria da produtividade agrícola e dos níveis de vida nas zonas rurais conduzirá a uma maior procura de outros bens e serviços nas áreas rurais, o que irá encorajar o crescimento do sector privado.

A economia do sector privado só cria actualmente cerca de 400 novos empregos formais por ano, sendo que o número de jovens, que ingressam no mercado de trabalho a cada ano, está entre os 12.000 e os 15.000. Esta disparidade está a fazer subir ainda mais o desemprego em geral, sendo que 23% da mão-de-obra em Díli, estão desempregados e que, até 40% das pessoas nas zonas rurais, não têm emprego. Um sector privado pujante nas zonas rurais será necessário, para fomentar o desenvolvimento rural.

O desenvolvimento da actividade agrícola e de outras actividades do sector privado, em Timor-Leste, tem sido, em grande medida, o resultado de práticas tradicionais, com muito pouco planeamento em termos da vantagens comparativas de cada região e do acesso a mercados e a infra-estruturas. Fez-se também muito pouco, no sentido de proteger algumas das nossas áreas de floresta, rios e zonas de captação de água mais vulneráveis e mais importantes a nível ambiental.

Para dar resposta a estas questões, iremos desenvolver um plano nacional, de modo a identificar oportunidades de desenvolvimento, com base nas características específicas de determinadas regiões e a reduzir os desequilíbrios de desenvolvimento, entre regiões e entre zonas urbanas e rurais, e a encorajar o investimento privado em áreas específicas. Este quadro está descrito, em maior detalhe, na presente secção. Também iremos avaliar a necessidade de incentivos fiscais e económicos, em determinadas áreas, para encorajar o investimento. Este assunto é abordado na secção sobre investimentos do sector privado no final deste Capítulo.

Um desenvolvimento rural, alargado e sustentável, não será possível sem apoio fiável e contínuo, por parte de outros sectores, em especial transportes e estradas, água e saneamento, electricidade, saúde e educação. A taxa de desenvolvimento rural estará directamente associada à velocidade a que as infra-estruturas da Nação são reabilitadas e melhoradas. O Capítulo 3 do Plano Estratégico de Desenvolvimento contém as estratégias e acções para melhorar as estradas, o fornecimento de electricidade e as infra-estruturas de comunicações nas zonas rurais.

PROGRAMA DOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO PARA OS SUCOS

Timor-Leste está a trabalhar para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) até 2015, tendo conseguido bons progressos em muitas áreas. Continuam a existir alguns objectivos, que estão aquém do desejado, e que irão requerer esforços concertados durante os próximos anos. Parte destes esforços irá necessitar da compreensão e da adopção dos objectivos a nível de aldeia, para que as comunidades locais sintam que a concretização dos alvos depende delas.

“O governo deve apoiar as empresas locais para que o dinheiro continue no país.”

Empresário local, sub-distrito de Maubara, distrito de Liquiçá, Consulta Nacional, 12 de Agosto de 2010

O Programa dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio para os Sucos, no valor de 65 milhões de dólares, irá desenvolver capacidades em vários sectores e encorajar a participação comunitária no desenvolvimento nacional. O programa começa em 2011 e funcionará pelo menos até 2015. Este programa sensibilizará as populações para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, a nível de aldeias, e promoverá a participação e a colaboração comunitárias em prol da concretização dos objectivos.

Uma componente essencial do Programa dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio para os Sucos, será a construção de casas para pessoas vulneráveis. No âmbito deste programa, serão construídas cinco casas, todos os anos, em cada uma das 2.228 aldeias, num total mais de 55.000 casas construídas até 2015. Estas casas incluirão energia solar, água, e saneamento. As comunidades locais serão capazes de trabalhar em conjunto e de ajudar os seus vizinhos mais vulneráveis, de modo a garantir que estes possuem habitações adequadas.

DESENVOLVIMENTO DO SECTOR PRIVADO NAS ZONAS RURAIS

As micro, pequenas e médias empresas constituem em média mais de 90% das empresas no mundo, representando 50 a 60% dos postos de trabalho. De acordo com as definições do Banco Mundial, as 'microempresas' têm até 10 empregados, as 'pequenas empresas' têm até 50 empregados e as 'médias empresas' têm entre 51 e 300 empregados. Qualquer empresa com 301 empregados ou mais é considerada 'grande'.

Claramente, em termos de desenvolvimento rural global em Timor-Leste, o sector privado tem potencial para desempenhar um papel essencial na ajuda à erradicação da pobreza extrema.

Devido à natureza de subsistência da actividade agrícola nas zonas rurais, a maior parte das pessoas, com empregos remunerados, trabalha para o Governo – como professores, profissionais de saúde, extensionistas e nos departamentos. De acordo com o Censos de 2010, 68% das pessoas, com empregos remunerados nas zonas rurais, trabalham para o Governo de alguma forma, deixando 32% a trabalharem para o sector privado, por norma em pequenos ou muito pequenos negócios. Destes trabalhadores do sector privado, estima-se que apenas 10% sejam remunerados. Isto significa que muitas pessoas nas zonas rurais não têm rendimentos.

Parte da solução consiste em providenciar uma base económica viável, que possibilite o desenvolvimento rural. Isto irá requerer a diversificação em novas actividades económicas, bem como melhorar a eficiência das actividades actuais e activar as negligenciadas.

Tal como foi referido, presentemente o sector privado só consegue criar cerca de 400 novos empregos formais por ano em todo o território de Timor-Leste. Contudo o sector privado está a crescer. O registo de empresas tem aumentado de forma gradual, passando-se de 171 em 2007 para 1.799 em 2009. A nível do registo de microempresas, passou-se das 1.212 em 2007 para as 5.232 em 2009. Os processos de registo foram simplificados através do Código de Registo Comercial, a fim de encorajar a formação de mais empresas.

No Capítulo 4 – Investimento do Sector Privado, incluem-se outras reformas para encorajar o sector privado, como por exemplo, uma nova lei sobre investimentos e o estabelecimento de um 'balcão único' para empresas. Estas iniciativas, a par com o estabelecimento da Câmara de Comércio e Indústria de Timor-Leste, criarão as bases para o desenvolvimento de um sector privado forte a nível nacional.

Programas para encorajar o crescimento do sector privado em áreas rurais

Para envolver o sector privado, na aceleração do desenvolvimento rural, estabeleceu-se em 2009 o "Pacote Referendo", em celebração do 10.º Aniversário do Referendo de 1999. Este pacote encorajou parcerias estratégicas entre o sector privado e o Governo em áreas urbanas e rurais na construção de mais de 800 projectos de infra-estruturas de pequena e média dimensão. A iniciativa permitiu injectar fundos directamente em empresas sediadas nas comunidades, relativamente a projectos de construção e de infra-estruturas, para estimular as economias locais,

criar oportunidades de emprego directo e indirecto, identificar e mobilizar a base de qualificações locais e dar, às comunidades, a oportunidade de participar na construção do País. Em resultado deste pacote, as comunidades locais nos 13 distritos foram envolvidas na construção e/ou reparação de estradas e pontes, infra-estruturas de saneamento, escolas, estabelecimentos de saúde, abastecimento de água e infra-estruturas de controlo de cheias. O “Pacote Referendo” permitiu a priorização de projectos a nível local e possibilitou às comunidades locais sentirem orgulho na melhoria das suas infra-estruturas locais.

De forma a consolidar este programa comunitário, estabeleceu-se em 2010 o Programa de Desenvolvimento Descentralizado (PDD), sendo que, em 2011, este programa inclui duas componentes. O PDD I destina-se a projectos com um valor orçamental máximo de 150.000 dólares, enquanto o PDD II visa projectos com um orçamento máximo entre os 150.000 e os 500.000 dólares. O PDD pretende encorajar a actividade do sector privado nos distritos, de modo a promover o desenvolvimento equitativo em todo o País.

Em 2011, existem aproximadamente 225 projectos do PDD I, planeados para os sub-distritos, num total de cerca de 15 milhões de dólares. A nível distrital, foram identificados 103 projectos, com um orçamento de 28 milhões de dólares. Estes programas irão fortalecer a economia nos distritos e encorajar o crescimento de empresas locais, para realizarem os trabalhos de construção e reabilitação de infra-estruturas. Para participarem, as empresas precisam cumprir requisitos rigorosos e desenvolver projectos de boa qualidade.

Irão ser estabelecidos novos programas de desenvolvimento descentralizado a fim de promover oportunidades que permitam, às comunidades locais, envolver-se em iniciativas de infra-estruturas, resultantes do Plano Estratégico de Desenvolvimento.

Programa de Desenvolvimento do Sector Cooperativo

A formação de cooperativas é outra forma de encorajar o crescimento do sector privado nas zonas rurais. A Lei sobre Cooperativas em Timor-Leste regula a gestão, a eficiência e o funcionamento das cooperativas. Segundo a lei, os princípios orientadores das cooperativas consistem em melhorar o bem-estar dos seus membros e em participar no desenvolvimento do sistema económico nacional. É possível estabelecer cooperativas, com um mínimo de 15 membros e um mínimo de 1.000 dólares de capital, sendo obrigatório, que possuam o termo ‘Cooperativa’ na sua designação. Cooperativas não-financeiras incluem produção agrícola, indústrias domésticas e serviços. Cooperativas financeiras incluem cooperativas de poupanças e cooperativas de crédito.

Em Dezembro de 2010, existiam 25 cooperativas financeiras e 80 cooperativas não financeiras, registadas em Timor-Leste, envolvendo cerca de 10.500 membros como beneficiários directos e 25.000 beneficiários indirectos, tais como membros das famílias, parentes e comunidades. O crescimento das cooperativas resulta, em grande medida, de um programa de concessões do governo, que providencia financiamento de arranque e concessões para formação e apoio e equipamento.

Este apoio irá continuar ao longo de 2011, com incidência no desenvolvimento de recursos humanos e de capacidade institucional. O apoio incluirá ainda subsídios em géneros a cooperativas elegíveis. Estão disponíveis concessões para equipamentos ou ferramentas em géneros, que possam ser usados para melhorar a qualidade dos produtos, expandir mercados e promover produtos, e melhorar as infra-estruturas, como por exemplo, através da reabilitação dos edifícios sede das cooperativas.

Até final de 2011, espera-se que 2.000 pessoas, incluindo agricultores, pescadores, criadores de gado, maquinistas, carpinteiros, tecelões e comerciantes, beneficiem directamente do Programa de Desenvolvimento do Sector Cooperativo.

O programa continuará a ser apoiado, uma vez que as cooperativas são um modelo ideal para as comunidades rurais conduzirem actividades do sector privado, numa variedade de áreas incluindo gestão de plantações de bambu, criação de galinhas, pesca e tecelagem.

Centros de Desenvolvimento de Empresas

O Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial (IADE) estabeleceu Centros de Desenvolvimento de Empresas em Baucau, Díli, Maliana, Maubisse e Oe-Cusse Ambeno. Estes centros prestam formação na identificação, criação, melhoria e expansão de empresas.

Os Centros de Desenvolvimento de Empresas do IADE serão alargados a todos os distritos e a gama de serviços prestados será expandida, de forma a incluir serviços de empresas agrícolas e outros identificados, através de avaliações das necessidades nos distritos. Serão procuradas parcerias com centros de formação vocacional para prestar formação relevante em qualificações técnicas.

Outras estratégias incluem a subsidiação da provisão de serviços de desenvolvimento de empresas, a empresas emergentes até que haja procura suficiente. A subsidiação da procura destes serviços por meio de acordos de partilha de custos, com aqueles que solicitam os serviços, é uma forma de facilitar a procura e não a oferta.

Os Centros de Desenvolvimento de Empresas terão também uma função de 'Incubadora de Empresas' orientada para agrupamentos, através da qual se pode alugar maquinaria e pagá-la numa base unitária, bem como aceder a serviços, tais como transportes, armazenamento e comercialização. Assim que os empresários tenham estabelecido empresas viáveis, através da incubadora, terão confiança para investir na sua própria maquinaria e para trabalharem de modo independente.

Daremos prioridade ao desenvolvimento de uma rede local de comerciantes e ao estabelecimento de cadeias de fornecimento para produtos agrícolas. Isto será um resultado importante da extensão dos Centros de Desenvolvimento de Empresas. As estratégias para apoiar a rede de comerciantes, incluirão a criação de agrupamentos, o desenvolvimento de associações, com base em produtos e a facilitação de acordos de contratos de fornecimento.

O nosso alvo consiste em ter 9.000 empresas registadas até 2020.

Formação Vocacional nas Áreas Rurais

As áreas actuais de formação vocacional incluem construção civil (como: construção, canalização, carpintaria e trabalhos de electricista), turismo e hotelaria, finanças, administração e tecnologia de informação, educação, formação e avaliação. Existem outras áreas com oportunidades, de emprego a nível da engenharia mecânica, empresas agrícolas, empresas relacionadas com o mar, tais como: construção de barcos, fabrico e processamento.

Projectos de formação vocacional, tais como, o Projecto de Formação de Qualificações para Obtenção de Emprego Remunerado (acrónimo em inglês STAGE) e o Programa de Promoção do Emprego entre os Jovens (acrónimo em inglês YEP) iniciaram intervenções para qualificar os indivíduos que procuram emprego e ligá-los ao mercado de trabalho. Será prestado apoio continuado, a fim de melhorar os centros licenciados de formação espalhados pelo País, desenvolver currículos relevantes e úteis, com base nas necessidades da indústria, conduzir programas de 'formação de formadores' e prestar formação de qualidade a alunos (ver também Capítulo 2- Educação e Formação).

Propriedades de Terras

A reforma da lei relativa à propriedade de terras é fundamental para o desenvolvimento, a longo prazo, da agricultura e do sector privado, em especial no que se refere a colheitas de rendimento, tais como o café e outras potenciais indústrias agrícolas, que precisam atrair investimento.

Timor-Leste enfrenta três tipos de desafios, na reforma das terras: terrenos agrícolas sob práticas consuetudinárias; terrenos urbanos, que necessitam de divisão em zonas e de direitos de propriedade claros, e terrenos do governo que podem ser utilizados para investimento público e privado, como por exemplo desenvolvimento do turismo ou do petróleo.

Com a promulgação do Decreto-Lei que prevê o Regime de Regularização da Titularidade dos Bens imóveis em casos não disputados, a Direcção Nacional de Terras, Propriedades e Serviços Cadastrais está habilitada a emitir certidões de registo do direito de propriedade de cidadãos individuais, relativamente às parcelas sobre as quais não existia disputa. Este Decreto-Lei tem incidência sobretudo nas áreas urbanas, onde a propriedade individual se concentra. Não, obstante, encontra-se para aprovação no Parlamento Nacional uma Proposta de Lei sobre terras (ver capítulo 5 - justiça). A falta de um registo predial contribui para a lentidão do desenvolvimento agrícola. Para além das possíveis disputas de titularidade que possam acontecer, a sua inexistência não permite o uso do direito de propriedade como garantia para a obtenção dos empréstimos, limitando a capacidade de investimento dos agricultores, em benfeitorias nas suas terras, como por exemplo sistemas de irrigação. O levantamento Cadastral em curso, tende a expandir-se para as áreas rurais. No entanto, para corrigir este problema, e após a aprovação da Lei de Terras, mediante pedido dos interessados e em conformidade com um enquadramento procedimental específico, poderão ser feitos levantamentos cadastrais esporádicos.

Descentralização

As políticas de descentralização ajudarão também no desenvolvimento do sector privado em áreas rurais. A descentralização pretende promover as instituições de um Estado forte, legítimo e estável em todo o País, criar oportunidades para a participação democrática, por parte de todos os cidadãos e estabelecer uma prestação de serviços públicos mais efectivos, eficientes e equitativos para apoiar o desenvolvimento social e económico da Nação.

A introdução de um novo nível de governo municipal, é uma forma de atingir estes objectivos. As jurisdições administrativas existentes, a nível de sub-distrito e de distrito, serão fundidas de modo a formar novas unidades administrativas, consolidadas e eficientes com assembleias representativas no actual nível de distrito. Estas unidades serão melhor posicionadas para prestar serviços apropriados a cidadãos locais e terão capacidade suficiente para desempenhar as suas funções.

Todavia, isto irá requerer tempo, dado que teremos de desenvolver e construir a nossa capacidade administrativa para introduzir sistemas, processos e procedimentos, em termos de gestão pública e governação democrática local. Será também fundamental desenvolver recursos humanos que assegurem efectivamente as funções inerentes à área do tesouro e finanças, bem como, desenvolvam, planeiem e monitorizem a condução de programas e de serviços, a este nível de governo.

Empresas Agrícolas

O sector privado será encorajado a fornecer serviços de desenvolvimento, em especial na área das empresas agrícolas, a qual deverá vir a ser uma parte muito importante do desenvolvimento do sector privado. Os serviços típicos podem incluir:

- Estudo de mercado.
- Correspondência de mercado, como por exemplo, a facilitação de acordos contratuais de cultivo.
- Desenvolvimento de estratégias de comercialização.
- Avaliação e planeamento de empresas.
- Política e advocacia.
- Formação e assistência técnica.
- Tecnologia e desenvolvimento de produtos.
- Mecanismos de financiamento.

O sector privado será igualmente assistido, no fornecimento de matéria-prima para a agricultura, tais como sementes, fertilizantes e insecticidas, promovendo a emergência dos serviços de apoio

agrícola ao sector privado. Estes serviços serão integrados no programa de desenvolvimento comunitário já descrito na presente secção.

A provisão de formação para formadores, por parte do sector privado, será encorajada com incidência na melhoria dos resultados através de empresas agrícolas. Com uma cobertura limitada, da parte de serviços públicos de divulgação, os próprios agricultores terão de ser mais instruídos e de ter acesso a cursos de formação de curta duração.

Iremos igualmente apoiar parcerias público-privadas mais longas, para a provisão de campanhas estratégicas de divulgação. Serão necessários peritos em indústrias para desenvolver materiais de sensibilização e formação para promover as tecnologias e técnicas específicas ou para dar resposta a condicionalismos específicos, tais como doenças de culturas específicas. Os agentes de divulgação do sector público e do sector privado, incluindo ONGS, serão então formados na aplicação destas tecnologias, antes de se mobilizarem as campanhas de divulgação. As campanhas incidirão no desempenho, terão uma cobertura ampla e encorajarão o surgimento de prestadores de divulgação no sector privado.

Iremos procurar desenvolver e executar campanhas estratégicas de divulgação, até 2015, através de parcerias público-privadas, relativamente a cada um dos produtos discutidos no seguinte subcapítulo dedicado à Agricultura.

QUADRO NACIONAL DE PLANEAMENTO

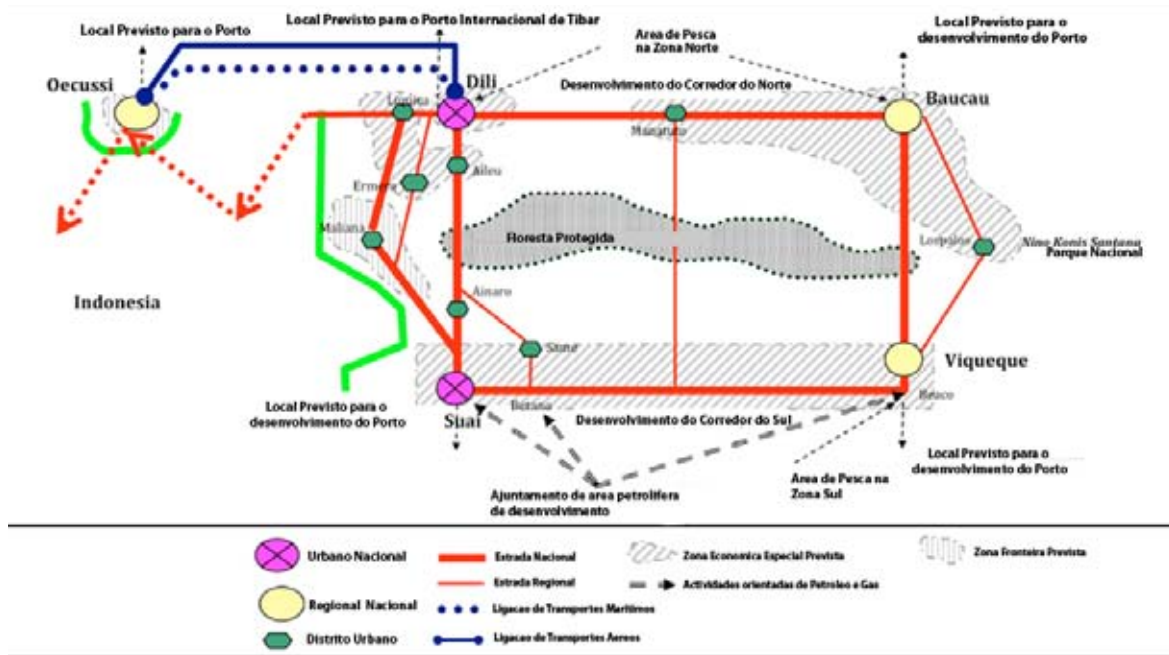
Como já foi referido, o desenvolvimento da actividade agrícola e de outras actividades do sector privado em Timor-Leste foi, em grande medida, resultado de práticas tradicionais, com muito pouco planeamento em termos das vantagens comparativas de cada região.

Timor-Leste tem cerca de 15.000 km², com montanhas na parte central, que se estendem de este a oeste e que descem até à costa no norte, no sul e na ponta leste de Timor-Leste. Em resultado do terreno extremamente montanhoso, as actividades socioeconómicas estão concentradas, sobretudo nas planícies dos corredores norte e sul da ilha, onde se localizam a maior parte dos centros urbanos, incluindo a capital Díli.

Os desequilíbrios, entre zonas urbanas e rurais e entre regiões, são inevitáveis numa economia em rápida mudança. Para dar resposta a estes desafios e para garantir um crescimento económico mais equitativo, e uma melhor distribuição de prosperidade em Timor-Leste, é necessário um bom uso das terras e um bom planeamento de conservação ambiental.

Até 2015, a nossa meta é que Timor-Leste tenha desenvolvido um Quadro Nacional de Planeamento, que oriente a aceleração de um crescimento económico sustentável e de um desenvolvimento equitativo, desde o nível dos sucos ao nível nacional, ao mesmo tempo que se protege a biodiversidade de Timor-Leste e o ambiente natural nas zonas de protecção

Figura 18 Quadro Nacional de Planeamento



Fonte: Preparado para o Plano Estratégico de Desenvolvimento

Corredores de Desenvolvimento Regional

O Quadro Nacional de Planeamento incluirá dois Corredores de Desenvolvimento Regional, o corredor de desenvolvimento norte e o corredor de desenvolvimento sul, bem como diversas zonas especiais concebidas para orientar o desenvolvimento, com base em características específicas de determinadas regiões. O quadro dará orientação para se identificar o potencial para o desenvolvimento de recursos locais, oportunidades para encorajar o crescimento e as actividades económicas, e investimentos para reduzir diferenças de desenvolvimento, entre regiões e entre zonas urbanas e zonas rurais.

Os planos de ordenamento elaborados no âmbito do Quadro Nacional de Planeamento, deverão conter (i) o percurso de desenvolvimento em cada região, (ii) sensibilidades ambientais, incluindo factores de risco de desastres naturais e (iii) regulações sobre zonamento, estabelecendo os limites para cada sector, de modo a garantir a sustentabilidade e a protecção ambiental.

O Corredor de Desenvolvimento Norte de Timor-Leste irá do oeste, de Dili para Liquiçá, Batugade e Mota'ain e, até ao leste, de Díli a Hera, Manatuto e Baucau. O Corredor de desenvolvimento Sul de Timor-Leste estender-se-á de Suai a Bezaço, abrangendo as áreas a desenvolver no sector petrolífero. Os Corredores de Desenvolvimento Regional irão complementar as Zonas Turísticas, apresentadas no sub-capítulo dedicado ao Turismo.

Zonas Estratégicas Nacionais

Serão identificadas Zonas Estratégicas Nacionais, nos Corredores de Desenvolvimento Regional Norte e Sul e nas áreas de travessia fronteiriça no território principal e no Enclave de Oe-Cusse Ambeno. Estas zonas serão os motores do crescimento económico nacional, com base nas suas vantagens e especializações.

As Zonas Estratégicas Nacionais propostas para Timor-Leste são:

- **Díli – Tibar – Hera**

Esta zona tem diversos sectores potencialmente importantes relacionados com serviços, comércio e desenvolvimentos propostos, tais como o Porto Comercial de Tibar, o complexo industrial de Hera, habitação em grande escala, novas áreas de ensino superior, turismo marítimo, um novo distrito empresarial central e a melhoria do aeroporto internacional.

- **Suai – Betano – Beço**

Esta zona abrange quatro distritos, Covalima, Ainaro, Manufahi e Viqueque. Existem vários sectores com potencial, relacionados com a indústria do petróleo e do gás. Esta ZEE irá promover o desenvolvimento da Plataforma de Abastecimento (*Supply Base*) de Suai, um novo centro empresarial em Suai, uma nova indústria petrolífera e uma refinaria em Betano, e o desenvolvimento de uma instalação de Gás de Petróleo Liquefeito (GPL) em Beço.

- **Liquiçá – Ermera – Aileu**

Existem vários sectores com potencial, relacionados com novos desenvolvimentos a nível de plantações, tais como as novas áreas de produção de café, novas indústrias de processamento, novas produções alimentares e novos destinos turísticos de montanha.

- **Manatuto – Baucau – Lautém**

Serão desenvolvidos diversos sectores potenciais, tais como novas áreas de criação de animais, novas áreas de plantação (noz-moscada, coco e cacau), novas indústrias de processamento de peixe e diversas actividades de turismo temático (tais como turismo histórico, ecoturismo, turismo marítimo e turismo cultural).

- **Bobonaro – Cova Lima**

Os sectores potencialmente a desenvolver incluem a criação de oportunidades derivadas do comércio tradicional e Serviços de Alfândega, Imigração, Quarentena e Segurança (SAIQS). Outros sectores incluem desenvolvimento em pontos de ligação seleccionados, serviços de divulgação agrícola para novas produções agrícolas, novas áreas de criação de animais, novas indústrias criativas e novos destinos turísticos.

- **Enclave de Oe-Cusse Ambeno**

Existem vários sectores com potencial para serem desenvolvidos, tais como comércio internacional, SAIQS, desenvolvimento em pontos de ligação seleccionados, novas áreas de plantação e novos serviços de apoio à criação de animais, novas indústrias de processamento de pescas, uma nova indústria criativa e novos destinos turísticos.

Será realizada uma análise profunda, para verificar os benefícios e os riscos da criação de legislação e regulamentação específica para as Zonas Económicas Especiais, de modo a tornar-lás mais atractivas para que as companhias estrangeiras invistam e se estabeleçam nestas áreas. Serão considerados incentivos fiscais e direitos alfandegários baixos ou nulos. As Zonas Económicas especiais são objecto de maior detalhe neste Capítulo, na secção dedicada ao investimento do sector privado.

Zonas de produção agrícola sustentável e zonas de conservação florestal

Todas as estratégias e acções, propostas para o desenvolvimento rural em Timor-Leste, visam garantir que o nosso sector agrícola é desenvolvido de forma a minimizar os danos ao ambiente, uma vez que rios, captações de água, florestas e solos saudáveis são necessários para explorações agrícolas saudáveis e produtivas. Os recursos terrestres de Timor-Leste devem ser geridos de forma a evitar a degradação de terrenos e a minimizar o risco de danos ambientais, decorrentes do uso de fertilizantes e pesticidas químicos desnecessariamente.

Setenta por cento da área terrestre de Timor-Leste tem uma inclinação superior a 26%, sendo que a maior parte das famílias rurais cultiva nestas áreas. Por norma, os terrenos estão degradados devido à erosão dos solos, retenção limitada de humidade e diminuição da fertilidade. Isto contribui para uma baixa produtividade e para uma susceptibilidade elevada de situações de escassez de alimentos.

As zonas de produção agrícola e as zonas de conservação ,serão determinadas de acordo com factores, tais como: sustentabilidade de terrenos (solos, inclinação, altitude e aspecto), clima (pluviosidade e temperaturas), uso actual das terras, viabilidade financeira das opções de produção, políticas de apoio e existência de fertilizantes e pesticidas orgânicos ou inorgânicos. As zonas de produção agrícola serão indicativas e não prescritivas ou obrigatórias. Os agricultores poderão decidir, por si próprios, o que querem plantar, porém terão acesso às melhores informações disponíveis sobre as variedades de culturas e sementes, com maiores probabilidades de ter sucesso em determinadas áreas.

Será, igualmente importante, identificar áreas de floresta a serem protegidas contra abate e outras actividades. O Quadro Nacional de Planeamento incluirá a criação de zonas de conservação natural para proteger florestas, biodiversidade, ecossistemas específicos e captação de água doce, bem como para prevenir inundações e erosão (ver Capítulo 2 – Ambiente).

METAS

Até 2015:

- Serão construídas 55.000 novas casas, até 2015, para apoiar famílias espalhadas por toda a Nação, no âmbito do Programa dos Objectivos de desenvolvimento do Milénio para os Sucos (MDGs).
- Serão constituídas, a começar por projectos-piloto, 3 a 5 câmaras municipais, para uma descentralização gradual do exercício da governação.
- Será dado apoio a cooperativas que desenvolvam actividades no sector privado, numa variedade de áreas, que vão da gestão de plantações de bambu a, aviários, pescas e tecelagem.
- Será preparado um Quadro Nacional de Planeamento para apoiar o desenvolvimento de Timor-Leste.
- Serão desenvolvidas e executadas campanhas estratégicas de divulgação relativas a bens essenciais.

Até 2020

- Será concluído um programa de urbanização rural, dando ao nosso povo acesso a estradas, água e saneamento, escolas, clínicas médicas, acesso a mercados e electricidade.
- Haverá 9.000 empresas registadas nos Centros de desenvolvimento empresariais.
- Serão constituídas mais câmaras municipais, desde que, por distrito as infra-estruturas e os recursos humanos o venham a permitir.

Até 2030

- O sector privado será a principal fonte de crescimento de rendimentos e emprego nas áreas rurais de Timor-Leste



AGRICULTURA

VISÃO GERAL E DESAFIOS

“Precisamos de tractores para nos ajudar a alimentar as nossas famílias e a ter algum excedente para vender.”

.....
Agricultor, Maliana, distrito de Bobonaro, Consulta Nacional, 11 de Agosto de 2010.

É necessário um sector agrícola pujante para reduzir a pobreza, garantir a segurança alimentar e promover o crescimento económico nas zonas rurais e na Nação em geral. Um sector agrícola em crescimento servirá também para promover o desenvolvimento rural. Muitas empresas do sector privado emergente irão apoiar o sector agrícola, através da produção de bens e serviços que melhorem a produção, e através do envolvimento na comercialização de quaisquer excedentes e processamento de produtos agrícolas.

Desde a independência, Timor-Leste investiu de forma considerável em infra-estruturas, maquinaria agrícola e no fornecimento de sementes e fertilizantes subsidiados. Já estabelecemos uma plataforma a partir da qual iremos construir um sistema nacional de investigação agrícola e continuar a melhorar a nossa capacidade agrícola. Existem actualmente Agentes de Extensão Rural nos Sucos, a trabalhar por todo o país, tendo igualmente sido estabelecidos centros de serviços agrícolas em Bobonaro, Aileu e Viqueque. Existem três escolas secundárias agrícolas, frequentadas por 800 alunos, que formam os nossos jovens agricultores em agricultura empresarial. Estão a ser desenvolvidas políticas e regulamentos sobre água e irrigação, uso de sementes e fertilizantes, uso e gestão de terras, e o uso de pesticidas tem-se generalizado.

Entre 2007 e 2009 o número de tractores manuais aumentou de 100 para 2.591 e o número de tractores de 13 para 315. Durante o mesmo período, foram fornecidas 133 unidades de descasque de arroz para agricultores e foram reabilitados 31 sistemas de irrigação. Foram igualmente instalados 5.000 silos em Timor-Leste e foram estabelecidos 32 ‘minimercados’ nos distritos, a fim de facilitar a comercialização de produtos agrícolas.

Todavia, existem desafios significativos que precisam ser superados, para que o nosso sector agrícola possa atingir todo o seu potencial. Durante a consulta nacional, referente ao Plano Estratégico de Desenvolvimento, em 2010, os agricultores em todos os distritos levantaram preocupações a respeito da necessidade de garantir segurança, em termos de abastecimento de água, modernização de explorações agrícolas e aconselhamento sobre o uso de sementes, fertilizantes e pesticidas. Muitos agricultores disseram que precisavam de melhores estradas e de fornecimento fiável de electricidade, para poderem transportar as suas colheitas até aos mercados. A maior parte dos agricultores não consegue pagar fertilizantes e pesticidas apropriados e não tem acesso a serviços financeiros. A agricultura de subsistência resulta em níveis de produção e produtividade muito baixos, porém muitos agricultores não possuem as qualificações ou o apoio necessários para serem mais inovadores e mais virados para a actividade empresarial.

As actividades agrícolas não levaram em conta as vantagens comparativas de cada região, sendo que um padrão de estabelecimento disperso prejudicou o desenvolvimento de associações de agricultores e uma aprendizagem partilhada. A maior parte das produções serve para alimentar as famílias dos respectivos agricultores, havendo relativamente pouco comércio. Por exemplo, apenas 25% do arroz cultivado em Timor-Leste é comercializado.

ESTRATÉGIA E ACÇÕES

A fim de concretizar o nosso objectivo principal de ter segurança alimentar até 2020, e de expandir o nosso sector agrícola, iremos melhorar as nossas práticas de cultivo e desenvolver acções para aumentar a produção de culturas específicas.

As nossas metas, para o sector agrícola, consistem em melhorar a segurança alimentar nacional, reduzir a pobreza rural, apoiar a transição da agricultura de subsistência para a produção empresarial de produtos agrícolas, gado e pescas, promovendo a sustentabilidade ambiental e a conservação dos recursos naturais de Timor-Leste.

As estratégias e acções, para apoiar a expansão do sector agrícola, precisam de responder aos desafios específicos do terreno montanhoso, clima e solos de Timor-Leste, que não são tão férteis como os de alguns dos nossos vizinhos. Precisam igualmente de levar em conta o estado de desenvolvimento actual, que depende em grande medida da agricultura de subsistência, bem como das práticas sociais e culturais nas zonas rurais e a necessidade de formação dos recursos humanos.

Muitas das estratégias propostas, em relação à segurança alimentar e à redução da pobreza rural, são modeladas em torno, da 'revolução verde' na Índia, onde a introdução de variedade, de semente de produtividade elevada e o uso acrescido de fertilizantes e de irrigação, a partir de 1965, permitiram à Índia tornar-se auto-suficiente em termos de cereais e reduzir drasticamente o risco de fome.

Timor-Leste já está a exportar, com sucesso, café orgânico, podendo este modelo ser alargado, já que a maior parte das nossas culturas de subsistência são orgânicas por omissão. Ainda, a estratégia e as acções, que iremos seguir, envolvem o uso de fertilizantes e pesticidas inorgânicos a curto prazo, uma vez que isto é necessário para atingir as nossas metas fundamentais de obter segurança alimentar e reduzir a pobreza rural. A longo prazo e com a disponibilização de mais meios orgânicos como, por exemplo rações para animais, poderão ser seguidas mais opções orgânicas. Nos casos em que existam nichos de mercados orgânicos, estes serão mantidos e alargados.

FORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO, RELACIONADAS COM AGRICULTURA

A adopção de novas técnicas de cultivo, equipamentos e investigação, é essencial para o futuro do sector da agricultura. Iremos conduzir uma análise do nosso sistema de conhecimentos agrícolas, para melhorar o nível de qualificações dos nossos técnicos agrícolas. Isto envolverá o desenvolvimento de cursos de qualidade, referentes à formação teórica, em escolas secundárias agrícolas, colégios e universidades. Será igualmente desenvolvido um programa de desenvolvimento de carreira a nível de formação teórica.

Iremos procurar prestar formação em técnicas agrícolas sustentáveis, a todos os agentes técnicos agrícolas, que trabalhem com produções em áreas montanhosas. Isto permitirá aos técnicos agrícolas integrar estas técnicas no trabalho de divulgação diário com os agricultores nas terras altas.

SEGURANÇA ALIMENTAR

Para concretizar o nosso objectivo de conseguir segurança alimentar até 2020, iremos:

- Criar mais 70.000 hectares de campos de arroz irrigados.
- Utilizar variadas sementes com produtividade elevada.
- Utilizar novos sistemas de produção agrícola.
- Estabelecer armazenamento de cereais nas explorações agrícolas.

Os resultados desta abordagem são ilustrados na tabela seguinte.

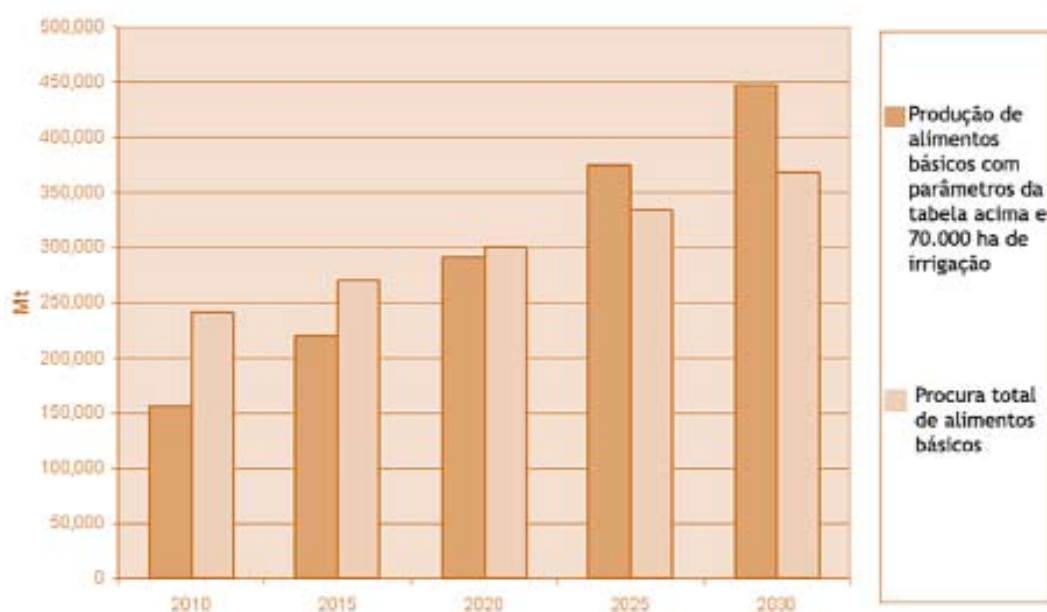
Tabela 8 Procura e oferta de alimentos básicos entre 2010 e 2030

Ano		2010	2015	2020	2025	2030
Perdas Anuais (% da produção total)		25%	20%	15%	10%	5%
Produção de Alimentos Básicos	Arroz (ha)	50.000	63.815	70.000	70.000	70.000
	Arroz (Mt/ha) (grão)	1,00	1,20	1,43	1,70	2,02
	Arroz (Mt grão) (ajustado para perdas)	37.500	61.262	85.085	107.100	134.330
	Milho (ha) a/	76.500	80.494	83.169	85.625	87.080
	Milho (Mt/ha) (grain)	1,25	1,54	1,89	2,33	2,50
	Milho (Mt grão) (ajustado para perdas)	71.719	99.168	133.611	179.556	206.815
	Raízes / Tubérculos (ha)	8.499	8.943	9.240	9.513	9.675
	Raízes / Tubérculos (Mt/ha)	7,50	8,35	9,29	10,33	11,49
	Raízes / Tubérculos (Mt) (ajustado para perdas)	47.807	59.739	72.964	88.442	105.607
	Total da Produção de Alimentos Básicos (Mt)	157.026	220.169	291.660	375.098	446.752
a/ A área plantada cresce à velocidade do crescimento da população rural devido aos condicionalismos de mão-de-obra na retirada de ervas daninhas do milho						
Saldo de Alimentos Básicos	Arroz (Mt grão)	-76.317	-59.608	-49.959	-27.340	-5.868
	Milho (Mt)	-438	23.127	54.759	98.524	124.408
	Total grão (Mt)	-76.755	-36.481	11.800	71.184	118.540
	Raízes / Tubérculos (Mt)	-7.306	1.509	12.118	25.422	40.840
	Saldo de Alimentos Básicos (Mt)	-84.061	-34.972	23.918	96.606	159.380
	Alimentos Básicos para Criação de Animais (Mt)	0	0	0	75.000	125.000
	Saldo Ajustado de Alimentos Básicos (Mt)	-84.061	-34.972	23.918	21.606	34.380

Fonte: Quadro retirado da nota nº 50276, Banco Mundial - Aumento da Productividade Agrícola em Timor-Leste, Fevereiro 2009

A implementação destas estratégias pode aumentar a produtividade do arroz, milho e tubérculos em 50% e da área de arroz irrigado em 40% (de 50.000 ha em 2010 para 70.000 ha até 2020). As perdas de armazenamento de alimentos nas explorações agrícolas podem ser reduzidas para cerca de 5% entre 2011 e 2030. Sob este cenário, o *deficit* de Timor-Leste, ao nível do arroz, será de cerca de 27.300 toneladas em 2015. Até 2020 o excedente potencial de milho será de 54.800 toneladas, sendo que o saldo geral de alimentos básicos registaria um excedente de 23.900 toneladas. Quaisquer alimentos excedentários podem ser utilizados para criação de animais ou para exportação ou valorização. A figura seguinte, mostra o equilíbrio da oferta e da procura relativamente a alimentos básicos, segundo este cenário.

Figura 19 Oferta e procura de alimentos básicos, segundo novas estratégias



Fonte: Preparado para o Plano Estratégico de Desenvolvimento

Para atingir o objectivo da auto-suficiência alimentar, iremos precisar de um compromisso para apoiar a investigação, o desenvolvimento e o alargamento de programas, para todos os principais produtos agrícolas de Timor-Leste. As estratégias e acções propostas para produtos específicos – arroz, milho e outras culturas alimentares básicas, culturas de rendimento, criação de animais, pescas e florestas, são indicadas de seguida.

A responsabilidade pela implementação das acções, que precisaremos seguir na agricultura, pertencerá sobretudo a dois novos órgãos de assessoria. O Conselho de Assessoria Agrícola de Timor-Leste formulará políticas nacionais para o sector e supervisionará a implementação destas políticas. A Instituição de Pesquisa e Desenvolvimento de Timor-Leste será responsável por orientar e planear investimentos adicionais em investigação, desenvolvimento e divulgação para todos os principais subsectores agrícolas.

REABILITAÇÃO E EXPANSÃO DE SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO

Para atingir a nossa meta da auto-suficiência alimentar, precisaremos de fazer investimentos significativos na reabilitação e expansão dos sistemas de irrigação e na melhoria do armazenamento de água.

Muitos hectares de terras, previamente irrigadas, não podem ser utilizados, devido à falta de manutenção ou não estão a ser usados da melhor maneira devido à gestão deficiente. A estação seca prolongada impede um cultivo eficaz, com base na água das chuvas, em muitas regiões.

Será encomendado um inventário rigoroso de sistemas de irrigação, com vista a identificar os actualmente existentes, que possam ser aumentados e zonas onde possam ser desenvolvidos novos sistemas.

É igualmente necessário obter mais água para alimentar sistemas de irrigação actuais e propostos. As regiões capazes de ter agricultura alimentada pela água das chuvas já foram exploradas, pelo que qualquer expansão dos terrenos agrícolas dependerá de novos esquemas de irrigação, capazes de sobreviver à estação seca. É preciso encontrar novas fontes de água para alimentar estes sistemas. Embora não exista água suficiente para alimentar os sistemas de irrigação existentes ou propostos, Timor-Leste recebe suficiente pluviosidade anual para permitir culturas em todas as zonas baixas, caso a água possa ser armazenada durante a estação seca. Todos os anos há quantidades abundantes de água que correm para o mar, com muito poucos sistemas que permitam recolher e armazenar esta água.

Será conduzido um estudo de viabilidade de grandes barragens. Caso estas sejam viáveis, serão efectuados planeamento e investimento cuidadosos ao nível de barragens, com vista a garantir a disponibilidade de água para irrigação durante todo o ano.

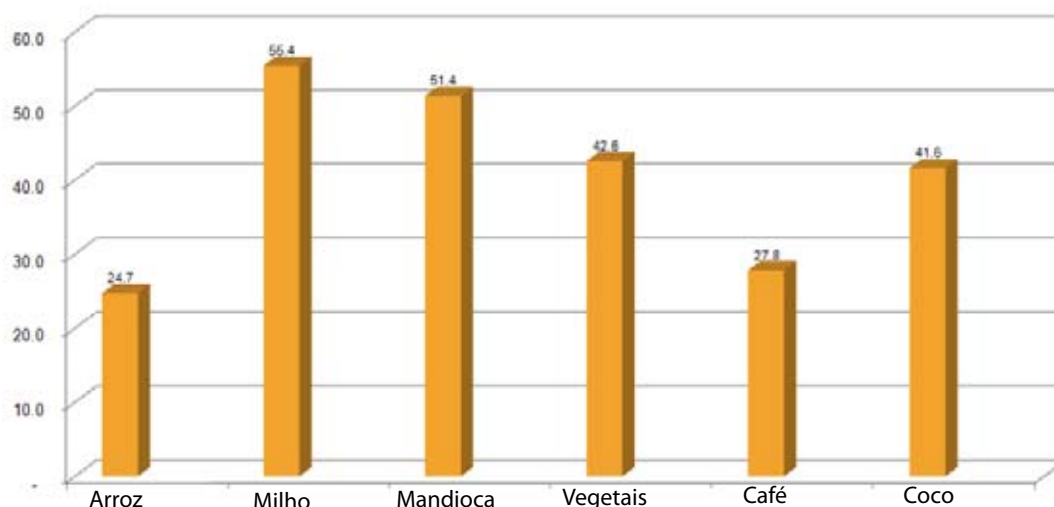
Serão também conduzidos projectos-piloto de barragens para testar o potencial de reservatórios, ou de pequenas barragens para sistemas menores em localizações apropriadas: na maior parte dos casos junto a locais de captação de água. Isto envolverá a construção de 10 barragens, ao longo da linha de drenagem e fora do caudal, entre as áreas de recepção e de serviço. A maior parte das barragens terá uma construção simples com terra e terá capacidade entre 10.000 a 30.000 m³, com desaguadouros semelhantes aos construídos antes de 1999. Nos casos em que seja viável, as barragens actuais serão renovadas.

Serão conduzidos projectos-piloto para encontrar e testar lençóis de água. Isto envolverá a perfuração de 20 poços tubulares, sobretudo em terras baixas e terras semi-baixas, com vista a identificar boas localizações futuras e a desenvolver critérios para um maior desenvolvimento nos casos em que os resultados sejam satisfatórios.

ESTRATÉGIAS E ACÇÕES PARA PRODUTOS ESPECÍFICOS

No cômputo geral, cerca de 63% das famílias timorenses estão envolvidas na produção agrícola, com destaque para o milho, a mandioca e vegetais. Só 25% das famílias produzem arroz, sendo que este é um produto alimentar básico. Existe um potencial significativo para aumentar a produtividade de várias colheitas e melhorar a segurança alimentar das famílias timorenses.

Figura 20 Produção agrícola em Timor-Leste



Fonte: Censos de 2010

Arroz

O arroz é um alimento básico em Timor-Leste, com os nossos principais distritos produtores de arroz (Viqueque, Baucau, Bobonaro e Manatuto) a representarem cerca de 77% da produção total. A produção local não consegue responder, pelo que, actualmente, somos obrigados a importar grandes quantidades de arroz, a partir da Tailândia, do Vietname e da Indonésia. O Governo interveio no mercado, importando arroz e vendendo-o a preços subsidiados, a fim de evitar situações de escassez de alimentos.

A nossa meta é que Timor-Leste seja auto-suficiente em termos de produção de arroz até 2020. A Nação está bem encaminhada para atingir esta meta. A área total de cultivo de arroz em Timor-Leste aumentou 45,2% entre 2007 e 2009 e a produção aumentou 73,8% (ver tabela seguinte). Este resultado promissor reflecte o uso de melhores sistemas de produção agrícola. Foram testados em Timor-Leste dois sistemas de produção de arroz, a Gestão de Colheitas Integrada e o Sistema de Intensificação de Arroz. Em combinação com a *Nakroma*, uma variedade de arroz melhorada, regista-se um aumento de 50% na produtividade. A tecnologia de Gestão de Colheitas Integrada aumentou a produtividade de 1,5 toneladas por hectare para mais de 4,5 toneladas por hectare.

Tabela 9 Área e produção de arrozais, 2006 a 2009

2006		2007		2008		2009	
Área (ha)	Produção (ton)	Área (ha)	Produção (ton)	Área (ha)	Produção (ton)	Área (ha)	Produção (ton)
31,386	55,414	38,582	60,424	44,995	77,418	38,998	120,775

Fonte: Ministério da Agricultura e Pescas, 2010

É possível aumentar ainda mais a produção, através do uso de variedades melhoradas, melhores viveiros de sementes, aplicação de fertilizantes, melhor espaçamento das plantas, remoção de ervas daninhas e cultivos duplos em sistemas de irrigação com acesso a água.

As perdas, em pré-colheita, estão entre os 10% e os 20%, devido, em grande medida, à maturação precoce dos bagos, uma vez que os agricultores usam as suas próprias sementes degeneradas e misturam variedades. Também se dá a quebra de bagos aquando do descasque, devido à variação da dimensão e dureza dos bagos. A melhoria da qualidade dos bagos e o uso de maquinaria de moagem mais eficiente podem aumentar a taxa de recuperação de moagem dos 50% para os 65%.

Para conseguir a auto-suficiência ao nível da produção de arroz iremos:

- Aumentar a área de arroz irrigado em 40%, passando de 50.000 ha para 70.000 ha até 2020.
- Continuar a promover o uso de sistemas específicos de produção de arroz em Timor-Leste, Gestão de Colheitas Integradas e Sistema de Intensificação de Arroz.
- Continuar a investir em pesquisa, desenvolvimento e divulgação relativamente a variedades de culturas de arroz específicas de Timor-Leste.
- Reduzir as perdas de armazenamento de arroz, nas produções agrícolas, de 20% para cerca de 5% até 2030, por via do apoio a iniciativas de armazenamento de arroz nas explorações.
- Continuar a subsidiar os produtores de arroz, para a compra de fertilizantes, sementes e pesticidas, de forma a aumentar a produtividade.
- Melhorar a eficiência do descasque de arroz pós-colheita, através do apoio a um descasque de arroz nas aldeias.
- Introduzir zonas agrícolas para identificar as áreas mais adequadas ao cultivo de arroz.
- Dar formação aos produtores de arroz no uso de maquinaria agrícola e técnicas de gestão agrícola, continuando a distribuir tractores manuais e a apoiar o seu uso.
- Prestar aconselhamento financeiro e assistência de comercialização a produtores de arroz.
- Formular e promover uma política nacional de importação e preço do arroz, incluindo planos nacionais, de longo prazo, de armazenamento de arroz.

Milho e outras culturas alimentares de base

O milho é cultivado por 80% das famílias timorenses, pelo que os esforços para aumentar a produtividade e melhorar o armazenamento servirão para melhorar a segurança alimentar.

Os primeiros resultados da melhoria de sistemas de produção de milho, com base no melhor controlo de ervas daninhas, na preservação da humidade e no uso de fertilizantes inorgânicos, são muito promissores. Houve igualmente melhorias significativas nas variedades de milho, batata-doce, mandioca e amendoim, disponíveis para distribuição a agricultores, como resultado de sete anos de estudo e teste em explorações agrícolas em Timor-Leste.

A produtividade média do milho é de 1,16 toneladas por hectare. As variedades melhoradas de milho do projecto “Seeds of Life” conseguem produtividades de 2,4 a 2,6 toneladas por hectare, sem o uso de quaisquer outros meios ou práticas de cultivo melhorados. Todavia, as variedades melhoradas só devem ser facultadas a agricultores com melhores tecnologias de armazenamento uma vez que as perdas pós-colheita são mais elevadas nas variedades com maior produtividade do que em variedades tradicionais. As perdas pós-colheita de milho durante o armazenamento, podem chegar aos 30%. Estas perdas podem ser reduzidas a aproximadamente 5%, através do uso de barris de petróleo com 50 galões de capacidade, contentores de betão armado e silos desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. O equipamento de armazenamento, nas explorações, será incluído como parte do programa Nacional de desenvolvimento do milho (ver abaixo). A introdução de ferramentas simples de descasque de milho permitirá também reduzir o tempo de trabalho, na preparação de milho para armazenamento. A aplicação de fertilizante nas plantações de milho pode igualmente aumentar a produtividade em pelo menos 40%.

Introduziremos um programa nacional de desenvolvimento de milho para aumentar a produtividade média do milho para 2,5 toneladas por hectare até 2020. O programa incluirá o desenvolvimento de planos de divulgação e a formação de técnicos agrícolas nas tecnologias melhoradas, descritas acima, bem como medidas para lidar com outros bloqueios na cadeia de valor.

A produtividade da mandioca, uma colheita importante para a segurança alimentar nas terras altas, pode também ser aumentada consideravelmente, por via da introdução de variedades melhoradas. A produção de feijão mungo e de amendoim continua abaixo dos níveis de 1997, sendo que muito pode ser feito para aumentar a produtividade e a área plantada, caso haja acesso aos mercados. Ambos os produtos têm potencial para serem exportados.

Para contribuir para a meta de tornar Timor-Leste auto-suficiente, em termos alimentares até 2030, iremos:

- Aumentar a área cultivada com milho de 76.500 ha para 80.500 ha até 2015 e para 87.000 ha até 2030.
- Aumentar para mais do dobro, a área cultivada com raízes e tubérculos, passando de 48.000 ha para 105.500 ha até 2030.

- Continuar a investir em pesquisa e desenvolvimento e divulgação, relativamente a variedades de culturas de milho e de outros alimentos básicos específicos de Timor-Leste.
- Continuar a oferecer subsídios a produtores de milho e outros produtos básicos, para a compra de fertilizantes, sementes e pesticidas, de forma a aumentar a produtividade.
- Melhorar a eficiência do armazenamento pós-colheita e da moagem de milho, raízes e tubérculos, através do apoio a uma moagem realizada nas aldeias.
- Introduzir zonas agrícolas para identificar as áreas mais adequadas ao cultivo e comercialização de milho e outros alimentos básicos.
- Prestar formação a produtores de milho, e outros alimentos básicos, no uso de maquinaria agrícola e técnicas de gestão agrícola, continuando a distribuir tractores manuais e a apoiar o seu uso.
- Prestar aconselhamento financeiro e assistência na comercialização a produtores de milho e de outros alimentos básicos.
- Integrar actividades agrícolas com empresas familiares, tais como o processamento de produtos agrícolas ou o uso de resíduos agrícolas como fertilizantes orgânicos e alimento para animais.
- Desenvolver e alargar programas especiais de apoio ao nível do milho , raízes e tubérculos nas comunidades rurais.
- Desenvolver e promover sistemas de alimentação de gado, baseados em excedentes de milho, raízes e tubérculos.

Produtos agrícolas de valor elevado

Os produtos de valor elevado, adequados para o mercado interno, incluem vegetais e frutos, tais como rambutã, pêssegos e ameixas. A maior parte destes produtos é actualmente importada. A tabela seguinte mostra o volume de frutos e vegetais importados em 2007, com um valor total de 4,5 milhões de dólares.

A nossa meta é substituir pelo menos 50% dos frutos e vegetais importados até 2020.

Para atingir esta meta, iremos desenvolver as seguintes acções:

- Encorajar o fornecimento de frutos de valor elevado a mercados urbanos em pequena escala, por via da produção de um número reduzido de árvores, por família, a fim de gerar algum rendimento adicional e substituir alguma fruta importada.

- Apoiar a produção de vegetais em grande escala, próxima de centros urbanos, com acordos de fornecimento a grandes compradores, tais como mercados, hotéis e restaurantes. Isto envolverá o agrupamento de produtores em torno de infra-estruturas partilhadas, como sejam bombas de água e instalações de embalagem, a fim de conseguir uma massa crítica de produção que facilite contratos de fornecimento.

Tabela 10 Volume de frutas e vegetais importados em 2010 (toneladas)

Produto	Toneladas importadas
Couve	86
Malagueta	137
Cenoura	1,666
Cebola	786
Alho	886
Shallot	485
Batata	1,149
Soja	845
Tomate	118
Maçã	36
Laranja	31

Fonte: Ministério da Agricultura e Pescas.

Culturas de rendimento

O sector das colheitas de rendimento tem grande potencial para contribuir para o desenvolvimento rural, através da criação de empresas agrícolas de valor acrescentado em áreas, tais como, a extracção de óleo de coco e o processamento de café nas explorações agrícolas, utilizando melhores máquinas de descasque. Para concretizar este potencial, os agricultores do sector receberão aconselhamento financeiro especializado e assistência em termos de comercialização. Será igualmente importante resolver questões de titularidade de terras e utilizar o processo de separação por zonas agrícolas, de modo a identificar as áreas mais adequadas à plantação de determinadas colheitas.

As colheitas de rendimento são cultivadas, a fim de serem comercializadas ou vendidas pelos agricultores. O café, a noz-moscada e o coco são colheitas de rendimento populares, que em conjunto empregam cerca de 50.000 agricultores em Timor-Leste. Muitas das questões discutidas nas secções anteriores sobre arroz e colheitas de alimentos básicos, aplicam-se ao sector das colheitas de rendimento, onde a produtividade é igualmente muito baixa, as práticas de cultivo estão longe de serem as melhores e os agricultores precisam de acesso a aconselhamento e assistência especializados. A posse das terras é também um problema: por exemplo, as plantações de café envolvem grandes extensões de terreno e a existência de disputas pode prejudicar decisões sobre investimento.

A estratégia a utilizar, para aumentar a produção das culturas de rendimento, será semelhante

à utilizada para as culturas alimentares. Os agricultores receberão subsídios, formação e aconselhamento especializados, e serão encorajados a usar fertilizantes, variedades de alta produtividade e pesticidas apropriados, para garantir que a expansão do sector das culturas de rendimento, ao longo dos próximos 20 anos, contribua para a meta de segurança alimentar em Timor-Leste e crie emprego nas zonas rurais.

Café

O café constitui quase 80% das exportações não-petrolíferas. A exportação anual é de 12.500 toneladas. Estima-se que cerca de 50.000 famílias são produtoras de café, que dele dependem para o seu sustento. As principais áreas de produção são Aileu, Ainaro, Bobonaro, Ermera, Liquiçá e Manufahi, com Ermera a representar metade da produção total de café.

Embora Timor-Leste produza menos de 0,2% do fornecimento de café a nível global, possuímos uma vantagem competitiva a nível da produção orgânica e somos mesmo o maior produtor de café orgânico do mundo. O Timor Hybrid, um enxerto natural das variedades Robusta e Arábica, é reconhecido no mercado internacional como café orgânico de alta qualidade.

Devido ao bom preço do café orgânico, Timor-Leste concentrar-se-á em reter o seu nicho, enquanto produtor de café orgânico de qualidade. Serão necessárias técnicas de Gestão Integrada de Pragas, tais como controlo de culturas, resistência das plantas, controlo mecânico e controlo biológico, a fim de atingir e manter a certificação orgânica.

Dos 52.000 ha plantados, estima-se que 29.000 ha digam respeito a árvores velhas e pouco produtivas. A substituição por novas sementes e a poda, poderão aumentar a produtividade média de grãos verdes de 150 a 200 kg por hectare para 650 kg por hectare. Estima-se que a produção de café em Timor-Leste possa ser aumentada para o dobro só com a replantação e a poda. O nosso objectivo é reabilitar 40.000 ha de plantações de café até 2020.

Actualmente os produtores de café recebem um preço fixo pelo café em cereja (o fruto não tratado) ou pelo café em pergaminho (o grão semi-processado), não sendo pago qualquer prémio pela qualidade. Uma forma de valorizar o café é introduzir um sistema de classificação para melhorar a qualidade. Este deve ser um sistema simples que os agricultores possam entender, baseado em dois níveis para o café em cereja (cereja misturada e cereja madura) e em três níveis para o café em pergaminho (de acordo com o cheiro, cor e dimensão). Em termos simples, a geração de um aumento ligeiro de 20 cêntimos por kg no valor da colheita, resultante da melhoria da qualidade do café de Timor-Leste, permitirá por si só gerar mais 2,8 milhões de dólares para os agricultores, de acordo com os níveis de produção actuais.

As máquinas locais, de descasque, que alguns agricultores usam para processar a cereja em pergaminho, e as más práticas de secagem resultam, muitas vezes, num produto de baixa qualidade. Em virtude desta situação, alguns compradores adquirem apenas café em cereja para poderem controlar melhor a qualidade. Os produtores de café serão ajudados a comprar melhores máquinas de descasque.

Noz- moscada

Outra cultura de rendimento que contribui para a economia de Timor-Leste é a noz-moscada, a qual é cultivada em seis distritos. A noz-moscada é cultivada sobretudo pelo seu óleo. Nos últimos anos exportaram-se quantidades reduzidas, mas como há uma espera de quatro anos entre a plantação e a colheita, os agricultores irão necessitar de apoio financeiro para expandirem o sector.

Coco

O coco é outra cultura de rendimento, com potencial para criar emprego, e ser vendida a nível internacional. Aproximadamente 60% das famílias timorenses possuem coqueiros. O coco é uma colheita perene que leva quatro a cinco anos a colher. A produtividade das plantações de coco em Timor-Leste é de cerca de 565 kg por hectare, o que fica muito abaixo do padrão mundial de produtividade do coco, que é de 1.500 kg por hectare. Isto deve-se sobretudo ao facto de as árvores serem velhas e mal cuidadas.

Existe um potencial cada vez maior para exportação de coco e produtos de coco no mercado global, em especial no que diz respeito a produtos de coco processados, tais como o óleo de copra (óleo de cozinha). Embora sejam exportadas pequenas quantidades de copra para o mercado Indonésio, através de Timor Ocidental, há muito pouco valor acrescentado no processamento deste recurso. Uma das oportunidades consiste em processar óleo de coco, para substituir a importação de óleo alimentar no valor de aproximadamente 2 milhões de dólares por ano. Existe também potencial para fabricar produtos domésticos tais como vassouras, cestos e utensílios de cozinha.

Outras culturas de nicho de mercado

Outras colheitas de nicho que podem ser desenvolvidas, à semelhança do café, incluem o cacau, a pimenta-preta, o caju, as avelãs, o gengibre e o cravo-da-índia. Quando apropriado, será mantida a produção orgânica para desenvolver uma marca, abrangendo diversos produtos com base em indicações geográficas. Existe também margem para exportar amendoim e feijão mungo, embora estes produtos tenham um valor inferior ao do cacau, pimenta-preta e caju.

Será elaborado um estudo de mercado para identificar produtos de nicho de mercado com alta qualidade que possam ser cultivados em Timor-Leste e exportados com uma identidade ou marca timorense única. Será então desenvolvida uma estratégia para promover a produção e a exportação destes produtos para mercados de valor elevado. Procuraremos desenvolver, pelo menos, quatro produtos de nicho que possam ser exportados de forma consistente, até 2020.

Outras acções, para expandir as nossas colheitas de rendimento, incluirão:

- Promoção global do café de Timor-Leste, através de campanhas de promoção da marca.

- Encorajamento de café orgânico inovador, único e de alta qualidade.
- Encorajamento do desenvolvimento de produtos de valor acrescentado.
- Expansão do cultivo de noz-moscada.
- Encorajamento de cruzamento de produções entre coco e cacau e entre café e baunilha.
- Promoção de indústrias domésticas, para processamento de resíduos de plantações, especialmente café, em fertilizante orgânico e alimento para animais, e dos resíduos de plantações de coco em materiais e bens domésticos.

CRIAÇÃO DE GADO

O sector da criação de animais em Timor-Leste tem potencial para contribuir significativamente para a melhoria da nutrição do nosso povo, através da melhoria do acesso a carne e lacticínios frescos. Este sector pode também criar emprego e potencialmente gerar rendimentos de exportação.

De acordo com o Censos 2010, cerca de 80% das famílias em Timor-Leste criam animais. Cabras, ovelhas e porcos são por vezes comercializados em mercados locais, enquanto os cavalos constituem um meio de transporte importante em zonas rurais. A tabela seguinte indica o número de casas, com animais e os números de animais.

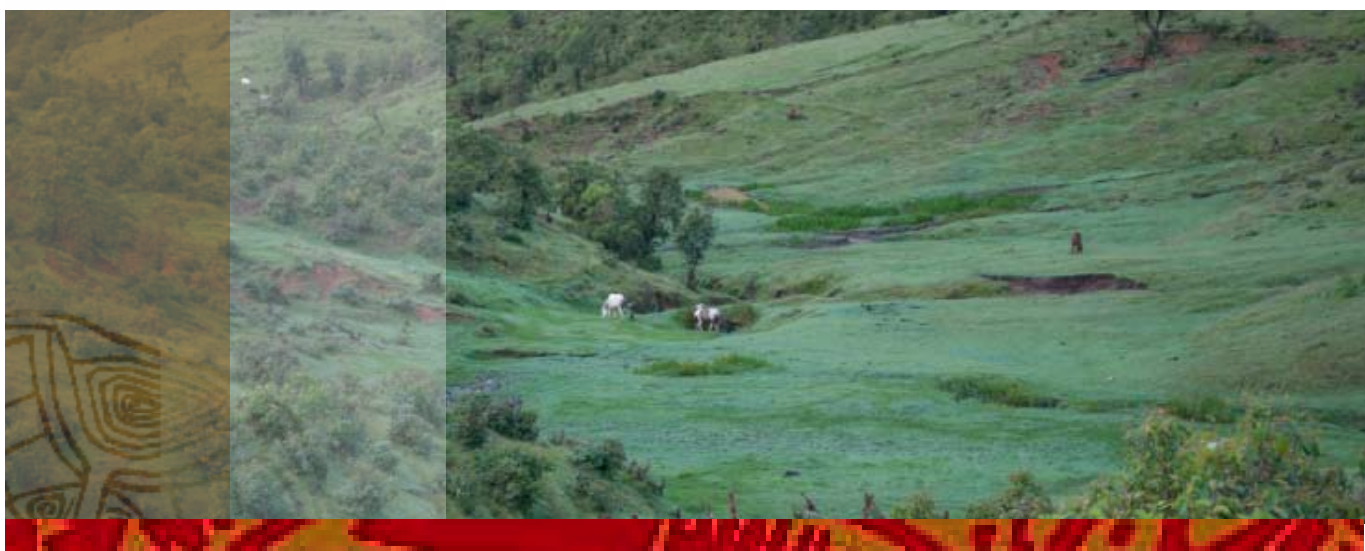
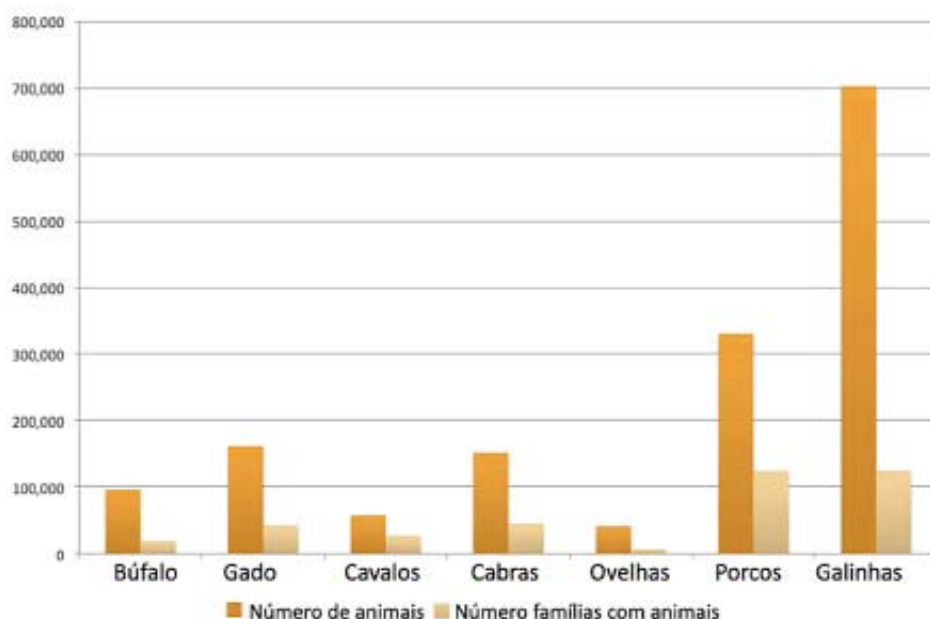


Figura 21 Famílias com animais e números de animais



Fonte: Censos de 2010

Existem desafios significativos a superar, para que o sector a criação de animais possa atingir o seu potencial. Os animais são, por norma, deixados à solta a céu aberto e não há o hábito de cultivar culturas de pasto ou outros alimentos. A maior parte dos agricultores tem poucos conhecimentos sobre criação de animais e saúde animal. É necessário aprovar legislação e regulamentação sobre saúde pública veterinária, quarentena e doenças animais. A distribuição comercial dos animais é limitada por infra-estruturas rodoviárias e hídricas inadequadas.

A produção intensiva de aves e porcos não evoluiu em Timor-Leste ,devido ao custo elevado da importação de ração concentrada, e ao baixo preço da importação de frangos. A maior parte dos ovos de galinha é também importada.

Existe margem para melhorar a produção de porcos e aves, segundo sistemas tradicionais, através de melhor saúde animal, vacinação e desparasitação, e alimentação.

Os volumes actuais, de derivados e resíduos das colheitas, não são suficientes para estimular uma indústria doméstica de processamento de rações para animais todavia isto pode mudar caso a área de cultivo aumente ou passe a haver fontes de proteínas tais como resíduos de peixe.

As campanhas governamentais de vacinação e o fornecimento de vacinas gratuitas continuarão a ser necessárias, bem como campanhas nacionais de divulgação promovendo cuidados básicos de saúde animal e uma melhor nutrição. O nosso objectivo é aumentar o número de animais em 20% até 2020.

Existe um potencial elevado para aumentar as exportações de gado vivo para a Indonésia e para substituir a importação de produtos de carne de vaca de qualidade. A procura de carne de vaca na Indonésia está a aumentar 6 a 8% ao ano e é provável que a importação represente 38% da carne de vaca consumida em 2010. Ao mesmo tempo, estima-se que Timor-Leste importe 200 toneladas de carne de vaca por ano a partir de países como a Austrália.

Os distritos de Bobonaro, Oe-Cússe Ambeno e Viqueque têm as maiores populações de gado, sendo que Cova Lima, Lautém e Viqueque têm as maiores áreas de pasto. O gado de Bali (Bibos banteng) está bem adaptado às condições em Timor-Leste, porém há muito que ainda pode ser feito, para melhorar a sua qualidade genética, através de reprodução selectiva e castração de reprodutores de má qualidade. É igualmente possível melhorar outros parâmetros de produção, tais como as taxas de mortalidade, as taxas de parto e ganhos diários de peso vivo.

Precisamos igualmente de estabelecer um centro de investigação de produção de gado, implementar um sistema de gestão de controlo de doenças a longo prazo e expandir o programa de vacinação de animais. Será necessário formar clínicos veterinários, para ajudarem com cuidados a animais, e para formarem agricultores locais: isto pode ocorrer, através das reformas aos nossos sistemas de educação e formação e através do Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano (ver Capítulo 2 – Educação). Será estabelecida uma Associação de Criadores de Gado, que se visará a promoção de estratégias, políticas e legislação.

Existe potencial para substituir a importação de 200 toneladas de carne de vaca por ano, o equivalente a aproximadamente 1.400 animais. Será necessário um matadouro e uma unidade de desmancho, à semelhança do matadouro privado em Kupang, para assegurar desmancho, embalagem e armazenamento de qualidade. O matadouro pode vender a retalho as suas próprias carnes através de linhas de fornecimento a produtores que forneçam animais saudáveis e de qualidade com cerca de 24 meses de idade. O matadouro pode igualmente facultar serviços de abate e talho para privados. A atribuição de algum tipo de certificação por parte do matadouro, assegurando a qualidade e a segurança dos alimentos, permitirá aumentar o preço da carne.

O matadouro em Tibar pode ser reactivado, para apoiar o desenvolvimento de um mercado local de carne de vaca de qualidade, idealmente através de arrendamento ao sector privado ou de outro acordo de gestão com o sector privado.

Iremos estabelecer um programa de desenvolvimento de produtos, com o objectivo de duplicar as exportações de gado para 5.000 cabeças por ano, e substituir a importação de 200 toneladas de carne de vaca por ano até 2020. Serão também tomadas as seguintes acções, com vista a melhorar a gestão da criação de animais:

- Desenvolvimento de sistemas especiais de produção de aves e porcos, para pequenos criadores, utilizando milho excedentário
- Estabelecimento de um local de demonstração de processamento de resíduos animais, em fertilizante orgânico

- Expansão do processamento de produtos animais
- Promover mais acesso a instituições financeiras (especialmente para o sector bancário existente) e através de cooperação com investidores
- Desenvolvimento de um mini-laboratório e de um centro veterinário para animais
- Estabelecimento de um local de demonstração para processamento de rações.

PESCAS

Timor-Leste tem uma linha costeira com cerca de 735 km, e uma Zona Económica Exclusiva com 72.000 km², com recursos marítimos ricos e potencial para desenvolvimento de pescas no mar. As águas costeiras e próximas da costa podem igualmente suportar actividades de aquacultura, tais como extracção de algas e criação de camarão, abalone, caranguejos, pérolas e ostras.

Dos 13 distritos em Timor-Leste, somente dois não possuem acesso à costa: os distritos de Aileu e Ermera. Existe também potencial para pescas em terra, nas áreas mais montanhosas, incluindo os distritos de Aileu, Manufahi, Ermera, Liquiçá, Ainaro e Viqueque.



Contudo, a actual contribuição do sector das pescas, para a produção e rendimento nacional, é reduzida. A diminuição de oportunidades de exportação de peixe deve-se ao aumento do consumo doméstico em Díli, o que é um sinal positivo, dado que o peixe é muito nutritivo.

O desenvolvimento de uma indústria nacional de pesca no mar dependerá do desenvolvimento de um mercado de exportação, uma vez que a procura doméstica é limitada. Serão necessários mais estudos e planeamento estratégico detalhado, para concretizar este objectivo a longo prazo.

Todavia, as actividades de aquacultura costeira, baseadas nas comunidades, podem oferecer oportunidades de obtenção de rendimentos para comunidades costeiras. Iremos introduzir, pelo menos, três tipos de actividades de aquicultura, para comunidades costeiras até 2020. Antes de se conduzirem novas acções, será feito um inventário dos locais adequados.

A maior parte da pesca é feita tradicionalmente, a partir de pequenos barcos junto da costa, e não é comercializada em mercados. Existe também alguma criação de peixe em lagos nas aldeias.

A aquacultura em água doce, água salobra e água salgada não está bem desenvolvida, embora haja consumo de peixe-gato, peixe-dourado, peixe-leite, camarão e algas em pequenas quantidades. O potencial de desenvolvimento da aquacultura, em água salobra, é elevado, especialmente na área das florestas de mangais e outros terrenos marginais, que são fisicamente adequados para viveiros de peixe. O desenvolvimento da aquacultura em água doce é limitado pela indisponibilidade de água doce. A falta de refrigeração fiável, devida em grande medida a fornecimento de irregular de energia, constitui uma grande barreira à exploração comercial de peixe, e terá de ser abordada, através da construção de infra-estruturas de produção de energia. É igualmente necessário melhorar a monitorização e a protecção das espécies.

Comparando com outros sectores agrícolas, as pescas já estão bem reguladas, havendo várias leis, decretos-lei e diplomas ministeriais com relevância directa para o sector. Todavia a sua aplicação é limitada e o sector continua a funcionar muito à semelhança do passado.

A curto prazo (2011 a 2015), as estratégias e acções, para melhorar a gestão de pescas costeiras e em terra, e para criar um sector de pesca comercial vibrante, incidirão no aumento da apanha, através de actividades de pesca tradicional, e na exploração de áreas de pesca na Zona Económica Exclusiva.

A médio prazo (2016 a 2020), as acções incidirão na pesca no alto-mar e serão orientadas para a exportação, procedendo-se também ao desenvolvimento de centros de pesca, ao longo da costa sul, em especial em Lore (distrito de Lautém). Será também encorajada a criação comercial de peixe, nas zonas onde existam recursos hídricos, nos distritos de Aileu, Ermera, Liquiçá e Ainaro.

A criação de uma indústria de pescas irá também requerer acesso a melhores barcos, formação em técnicas de pesca em alto mar e estabelecimento de ligações refrigeradas, entre zonas de pesca e pontos de exportação. Será feito um levantamento de locais, adequados para pesca comercial, e aumentaremos a protecção de locais de criação de peixe e de outros ambientes marinhos importantes, por via de zonas de protecção marinha. Será igualmente estabelecido um centro marinho de investigação e desenvolvimento.



Outras estratégias para criar uma indústria de pescas sustentável e vibrante, que crie emprego e contribua para as metas de melhoria da segurança alimentar e da nutrição em Timor-Leste, incluem:

- Criação de centros de demonstração do uso de sistemas electrónicos de controlo de pescas e do corte, processamento, transporte e armazenamento de produtos de pescas.
- Pesquisa da criação de camarões, abalones, caranguejos e ostras.
- Estabelecimento de ligações a mercados e de sistemas de transporte.
- Promoção da capacidade dos pescadores e da comunidade de criadores de peixe.
- Controlo de qualidade e supervisão, relativamente a recursos pesqueiros.
- Desenvolvimento de portos de pesca e infra-estruturas, tais como, cais e locais de atracagem.
- Desenvolvimento de um mercado de exportação de peixe.

PRODUTOS FLORESTAIS E DE MADEIRA SUSTENTÁVEIS

Para a maior parte das pessoas, que residem em áreas rurais, especialmente aos mais pobres, as florestas e as árvores são as fontes de alimento, combustível, forragem, medicamentos e material de construção. A gestão sustentável dos recursos florestais de Timor-Leste é, não só, essencial para as famílias que dependem dos produtos florestais para lenha ou obtenção de rendimentos, mas é também importante para todos os agricultores, uma vez que a desflorestação causa erosão e danifica as captações de água – sendo que o acesso a bons solos e a cursos de água saudáveis é vital para uma boa produção agrícola.

Como é referido no Capítulo 2 – Ambiente, a maioria da floresta autóctone, como a teca, mogno e sândalo, tem vindo a desaparecer e como resultado, Timor-Leste enfrenta actualmente uma degradação dos solos, diminuição dos lençóis friáticos, ameaça à vida selvagem e diminuição das fontes de alimentação. É essencial para o bem-estar da população e desenvolvimento das comunidades rurais, que este caminho seja revertido.

A área florestal de Timor-Leste é cerca de 50% da área terrestre total, o equivalente a aproximadamente 745.174 hectares. O Objectivo de Desenvolvimento do Milénio, de 55% do território cobertos por floresta, continua a ser um alvo ambicioso.

Plano de Gestão Florestal

Para inverter a desflorestação das nossas florestas e desenvolver uma indústria florestal sustentável iremos preparar um Plano de Gestão Florestal, que promova a reflorestação e práticas sustentáveis de gestão de terras em Timor-Leste. O plano definirá zonas adequadas para produção florestal, em moldes empresariais em pequena escala, seleccionará as melhores espécies (madeira dura, construção e agricultura florestal) e identificará mercados potenciais e as vantagens comparativas de Timor-Leste, em relação a madeiras duras tropicais de valor elevado. As pessoas com interesse directo nos recursos florestais farão parte do nosso processo de decisão, em todos os aspectos do planeamento e gestão de florestas.

Será, igualmente, conduzida uma pesquisa a sistemas de produção de madeiras duras e agricultura florestal, com o intuito de identificar os sistemas adequados para pequenos proprietários e investidores. Será estabelecido um centro de formação e desenvolvimento, em produção florestal, e a formação em carpintaria e fabrico de mobiliário, a partir de madeiras duras de qualidade, passará a fazer parte do nosso sector de formação vocacional.

Plantação de árvores com base na comunidade

Apoiaremos empresas de produtos a partir de árvores e florestas, com base nas comunidades, que dêem às comunidades locais mais oportunidades para beneficiarem de recursos florestais, ao mesmo tempo que serão dados mais incentivos para gerir e proteger estes recursos de modo sustentável.

Os viveiros comunitários para a exploração de árvores de valor elevado, tais como o sândalo, o cedro-vermelho, a teca, o mogno e o pau-rosa, têm sido um sucesso. Os agricultores plantam as árvores criadas nas suas parcelas individuais. No futuro, estes viveiros fornecerão fontes de madeira para outras indústrias tais como serrações, e para oportunidades de valor acrescentado, tais como o fabrico de mobiliário de alta qualidade. Apoiaremos a plantação de um milhão de árvores, a nível nacional, todos os anos, através de viveiros comunitários.

Bambu

Timor tem dos melhores bambus do mundo, incluindo o *Dendrocalamus asper* (au-betun) gigante e o *Bambusa lako* (au-metan, Timor Black).

Há muitas gerações que o bambu é usado em Timor-Leste para vários fins, incluindo fabrico de cestos e tecelagem, bem como para habitações e canais de irrigação.

A nível ecológico, o bambu é muito importante, uma vez que pode ser plantado estrategicamente para deter a erosão dos solos e a degradação das terras. Cresce muito mais rapidamente que outras plantas comercializáveis, demorando, apenas, quatro a cinco anos a atingir a sua maturidade e podendo ser colhido anualmente durante cerca de 30 a 40 anos.

Bambu preto

O bambu é um recurso abundante em Timor-Leste. É subutilizado na indústria comercial, mas a nível tradicional serve para habitações, cercas e mobiliário básico para muitas pessoas, em especial nas nossas zonas rurais. As variedades ricas de espécies de bambu existentes incluem o *Bambusa lako*, conhecido como *Black Timor* (Au laku em Tetum), espécie endémica em Timor-Leste e que é altamente apreciado como bambu ornamental, na Austrália, devido às suas qualidades estéticas. Os troncos são pretos, com algumas riscas verdes verticais entre os nós, e a casca é fácil de remover, o que a torna adequada para tecelagens decorativas.

O primeiro passo, para o estabelecimento de uma indústria de bambu e para o desenvolvimento de uma Estratégia Nacional de Bambu, foi dado, em 2008, com o estabelecimento do primeiro Centro de Bambu de Timor-Leste, em Tibar. Este centro produz painéis e mobiliário de bambu. Esta iniciativa tem potencial para reduzir o desemprego e estabelecer uma indústria importante de valor acrescentado para Timor-Leste.

A fim de aumentar o crescimento do bambu, em áreas florestais e não florestais, iremos desenvolver, até 2015, uma Política e Estratégia Nacionais de Comercialização de Bambu. Como parte da estratégia, iremos estabelecer viveiros para criar plantas a partir de sementes, melhorar plantações de bambu (incluindo gestão de pragas) e capacitar os agricultores para gerirem plantações de bambu e dominarem técnicas de colheita.

A estratégia contribuirá também para o nosso programa de gestão florestal sustentável (ver acima) e para o nosso programa de conservação de terras (ver Capítulo 2 – Ambiente), através da promoção do cultivo do bambu, para fins de reflorestação e de controlo da erosão.

Outras acções que serão conduzidas, para melhorar a gestão sustentável de terras, conservar e reabilitar florestas e desenvolver práticas de produção de madeira sustentáveis, incluem:

- Introdução de legislação florestal especial, apoiada por melhores acordos sobre posse de terras
- Providenciar formação técnica e administrativa a trabalhadores florestais
- Reflorestação em todas as zonas degradadas, especialmente em áreas inclinadas em torno de Díli
- Introdução de programas para reduzir práticas de queima de floresta ou de erva durante a estação seca
- Substituição de lenha por outras fontes de energia
- Aplicação de leis ambientais e leis florestais para controlar actividades de degradação florestal.

METAS

Até 2015:

- A tonelagem de arroz (grãos ajustados segundo perdas) terá aumentado de 37.500 toneladas para 61.262 toneladas
- A produtividade do milho terá aumentado de 1,25 para 1,54 por hectare
- Criação do Conselho de Assessoria Agrícola de Timor-Leste para propôr políticas para o sector e supervisionar a sua implementação
- O Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento de Timor-leste irá liderar e planear investimentos adicionais na pesquisa, desenvolvimento e divulgação para a maioria dos sectores agrícolas
- Será elaborado um inventário dos sistemas de irrigação existentes, para determinar quais deverão ser expandidos e novos sistemas de irrigação necessários
- Terão sido desenvolvidos projectos-piloto relativos a barragens e aproveitamento de lençóis friaticos, que serão usados para desenvolvimento futuro
- Haverá um maior investimento de capital, em culturas essenciais tais como café e baunilha, noz-moscada e óleo de palma
- As actividades de pesca tradicional terão aumentado e a pesca terá aumentado na Zona Económica Exclusiva
- Estarão estabelecidos um Plano de Gestão Florestal e uma Política e Estratégia Nacionais de Comercialização de Bambu

Até 2020:

- A oferta de alimentos ultrapassará a procura
- A área de arroz irrigado aumentará 40%, passando de 50.000 hectares para 70.000 hectares
- A produtividade média do milho aumentará para 2,5 toneladas por hectare
- Pelo menos 50% dos frutos e vegetais serão cultivados a nível local
- Os números de criação de gado aumentarão em 20%
- A produção de café aumentará para o dobro, no seguimento da reabilitação de 40.000 hectares de plantações de café
- Haverá pelo menos três tipos de actividades de aquacultura, a apoiar as comunidades costeiras
- O sector das pescas será uma indústria de exportação e ter-se-à expandido para a pesca de alto-mar

Até 2030:

- As perdas de armazenamento de arroz nas explorações agrícolas descerão de 20% para cerca de 5%
- A produção de milho e de outros alimentos básicos aumentará pelo menos 50%
- Timor-Leste terá pelo menos quatro culturas de rendimento de nicho de mercado que podem ser exportados de forma consistente



P E T R Ó L E O

VISÃO GERAL E DESAFIOS

O sector do petróleo em Timor-Leste é designado, pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento, como um pilar fundamental do nosso desenvolvimento futuro. Este sector é essencial não só para o nosso crescimento económico como também para o nosso progresso futuro, enquanto Nação bem-sucedida e estável.

Ao desenvolvermos o sector, precisamos de garantir que a riqueza de recursos naturais de Timor-Leste é utilizada para construir a nossa Nação e apoiar o nosso povo.

Actualmente Timor-Leste não possui as infra-estruturas, indústrias de apoio e recursos humanos fundamentais para fazer funcionar e gerir o nosso sector petrolífero. Isto resulta na perda de grandes oportunidades para o nosso povo e para a nossa Nação.

O aproveitamento destas oportunidades e a expansão do sector petrolífero criarão bases sólidas para o desenvolvimento de uma indústria bem-sucedida, de exportação e de prestação de serviços, com um sector privado maduro e em crescimento.

“Quero que o nosso petróleo seja utilizado para criar a nossa própria indústria e dar emprego aos timorenses.”

*Professor, Hatulia, distrito de Ermera,
Consulta Nacional, 13 de Julho de 2010*

ESTRATÉGIA E ACÇÕES

Aproveitaremos ao máximo a nossa riqueza, em termos de petróleo e gás, pelo estabelecimento de uma Companhia Nacional de Petróleo e desenvolvimento do projecto Tasi Mane na costa Sul, facilitando, aos nossos cidadãos, as qualificações e experiência de que necessitam, para liderar e gerir o desenvolvimento da nossa indústria petrolífera. Continuaremos o nosso compromisso em relação à transparência da contabilidade das receitas do sector petrolífero.

Para dar resposta aos desafios futuros, serão dados os seguintes passos:

- As receitas petrolíferas continuarão a ser transparentes e utilizadas para apoiar o desenvolvimento social e económico.
- Será desenvolvida uma indústria petrolífera que opere com o máximo de participação de cidadãos e empresas timorenses.
- Serão melhorados e desenvolvidos os recursos humanos necessários para o funcionamento da indústria petrolífera.
- A costa sul será desenvolvida para apoiar a expansão da nossa indústria petrolífera interna, incluindo o estabelecimento das infra-estruturas vitais.

RECEITAS E TRANSPARÊNCIA

O sector petrolífero já é a maior fonte de receitas do Orçamento do Estado. Estas receitas devem ser usadas para prestar cuidados de saúde, educação e segurança para o nosso povo, bem como para construir e manter as infra-estruturas da nossa Nação.

Timor-Leste está totalmente empenhado em que os rendimentos, provenientes dos nossos recursos petrolíferos sejam plenamente transparentes, para que todos possam ver o retorno financeiro, a movimentação de fundos públicos e o retorno de investimentos do fundo petrolífero. Este compromisso será demonstrado através da manutenção dos actuais arranjos do Fundo Petrolífero, bem como da adesão a mecanismos internacionais de transparência, tais como a Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE). Timor-Leste é a terceira Nação do mundo, e a primeira da Ásia, a assinar e a cumprir totalmente com a ITIE. Isto reflecte a nossa transparência absoluta em contabilizar publicamente cada dólar pago pelas empresas petrolíferas a operarem em Timor-Leste e cada dólar que chega ao governo como receita.

DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA A INDÚSTRIA PETROLÍFERA

Timor-Leste precisa de trabalhar para garantir que os nossos cidadãos não só beneficiam das receitas da venda dos nossos recursos petrolíferos, como também participam, administram e trabalham na indústria petrolífera. A nossa riqueza petrolífera dá-nos uma grande oportunidade para desenvolver uma indústria doméstica forte, na qual estejamos plenamente envolvidos e onde os cidadãos timorenses possam beneficiar de emprego e oportunidades de formação de alto nível. Deste modo, podemos aumentar os ganhos para o nosso povo para lá da simples venda de petróleo e gás.

A fim de permitir a participação plena do nosso povo, na construção da indústria petrolífera, encetámos um programa extenso e contínuo de desenvolvimento de recursos humanos. Isto incluirá a formação dos nossos cidadãos em áreas essenciais, tais como: geologia, engenharia petrolífera e química, finanças petrolíferas e gestão de negócios e projectos. Esta formação irá ocorrer por via de bolsas de estudo em instituições de Ensino Superior reconhecidas, oportunidades de desenvolvimento profissional para funcionários públicos dentro e fora de Timor-Leste, e colocação de funcionários em empresas internacionais de petróleo e gás.

Adicionalmente, a Faculdade de Engenharia da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, em Hera, oferecerá no futuro um programa de bacharelato em Geologia e Petróleo. Será igualmente desenvolvido um centro de formação, em operações de petróleo e gás, numa Politécnica em Suai. Na área da investigação, será estabelecido o Instituto de Petróleo e Geologia, para administrar dados científicos de actividades de exploração de petróleo e gás e para conduzir investigação e prestar aconselhamento.

Um aspecto importante a ter em conta é que grande parte deste programa, incluindo as bolsas de estudo no país e no estrangeiro, será financiada através do Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano (ver Capítulo 2 – Educação), que garantirá que Timor-Leste venha a possuir recursos

humanos, com as qualificações e a experiência necessárias, para liderar e gerir o desenvolvimento da nossa indústria petrolífera.

ESTABELECIMENTO DA COMPANHIA NACIONAL DE PETRÓLEO

Um elemento vital da estratégia de desenvolvimento da nossa indústria petrolífera será o estabelecimento de uma Companhia Nacional de Petróleo – TIMOR GAP E.P. (Timor Gás e Petróleo). Esta companhia deverá ser capaz de liderar o desenvolvimento da indústria por via de participação directa, identificação e investimento no nosso sector petrolífero. Será um meio para Timor-Leste ter uma intervenção directa na expansão do sector e para beneficiar desta expansão. A Companhia Nacional de Petróleo empenhar-se-á na capacitação dos nossos recursos humanos e na criação de conhecimentos especializados sobre petróleo, de forma a permitir a identificação e participação de timorenses.

PROJECTO TASI MANE

Para trazer o desenvolvimento petrolífero para as nossas costas e providenciar dividendos económicos directos, a partir das actividades da indústria petrolífera, serão desenvolvidas infra-estruturas de apoio, na costa Sul de Timor-Leste. Este desenvolvimento será liderado pelo Projecto Tasi Mane, um projecto plurianual que visa a criação de três pólos industriais na costa Sul, os quais irão formar a espinha dorsal da indústria petrolífera de Timor-Leste. O projecto envolverá o desenvolvimento de uma zona costeira de Suai a Beação e garantirá a existência das infra-estruturas necessárias para suportar uma indústria petrolífera doméstica em crescimento. O Tasi Mane incluirá o agrupamento da Plataforma de abastecimento de Suai, o agrupamento da Refinaria e Indústria Petroquímica de Betano e o agrupamento da Instalação de GPL de Beação.

Figura 22 Agrupamentos do Tasi Mane



Fonte: Preparado para o Plano Estratégico de Desenvolvimento

Plataforma de Abastecimento de Suai

O investimento alargado, por parte do sector público, irá estabelecer uma base logística para o sector petrolífero em Suai. A base permitirá à costa Sul desenvolver um sector petrolífero nacional, juntamente com indústrias e empresas relacionadas e de apoio. Oferecerá um ponto de entrada para o material e equipamentos, que serão necessários para construir as infra-estruturas e instalações da indústria petrolífera. O Suai tornar-se-á um centro para a indústria petrolífera em Timor-Leste, no fornecimento de serviços, logística, fabricações e recursos humanos.

O investimento público será usado para construir:

- Um porto marítimo em Kamanasa, Suai, incluindo parque de contentores, área logística de armazenamento, escritórios e instalações de armazenamento de combustível.
- Um complexo habitacional em Kamanasa.
- Uma indústria metalúrgica
- Instalações de construção e reparação de embarcações
- Aeroporto do Suai reabilitado.

A Plataforma de Abastecimento de Suai irá tornar-se uma base industrial nacional e uma plataforma logística para impulsionar a criação de emprego e o desenvolvimento económico na costa Sul. Irá igualmente apoiar o estabelecimento de centros petrolíferos em Betano e Beaço.

Agrupamento da Refinaria e Indústria Petroquímica de Betano

O Agrupamento de Betano consistirá num parque industrial onde serão localizadas uma refinaria e instalações da indústria petroquímica, juntamente com uma cidade administrativa da indústria petrolífera. A cidade providenciará habitação e serviços sociais e formará uma nova base de emprego na costa Sul.

O estabelecimento de um centro de refinaria e indústria petroquímica será concretizado através de cooperação entre o sector público e o sector privado. A Companhia Nacional de Petróleo de Timor-Leste terá um papel fundamental neste desenvolvimento. A fase inicial consistirá no estabelecimento de uma refinaria com capacidade para 30.000 barris por dia, podendo aumentar este número de forma progressiva até 100.000 barris por dia, à medida que a indústria petroquímica for crescendo. As necessidades domésticas a nível de combustível, tais como gasóleo, gasolina, combustível para aviões e asfaltos serão cobertas por esta refinaria. Adicionalmente, muitos produtos da refinaria serão exportados de modo a aumentar o nosso comércio de produtos de petróleo e de gás.

Agrupamento da Instalação de GPL de Beaço

O agrupamento da Instalação de GPL de Beaço será a área aonde o gasoduto de gás natural

chega a Timor-Leste e na qual será localizada a instalação de GPL para processar o gás. O agrupamento incorporará o complexo da instalação de GPL e os desenvolvimentos de Nova Beação e Nova Viqueque. O aeroporto, existente em Viqueque, será renovado com capacidade para operar como um aeroporto de chegada e saída para operadores da instalação de GPL, servindo igualmente como aeroporto regional.

A primeira fase do desenvolvimento da instalação de GPL será o estabelecimento de uma capacidade de produção de 5 milhões de toneladas por ano (MTPA) ou um compressor, capacidade esta que poderá ser alargada, no futuro, para até 20 milhões de toneladas por ano (MTPA) ou 4 compressores.

Será construída uma estrada entre Suai e Beação para ligar os três agrupamentos e apoiar o crescimento da indústria petrolífera. Esta estrada será construída por etapas. Cada etapa será desenvolvida de acordo com a necessidade económica e o crescimento da indústria. O projecto terá início até 2015 e estará concluído o mais tardar até 2020.

Fases do Projecto Tasi Mane

O Projecto Tasi Mane será conduzido ao longo de um período de vinte anos e envolverá quatro etapas, com a primeira etapa a arrancar imediatamente. As quatro etapas são as seguintes:

- **1ª Etapa: 2011-2013** Esta etapa englobará o arranque da primeira fase da Plataforma de Abastecimento de Suai, que incluirá a construção de um porto marítimo, com um quebra-mar, na área de Kamanasa, armazéns, escritórios e serviços, juntamente com a reabilitação do aeroporto de Suai e a reabilitação de estradas de ligação na área de Suai - Kamanasa.
- **2ª Etapa: 2013-2016** Esta etapa englobará a conclusão da primeira fase da Plataforma de Abastecimento de Suai e o arranque da segunda fase, que incluirá a extensão do quebra-mar para cobrir uma área de ancoradouro mais protegida, para dar resposta ao aumento esperado na procura de transportes comerciais. A construção da nova cidade de Suai começará a providenciar habitação e alojamento para trabalhadores. A construção da primeira fase do projecto da refinaria, com capacidade para 30.000 barris por dia, terá início em Betano. A construção da estrada entre Suai e Betano começará durante esta etapa, assim como a primeira fase do desenvolvimento de Nova Betano.
- **3ª Etapa: 2017-2023** Esta etapa incluirá a conclusão da primeira fase do projecto da refinaria e a extensão da auto-estrada entre Betano e Beação. A instalação de GPL, Nova Viqueque e Nova Beação serão construídas e o aeroporto regional de Viqueque será renovado e alargado.
- **4ª Etapa: 2024-2030** Esta etapa inclui a terceira fase da Plataforma de Abastecimento de Suai; a segunda e terceira fases da cidade de administração petrolífera; o crescimento continuado de indústrias petroquímicas; e a continuação da expansão da instalação de GPL para acomodar compressores adicionais caso sejam feitas novas descobertas de gás.

METAS

Até 2015:

- A construção do Porto de Suai terá sido concluída
- O aeroporto de Suai terá sido reabilitado
- A primeira fase do projecto da refinaria terá sido iniciada
- A construção da primeira secção da estrada entre Suai e Betano terá começado
- O desenvolvimento de Nova Suai terá sido concluído
- A primeira fase de Nova Betano terá sido iniciada

Até 2020:

- A segunda fase da Plataforma de Abastecimento de Suai terá sido concluída
- A primeira fase do projecto da refinaria terá sido concluída
- O Porto de Beaço terá sido concluído

Até 2030:

- O projecto de Tasi Mane terá sido concluído, estabelecendo uma indústria petrolífera dinâmica e integrada ligada por uma auto-estrada na costa sul de Timor-Leste

T U R I S M O

VISÃO GERAL E DESAFIOS

Com a beleza natural, história rica e património cultural de Timor-Leste, existe grande potencial para desenvolver o turismo como uma grande indústria para suportar o nosso desenvolvimento económico. Uma indústria bem-sucedida de turismo contribuirá com rendimentos para a economia nacional e para as economias locais, criará emprego, criará empresas e reduzirá os desequilíbrios económicos regionais.

“Temos muita beleza natural aqui mas ninguém pode vir vê-la se não repararmos as nossas estradas.”

Chefe de aldeia, sub-distrito de Uatulari, distrito de Viqueque, Consulta Nacional, 1 de Maio de 2010

Timor-Leste dispõe de águas tropicais ricas em vida marinha, praias de areia branca, cordilheiras montanhosas espectaculares, uma cultura timorense única, um legado colonial português e uma história de resistência. Oferecemos também um calendário de eventos especiais, incluindo a Volta a Timor em bicicleta, a Maratona de Díli ‘Cidade de Paz’ e a Regata de Darwin a Díli.

Maratona de Díli ‘Cidade de Paz’



A Maratona de Díli ‘Cidade de Paz’ é um dos maiores eventos desportivos locais do ano em Timor-Leste, atraindo milhares de participantes timorenses, estrangeiros e atletas internacionais. A maratona constitui também uma oportunidade para encorajar corredores timorenses a competir, desenvolver a capacidade de grupos de atletismo locais e promover mensagens de paz e unidade.

A primeira Maratona de Díli foi realizada em Junho de 2010 e atraiu mais de 1.000 corredores de 28 países. Em 2011, quase 5.000 pessoas participaram na Maratona, cidadãos timorenses espalhados pelo país e até corredores internacionais vindos de sítios tão longínquos como o Quénia e os Estados Unidos da América. Participaram também crianças em idade escolar em actividades paralelas.

A maratona é actualmente um evento anual que atrai corredores, meios de comunicação social e turistas de todo o mundo a Timor-Leste. O evento inclui uma maratona completa (42 km), uma meia maratona (21km) e uma mini maratona (7 km) intitulada ‘Halai Ba Dame’ (Corrida pela Paz).

A maratona completa e a meia maratona são cronometradas, registadas e acreditadas como corridas segundo os padrões da Associação Internacional de Federações de Atletismo (IAAF), com os corredores a poderem utilizar os resultados para se qualificarem para outras maratonas da IAAF e para estabelecerem recordes mundiais. Existe também uma secção de caridade na qual os participantes recolhem dinheiro para organizações sem fins lucrativos a trabalhar em Timor-Leste.

A parceria com os New York Road Runners inclui formação a treinadores timorenses para ensinarem os aspectos fundamentais da corrida a jovens, bem como o apoio a uma pequena equipa de corredores timorenses para participarem na Maratona da Cidade de Nova Iorque. A Organização pela Paz e pelo Desporto promove o conceito de Corrida pela Paz, usando o atletismo para unir populações vulneráveis e passar mensagens positivas de coesão social e paz em países a recuperarem de situações de conflito. A organização ajudará a estabelecer e a promover a 'Halai Ba Dame' de Timor-Leste.

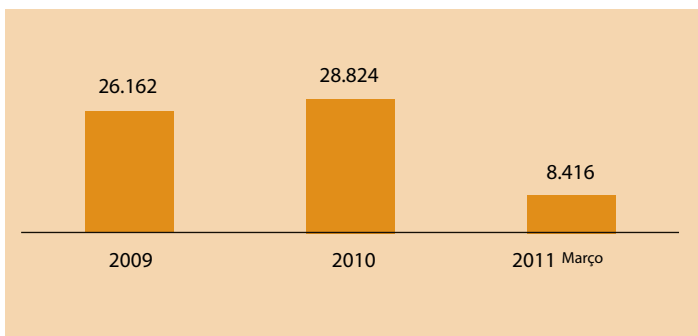
Estas parcerias – juntamente com o apoio de outras organizações e corredores internacionais de renome – ajudarão a estabelecer a credibilidade da maratona, promovendo a campanha 'Dili Cidade de Paz' e fortalecendo as perspectivas a longo prazo da maratona como um evento bem-sucedido e conduzido pelos timorenses.

Com a nossa cultura tradicional, a história viva das nossas comunidades rurais e a beleza da Nação, Timor-Leste é capaz de dar aos visitantes uma experiência memorável. Embora a região do Sudeste Asiático já contenha muitas ofertas turísticas, Timor-Leste poderá atrair visitantes que procurem experiências únicas, aventura e turismo ecológico.

O nosso sector turístico está nas primeiras fases do seu desenvolvimento, com um número ainda limitado, mas crescente, de turistas internacionais e com infra-estruturas turísticas emergentes. As más condições da rede rodoviária do país, as fracas opções em termos de alojamento e as ligações aéreas relativamente caras constituem desafios ao crescimento do sector. Estes desafios serão abordados à medida que desenvolvemos a nossa economia e embarcamos num vasto programa de construção de infra-estruturas.

Timor-Leste tem também a sorte de estar situado na região Ásia Pacífico, cujo mercado de turismo internacional está a crescer e a procurar as fortunas económicas emergentes na região. A concessão de vistos turísticos em Timor-Leste tem vindo a aumentar de ano a ano, conforme se pode ver pela figura seguinte, ainda que nem todos os visitantes que recebem estes vistos entrem no país apenas com o intuito de fazer turismo.

Figura 23 Chegadas de turistas a Timor-Leste, 2009 a Março de 2011



Fonte: Aeroporto, Porto e Postos Fronteiriços de Batugade, Bobometo e Sacamato

ESTRATÉGIA E ACÇÕES

Num mercado global que procura ofertas turísticas novas e autênticas, Timor-Leste posiciona-se-á para providenciar experiências turísticas que aproveitem a nossa beleza natural, a nossa cultura e o nosso património. Isto permitirá a Timor-Leste diferenciar-se das ofertas turísticas generalizadas e apelar ao segmento de mercado crescente que procura experiências únicas em locais singulares.

Timor-Leste desenvolverá também ofertas, em mercados de nicho, para visitantes que procurem turismo de aventura, mergulho com botija e turismo marítimo, caminhadas ou experiências de turismo cultural e histórico. No curto a médio prazo, iremos também desenvolver a nossa capacidade para receber conferências e convenções internacionais.

Serão visados os mercados seguintes:

- Turismo ecológico e marítimo.
- Turismo histórico e cultural.
- Turismo de aventura e desporto.
- Turismo religioso e de peregrinação.
- Turismo de conferências e convenções.

História da nossa resistência



Muitas das pessoas, que visitam Timor-Leste, estão interessadas em aprender mais sobre a nossa luta pela autodeterminação e pela independência. Existem muitos locais espalhados pelo país com muita importância para o movimento da resistência, incluindo locais onde se travaram grandes batalhas contra os ocupantes e onde foram realizadas reuniões vitais da Resistência.

Iremos desenvolver sinalização e materiais impressos e em formato electrónico para orientar os visitantes rumo a estes locais e permitir-lhes compreender as condições terríveis com que o movimento da resistência teve de lutar e a grande coragem e determinação dos nossos combatentes.

Os locais a destacar incluem:

- Soiabada (Manatuto) - onde, em Maio de 1976, foram estabelecidas as bases para uma resistência organizada, no seguimento da invasão Indonésia a Timor-Leste, em Dezembro de 1975
- Monte Matebian no leste do país — onde 140.000 civis foram cercados e bombardeados por forças ocupantes em Novembro de 1978
- Laline/Lakluta (Viqueque) — onde teve lugar a 1ª Conferência Nacional para a reorganização da luta, em Março de 1981, na qual foi adoptada uma nova estratégia para a resistência
- Lari-Gutu (Viqueque) — local das primeiras negociações relativas a cessar-fogo entre o comandante dos militares indonésios e a resistência de Timor-Leste, a 20 de Março de 1983.

Outros locais com significado para a nossa luta pela independência e que os turistas serão encorajados a visitar incluem o Palácio do Governo em Díli (onde a FRETILIN declarou unilateralmente Timor-Leste como Nação independente a 28 de Novembro de 1975) e o cemitério de Santa Cruz em Díli (no qual pelo menos 250 manifestantes pró-independência foram massacrados em Novembro de 1991) — um evento que foi filmado e que subsequentemente gerou condenação internacional, virando determinadamente a opinião mundial contra a ocupação de Timor-Leste.

Ao preservarmos estes locais, estaremos não só a permitir aos visitantes conhecer as nossas experiências, como também a manter a nossa história orgulhosa de resistência à ocupação para as gerações futuras de timorenses e a honrar aqueles que deram as suas vidas na luta pela Independência de Timor-Leste.

Para satisfazer este mercado turístico, precisaremos de melhorar as nossas infra-estruturas de base, incluindo estradas e pontes, electricidade, telecomunicações, aeroportos e portos marítimos. À medida que são realizados grandes projectos de infra-estruturas, a indústria do turismo será desenvolvida para responder à maior acessibilidade do nosso país. O planeamento a nível de infra-estruturas, incluindo a priorização de projectos, levará em conta as necessidades da indústria do turismo para garantir que a indústria não é afectada por más condições de acesso ou pela falta de infra-estruturas críticas. A importância do sector, para o futuro de Timor-Leste, irá garantir que o nosso programa de infra-estruturas dá prioridade a projectos tais como melhorias ao aeroporto de Díli e aos aeroportos de distrito, aos portos marítimos de distrito, às estradas e às telecomunicações.

Outro desafio fundamental prende-se com os recursos humanos limitados para servir uma indústria de turismo em crescimento. Para dar resposta a esta lacuna, iremos incidir o sector da educação e formação vocacional no desenvolvimento de qualificações para o sector do turismo. A nossa indústria do turismo e o sector da educação e formação, irão trabalhar em parceria para garantir que os alunos concluem os estudos com as qualificações e os conhecimentos de que o mercado de trabalho do turismo necessita. Esta educação e formação irão desde a escola secundária até programas de formação vocacional e formação prática. Abrangerão uma gama de áreas, incluindo gestão hoteleira, hotelaria, fornecimento de refeições, restauração e gestão de empresas.

As comunidades locais também recebem apoio para oferecer serviços a visitantes, incluindo alojamento, serviços de guia e preparação de alimentos. Para aumentar o seu perfil, as comunidades serão ajudadas com novas opções de tecnologias de informação e acesso à internet, ligando viajantes a empresas e atrações locais. A indústria dos restaurantes será regulada, de forma a garantir os padrões apropriados e criar as bases para ganhar qualidade e experiência na confecção de refeições especiais, incluindo a cozinha timorense, portuguesa e africana.

A indústria dos táxis será depois regulada, para garantir que fornece o padrão de serviços esperado pelos visitantes internacionais. Isto incluirá um mecanismo de reclamações, tarifas uniformizadas, padrões mínimos para veículos e um sistema regulado de bilhetes a preços fixos no aeroporto de Díli.

Turismo religioso e de peregrinação



A fé e a religião assumem uma grande importância para o nosso povo. Através de Timor-Leste, a nossa cultura e crença são reforçadas pelo Lulik (sagrado), a fé animista segundo a qual se adoram os espíritos dos mortos. Estes espíritos estão presentes na nossa paisagem, rochedos, animais, ribeiras e objectos dotados de poder espiritual. A mostra dos nossos locais e objectos Lulik e o ensinamento das nossas crenças e legado Lulik permitirão aos visitantes entender melhor a nossa terra e as nossas gentes.

A importância da religião em Timor-Leste fica evidente para os visitantes que chegam a Díli pela primeira vez. A estátua de 25 metros de altura do Cristo Rei em cima de um globo contempla a cidade e as nossas belas praias e colinas, lembrando aos visitantes da estátua semelhante no Rio de Janeiro, Brasil. Chega-se ao Cristo Rei subindo mais de 500 degraus, passando pelas Estações da Cruz e proporcionando aos visitantes vistas esplêndidas a partir da sombra da estátua de Jesus Cristo.

Iremos igualmente desenvolver turismo centrado em torno de peregrinações religiosas. Um dos nossos locais mais importantes é Soibada, junto da colina Aitara, onde se encontra um enorme gondoeiro. Junto a essa árvore situa-se um santuário dedicado a Nossa Senhora de Aitara, onde há muitos anos a Virgem Maria terá aparecido a várias mulheres. Para assinalar esta aparição foram construídos um santuário, igreja e convento junto do local há mais de 100 anos. O local da igreja e santuário encontra-se numa colina íngreme rodeada por densa vegetação e onde se chega subindo um conjunto de escadas impressionante. O Santuário de Nossa Senhora de Aitara será promovido como destino turístico internacional de peregrinação.

Outro local para peregrinação é o topo do Monte Ramelau, onde se situa uma estátua da Virgem Maria visitada por muitas pessoas que percorrem grandes distâncias para mostrar a sua fé e devoção a Deus num local de beleza natural espantosa.

Para ser capaz de proporcionar infra-estruturas turísticas específicas, o governo terá de trabalhar em parceria com o sector privado. Uma indústria madura irá requerer o desenvolvimento de hotéis, estâncias ecológicas, restaurantes, galerias e ofertas turísticas, tais como passeios de barco, mergulho com botija e pesca. Em muitos casos necessitaremos de parcerias em que terrenos governamentais sejam cedidos, através de arrendamento ao sector privado, em troca da construção de instalações turísticas. Este envolvimento com o sector privado incluirá também a prestação de apoio e assistência aos esforços do sector privado, para construir empresas viradas para o turismo em Timor-Leste.

Embora todo o país ofereça oportunidades e atracções reais para a indústria do turismo, o desenvolvimento inicial do sector incidirá em áreas com vantagens comparativas em termos de acessibilidade, densidade das ofertas turísticas e historial de sucesso. Esta estratégia concentrar-se-á em três zonas turísticas em Timor-Leste: Oriental, Central e Ocidental.

ZONA TURÍSTICA ORIENTAL

A Zona Turística Oriental irá de Tutuala até Com e Baucau e ao longo da estrada costeira até Hera. Esta zona será um destaque das ofertas turísticas de Timor-Leste, com praias tropicais cristalinas e um cenário montanhoso impressionante, e oferecerá caminhadas de aventura, arquitectura portuguesa histórica e cultura local de aldeias.

A zona começará com a Ilha de Jaco e Tutuala, que oferecem uma experiência autêntica de turismo ecológico. O desenvolvimento das infra-estruturas turísticas locais em Tutuala será prioritário, com apoio dado à reabilitação da Pousada de Tutuala, que será uma excelente base a partir da qual se poderá explorar a área circundante. As empresas locais serão encorajadas a oferecer experiências de mergulho, pesca e deslocações por barco a praias recatadas e intocadas. Viagens à Ilha de Jaco, com as suas belas praias e vida marinha, serão comercializadas como o destaque de uma visita à região. Para facilitar o aumento do turismo nesta área, irão melhorar-se substancialmente as infra-estruturas rodoviárias e de telecomunicações, sendo igualmente prestada formação relevante à população local.

A aldeia piscatória próxima de Com irá também crescer como base turística para a área. Com instalações portuárias alargadas e praias reluzentes, Com será uma das principais atracções turísticas, sendo desenvolvida como centro de alojamento, para dar aos visitantes uma oportunidade autêntica de experienciar a vida e a cultura timorenses.

Com será também importante como a aldeia no início da rota turística recente e mais significativa de Timor-Leste, a Grande Estrada da Costa Norte. Este percurso turístico passará por Lautém, Baucau e Manatuto até Díli, prolongando-se para oeste, através de Tíbar e Maubara, e terminando em Balibo com as suas vistas costeiras elevadas. Esta rota costeira será dotada de sinalização, mapas de qualidade e infra-estruturas turísticas.

Viajando ao longo da Grande Estrada da Costa Norte, desde Com, entre o oceano e campos de arroz, passando pela cidade histórica de Lautém, os turistas chegarão a Baucau, a base turística da Zona Oriental. Baucau, a segunda maior cidade de Timor-Leste, providenciará uma gama completa de opções de alojamento, servindo tanto viajantes de mochila como turistas com mais meios, que procurem estâncias de turismo ecológico. A abertura do aeroporto de Baucau será uma porta de entrada para a cidade, para aqueles que não chegam por terra, oferecendo a opção de voos internacionais directos.

O estabelecimento de uma estância de turismo ecológico de elevada qualidade será apoiado na costa de Baucau, juntamente com alojamentos menos dispendiosos do tipo de bungalow de praia. A aldeia piscatória de Baucau, com as suas águas trópicas reluzentes, será promovida como um ponto alto de uma visita a Baucau. Na cidade antiga, o mercado será renovado para oferecer um centro cultural e de artesanato, com um café e um Centro de Informações Turísticas. O edifício renovado do mercado irá exibir arquitectura colonial portuguesa e destacar o nosso património cultural. O complexo de piscinas próximo, com água límpida, será também renovado para oferecer uma experiência de natação única entre jardins tropicais luxuriantes.

Baucau servirá igualmente como base para caminhadas e visitas culturais a Quelicai e ao sagrado e espectacular Monte Matebian. Incidindo na escalada a pé do Monte Matebian, os visitantes poderão passear por aldeias rurais, ficar alojados em pousadas locais e aprender a respeito da cultura, património e história importante da resistência deste cenário intocado.

A partir de Baucau, a Zona Oriental seguirá para Díli, terminando em Hera. A jornada através da Grande Estrada da Costa Norte até Hera passa por aldeias locais, arrozais e cenários de montanha. A jornada oferecerá opções de alojamento de turismo ecológico costeiro, que funcionarão também como pontos de partida para viagens de mergulho com botija, pesca e observação de baleias. A reabilitação e alargamento da estrada entre Díli e Baucau tornará esta rota turística essencial mais acessível, sendo que a estrada será sinalizada de modo a destacar atracções e a fornecer informações aos viajantes.

Parque Nacional Nino Konis Santana



A partir de Tutuala, a Zona Turística Oriental continuará até à cidade de Los Palos, que pode constituir uma base para explorar uma área espectacular que inclui o primeiro parque Nacional de Timor-Leste, o Nino Konis Santana, que cobre grande parte da área de Lautém.

O Nino Konis Santana será promovido com um centro de visitantes, formação de guias locais e passeios a pé. Será estabelecido um Centro de Informações Turísticas em Los Palos para prestar conselhos e assistência a viajantes na região e para organizar alojamentos em casas particulares.

ZONA TURÍSTICA CENTRAL

A Zona Turística Central abrangerá a capital de Díli, a Ilha de Ataúro e a região de Maubisse. Sendo a capital e a principal porta de entrada do país, será conduzido um projecto dinâmico de desenvolvimento turístico para garantir que Díli oferece aos visitantes uma gama completa de serviços e opções que se esperam da capital da Nação. Isto incluirá vastas opções de alojamento para satisfazer visitantes com todos os tipos de orçamento, incluindo turistas com mais poder de compra que procuram alojamento do estilo de estâncias.

Será aberto um Centro de Informações Turísticas sobre Timor-Leste, em Díli, para prestar informações sobre sítios de interesse local. Díli será uma cidade que exhibirá a sua história colonial portuguesa, através da protecção e reabilitação de edifícios e monumentos portugueses. A história única de Timor-Leste, em termos de política e de resistência, será igualmente promovida, incluindo locais importantes tais como o Cemitério de Santa Cruz, o Museu da Resistência e o Museu da CAVR (que abrange os eventos de 1975 a 1999 em Timor-Leste). Um novo Museu e Centro Cultural de Timor-Leste e uma Nova Biblioteca e Arquivo de Timor-Leste (ver Capítulo 2 – Cultura e Património) tornar-se-ão instituições importantes de cultura e património nacionais, sendo encorajadas galerias que destaquem e promovam as nossas artes e artesanatos.

A localização oceânica de Díli será promovida, incluindo o Cristo Rei. Será implementada uma iniciativa de desenvolvimento na face costeira para embelezar a parte da praia, deixada a descoberto pela maré-baixa e criar percursos pedestres junto à praia dos coqueiros. O Cristo Rei continuará a ser um foco significativo e um marco de Díli, devendo ser estabelecida uma estância ecológica sustentável na praia por trás do Cristo Rei.

Díli crescerá como uma cidade dinâmica e cosmopolita influenciada por muitas das culturas do mundo, ainda que permanecendo um centro de expressão cultural timorense. A indústria da restauração será apoiada de forma a crescer e a oferecer uma gama de experiências culinárias que façam uso dos nossos produtos locais frescos, incluindo peixe e marisco, e das nossas influências asiáticas, portuguesas e africanas. A indústria alimentar será bem regulada para garantir segurança alimentar e a manutenção de padrões internacionais. Díli será posicionada como um local único no Leste Asiático que reflecte a sua herança europeia, sobretudo portuguesa, continuando a ser um centro de orgulho da cultura timorense.

Díli será também a porta de entrada para a ilha de Ataúro, na qual os turistas podem explorar um verdadeiro refúgio de ilha tropical, com praias reluzentes, aldeias rurais, caminhadas a pé e pesca. A Ilha de Ataúro será promovida como centro de mergulho com botija e haverá cabanas ecológicas com baixo impacto a trabalhar com as comunidades locais para dar aos turistas experiências autênticas e remotas. O mar entre Díli e Ataúro é rico em vida marinha de grande porte, incluindo baleias e golfinhos, pelo que serão encorajados percursos de barco de lazer e de observação de baleias a partir de Díli e do Porto reabilitado da Ilha de Ataúro.

A Zona Central será também um centro para caminhadas a pé e visitas às montanhas de Timor-Leste. A cidade montanhosa deslumbrante de Maubisse será a base para o turismo de aventura nesta área, incluindo escaladas a pé à montanha mais alta de Timor-Leste, o sagrado Monte Ramelau. Serão apoiados alojamentos em casas privadas e pousadas, bem como a reabilitação da histórica pousada de Maubisse.

Ilha de Ataúro

A Ilha de Ataúro tem uma área de aproximadamente 104 km² e um comprimento de 25 km. É um local seco e frágil, com uma população de 8.000 habitantes espalhada por 20 pequenas povoações (cinco áreas administrativas principais de aldeia). A maior parte das pessoas vive em torno da linha costeira, com a pesca a ser uma parte importante do seu modo de vida. A pesca continua a ser sobretudo tradicional (lanças e redes), sendo que apenas uma pequena percentagem dos pescadores são profissionais (no sentido em que vivem da venda do peixe que pescam).

Ataúro é conhecida pelas suas esculturas em madeira, podendo os visitantes ver (e comprar) estátuas, esculturas, talheres, decorações e barcos miniatura produzidos por artesãos locais em Tua Koin ou nas aldeias. Os visitantes podem também observar, aprender a fazer e comprar artigos de tecelagem únicos de Ataúro, nomeadamente cestos, tapetes e chapéus.

Ataúro é rodeado por um recife que continua virgem na maior parte dos locais à volta da ilha. A diversidade da vinha marinha inclui mamíferos de grande porte (baleias, golfinhos e dugongos), peixes de coral, tubarões, corais duros e moles, nudibrânquios, pepinos de mar, minhocas, conchas, estrelas-do-mar, enguias e tartarugas. Ataúro é também um paraíso para os ornitólogos devido à diversidade das suas aves, algumas das quais não existem em mais lado nenhum do mundo.

ZONA TURÍSTICA OCIDENTAL

A Zona Turística Ocidental englobará um gancho desde Díli, ao longo da Grande Estrada da Costa Norte, até Balibó, antes de chegar a Maliana e às áreas montanhosas de Bobonaro, e regressar através das plantações de Ermera e chegar a Díli, por Tibar.

A parte ocidental da Grande Estrada da Costa Norte oferecerá vários alojamentos do tipo de cabana ecológica e estância, reflectindo o património e a história das comunidades locais. A cidade costeira de Liquiçá irá expor a sua arquitectura encantadora da era portuguesa e constituirá uma viagem perfeita com a duração de um dia a partir de Díli. Continuando pela costa promover-se-á o Forte Holandês de Maubara como centro de arte e artesanatos tradicionais timorenses. O gancho rodoviário subirá então para a cidade histórica de Balibó, com o seu magnífico Forte Português a contemplar o oceano, cruzando Timor-Leste. O Forte Português será restaurado e desenvolvido para oferecer, dentro das paredes do forte, uma experiência de hotel-boutique altamente influenciada pelo património. Será estabelecido um pequeno museu, dedicado à história local de Balibó, com a casa portuguesa do forte a tornar-se um café e uma base a partir da qual se poderá explorar a história da área.

O gancho rodoviário continuará para Maliana, a qual, à medida que a economia se expande, irá crescer e tornar-se uma base importante de desenvolvimento económico no oeste. O aeroporto de Maliana será capaz de oferecer voos turísticos a Pante Makassar, para explorar a beleza e a história de Oe-Cusse Ambeno. As termas de Marobo serão fortemente promovidas. Com as melhorias rodoviárias realizadas, os visitantes poderão viajar de Maliana, através de Ermera, na viagem de regresso a Díli. Esta jornada oferecerá vistas montanhosas deslumbrantes, com os turistas a entrarem em áreas de cultivo de café orgânico e a verem, por si, como as comunidades locais produzem café de classe mundial para exportação.

Termas em Marobo



As termas perto de Marobo serão um dos destaques de uma visita à Zona Turística Ocidental. O acesso é feito através de uma estrada montanhosa deslumbrante e oferecem uma experiência de fontes quentes com águas minerais que revigora o corpo.

As termas, num complexo de ruínas portuguesas e de uma antiga pousada, lembram as fontes quentes da Velha Europa e constituem um escape relaxante para o visitante. As fontes quentes serão transformadas numa

atração turística importante para a região.

A estrada até às fontes será melhorada e sinalizada. As ruínas e o passeio junto ao local serão reabilitados, tal como a pousada, que se tornará um café e bar. O local será desenvolvido com respeito pelo seu valor patrimonial importante, com a construção de novas piscinas, mais abaixo em relação às actuais. À medida que a água desce, em cascata a partir das piscinas acima, arrefece e é armazenada numa série de piscinas inferiores. Isto permitirá aos visitantes seleccionarem a sua temperatura preferida e terem uma experiência única de banhos timorenses.

COMERCIALIZAÇÃO TURÍSTICA

Será desenvolvida uma estratégia de comercialização turística internacional para promover Timor-Leste, como um destino de eleição para viajar. Isto incluirá a designação de Timor-Leste, como um destino turístico por excelência, bem como a implementação de uma estratégia integrada de comercialização, publicidade e relações públicas. A comercialização do turismo irá evoluir com o crescimento da economia e com o amadurecimento da nossa indústria de turismo.

A estratégia irá adoptar várias técnicas de publicidade em mercados importantes, para sensibilizar os interessados para o potencial turístico de Timor-Leste. A boa vontade, para com Timor-Leste e seu povo, será usada como base a partir da qual se promoverão visitas, com a nossa rede de embaixadas e consulados a ser também usada, para espalhar informações turísticas e outras mensagens relevantes para atrair turistas.

Jornalistas e escritores influentes de viagens serão encorajados a visitar o país e a produzir programas televisivos de viagens. Serão estabelecidas e fomentadas parcerias com parceiros e associações globais na indústria das viagens, de forma a promover Timor-Leste como um destino obrigatório de viagem. Isto incluirá o trabalho com agências turísticas e sítios electrónicos de marcação de viagens, de modo a oferecer pacotes de viagens e opções relativos a Timor-Leste. Com um mercado turístico global, impulsionado pelas buscas na internet, comentários de visitantes e sítios electrónicos de marcação de viagens, Timor-Leste precisa ter uma presença na internet e ter capacidade de marcação de viagens, através de internet para poder competir internacionalmente. Em primeira instância, serão estabelecidos relacionamentos mais próximos, a nível de operadores turísticos, com a Austrália, Portugal, Indonésia, China, Malásia e Singapura, antes de se alargarem estes relacionamentos a nível mundial.

Para ter sucesso neste mercado global competitivo, Timor-Leste irá participar em grandes exposições e 'espectáculos itinerantes' com vista a promover o país. Depois da nossa participação muito positiva na Exposição Mundial de Xangai, Timor-Leste comprometer-se-á a dar continuidade a esta visibilidade através da participação na Exposição Mundial de 2012 em Seul, na Coreia do Sul.

Exposição Mundial



A participação de Timor-Leste na Exposição Mundial de Xangai registou 4,5 milhões de visitantes ao nosso pavilhão nacional.

O Pavilhão de Timor-Leste descreveu (literal e simbolicamente) o ciclo de um dia em Timor-Leste.

Com a ajuda de iluminação, exibimos a paisagem natural do nosso país e imagens do nosso povo a trabalhar e a divertir-se, mostrando uma coexistência harmoniosa entre humanidade e natureza.

METAS**Até 2015:**

- As infra-estruturas turísticas vitais serão construídas ou reabilitadas, incluindo o aeroporto de Díli e aeroportos regionais, e as infra-estruturas de telecomunicações serão melhoradas.
- As estradas em percursos turísticos fundamentais, incluindo a Grande Estrada da Costa Norte entre Com e Balibó, e de Maliana através de Ermera até Tibar, serão reabilitadas e sinalizadas.
- Será estabelecido, em Díli, um Centro de Formação em turismo e hotelaria.
- Serão desenvolvidos pacotes turísticos abrangentes para as Zonas Turísticas Oriental, Central e Ocidental do país.
- Haverá uma estratégia de promoção do turismo, a promover Timor-Leste a nível internacional por vários anos, incluindo um calendário anual de eventos especiais.
- O governo terá trabalhado com o sector privado no desenvolvimento de infra-estruturas turísticas, em apoio às áreas vitais do turismo ecológico, marítimo, histórico, cultural, de aventura e desportivo, bem como do turismo de conferências e convenções.
- Serão estabelecidos Centros de Informações Turísticas em Díli, Los Palos e Baucau

Até 2020

- Os locais turísticos-chave estarão a operar, com infraestruturas melhoradas, com actividades e negócios locais viáveis e com material promocional

Até 2030:

- Timor-Leste terá uma indústria de turismo bem desenvolvida, atraindo um grande número de visitantes internacionais, contribuindo substancialmente para a criação de rendimentos comunitários, a nível nacional e local, e criando empregos em toda a Nação

SECTOR PRIVADO

VISÃO GERAL E DESAFIOS

Para construir a nossa Nação e providenciar empregos e rendimentos para o nosso povo, Timor-Leste precisa atrair investidores para os nossos principais sectores industriais, estabelecer parcerias com empresas internacionais para construir as nossas infra-estruturas e apoiar empresas locais na sua criação e crescimento.

“Queremos desenvolver a nossa indústria petrolífera para beneficiar todo o nosso povo.”

Cidadão local, sub-distrito de Uatucarbau, distrito de Viqueque, Consulta Nacional, 30 de Abril de 2010

Os investidores potenciais precisam ter confiança de que estão a entrar num cenário competitivo, justo e aberto e precisam ter certeza a respeito dos nossos regulamentos e procedimentos empresariais e de investimento. Ao mesmo tempo, precisamos de garantir que mantemos o controlo dos nossos recursos e activos e precisamos de estabelecer orientações para o seu desenvolvimento, o qual beneficie todos os nossos cidadãos.

Precisamos igualmente de garantir que os empresários timorenses possuam as qualificações e o apoio de que necessitam para identificarem oportunidades de emprego, estabelecerem negócios, expandirem-se para novas áreas ou mercados, ou comecem a exportar. Tal como já foi exposto nesta e noutras secções do Plano Estratégico de Desenvolvimento, existem muitas potenciais oportunidades de emprego para os nossos cidadãos, em áreas tais como produtos culturais e de artesanato, turismo, agricultura e indústria petrolífera. Para muitos cidadãos e comunidades timorenses, a melhor forma de garantir o seu futuro pode passar pelo estabelecimento de microempresas em sectores emergentes, tais como o turismo, na produção em pequena escala ou no cultivo de culturas de rendimento de elevado valor. Contudo, para terem sucesso nestes negócios, muitos dos nossos cidadãos precisarão de apoio para acederem a financiamento e precisarão de formação em boas práticas empresariais.

ESTRATÉGIA E ACÇÕES

Iremos estabelecer várias orientações de política económica, para suportar o crescimento e desenvolvimento futuros de Timor-Leste e garantir que todos os nossos cidadãos beneficiam deste desenvolvimento.

Estas orientações incluirão reformas para melhorar o ambiente empresarial e de investimento em Timor-Leste, um melhor acesso a microfinanças e a criação de um Banco Nacional de Desenvolvimento.

AMBIENTE EMPRESARIAL E DE INVESTIMENTO

A sustentabilidade futura da economia da nossa Nação depende da construção de um sector privado consistente, pelo que daremos prioridade à construção de um ambiente empresarial e de investimento que apoie o arranque e o crescimento das empresas.

O desenvolvimento de um sector privado diversificado e o estabelecimento de novas empresas e indústrias são essenciais para a criação de empregos para os nossos cidadãos e para nos permitir fazer a transição para uma economia não-petrolífera. O nosso ambiente empresarial está a melhorar, contudo há ainda muito a fazer. As áreas, que requerem melhoria, incluem cumprimento dos contratos, registo de propriedades, regularização da posse e resolução de disputas. Para lá disto, as nossas debilidades ao nível de sistema de telecomunicações, infra-estruturas básicas e sector financeiro em crescimento podem tornar-se obstáculos ao desenvolvimento empresarial.

As reformas que fizemos até aqui dão a Timor-Leste um dos sistemas tributários mais atractivos a empresas, no mundo inteiro. Uniformizámos também os nossos procedimentos aduaneiros. Outro aspecto importante a ter em conta é que uniformizámos os nossos requisitos e processos de registo de empresas, fazendo com que seja mais fácil e mais rápido criar uma empresa.

Estão a ser consideradas três propostas de lei para lidar com alguns dos obstáculos fundamentais ao investimento. A saber:

- Código Civil para lidar com a aplicação de contratos
- Lei sobre Terras para garantir a propriedade de terrenos para efeitos de hipoteca ou outros
- Lei Laboral para definir relações laborais e proteger empregadores e empregados.

Uma nova lei de investimento e novas reformas a serem instituídas, com vista à criação de um 'balcão único' para empresas, irão melhorar ainda mais o ambiente de investimento. Estas iniciativas, juntamente com a criação da Câmara de Comércio e Indústria de Timor-Leste, estabelecerão alicerces sólidos para o desenvolvimento de um sector privado forte.

A passagem e implementação do Código Civil, Lei sobre Terras e Lei Laboral serão passos importantes. Embora sejam necessários esforços consideráveis para criar capacidade para implementar estas leis, elas farão uma grande diferença no nosso ambiente empresarial. As propriedades serão usadas como garantia para aceder a créditos e a certeza sobre os direitos de posse permitirão desenvolvimentos seguros. O Código Civil assegurará a aplicação dos contratos, dando confiança e segurança a investidores domésticos e internacionais, e a Lei sobre Terras dará certeza e previsibilidade às relações entre empregados e empregadores.

As reformas, para o estabelecimento de um 'balcão único,' continuarão para que os empresários possam ter um ponto fácil de acesso à Administração. Será também melhorada a plataforma de "governo electrónico", permitindo assim uma alternativa eficiente para interagir com a Administração.

A capacidade do órgão de atracção de investimento de Timor-Leste, a TradeInvest, será melhorada para permitir a este fornecer informações e pareceres a potenciais investidores domésticos e internacionais.

O sector privado será apoiado através da Câmara de Comércio e Indústria de Timor-Leste, a qual prestará aconselhamento a empresas sobre todas as áreas de negócio em Timor-Leste. A Câmara fornecerá igualmente formação para melhorar os recursos humanos no sector privado.

À medida que a economia se desenvolve, serão introduzidas mais reformas. Estas incluirão a revisão de leis comerciais com impacto sobre os negócios e o desenvolvimento de uma lei de falências. O sistema actual de resolução de disputas será fortalecido por via da melhoria da capacidade do sistema de justiça para lidar com litígios comerciais, bem como do estabelecimento de mecanismos alternativos de resolução de disputas. Isto incluirá a consideração da provisão de investidores estrangeiros, com recurso ao Tribunal de Arbitragem Internacional da Câmara de Comércio Internacional.

Juntamente com o nosso programa de grandes infra-estruturas (ver Capítulo 3), o desenvolvimento dos nossos serviços bancários e financeiros e a nossa economia emergente, estas reformas irão garantir que Timor-Leste estabelece e mantém um ambiente atractivo para as empresas e investimento.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento de um sector privado forte em Timor-Leste está condicionado por acesso, limitado ou inexistente, a crédito e a financiamento a longo prazo a taxas acessíveis.

As nossas empresas precisam de crédito para investir, para se expandirem, para comprarem bens e equipamentos e para melhorarem instalações. Existe uma procura significativa de crédito em Timor-Leste para a melhoria de hotéis, compra de maior diversidade de existências por parte de retalhistas, construção de habitações e escritórios e compra de equipamento pesado pelas empresas de construção.

Actualmente, há três bancos comerciais a operar em Timor-Leste, que recebem depósitos e prestam serviços de câmbio externo e de transferências internacionais. Estes bancos prestam serviços limitados fora de Díli e asseguram apenas um mínimo de empréstimos comerciais. Isto resultou numa procura significativa não respondida por financiamento a longo prazo a taxas acessíveis. Estima-se que esta procura sem resposta ronde os 50 milhões de dólares. Para acelerar o crescimento económico e o desenvolvimento do sector privado é necessário o acesso a financiamento adicional.

Será estabelecido um Banco Nacional de Desenvolvimento para conceder empréstimos a longo prazo ao sector privado. Este banco permitirá às empresas timorenses crescer, contratar mão-de-obra e construir as infra-estruturas económicas da nossa Nação.

O Banco Nacional de Desenvolvimento irá prestar crédito ao sector privado, para lá da capacidade e da disponibilidade de outras instituições financeiras. O Banco incidirá apenas em empréstimos, para dar resposta à procura não satisfeita por crédito comercial, e incidirá nas orientações estratégicas da nossa Nação no que se refere ao crescimento do sector privado e ao desenvolvimento de mercados financeiros domésticos. Devido às funções limitadas do Banco, este não irá requerer muitas agências ou um grande número de empregados, permitindo, assim manter as despesas operacionais, a níveis razoáveis. Todos os empréstimos serão concedidos na base de critérios comerciais normais, a taxas de juro competitivas mas não concessionais.

O Banco Nacional de Desenvolvimento será detido maioritariamente pelo Estado, mas envolverá também parceiros privados, incluindo cidadãos timorenses e instituição financeira estrangeira de boa reputação. Os parceiros equitativos fornecerão acesso a conhecimentos técnicos especializados e promoverão boas estruturas, políticas e cultura de governação.

O Banco irá funcionar numa base comercial e será gerido por um Conselho de Administração especializado e independente. O Conselho preservará o Banco Nacional de Desenvolvimento de pressões não comerciais. O Banco será lucrativo dentro de um período de tempo razoável, de modo a preservar o seu capital.

AGÊNCIA DE INVESTIMENTO DE TIMOR-LESTE

Timor-Leste precisa de diversificar a sua economia e estabelecer novas empresas e indústrias. Uma economia diversificada é uma economia mais forte, com oportunidades amplas de investimento e emprego.

As empresas governamentais de investimento têm sido usadas com sucesso em outros países, para criar bases de qualificações locais, estabelecer indústrias e apoiar o sector financeiro. Ao apoiarem a diversificação da economia e a resposta às lacunas de fornecimentos, as empresas governamentais de investimento contribuem para um crescimento económico mais rápido.

Existem exemplos, a nível internacional, de empresas governamentais de investimento com sucesso, o que mostra que, com boa governação, orientações rigorosas e claras de investimento e operações administrativas e comerciais independentes, é possível um contributo significativo para o desenvolvimento das indústrias nacionais, ao mesmo tempo que se consegue um retorno atractivo do capital de investimento. A maior parte das empresas governamentais de investimento começam com um capital de investimento de cerca de 200 a 500 milhões de dólares, capital este que é necessário para apoiar a diversificação nas indústrias e para investir em grandes projectos de infra-estruturas.

Iremos estabelecer a Agência de Investimento de Timor-Leste, para ajudar no desenvolvimento de novas indústrias, criar uma base de qualificações domésticas, alargar a base da nossa economia e diminuir a nossa dependência de importações. A empresa ajudará com o desenvolvimento de oportunidades de investimento e ajudará a concretizar projectos estratégicos importantes com incidência comercial. Irá apoiar a transição de Timor-Leste de economia petrolífera para uma

economia não-petrolífera, através da promoção de investimento em sectores da economia nacional, que são vitais para o nosso crescimento económico e para o nosso desenvolvimento.

Agência será financiada exclusivamente com capital público e será pertença do governo. A sua missão consistirá em promover o desenvolvimento de actividades comerciais, industriais e outras actividades económicas, essenciais para desenvolver e diversificar a economia de Timor-Leste.

A Agência de Investimento de Timor-Leste irá funcionar de acordo com princípios empresariais e abordagens de gestão. Terá um Conselho de Administração independente, que deverá reportar ao governo relativamente a estratégias empresariais, investimentos, retornos financeiros, projecções financeiras e políticas de dividendos.

MICROFINANÇAS

O acesso ao crédito é um problema para pequenos empresários e indivíduos em Timor-Leste, sobretudo para os residentes nas nossas zonas rurais. A falta de crédito impede a expansão das pequenas empresas, condiciona a capacidade do nosso povo para criar empresas e inibe o crescimento da nossa economia.

O Instituto de Microfinanças de Timor-Leste, pertencente ao governo, foi estabelecido em 2001 e fornece pequenos empréstimos, sendo que a maioria é garantida por salários do sector público. A instituição funciona actualmente sob restrições legais que incluem um tecto de 5 milhões de dólares em depósitos por parte do público, restrições sobre os montantes a conceder (até 5.000 dólares por empréstimo) e não se poder considerar um banco.

O Instituto foi alargado a oito distritos e permite a funcionários públicos abrirem contas, a partir das quais recebem os seus vencimentos e salários.

A nossa visão para o Instituto de Microfinanças de Timor-Leste é que este se irá transformar num banco comercial, verdadeiramente timorense, que preste serviços financeiros ao povo timorense espalhado pelo País. O Instituto será alargado de modo a tornar-se um pequeno banco comercial que sirva o nosso povo, preste serviços bancários e conceda crédito, e promova o desenvolvimento regional e rural. Prestará serviços a indivíduos e a micro, pequenas e médias empresas.

A estratégia do banco consistirá em operar, com uma licença Classe B sem restrições, como banco profissional e comercial, registado com a denominação de Banco Comercial de Timor-Leste. Isto incluirá o alargamento da gama de produtos que oferece à sua base de clientes. A cobertura geográfica do Banco será igualmente alargada, com agências em cada distrito, unidades bancárias móveis e serviços bancários por telemóvel e internet. A fim de poder prestar serviços a todos os nossos cidadãos e a promover o desenvolvimento rural, o Banco irá também desenvolver uma estratégia de alargamento a nível de agências de sub-distrito. O Banco continuará a pertencer na totalidade ao governo e terá um Conselho de Direcção independente e especializado.

ZONAS ECONÓMICAS ESPECIAIS

Não houve, no passado, uma cultura de planeamento em Timor-Leste, no que diz respeito ao estudo das vantagens económicas comparativas de cada região, a sua capacidade de acesso aos mercados e a sua rede de infra-estruturas. O desenvolvimento do sector agrícola e de outros sectores privados em Timor-Leste tem resultado de práticas e costumes tradicionais, pouco relacionados com projectos sustentados de planeamento.

Tal como foi referido, no Capítulo 4 – Desenvolvimento Rural, o Quadro Nacional de Planeamento irá ser desenvolvido e implementado, para orientar a aceleração do processo de desenvolvimento económico sustentável e equitativo do País, do nível nacional para todos os sucos.

As Zonas Económicas Especiais envolvem a criação de um conjunto abrangente de leis e regulamentos empresariais, que abrangem uma zona geográfica definida com vista a torná-la atractiva para empresas estrangeiras, que pretendam investir ou estabelecer um negócio. Os incentivos, muitas vezes usados por estas zonas de modo a atrair investimento, incluem incentivos fiscais e direitos aduaneiros ou de importação baixos ou inexistentes.

As Zonas Económicas Especiais são comuns em todo o mundo. Foram estabelecidas na China, Indonésia, Índia, Angola, Brasil e Malásia, entre muitos outros países, para aumentar a competitividade de uma região no que se refere a atrair investimento externo. As Zonas Económicas Especiais existem em muitas formas, incluindo Zonas de Comércio Externo, Zonas de Processamento de Exportações, Zonas de Finalidades Especiais envolvendo um tipo específico de indústria de fabrico ou serviços e mesmo Zonas Francas, que podem englobar toda uma ‘cidade internacional’.

Através da criação de um ambiente regulador e fiscal mais aberto e competitivo, bem como da afectação de terrenos para construção de instalações e edifícios para exploração segundo programas de arrendamento ou leasing de longo prazo, estas zonas podem tornar-se centros de crescimento económico rápido. Timor-Leste irá considerar o estabelecimento de Zonas Económicas Especiais para atrair rapidamente investimento externo e empresas internacionais. A vantagem para Timor-Leste é que será possível estabelecer uma Zona Económica Especial sem requerer reformas às leis e regulações que cobrem todo o País. As empresas domésticas e internacionais serão encorajadas a estabelecer-se numa zona que fomente o desenvolvimento, a competitividade e o empreendedorismo a nível nacional. Desta forma, poderemos oferecer cenários reguladores mais uniformizados e certos e cenários fiscais mais baixos do que os nossos concorrentes internacionais. Tanto o investimento nacional como o internacional seriam, assim, encorajados a fixarem-se nestas zonas económicas especiais, alavancando o investimento interno, a competitividade e o empreendedorismo.

Os benefícios de Zonas Económicas Exclusivas em Timor-Leste incluem:

- Promoção do desenvolvimento da indústria e do sector dos serviços, particularmente em sectores visados.

- Criação de empregos e geração de rendimentos a nível nacional
- Crecimento das indústrias de exportação.
- Criação de oportunidades empresariais a nível internacional
- Melhoria das infra-estruturas nacionais.
- Implementação de novas políticas ou leis, como modelo para desenvolvimento e reformas económicas, a nível nacional.

Existem riscos inerentes ao estabelecimento de uma Zona Económica Especial, incluindo a deslocação do investimento doméstico, um desenvolvimento doméstico desequilibrado, o evitar de reformas económicas nacionais e consequências negativas, caso as leis laborais ou ambientais sejam descuradas.

Precisamos de avaliar e pesar estes riscos cuidadosamente, antes de avançarmos para a criação de uma ou mais Zonas Económicas Especiais.

A análise incluirá a consideração das barreiras económicas, sociais e legais ao estabelecimento de uma Zona Económica Especial e a análise das indústrias com mais possibilidades de florescer numa zona com estas características e de produzir mais benefícios para Timor-Leste.

Caso seja decidido estabelecer uma ou mais Zonas Económicas Especiais em Timor-Leste, a implementação irá requerer decisões sobre quais das nossas leis se aplicarão na zona, e sobre se será necessário preparar leis alternativas. As leis a considerar, incluem as que abrangem empresas, investimentos, terras, falências, saúde e segurança ocupacional, protecção ambiental, tributação e alfândegas.

METAS**Até 2015:**

- O Código Civil estará em vigor para apoiar a aplicação de contratos, haverá uma Lei sobre Terras para dar segurança de propriedade e certeza no desenvolvimento, e será aprovada uma Lei de Trabalho para definir claramente os direitos e obrigações legais de empregadores e empregados
- Os processos para registo e licenciamento de empresas e para obtenção de autorizações de construção serão eficientes
- O 'balcão único' para empresas estará estabelecido e a funcionar eficazmente
- Haverá um Banco Nacional de Desenvolvimento a funcionar, supervisionado por um Conselho de Administração independente. O Banco prestará apoio financeiro a longo prazo, numa base comercial com taxas de juro competitivas mas não concessionais
- A Agência de Investimento de Timor-Leste será estabelecida e contribuirá para a emergência de novas indústrias e para a diversificação da economia timorense
- O Instituto de Microfinanças de Timor-Leste funcionará como um pequeno Banco Comercial, que presta empréstimos e serviços bancários a pessoas em cada distrito do país
- Terá sido conduzida uma análise abrangente para determinar os benefícios e riscos do estabelecimento de uma ou mais Zonas Económicas Especiais em Timor-Leste





CAPÍTULO

5

ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL



A estabilidade e a segurança são condições prévias necessárias para o desenvolvimento social e económico. Depois de muitos anos de conflito, o objectivo de Timor-Leste é ser uma Nação estável e segura que reconhece o Estado de Direito e assegura o acesso à justiça a todos os nossos cidadãos.

CAPÍTULO 5 ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

“Queremos uma PNTL profissional que nos proteja, seja imparcial para que tenhamos confiança que resolverão os nossos problemas.”

Dono de um Quiosque, Sub-distrito Uatucarbau, distrito Viqueque, Consulta Nacional, 30 de Abril de 2010

A estabilidade e a segurança são condições prévias, necessárias para o desenvolvimento social e económico. Depois de muitos anos de conflito, o objectivo de Timor-Leste é ser uma Nação estável e segura que reconhece o Estado de Direito e assegura o acesso à justiça a todos os nossos cidadãos. A prossecução destes objectivos exigirá o desenvolvimento de instituições transparentes, responsáveis e competentes na nossa função pública, no nosso sector de segurança e no nosso sistema judicial.

Também exigirá o desenvolvimento de uma força de defesa profissional e respeitada, sob controlo democrático e com capacidade de defender a nossa Nação, e, ao mesmo tempo, contribuir para os esforços no combate às ameaças à paz e estabilidade regional e global. Num ambiente global desafiador, vamos adoptar uma abordagem aberta ao exterior, de colaboração próxima com a política externa para encorajar relações culturais, económicas e comerciais mais fortes com outros países e ser um membro activo e contribuinte da comunidade internacional.

Segurança

VISÃO GERAL E DESAFIOS

Como País novo, com um legado de conflito no passado, Timor-Leste deve adoptar abordagens à Segurança, que reflectam as nossas circunstâncias e o contexto de fragilidade. Tal envolve a reconstrução do nosso Sector de Segurança que, após a crise de 2006, se tornou em grande parte disfuncional.

Conseguir a segurança tem sido uma prioridade para Timor-Leste e o processo de reconstrução incluiu o estabelecimento de uma força policial profissional, através da nomeação e promoção dos agentes com base no mérito, e a introdução de princípios de boa governação. O investimento em equipamentos e infra-estruturas policiais, incluindo alojamentos, tem melhorado a operacionalidade, bem como a imparcialidade da força. Em relação aos deveres da polícia, a nossa Constituição declara no artigo 147, número 1, que:

“A polícia defende a legalidade democrática e garante a segurança interna dos cidadãos, sendo rigorosamente apartidária”.

Para dirigir o processo de reforma e manter uma supervisão política e controlo eficazes, foi estabelecido o Comité de Alto Nível para a Reforma e Desenvolvimento do Sector de Segurança.

Este Comité é composto pelo Presidente da República, pelo Presidente do Parlamento Nacional e pelo Primeiro-Ministro e funciona na base de consenso, em relação à reforma das instituições, numa abordagem estratégica para a segurança. Este processo resultou na aprovação de um quadro legal fundamental, a Lei de Segurança Nacional, a Lei da Segurança Interna e a Lei de Defesa Nacional.

Parte do processo de reforma é o desenvolvimento, em todo o País, de uma força policial profissional, disciplinada, eficaz e competente, que possa garantir a segurança do nosso Povo, preservar a integridade da nossa democracia e defender o Estado de Direito. Este processo envolveu a transferência, bem-sucedida, das responsabilidades de policiamento, em todo o País, da Polícia das Nações Unidas para a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL). Para incentivar a confiança do Povo timorense na PNTL, procuramos desenvolver uma força policial que continue a garantir a nossa segurança, a conduzir com profissionalismo as investigações criminais e a proteger as nossas fronteiras.

A reconstrução do sector de segurança tem contribuído para os vários anos de paz e estabilidade e é uma prioridade absoluta para Timor-Leste continuar a desenvolver-se em paz, de modo a tornar-se uma Nação próspera e segura. No entanto, existem muitos desafios, associados a este esforço de reconstrução, incluindo a preparação dos nossos recursos humanos, o desenvolvimento de um quadro legal sólido e a disponibilização dos equipamentos e infra-estruturas necessárias para as nossas instituições de Segurança.

Campanha “Díli - Cidade da Paz”



Sua Excelência, o Presidente José Ramos-Horta, iniciou a campanha “Díli-Cidade da Paz” para transformar Díli num modelo de paz e uma cidade conhecida pela sua visão positiva e esperançosa. A campanha visa promover as condições de paz social que são essenciais para promover uma base sólida para a estabilidade nacional, a soberania e unidade em Timor-Leste.

Durante a campanha, potenciais jovens líderes timorenses reúnem-se para discutir os desafios que Timor-Leste enfrenta, expressar e explorar as suas ideias sobre a prevenção de futuras crises e criação de uma paz sustentável.

A campanha deu início a grandes eventos, como o *Tour de Timor* e a *Maratona de Díli*, consolidando a estabilidade e a unidade em Timor-Leste, fomentando o orgulho nacional e oferecendo oportunidades para as comunidades se unirem para receberem convidados internacionais. Estes eventos também demonstram o sucesso do envolvimento das Forças e dos Serviços de Segurança de Timor-Leste em actividades em tempo de paz.

O Presidente escolheu Díli como ponto de partida para esta campanha, porque a cidade é frequentemente impulsionadora das tendências sociais - tanto positivas quanto negativas. Foi em Díli que surgiram, pela primeira vez, os problemas que levaram à crise de 2006, por isso é a partir de Díli que a campanha de paz começará a promover os ideais da paz em todo o país. Transformando Díli uma cidade de paz, onde acontecem coisas positivas, a campanha pretende ser o ponto de partida para a prevenção de conflitos, violência e problemas e evitar que estes se espalhem por todo o país.

ESTRATÉGIA E ACÇÕES

Vamos implementar um plano abrangente e estratégico, de longo prazo, para garantir que o sector da segurança possa cumprir a sua missão de servir o nosso povo e garantir a paz, a segurança e a estabilidade da nossa nação.

Os objectivos deste plano são:

- Manter a segurança de acordo com a lei, para garantir a segurança das pessoas e bens e a ordem pública.
- Reformar e desenvolver o quadro legal e regulamentar o sector da segurança.
- Criar mecanismos de prevenção e gestão de conflitos para mudar atitudes e mentalidades, para que as pessoas possam respeitar as diferenças na nossa sociedade democrática.

Para atingir estes objectivos, precisaremos de fortalecer os recursos humanos, disponibilizar infra-estruturas e equipamentos necessários e fomentar a confiança do nosso Povo no sector da segurança.

O plano estratégico do sector da segurança é constituído por uma série de planos quinquenais. Os primeiros cinco anos concentram-se no estabelecimento das bases para a reforma, assegurando que o quadro legal está em vigor e estabelecer as instituições necessárias para garantir a segurança. As áreas em foco para este primeiro período, do plano do sector da segurança, estão resumidas a seguir.

Regime Jurídico

Um quadro legal e regulamentar abrangente será desenvolvido para o funcionamento do sector da segurança. Os diplomas e leis orgânicas relevantes estarão em vigor para cada instituição de segurança, incluindo a protecção civil e a legislação de imigração, e haverá um desenvolvimento contínuo das normas que regem o funcionamento da PNTL, incluindo a preparação e finalização de regulamentos internos para reforçar os processos e procedimentos policiais, procedimentos disciplinares e medidas de boa governação.

Recursos Humanos

O desenvolvimento dos nossos recursos humanos é fundamental para garantir que temos a capacidade para, de forma profissional, operar o nosso sector de segurança. Isto será alcançado através de um programa abrangente de desenvolvimento de recursos humanos e formação da força de trabalho, incluindo:

- Um plano para a força de trabalho, bem desenhado, para orientar o recrutamento e a formação exigida para responder às necessidades actuais e futuras.
- Um regime de carreiras bem estabelecido para a PNTL.
- Um quadro legal para regular a estrutura das carreiras policiais, salários, pensões e promoções com o objectivo de desenvolver uma força policial profissional e disciplinada com agentes motivados e dedicados.
- Procedimentos e regras de recrutamento, com base no mérito, totalmente transparentes.
- A formação profissional, incluindo a formação básica da polícia, focada na mudança cultural e comportamental reforçando as obrigações e deveres especiais dos agentes da polícia, assim como valores positivos e éticos.

Infra-Estruturas e Logística

Fornecer as infra-estruturas e apoio logístico, necessários para que a PNTL possa realizar o seu mandato, tem sido um desafio. Mas, sem equipamentos, uma força policial não pode funcionar. Iremos, por isso, disponibilizar as infra-estruturas e logística mínimas necessárias para os primeiros anos do plano do sector da segurança, à medida que vamos construindo uma força policial com o apoio de infra-estruturas modernas e sofisticadas. Apoiar as necessidades de infra-estruturas da PNTL, inclui a construção de esquadras de polícia, fornecimento de sistemas de comunicação, transporte e armas, bem como artigos de escritório, equipamentos informáticos e “*networks*”.

Estabilidade e Segurança Pública

O objectivo principal de proporcionar estabilidade e segurança pública, será essencialmente uma responsabilidade da PNTL. As acções nesta área incluem a formação das Subunidades da Unidade Especial de Polícia, estabelecendo um Centro Nacional de Operações bem equipado e em funcionamento, e com especial atenção à segurança rodoviária. O Centro Nacional de Operações será equipado com tecnologias modernas de informação e de telecomunicações, que permitirão gerir informações de incidentes e fornecer respostas rápidas e coordenadas às actividades criminosas e situações de conflito. O Centro conduzirá regularmente actividades de simulação de incidentes e eventos para testar a capacidade da PNTL e identificar áreas que necessitem de melhorias. A Unidade de Segurança Rodoviária e Tráfego será desenvolvida e formada para gerir os desafios emergentes do aumento de tráfego em Timor-Leste.

Prevenção de Conflitos na Comunidade

Timor-Leste está a emergir de uma situação frágil. Neste contexto, é uma prioridade prevenir e resolver os conflitos nas comunidades. Mecanismos de alerta antecipado e resposta rápida estão a ser desenvolvidos, como parte das medidas para a construção da paz e evitar conflitos na comunidade. A função de prevenção de conflitos na comunidade será da responsabilidade da Direcção Nacional de Prevenção de Conflitos Comunitários, que será reforçada através da formação de recursos humanos preparados especialmente para o efeito.

Policimento Comunitário

Será promovido o policiamento comunitário que constituirá um aspecto fundamental da formação inicial e desenvolvimento profissional da polícia. Um modelo de policiamento orientado para a comunidade será adoptado para todos os polícias, como filosofia - da PNTL. Este modelo irá informar e orientar a gestão e conseqüentemente a tomada de decisões operacionais e assegurar que a PNTL desempenha o seu papel no policiamento comunitário.

Recursos Humanos Gestão de Fronteiras e Imigração

A gestão das fronteiras será reforçada, através da formação do nosso Serviço de Imigração e unidade marítima, para responder a crimes transnacionais e trabalhar eficazmente nos problemas de controlo da fronteira.

Protecção Civil e Protecção do Património do Estado

As funções importantes de protecção civil, bem como a protecção do património do Estado, serão tornados prioritários de acordo com um plano de gestão. Esta acção também irá incorporar o estabelecimento, sempre que possível, de um sistema de alerta antecipado para desastres naturais, bem como planos de resposta coordenada para proteger o nosso Povo.

Agência Externa de Coordenação e Cooperação

Os nossos doadores e parceiros de desenvolvimento contribuíram significativamente para a reconstrução do nosso sector de segurança e continuarão a desempenhar um papel importante de apoio. Esta assistência será coordenada de acordo com as nossas necessidades e prioridades para garantir que correspondem às circunstâncias e ao contexto da nossa Nação.

Nas fases quinquenais subsequentes do plano estratégico do sector da segurança, iremos construir e consolidar a capacidade operacional, as reformas e actividades nas áreas acima referidas. Durante um período de 20 anos, o Sector da Segurança (incluindo a PNTL) será totalmente reformado e funcionará com profissionais qualificados e responsáveis, apoiados por infra-estruturas e equipamentos modernos e regidos por regulamentos que apoiam a eficácia, a responsabilidade e a boa governação.

METAS

Até 2015:

- A reconstrução e reforma do sector da segurança terão formado os recursos humanos e o quadro institucional necessário para ter uma capacidade operacional efectiva em todas as áreas-chave, incluindo a prevenção do crime, investigação, segurança pública e controlo de fronteiras

Até 2020:

- O sector da segurança, nomeadamente a PNTL, estará totalmente reformado e funcionará com profissionais qualificados e responsáveis, apoiados por infra-estruturas e equipamentos modernos, regidos por regulamentos que promovam a eficácia, a responsabilidade e a boa governação do sector
- Será instituído um programa de apoio à capacitação dos recursos humanos, assim como infra-estruturas e equipamento, de modo a garantir que os bombeiros possam levar a cabo a sua missão com eficiência e responsabilidade.



D E F E S A

VISÃO GERAL E DESAFIOS

Durante 24 anos, as FALINTIL e o Povo de Timor-Leste lutaram contra a ocupação estrangeira sem grande apoio externo. Apesar dos grandes desafios, dificuldades e perdas, as FALINTIL conseguiram permanecer organizadas e manter a sua heróica resistência. Agora, manter Timor-Leste como um País independente é da responsabilidade de todos os nossos cidadãos, não só porque defender e garantir a soberania da nossa Nação é um objectivo fundamental do nosso Estado, mas também porque, ao fazê-lo, estamos a prestar homenagem àqueles que morreram na luta pela independência de Timor-Leste.

“Queremos uma força de defesa neutra, em todo o território, para proteger a nossa soberania e apoiar a nossa Polícia Nacional na manutenção da paz e estabilidade.”

.....
*Professor, sub-distrito Luro, distrito
 Lautém, Consulta Nacional,
 23 de Abril de 2010*

No desenvolvimento de uma F-FDTL (Falintil -Força de Defesa de Timor-Leste) forte e profissional, seremos guiados pelos objectivos da Constituição de Timor-Leste de adopção de uma estratégia de defesa, que se baseia na diplomacia e na dissuasão como formas de prevenir e resolver conflitos. Esta estratégia inclui alianças com nossos países vizinhos e amigos, contribuindo para discussões de defesa regional e global, participar em fóruns e integrar forças internacionais de manutenção da paz.

A nossa postura estratégica será essencialmente defensiva e baseada no respeito pelo Estado de Direito. No entanto, esta postura não renunciará ao uso da força para garantir a independência da nossa Nação: estaremos preparados para defender a nossa Nação, quando a diplomacia, a dissuasão, e as negociações se revelarem infrutíferas.

A nossa abordagem para defender a nossa Nação também reconhece que não pode haver segurança sem um desenvolvimento económico sustentável. Isto significa que as F-FDTL serão capazes de defender a nossa Nação de ameaças externas e, também, devem ser capaz de contribuir para os esforços de cooperação com o propósito de melhorar a estabilidade e o desenvolvimento nacional, regional e global.

ESTRATÉGIA E ACÇÕES

Garantiremos que as FALINTIL-FDTL (F-FDTL) possuam a capacidade de defender a nossa Nação, apoiando simultaneamente a segurança interna de Timor-Leste, a sociedade civil, e contribuindo para os esforços de combate às ameaças à paz e estabilidade regional e global. Isso exigirá às F-FDTL serem uma força multidimensional e multidisciplinar, com flexibilidade para cumprir várias funções. As nossas políticas de defesa e do investimento reflectirão o nosso entendimento de que, investir em segurança nacional, não é um fardo, mas sim um investimento vital no futuro da nossa Nação, essencial para o progresso e desenvolvimento de Timor-Leste.

DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA

O contexto da segurança nacional, regional e internacional do século XXI é caracterizada por uma variedade de ameaças e riscos não convencionais, muitos dos quais difíceis de avaliar. Ao nível transnacional, estas ameaças incluem o crime organizado, o terrorismo, o tráfico de drogas e armas, o fundamentalismo religioso, a degradação ambiental e mudanças climáticas, os desastres humanitários e as pandemias que podem ameaçar a vida de milhões de seres humanos.

Essas ameaças não são de natureza militar, não são desencadeadas por Nações, e criam desafios de defesa e segurança diferentes das que foram enfrentados no passado. Responder a esses desafios exigirá uma série de estratégias, baseadas em três elementos fundamentais, no conceito de segurança:

- *Segurança das Populações* – A segurança não é exclusivamente para a segurança dos Estado; é também para a defesa e segurança do nosso Povo.
- *Segurança Cooperativa* – O sucesso, na abordagem desses riscos e ameaças, exigirá a cooperação internacional.
- *Defesa Interna* – Assegurar a protecção do nosso Estado contra as ameaças à sua segurança interna.

Política integrada de defesa e de segurança

Este novo contexto de segurança significa que haverá uma menor delimitação, entre as ameaças internas e externas à segurança de Timor-Leste. Reconhecendo isso, a Lei de Segurança Nacional timorense prevê a criação de um Sistema Integrado de Segurança Nacional. Ao integrar as nossas políticas de Defesa e Segurança, vamos melhorar a nossa capacidade de responder a uma série de ameaças à segurança, que Timor-Leste poderá enfrentar nas próximas décadas. Esta abordagem reconhece que a segurança e a independência da nossa Nação dependem não só do fortalecimento das nossas capacidades militares, mas também no reforço da nossa sociedade civil, com base no respeito pelo Estado de Direito e pelos Direitos Humanos, o apoio à boa governação e estabelecimento de instituições civis fortes e eficazes.

A nossa segurança geoestratégica e marítima

Timor-Leste está posicionado estrategicamente no triângulo entre dois oceanos: o Índico e o Pacífico. A nossa localização, na confluência de importantes e movimentadas rotas marítimas internacionais, juntamente com o crescente uso e exploração do mar, aumenta o potencial político e estratégico de Timor-Leste, colocando-nos numa posição central, entre as duas regiões importantes: a Ásia Pacífico e o Sudeste Asiático.

A maioria das organizações internacionais reconhece, agora, que a segurança colectiva internacional é inatingível sem a segurança dos mares. As ameaças que vêm do mar, tal como o terrorismo, o tráfico de seres humanos, a pirataria e o crime organizado, juntamente com as ameaças à liberdade de navegação, devem ser combatidas para proteger a importância do comércio e do meio ambiente marítimo para a economia global.

A localização geográfica de Timor-Leste - juntamente com a área da nossa Zona Económica Exclusiva (que é quase cinco vezes maior do que a nossa área terrestre) e a riqueza dos recursos energéticos do Mar de Timor, significa que o futuro da nossa Nação está ligado ao mar. Isto coloca desafios específicos para a defesa de Timor-Leste e para o desenvolvimento das F-FDTL.

Timor-Leste necessita de capacidade naval para lidar com o uso inapropriado das águas nacionais em actividades como sejam, a pesca ilegal, a imigração ilegal, o terrorismo marítimo, o tráfico de drogas, a pirataria e a poluição, bem como contribuir para o aumento dos esforços regionais no combate às ameaças marítimas. Necessitaremos de formar as F-FDTL e a sua componente naval, para levar a cabo actividades de monitorização, vigilância, policiamento e salvamento em zonas marítimas sob a jurisdição nacional, ao mesmo tempo assegurando que estas actividades são apoiadas por um quadro legislativo adequado, através do sistema de autoridade marítima nacional.

FALINTIL-FDTL

A nossa visão e valores para as F-FDTL são:

“Timor-Leste terá uma Força de Defesa profissional e credível, capaz de defender o Povo e o território, num espírito de isenção política. Será um ponto de orgulho nacional manter as melhores tradições dos que lutaram pela liberdade. Será uma fonte de emprego para a sociedade e uma força eficiente e sustentável no futuro. A Força de Defesa irá comportar-se, a todos os níveis, com integridade e altruísmo, para o benefício do povo de Timor-Leste”.

“Os valores das F-FDTL de lealdade, coragem, disciplina e respeito devem ser observados por todos os seus membros, de modo a permitir que as Forças ganhem a confiança e o apoio do povo de Timor-Leste e dos seus vizinhos.”

As F-FDTL devem ser um instrumento importante da política externa de Timor-Leste e um veículo para promover a afirmação do nosso prestígio e credibilidade nacional no exterior. Deve demonstrar o nosso compromisso nacional para contribuir activamente nos esforços da comunidade internacional na preservação da paz e da estabilidade mundial. Paralelamente, as F-FDTL devem ser um instrumento de mobilização da vontade nacional para que Timor-Leste atinja a excelência em determinadas áreas e devem contribuir para um “espírito de defesa” nacional, evitando um clima de complacência que possa ser prejudicial aos nossos interesses estratégicos nacionais.

Estas responsabilidades - juntamente com as novas ameaças que enfrentamos e a necessidade de uma resposta integrada a essas ameaças - terão um impacto significativo na reorganização e reestruturação das F-FDTL.

O novo modelo para as F-FDTL é um sistema totalmente integrado, de força conjunta composta por cinco componentes (terrestre, naval ligeiro, apoio aéreo, serviços de apoio, educação e formação), sob o comando do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas.

Desenvolvimento das F-FDTL

O estudo estratégico “Força 2020”, é o modelo de Timor-Leste para a consolidação e desenvolvimento das F-FDTL, de acordo com as prioridades definidas pelo Membro do Governo responsável pela pasta da Defesa e pelo Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas. A “Força 2020” estabelece um modelo equilibrado e versátil para as F-FDTL, integra uma série de aptidões, produz uma maior flexibilidade e eficácia e estabelece um processo de cooperação entre as F-FDTL e outros serviços de segurança, com o objectivo de permitir a interoperabilidade exigidos pelo Sistema Integrado de Segurança Nacional. A implementação do modelo “Força 2020” terá implicações significativas para a organização e funcionamento das F-FDTL, exigindo medidas legislativas destinadas a reforçar a autoridade democrática sobre as F-FDTL (incluindo o quadro constitucional e legal, supervisão civil e gestão responsável perante o Governo e o Presidente da República) e medidas operacionais militares (incluindo a reestruturação das F-FDTL e a preparação do Plano de Desenvolvimento das Forças 2011-2015).

O Plano de Desenvolvimento das Forças visa formar as aptidões das F-FDTL, para garantir que se tornam mais flexíveis e versáteis, desenvolvendo as capacidades militares conjuntas com outras forças e serviços de segurança e a capacidade de resposta para enfrentar os desafios e as ameaças inesperados. Este novo modelo para as F-FDTL inclui:

- 20 Programas de Defesa e 96 Projectos de Defesa, nas áreas dos recursos humanos, equipamentos e infra-estruturas, que irão edificar e garantir o desenvolvimento das F-FDTL de forma sustentada.
- Um sistema de Comando, Controle, Comunicações, Computadores e Informação (C4I) para melhorar a mobilidade, flexibilidade e prontidão das F-FDTL.
- Novos modelos de unidades multi-funcionais para as companhias de infantaria, naval e marinha, e unidades específicas de combate e serviços de apoio.
- Melhorias nas práticas de recrutamento e treino.
- Melhoria e consolidação do Sistema de Informação Militar para manter elevado os níveis de prontidão e coordenação eficaz com outros serviços de segurança e sistemas de inteligência.



O desenvolvimento da capacidade das F-FDTL é baseado na nossa avaliação de que, apesar de as ameaças externas não terem desaparecido, existe uma baixa probabilidade de um ataque militar directo contra o nosso País. Deste modo, as F-FDTL devem ter flexibilidade para responder às ameaças não militares e situações de intensidade e complexidade variável, incluindo a resposta às ameaças à segurança interna e apoiar as actividades de desenvolvimento nacional. Simultaneamente as F-FDTL também necessitarão de capacidade de resposta para enfrentar estes compromissos.

Quadro jurídico das F-FDTL

As F-FDTL são reconhecidas na Constituição de Timor-Leste, que afirma:

“As FALINTIL-FDTL garantem a independência nacional, a integridade territorial e a liberdade e segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externa, no respeito pela ordem constitucional.”

As F-FDTL são reguladas por uma série de leis, incluindo a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Defesa Nacional e a Lei do Serviço Militar. A Lei de Defesa Nacional prevê que a componente militar da defesa nacional é da responsabilidade das F-FDTL. A lei de programação militar, um instrumento fundamental no processo de planeamento operacional das F-FDTL, entrará em vigor em 2012 e orientará a identificação, avaliação, e estabelecimento das necessidades das F-FDTL, ao longo do tempo, em termos de infra-estruturas e equipamentos.

Cenários de acção

O enquadramento jurídico e operacional, presentemente em desenvolvimento para as F-FDTL, prevê uma força moderna e eficiente, com capacidade para realizar uma ampla gama de missões, incluindo:

- Reagir contra as ameaças ou riscos que ponham em causa o interesse nacional.
- Participar em organizações de segurança e cooperação na região.
- Combater as ameaças transnacionais, especialmente o terrorismo, e garantir que as suas acções reflectem e complementam o Sistema Integrado de Segurança Nacional (com especial ênfase na protecção das infra-estruturas nacionais críticas, contra ameaças terroristas).
- Vigilância e controle das zonas marítimas.
- Apoiar as autoridades civis em casos de desastre ou emergência.
- Participar em operações de paz de natureza humanitária e de gestão de crises no âmbito das Nações Unidas ou de organizações de cooperação e segurança regional.
- Participar nas actividades intercontinentais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

- Participar em exercícios conjuntos, a nível nacional e internacional.
- A operação eficaz de um Serviço de Polícia Militar nas F-FDTL.

Para cumprir o seu dever constitucional e as suas responsabilidades legais dentro do actual ambiente estratégico, as F-FDTL terão de dedicar-se a estas missões em diversas alturas e com diferentes graus de compromisso. A realização destas missões exigirá que as F-FDTL não só desenvolvam a sua capacidade militar (especialmente a sua capacidade naval), mas também que aumentem a sua participação em missões de manutenção de paz e nas actividades de cooperação técnico-militar.

PRIORIDADES E ORIENTAÇÕES NA DEFESA NACIONAL

Antes de mais, as prioridades nacionais da defesa de Timor-Leste reflectem os objectivos mais amplos de segurança para a nossa Nação. Reconhecemos que as políticas efectivas de defesa irão garantir que o Estado timorense seja capaz de executar funções essenciais, que justificam a sua existência, bem como apoiar o desenvolvimento económico de Timor-Leste e o bem-estar do povo timorense.

As nossas prioridades para a defesa também reflectem o nosso contínuo compromisso com a segurança regional e global colectiva. A nossa participação em missões internacionais no âmbito das Nações Unidas irá ajudar à formação de fortes e positivos laços de cooperação com os outros países, bem como ajudar-nos à modernizar e profissionalizar as F-FDTL e aproximar a força de defesa nacional aos modelos utilizados por outros países tais como: a ASEAN, a CPLP e a comunidade internacional em geral.

À medida que vamos desenvolvendo as F-FDTL e os outros serviços de segurança e instituições, iremos adoptando orientações para a nossa política de defesa nacional que reflectam essas prioridades assim com as mudanças na área da segurança, incluindo:

- A reestruturação e a reorganização das F-FDTL para assegurar que tenham recursos humanos qualificados e habilitados para, face aos altos níveis de resposta operacional necessários, realizar uma ampla série de missões de forma eficaz.
- O estabelecimento de um pequeno sistema de forças com enorme mobilidade e flexibilidade.
- Melhorar a capacidade das F-FDTL para apoiar os civis na prontidão e respostas a emergências e desastres, incluindo a implementação do Sistema de Alerta Nacional.
- Aumentar a colaboração e cooperação entre as F-FDTL e a PNTL para fomentar a confiança e a compreensão das respectivas funções e aptidões, e para apoiar a eficácia do Sistema Integrado de Segurança Nacional.
- Assegurar a participação de Timor-Leste em forças multinacionais e organizações internacionais, incluindo as Nações Unidas.
- Estabelecer um Sistema de Gestão de Recursos Humanos, na Defesa, para desenvolver os respectivos recursos humanos, com especial atenção à promoção das áreas de liderança, motivação, desempenho, coesão, formação, qualificações e processos de decisão.

- Estreitar laços entre os sectores da defesa e da educação, para promover uma maior compreensão da relação entre a cidadania, o espírito e a necessidade de uma força de defesa e segurança.
- Disseminar informações por todo o Povo sobre questões de defesa nacional e as F-FDTL, para promover a compreensão e apoio na modernização e reorganização das F-FDTL.
- Adotar um modelo para o serviço militar, que incorpore os valores patrióticos e de ética, que reflecta um carácter e um envolvimento a nível nacional que se identifique com a sociedade civil e sirva o interesse público.

Visão estratégica integrada para a defesa nacional

As orientações acima expostas, juntamente com o modelo desenvolvido no estudo “Força 2020” e o Programa de Desenvolvimento da Força 2011-2015, formarão a base do futuro desenvolvimento e reorganização das F-FDTL.

Estes elementos serão também incorporados, no plano estratégico integrado para a defesa nacional de Timor-Leste nos próximos 20 anos, com base na visão global estabelecida pela Constituição, pela Lei de Segurança Nacional e pela Lei de Defesa Nacional.

METAS

Até 2015:

- As F-FDTL funcionarão como uma força de defesa convencional e profissional.
- Possuirá um quadro legal que estabelece o controlo democrático sobre as F-FDTL.
- Existirá uma maior coordenação e cooperação entre as F-FDTL e a PNTL, com funções e responsabilidades claramente definidas.
- Tendo transferido competências especializadas, conhecimentos e experiências para uma nova geração das F-FDTL, os veteranos das F-FDTL serão apoiados na aposentadoria com dignidade e assistidos com transições de carreira e planos de reintegração na vida civil.
- As mulheres nas F-FDTL assumirão um papel mais preponderante na defesa nacional e mais oportunidades na progressão das suas carreiras .
- As F-FDTL serão mobilizadas para operações de manutenção de paz das Nações Unidas com treino e apoio logístico em parceria com os parceiros na área da defesa.
- Os sistemas e tecnologias de informação serão integrados num sistema de Comando, Controle, Comunicações, Computadores e Inteligência.
- Timor-Leste terá consolidado e fortalecido as relações com os parceiros e amigos regionais e globais.

Até 2020:

- As F-FDTL irão funcionar como uma força de defesa credível e bem equipada, com capacidade e versatilidade para realizar uma série de missões e contribuir para a segurança e o desenvolvimento nacional.
- As F-FDTL serão uma força democrática e responsável, alicerçada no respeito pelo Estado de Direito e pelos direitos humanos, com elevados padrões de disciplina.

Até 2030:

- A componente naval da F-FDTL será bem treinada e estará dotada com as infra-estruturas necessárias para controlar e proteger as nossas águas territoriais e participar como um parceiro de pleno direito em exercícios navais internacionais.
- As F-FDTL terão capacidade para responder eficazmente, e em simultâneo, a múltiplos compromissos militares .



NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

VISÃO GERAL E DESAFIOS

Como pequena Nação, num local muito estratégico geograficamente, a segurança de Timor-Leste dependerá do estabelecimento de fortes relacionamentos com nossos vizinhos e amigos, contribuindo positivamente para a estabilidade e paz da região, participando em missões de paz globais e em fóruns e iniciativas de cooperação internacionais.

“Queremos que os nossos negócios estrangeiros sejam mais activos na resolução dos nossos problemas fronteiriços.”

Agricultor, sub-distrito de Railako, distrito de Ermera, Consulta Nacional, 9 de Agosto de 2010

Ter uma abordagem de política externa de cooperação e de olhos postos no futuro, encorajará o nosso Povo a ter orgulho no desenvolvimento de Timor-Leste, atrairá investidores internacionais e originará mais oportunidades para o avanço económico.

O artigo 8º da Constituição estabelece os princípios da política externa timorense. Ela preserva a importância do direito do povo à autodeterminação, independência, protecção dos direitos humanos e do respeito mútuo pela integridade da soberania territorial e igualdade entre os Estados, como princípios orientadores. O objectivo da política externa é estabelecer relações de amizade e cooperação com outros povos, preconizando a solução pacífica dos conflitos, o desarmamento, o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva e a criação de uma nova ordem económica internacional para assegurar a paz e justiça internacionais. O mesmo artigo da Constituição também refere a importância de manter relações privilegiadas com os países de língua Portuguesa e os laços especiais de amizade e cooperação com os países vizinhos e os países da região.

Desde o início da luta pela independência, Timor-Leste teve um impacto significativo bem acima do tamanho do país no cenário internacional, graças aos esforços de uma “mão-cheia” de extraordinários e talentosos homens e mulheres. Essas corajosas pessoas estiveram envolvidas na arena internacional perseguindo o objectivo de um Estado livre e independente. O embrionário serviço diplomático que foi estabelecido, em 2001, baseou-se na experiência dessas pessoas. Após a independência, o Ministério dos Negócios Estrangeiros foi criado para gerir as relações internacionais de Timor-Leste.

O Ministério é agora responsável pelas relações diplomáticas com, actualmente, cerca de uma centena de Nações, incluindo embaixadas ou representações diplomáticas em Díli, nomeadamente com a Austrália, Brasil, China, Cuba, União Europeia, Indonésia, Japão, Coreia do Sul, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Portugal, Tailândia e Estados Unidos da América. Também presentes em Díli estão o Gabinete Representativo Francês, a secção da Embaixada Real da Noruega, a Cooperação da Irlanda e a Agência Espanhola Internacional para Cooperação.

Timor-Leste tem embaixadas em Bangucoque, Pequim, Bruxelas (para a União Europeia), Camberra, Genebra (combinado com a Missão das Nações Unidas em Genebra), Havana, Jacarta

, Kuala Lumpur, Lisboa, Manila, Maputo, São Paulo, Seul, Tóquio, Santa Sé (Vaticano) e Washington. Temos missões em Jacarta (gabinete de ligação à ASEAN), Genebra (Missão da ONU), Nova Iorque (Missão da ONU) e Lisboa (gabinete de ligação a CPLP), e os Consulados-Gerais em Sydney e em Denpasar.

Para um país do tamanho de Timor-Leste, a manutenção de uma rede extensa e crescente de embaixadas e missões é um esforço considerável.

Também enfrentamos desafios para garantir que Timor-Leste é capaz de implementar os numerosos acordos internacionais, dos quais somos signatários, e agir proactivamente nos relacionamentos bilaterais e multilaterais.

ESTRATÉGIA E ACÇÕES

Conduziremos uma abordagem de cooperação, virada para a política externa, para encorajar fortes relações culturais, económicas e comerciais com outros países - cruciais para manter activas condutas de inovação e investimento, essenciais para um jovem país em desenvolvimento.

O objectivo da política externa é proteger e promover os interesses fundamentais do povo timorense, ao nível internacional, salvaguardando e consolidando a independência da nossa Nação.

RELAÇÕES MULTILATERAIS

Apesar da globalização, o regionalismo tem grande importância e as organizações regionais podem desempenhar um significativo papel na manutenção da estabilidade e da cooperação económica regional.

As Nações Unidas

Timor-Leste aderiu à Organização das Nações Unidas, a 27 de Setembro de 2002, e mantém uma Missão Permanente junto das Nações Unidas, em Nova Iorque. Temos beneficiado muito com a sábia decisão dos líderes da resistência de se envolverem com as Nações Unidas para alcançar o nosso sonho de independência, pois foi, através desta organização, que conseguimos a nossa independência. O período de administração transitória das Nações Unidas em Timor-Leste, sob a competente liderança do falecido Sérgio Vieira de Mello, foi inigualável.

Continuamos a valorizar o dedicado trabalho das sucessivas missões das Nações Unidas e o trabalho das diversas agências, fundos e programas das Nações Unidas em Timor-Leste.

Timor-Leste dá grande importância ao multilateralismo e ao sistema internacional das Nações Unidas. Temos assinado e ratificado todas as principais convenções sobre direitos humanos e vários outros tratados. O desafio agora é garantir que implementamos as políticas e quadro legal necessários, para satisfazer as nossas obrigações que advêm dos tratados internacionais. Precisamos, também, de tirar benefício da assistência, que possa estar prevista nos acordos multilaterais, que sejam dirigidos às Nações menos desenvolvidas, para nos ajudar a implementar as nossas prioridades internacionais.

Timor-Leste defende os princípios fundamentais do Movimento dos Não Alinhados e da Carta das Nações Unidas na preservação e promoção da paz mundial, através do diálogo e da diplomacia entre os Estados, e evitar o uso da força na resolução de conflitos.

Timor-Leste apoia que as Nações Unidas desempenhem um papel central nas questões mundiais e, por isso, apoia a reforma e o fortalecimento do sistema, especialmente em relação ao papel do Conselho de Segurança.

O Grupo dos Estados Frágeis, “g7+”

A comunidade internacional tem apoiado a nossa Nação, e temos tido a sorte de contar com a assistência de generosos parceiros de desenvolvimento. Dentro do mesmo espírito de solidariedade internacional, vamos procurar fazer o que estiver ao nosso alcance, para contribuir para ajudar outras Nações. Parte deste compromisso, será o de apoiar plenamente e dirigir a construção e consolidação do grupo “g7+” dos Estados frágeis.



O grupo “g7+” permite que os Estados frágeis, ou afectados por situações de conflito, se unam e falem a uma só voz. É uma oportunidade para as 17 nações membros, que representam 350 milhões de pessoas, partilharem conhecimentos. É também um veículo para que Timor-Leste possa contribuir para o diálogo sobre desenvolvimento global e explorar novas possibilidades de acções de solidariedade em Estados frágeis. Desta forma, permite que os Estados mais frágeis, bem como os mais ricos, contribuam para o conhecimento geral sobre o desenvolvimento e o processo de desenvolvimento.

Embora Timor-Leste possa passar da fragilidade ao desenvolvimento, vamos continuar a apoiar o “g7+”, contribuindo para o seu financiamento e assistência de forma produtiva.

Organizações Regionais

A Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) foi formada em 1967, com o objectivo de desenvolver o crescimento económico, progresso social e desenvolvimento cultural da região, através de esforços conjuntos e no espírito da igualdade e cooperação, fortalecendo as bases para uma comunidade próspera e pacífica das Nações do Sudeste Asiático. Presentemente, Timor-Leste é a única Nação do sudeste asiático que não é membro da ASEAN. Em Julho de 2005, tornámo-nos membro do Fórum Regional da ASEAN e assinámos o Tratado de Amizade e Cooperação ASEAN, em 2007.

A aspiração de Timor-Leste em se juntar à ASEAN é assente na localização geográfica, no anseio dos nossos líderes e cidadãos e na afinidade cultural com os países vizinhos.

Em Março de 2011, Timor-Leste entregou oficialmente o pedido de adesão à ASEAN e continuaremos a ter como meta prioritária, da política externa, a adesão fomentando os interesses estratégicos a longo prazo. A adesão à ASEAN dará acesso ao fórum regional, onde questões importantes, tais como: segurança, desenvolvimento, integração económica e assuntos socioculturais podem ser debatidos.

Actualmente Timor-Leste tem um gabinete de ligação ao Secretariado da ASEAN, em Jacarta. Abrimos missões diplomáticas em quatro dos dez países membros da ASEAN e estamos plenamente credenciados para os restantes países. Apesar destes resultados encorajadores, reconhecemos que temos um longo caminho a percorrer para a plena adesão.

Para levar avante o objectivo de se juntar à ASEAN em 2012, Timor-Leste irá desenvolver um documento sobre a sua posição, para que a ASEAN possa avaliar o comércio, desenvolvimento económico, segurança social e as implicações culturais da nossa adesão.

Timor-Leste também desempenha um importante papel noutras organizações regionais, exemplo o Fórum das Ilhas do Pacífico, onde temos o estatuto de observador. Somos também um membro fundador do Diálogo Pacífico Sudoeste e membro do Grupo de Estados Africanos, Caraíbas e Pacífico - União Europeia.

Timor-Leste terá um papel mais activo nestas organizações regionais, garantindo que os nossos interesses nacionais são adequadamente representados.

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa

A nossa Constituição determina que Timor-Leste mantenha relações privilegiadas com os países de língua Portuguesa. Isto é conseguido, através da sua participação activa na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A CPLP é uma organização intergovernamental de amizade e cooperação, entre as Nações onde o Português é uma língua oficial: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Timor-Leste aderiu à CPLP em 2002 e está comprometido na participação contínua nos programas e actividades da CPLP.

RELAÇÕES BILATERAIS

É dever do governo de Timor-Leste estabelecer e manter as melhores relações possíveis com os governos de todos os países no mundo, independentemente do tamanho, localização ou ideologia. Assim, Timor-Leste mantém relações diplomáticas com cerca de 100 Nações e tem embaixadas ou representações diplomáticas em 22 países. Este esforço diplomático é um grande esforço para um país pequeno como Timor-Leste. É importante que as nossas embaixadas e missões diplomáticas no estrangeiro trabalhem de forma eficaz aprofundando as relações com os países de acolhimento.

Será feita uma avaliação abrangente das missões diplomáticas para examinar os custos e benefícios do actual sistema e articular as expectativas com o país de acolhimento. Isto irá permitir melhorar os programas e os recursos humanos afectos às missões.

Será solicitado um plano de acção plurianual a cada missão, para possibilitar um melhor planeamento da implementação das prioridades nacionais e das medidas de aperfeiçoamento do desempenho das missões.

Timor-Leste assinou vários acordos bilaterais, que variam desde acordos que estabelecem relações diplomáticas, a questões de interesse mútuo, tais como segurança, economia e trocas culturais. Também estabelecemos acordos bilaterais de cooperação com doadores.

Em particular, temos fortes relações bilaterais com os nossos vizinhos imediatos, a Indonésia e Austrália.

Timor-Leste mantém uma relação positiva com a Indonésia, país vizinho, amigo e parceiro comercial mais próximo - duas Nações que pretendem consolidar as respectivas jovens democracias e enfrentam os desafios deste processo em conjunto. O nosso relacionamento com a Indonésia continuará a basear-se em relações de reconciliação e um profundo espírito de amizade e solidariedade.

A relação de Timor-Leste com a Austrália permanecerá forte e positiva. Timor-Leste pode beneficiar do relacionamento com este país vizinho que tem uma economia avançada, com um excelente sistema de educação e de saúde excelente e de oportunidades de comércio.

Timor-Leste também goza de excelentes relações com os Estados Unidos, o que contribui significativamente para o desenvolvimento e segurança de Timor-Leste, através do programa de assistência bilateral e como importante membro do Banco Asiático de Desenvolvimento e o Banco Mundial.

Temos excelentes laços de cooperação com o País do sol nascente. O Japão foi o País que patrocinou o 1º encontro de Doadores, organizado pelas Nações Unidas, em Dezembro de 1999, e tem sido aquele que investe em infra-estruturas económicas, como estradas, pontes, água e irrigação, além de outras áreas.

Também mantemos fortes e positivas relações com a China, a potência económica da nossa região, e continuaremos a trabalhar no desenvolvimento dos laços de amizade com a China.

Compartilhamos laços duradouros com Portugal e continuaremos a celebrar a nossa História comum e cultura. À medida que progredimos como Nação, manteremos essa relação especial sempre perto. Portugal tem contribuído no fortalecimento da língua portuguesa em Timor-Leste, através da permanência contínua de professores, e providenciado apoiado em variadíssimas áreas, tais como formação profissional, agricultura, comunicação social, justiça e segurança nacional.

Timor-Leste goza de uma amizade especial com três pequenas mas significantes Ilhas. A Nova Zelândia é um amigo próximo da nossa Nação e em tempos difíceis mostrou sempre o seu apoio. Cuba também tem-nos demonstrado grande solidariedade e tem contribuído de maneira substancial, tanto para o nosso sistema de saúde, como para a irradicação do analfabetismo. E a Irlanda tem dado importante apoio ao processo de desenvolvimento e fortalecido os laços de amizade que nos unem.

DESENVOLVIMENTO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Com o intuito de desenvolver a nossa competência em negócios estrangeiros, publicaremos o Livro Branco da Política Externa, que irá definir a visão global para a política externa de Timor-Leste e a orientação sobre as principais questões internacionais. O Livro Branco da Política Externa incluirá uma revisão global da política externa de Timor-Leste e identificará os principais interesses da Nação nas questões internacionais.

O Livro Branco examinará os desenvolvimentos estratégicos, económicos e políticos que são susceptíveis de mudar o clima internacional, em que Timor-Leste actuará, nos próximos cinco a dez anos. Também avaliará os meios disponíveis para fazer avançar os nossos interesses num ambiente internacional em constante mudança e recomendar abordagens políticas para garantir que salvuaguardamos estes interesses.

Toda a relevante legislação, relativa à diplomacia, estará em vigor até 2015, incluindo a lei sobre o estatuto da carreira diplomática, o decreto-lei sobre o regime jurídico dos funcionários técnicos superiores que desempenham funções nas missões diplomáticas do País, o regulamento consular, o decreto-lei sobre placas diplomáticas e a regulamentação da Lei Orgânica. Continuaremos a esforçar-nos para garantir que o Ministério dos Negócios Estrangeiros esteja dotado de recursos humanos profissionais e qualificados, capazes de responder aos inúmeros desafios de um mundo moderno

Em 2030, Timor-Leste terá um total de 30 embaixadas no estrangeiro, predominantemente na região Ásia Pacífico e iremos garantir uma representação proporcional na Europa, África e América. Esta expansão da representação de Timor-Leste permitirá consolidar as nossas relações bilaterais e dedicarmo-nos às oportunidades de cooperação nas áreas do comércio, investimento e promoção turística. A PNTL e as F-FDTL terão a capacidade de serem integradas nas missões de manutenção de paz da Organização das Nações Unidas.

METAS

Até 2015:

- Timor-Leste será membro da ASEAN, com embaixadas em todos os países membros da ASEAN.
- Timor-Leste será membro de instituições globais e organizações relevantes, que melhor sirvam as necessidades do nosso Povo.
- Uma avaliação abrangente das missões no estrangeiro terá sido conduzida e implementada.
- O Livro Branco da Política Externa terá sido publicado, definindo uma visão abrangente para a política externa de Timor-Leste.
- Timor-Leste terá missões diplomáticas no estrangeiro, com uma ampla gama de serviços de qualidade, incluindo peritos em aliciar comércio, investimento e turismo para o País.
- Timor-Leste terá um papel de liderança na CPLP.
- Timor-Leste irá apoiar o “g7+”, contribuindo para o seu financiamento e outras formas de apoio sempre que nos for solicitada assistência.
- Todo o quadro legal relevante à diplomacia estará em vigor.

Até 2020:

- Timor-Leste será um importante membro da ASEAN, com reconhecida competência no desenvolvimento económico, gestão de uma pequena Nação, boa governação e eficácia na ajuda externa.
- Teremos conseguido a adesão a comissões especializadas e agências da ONU.
- Timor-Leste será reconhecido como um modelo de referência, na resolução de conflitos regionais e construção da paz.
- O Ministério dos Negócios Estrangeiros desempenhará um papel crucial na atracção de negócios, investimentos e empregos para Timor-Leste, que será promovido como uma zona de serviços financeiros e tecnologias de informação.

Até 2030:

- Timor-Leste terá assumido uma posição de reconciliador e mediador global e desempenhará activamente um papel na prevenção e gestão de conflitos.
- A PNTL e F-FDTL terão capacidade para serem integrados nas operações de manutenção de paz da Organização das Nações Unidas.
- Timor-Leste terá pelo menos 30 embaixadas no estrangeiro.

“A minha família quer ter a protecção da lei e viver num país onde existe justiça.”

Estudante, sub-distrito Metinaro, distrito Díli, Consulta Nacional, 6 de Setembro de 2010

J U S T I Ç A

VISÃO GERAL E DESAFIOS

O sector da justiça desempenha um papel crucial na consolidação da paz e estabilidade, garantindo o Estado de Direito e a promoção da responsabilidade e transparência das nossas instituições. Um sistema de justiça eficaz cria um ambiente seguro para sustentar o desenvolvimento social e económico. O nosso Povo espera que o sistema de justiça seja capaz de tornar a justiça uma realidade em Timor-Leste, incluindo a resolução de conflitos e

as violações da lei, protegendo os direitos, punindo os criminosos e socorrendo as vítimas. O nosso Povo também espera que o processo, através do qual a justiça é aplicada, seja confiável, independente, transparente, eficiente e justo.

O sistema de justiça em Timor-Leste incorpora um conjunto integrado de instituições e funções, incluindo os tribunais, os procuradores, os polícias, os defensores públicos, os advogados, os serviços de registo e notariado, o Ministério da Justiça, e a administração de terras e propriedades, as prisões e os restantes serviços do Ministério da Justiça.

À semelhança de outros sectores em Timor-Leste, o nosso sistema de justiça está sendo construído de base, inclusive as infra-estruturas, os equipamentos, os processos e procedimentos e os recursos humanos. Construir um sistema de justiça que possui a confiança do povo timorense vai levar tempo. Sabendo que é um longo processo, nós consideramos este sector uma prioridade, pois sem um sector de justiça funcional não seremos capazes de desenvolver a nossa Nação.

Em 1999 registou-se uma destruição generalizada das infra-estruturas em Timor-Leste e praticamente todos os profissionais do foro jurídico da administração indonésia deixaram o País. Desde então, o nosso sector da justiça tem dependido fortemente dos nossos parceiros de desenvolvimento. As primeiras instituições nacionais, do nosso sistema de justiça, foram estabelecidas em 2001 e incluem o Tribunal de Recurso, os quatro tribunais distritais que abrangem todo o país (localizados em Díli, Baucau, Suai e Oe-Cusse Ambeno) e três prisões localizadas em Baucau (encerrada em 2008), Díli e Gleno. Além disso, foram estabelecidos a Procuradoria-Geral da República, que representa o Estado em juízo e tem a tutela da acção penal, e o Gabinete da Defensoria Pública.

Entre 2001 e 2004, muitas das primeiras posições judiciais, após a independência, foram ocupadas por recém-licenciados com pouca experiência. Desde então um esforço significativo tem sido alocado para a formação de juízes timorenses, procuradores e defensores públicos. Para permitir que os timorenses, que trabalham no sector da justiça, se pudessem concentrar integralmente na formação, foram contratados profissionais internacionais para garantir os requisitos mínimos de serviço.

Até recentemente, a maioria destes profissionais internacionais dependiam do financiamento dos doadores,

agora, grande parte deste financiamento é assegurado através do Orçamento Geral do Estado de Timor-Leste. Até 2007, o nosso objectivo foi o de consolidar as instituições legais existentes e implementar serviços de justiça distritais, que eram praticamente inexistentes. Foram estabelecidos, nos 13 distritos, serviços de Registos e escritórios da Direcção Nacional de Terras e Propriedades e Serviços Cadastrais.

Hoje, o sistema de justiça Timorense ainda se encontra muito subdesenvolvido para servir toda a nossa população e deverão ser feitos esforços substanciais para atender à crescente exigência do povo timorense e para afirmar o Estado de Direito. Actualmente, uma percentagem substancial de conflitos é resolvida através de mecanismos de justiça tradicional, que pode envolver a violação dos direitos fundamentais, nomeadamente em relação a mulheres e crianças. Além disso, devido ao tempo que leva para construir um sistema de justiça e aos limitados recursos humanos disponíveis, algumas instituições previstas na Constituição, como o Supremo Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas, estão ainda por estabelecer. Temos também a necessidade de estabelecer uma polícia especializada de investigação criminal para tratar correctamente os casos criminais.

ESTRATÉGIA E ACÇÕES

Nós vamos adoptar uma estratégia compreensiva para a construção do sistema de justiça e melhorar a sua capacidade, para cumprir o seu mandato e funções.

O desenvolvimento do sistema de justiça em Timor-Leste deve reflectir as expectativas do povo Timorense. Como tal, será necessária a coordenação de todos os órgãos, dentro do sector da justiça, assente em uma visão comum em como a justiça deve ser e como deve funcionar.

O nosso objectivo é ser uma Nação que administra a justiça, reconhecendo a supremacia da lei e da Constituição, respeitando a independência dos tribunais e proporcionando o acesso à justiça, para que todos os cidadãos possam obter uma resposta rápida, eficaz e justa para proteger os seus direitos, evitar ou resolver disputas e controlar o abuso de poder, através de processos transparentes e acessíveis.

As áreas de acção e de reforma, que serão fundamentais para atingir este objectivo, são definidas

Desenvolvimento da Legislação Timorenses

Desde a independência, as nossas leis têm sido fortemente marcadas pelo nosso passado de influência Indonésia e Portuguesa. Temos vindo a desenvolver as nossas próprias leis e a adoptar leis básicas, que são essenciais para o funcionamento de um sistema judicial justo e eficaz. No entanto, o quadro legal em Timor-Leste está longe de estar completo e necessita de ser mais desenvolvido.

É de realçar que o processo de legislação timorense tem sido reforçado, através da utilização de mecanismos de consulta pública. Estes mecanismos têm ajudado os nossos legisladores a alinhar as suas propostas, com o contexto Timorense, e tem promovido a participação do nosso povo, no processo legislativo.

Presentemente, continuamos a preparar e aprovar importantes leis, como o Código Civil, a lei sobre a organização judiciária e a lei sobre a regularização e registo de propriedades em Timor-Leste. Contudo, muitas outras leis ainda têm de ser produzidas, incluindo uma lei especial que irá regular a forma como o direito costumeiro Timorense é reconhecido, dentro do sistema legal de Timor-Leste, as leis sobre os direitos das crianças, as leis sobre mediação e arbitragem, entre outras. Na elaboração de um conjunto compreensivo de leis para a nossa Nação será necessário assegurar que:

- As leis aprovadas tenham em consideração o contexto Timorense.
- As questões de género sejam consideradas.
- Seja utilizada uma linguagem simples e de fácil compreensão.
- Todas as leis sejam traduzidas e publicadas em Tétum e Português.
- Seja adoptada terminologia jurídica em tétum.
- Seja desenvolvida uma equipa de assessores jurídicos nacionais, capazes de desempenhar funções de redacção de leis e gradualmente substituir os seus colegas internacionais.

Um Sistema de Justiça Integrado e Coordenado

Um sistema de justiça, forte, eficaz e justo, é integrado e coordenado, desde os serviços do Ministério Público até ao acesso a serviços jurídicos, passando pelos serviços correcionais e prisionais. O desenvolvimento de um sistema integrado, coordenado e equilibrado em Timor-Leste, irá exigir que todas as instituições de justiça possuam funcionários judiciais e de gestão suficientes, para prestar serviços em Díli e, progressivamente, em todos os distritos. Para conseguir isso serão tomadas as seguintes medidas:

- Reforçar o Conselho de Coordenação, como órgão de orientação estratégica para o sector.
- Coordenar e monitorizar o sector da justiça, para garantir que as instituições do sector

tenham uma visão clara de como interagem e se complementam.

- Mapear a distribuição geográfica das instituições e funções, para garantir que as populações em todos os distritos possam ter acesso à justiça.
- Reforçar os sistemas integrados de gestão de informação que ligam todas as instituições de justiça, para garantir a transparência, responsabilidade e eficiência.

Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos

Os profissionais de justiça Timorenses serão formados de acordo com o padrão exigido, de forma a permitir que assumam as funções presentemente ocupadas pelos profissionais internacionais. A nossa meta é de que, em 2015, o nosso sector da justiça seja capaz de identificar e preencher todas as posições, com funcionários nacionais motivados e qualificados. Para atingir este objectivo, serão adoptadas as seguintes estratégias:

- Desenvolver as políticas necessárias para atrair profissionais qualificados e motivados e para melhorar o desempenho das suas funções.
- Criar um sistema de carreira, remuneração e incentivo, que abranja todas as categorias do pessoal de justiça de modo a atrair e reter pessoal qualificado.
- Aumentar o número de profissionais da justiça.
- Garantir a qualidade da formação de pessoal, do sector da justiça, através de uma avaliação sistemática e monitorização dos cursos relevantes e do desempenho dos formandos.
- Estabelecer um sistema de ensino, jurídico e de formação, que produza os recursos humanos necessários para o sector.
- Melhor utilização de licenciados de Direito formados no exterior, que, até à data, têm encontrado dificuldades para trabalhar no sistema jurídico timorense.
- Apoiar o desenvolvimento das profissões legais Timorenses, através da promoção da investigação e ensino do Direito, a publicação de doutrinas e pareceres jurídicos, e programas para o intercâmbio de estudantes universitários.

Ordem dos Advogados

Reconhecemos que uma advocacia forte e ética é essencial para o funcionamento do nosso sistema jurídico, para garantir que os cidadãos possam aceder aos tribunais, para fazer valer ou defender os seus direitos.

Para construir a advocacia Timorense, vamos estabelecer uma Ordem dos Advogados, independente, em 2012. Isto incluirá:

- Implementar um sistema de regulamentação, formação e disciplina dos advogados.
- Apoiar o estabelecimento de uma Ordem dos Advogados, com poderes de auto-regulação, através da aprovação de legislação e financiamento para apoiar o seu desenvolvimento e infra-estruturas.
- Assegurar que as autoridades reconheçam o direito dos advogados privados para aceder a informações sobre casos e que o público seja informado sobre o papel dos advogados privados.

Extensão dos Serviços de Justiça aos Distritos

A extensão dos serviços de justiça aos distritos, para auxiliar na resolução de casos judiciais, civis e comerciais em todo o território, vai exigir um grande esforço. Para trazer a justiça para mais perto de todos os cidadãos Timorenses e promover o acesso ao sistema de justiça, através da descentralização gradual de serviços jurídicos em todo o país, iremos:

- Estabelecer novos distritos judiciais, em Maliana, Same, Manatuto e Viqueque, tendo em conta as necessidades do público, quanto ao acesso à justiça, e a disponibilidade de profissionais da área jurídica nos distritos judiciais.
- Provisoriamente serão criados tribunais móveis, formados por juizes, procuradores e defensores, nos locais onde ainda não existam instituições judiciais.

Lei de Terras

Após um longo processo de consulta pública, o projecto da lei de terras para Timor-Leste foi concluído. Esta lei visa definir os procedimentos e normas, que irão reconhecer e conferir os primeiros direitos de imobiliários em Timor-Leste. A lei visa também clarificar o estatuto jurídico dos bens e promover a distribuição da propriedade entre os cidadãos timorenses. O reconhecimento e a atribuição da propriedade são baseados nos princípios do respeito pelos anteriores direitos básicos, do reconhecimento da posse actual da propriedade como a base para a atribuição de título de propriedade, e de compensação nos casos onde existam, direitos simultâneos.

Vamos estabelecer um órgão independente para administrar a lei e regular os direitos de terras e de propriedade em todo o país.

METAS

Até 2015:

- Haverá uma coordenação sistemática e eficaz do sector da justiça, em Timor-Leste, e das suas instituições.
- O sistema de justiça será capaz de iniciar, conduzir e concluir todos os tipos de processos judiciais, sobretudo os casos criminais, de forma eficaz e dentro de um período razoável de tempo.
- O sector da justiça será capaz de identificar e preencher as vagas, com funcionários nacionais motivados e qualificados.
- Os princípios, de não discriminação, sensibilidade às questões de género e à protecção dos grupos vulneráveis e os direitos humanos, serão garantidos no sector da justiça.
- Será estabelecido um órgão autónomo e independente, capaz de gerir o cadastro de terras e bens imóveis do Estado, e de implementar legislação que rege a propriedade e o uso de terra em Timor-Leste.
- Serão regulados os mecanismos de direito costumeiro e justiça comunitária e implementado o acompanhamento sistemático da sua conformidade com os direitos humanos.

Até 2020:

- Os serviços do sector da justiça estarão disponíveis, em todos os distritos, e todos os timorenses terão acesso eficaz e eficiente à justiça e aos serviços jurídicos.



GESTÃO DO SECTOR PÚBLICO E BOA GOVERNAÇÃO

VISÃO GERAL E DESAFIOS

A boa governação e um sector público profissional, capaz e eficaz são condições essenciais para a prestação de serviços públicos e para implementar o Plano Estratégico de

”Os funcionários públicos devem sempre servir de boa fé o Povo.”

Cidadão, sub-distrito de Maliana, distrito de Maliana, National Consulta Nacional, 27 de Julho de 2010

Desenvolvimento. O sector público em Timor-Leste será fundamental para a construção da confiança no governo, que é um pré-requisito na construção da Nação. O nosso sector público também será o principal condutor do crescimento económico no curto e médio prazo, e estabelecerá as bases para o progresso da nossa Nação, através do desenvolvimento dos nossos recursos humanos e da gestão do nosso programa de infra-estruturas.

O sector público de Timor-Leste é composto por todas as instituições do Estado, incluindo os ministérios governamentais, as autoridades públicas e estatutários e os órgãos constitucionais. Inclui a função pública, cujos funcionários estão abrangidos pelo Estatuto da Função Pública, bem como os sectores da segurança e defesa.

Presentemente existem cerca de 27,568 funcionários públicos em Timor-Leste. Destes, há um número desproporcional de funcionários do sexo masculino: 75% dos funcionários são do sexo masculino e apenas 25% do sexo feminino. A percentagem de mulheres inclui um número significativo de professores. Apenas 16% das chefias seniores são do sexo feminino. A função pública está também a envelhecer. A faixa etária dos funcionários varia entre os 18 a 79 anos de idade. A maioria dos funcionários, 64,7%, estão entre as idades de 30 e 44 anos e 27,06% têm entre 45 e 64 anos.

A maioria dos nossos funcionários públicos classificam-se na categoria administrativa (51%), seguida pela categoria profissional (28%). O restante é composto por gestores seniores, supervisores e assistentes. A função pública também apresenta um relativo baixo nível de escolaridade, com apenas 19% dos funcionários públicos com habilitações de ensino superior: 74% têm o ensino secundário e 7% apenas o ensino básico.



A função pública requer um programa de reforma sustentado, de longo prazo, para melhorar a sua capacidade de desempenho. São necessárias reformas em áreas como: a gestão e liderança,

sistemas e procedimentos, administração, contabilidade e finanças, execução orçamental e aprovisionamento, conhecimento e gestão de documentos e planeamento estratégico. A boa governação na função pública também é de importância vital. É a garantia da confiança pública no governo e nas nossas instituições democráticas.

A transparência e a auditoria/responsabilização independente, não são obstáculos para uma governação eficaz; antes pelo contrário, garantem que sejamos bem governados e que os interesses do nosso Povo são atendidos. A boa governação também ajuda a prevenir a corrupção. Os princípios fundamentais da boa governação são a transparência, a responsabilização, a integridade e a liderança.

Estes princípios podem conduzir à boa governação, através da promoção da gestão de riscos, responsabilidade por resultados, mecanismos de reclamação dos cidadãos que podem ajudar a identificar e abordar áreas problemáticas, e o uso adequado dos fundos públicos. A transparência é a melhor protecção contra o comportamento anti-ético e é a melhor maneira de conseguir uma cultura ética de funcionalismo público, com base em ética, e de promover a responsabilização individual.

A primeira etapa da reforma do sector público e da boa governação já está em curso. Esta reforma do quadro de governação do sector público incluiu a implementação de cinco reformas marcantes:

- Estabelecimento da Comissão da Função Pública.
- Estabelecimento da Comissão Anti-Corrupção.
- Reforço das competências do Gabinete do Inspector-Geral de modo a permitir-lhe agir de forma independente na inspecção e auditoria dos ministérios e agências governamentais.
- Estabelecimento de uma Câmara de Contas.
- Permitir, através de um portal “web”, a visualização, em tempo real dos gastos públicos.

Estas reformas estão a avançar, a fim de construir uma cultura de responsabilização e de abertura na nossa função pública e criar importantes instituições civis independentes do governo.

Embora tenham já sido feitos progressos significativos, na reforma do sector público e da boa governação, na segunda fase da reforma é necessário construir um sector público capaz de responder aos desafios futuros, que se colocam à nossa Nação.



ESTRATÉGIA E ACÇÕES

Iremos prosseguir com uma segunda ronda de reformas da função pública e boa governação para assegurar que o nosso sector público possua a capacidade para implementar o Plano Estratégico de Desenvolvimento, oferecer serviços de qualidade ao nosso povo e construir as bases para o nosso futuro como uma Nação moderna e próspera. Esta nova fase de reformas requererá uma melhoria nos recursos humanos e de capital, bem como uma mudança estrutural e cultural.

O nosso programa de reforma incidirá em:

- Garantir a estabilidade de todos os funcionários públicos, quanto às suas tarefas, descrição de funções, deveres e responsabilidades.
- Aumentar as habilitações, competências e capacidades dos empregados do sector público.
- Instituir processos e procedimentos para melhorar o desempenho.
- Melhorar a tecnologia de informação para apoiar a prestação de serviços.
- Assegurar uma gestão adequada do conhecimento e da documentação.
- Melhorar o conhecimento e a adesão aos valores da função pública, incluindo o profissionalismo, a responsabilidade e a imparcialidade.
- Desenvolver uma estrutura no sector público mais adequada à prestação de resultados eficazes.

REFORMA DA FUNÇÃO PÚBLICA

O estabelecimento da Comissão da Função Pública oferece, a Timor-Leste, um órgão com o mandato de impulsionar a mudança na função pública. A Comissão está em boa posição para promover a mudança cultural, a fim de melhorar a liderança do sector público, encorajar o reconhecimento da natureza única da função pública, o profissionalismo e capacidade de resposta de que necessita. A Comissão da Função Pública continuará a ser responsável pela implementação de um programa, de longo prazo, que garante que a nossa função pública:

- Respeita os seus valores e código de ética.
- Toma decisões de emprego, com base no mérito e equidade.
- É profissional, honesto e executa as orientações do Governo em funções.
- É politicamente imparcial .
- Focaliza-se fortemente na prestação de serviços.

O desenvolvimento de uma cultura de desempenho e boa governação, não se baseia apenas nas regras e regulamentos, porque envolve também a formação de uma cultura e liderança, que se presta pelo exemplo. Somente através da promoção de valores da função pública e impulsionando mudanças culturais, a Comissão da Função Pública pode melhorar a eficácia da administração pública e a prestação de serviços ao Povo Timorense.

Esta função será acrescida das responsabilidades da Comissão da Função Pública, relacionadas com os casos de disciplina e conduta inapropriada, assim como a implementação de um sistema de reclamações. Estas funções são complementares, na medida em que reforçam a necessidade de bom comportamento e identificam as áreas, que requerem atenção ou melhoria, apoiando ao mesmo tempo uma cultura adequada de responsabilização na função pública.

Gestão do Desempenho

Há também a necessidade de implementação de uma gestão de desempenho na função pública, para guiar a prestação de serviços e aumentar responsabilização. O registo do desempenho dos funcionários públicos já alcançou progressos, mas o sistema necessitará também de assegurar que a orientação de serviço do funcionário público é amplamente compreendido e aceite e que a mudança cultural e de atitude são alcançadas.

Um sistema compreensivo de gestão do desempenho vai ser instituído em toda a função pública de Timor-Leste. Ele será baseado no sistema actual e envolverá também o desenvolvimento de descrições de funções e expectativas de desempenho claras, juntamente com planos de trabalho individuais. Os planos de trabalho individuais irão reflectir os planos dos Ministérios, ao mesmo tempo que estabelecem uma orientação sobre as políticas e boas práticas e identificam as oportunidades de desenvolvimento profissional e de formação. Os planos de trabalho incluirão, na medida do possível, objectivos, indicadores de desempenho e tarefas.

A responsabilização dos funcionários públicos, será melhorada através da avaliação regular do desempenho real, com base nos planos de trabalho. Estas avaliações de desempenho incidirão sobre a obtenção de resultados. A estrutura de gestão do desempenho, será desenvolvida e liderada pela Comissão da Função Pública, em conjunto com os ministérios e funcionários públicos.

Desenvolvimento de Recursos Humanos e Formação

Precisamos de construir uma função pública eficaz, que possa prestar os serviços que o nosso povo merece e precisa. É também uma prioridade desenvolver uma função pública que funcione sem depender de assistência técnica internacional. No entanto, actualmente existem lacunas substanciais de competências na nossa função pública e apenas um número limitado de funcionários possui qualificações superiores.

É importante um programa intensivo de desenvolvimento de recursos humanos na função pública, que esteja ligado aos nossos objectivos estratégicos de desenvolvimento da força de trabalho. Isto envolverá a oferta de formação sistemática e orientada para o serviço e abordagens de desenvolvimento profissional. Incluirá a formação, através do Instituto Nacional de Administração Pública, que será reforçado para enfrentar os desafios de formação da função pública.

O Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano irá fornecer um mecanismo base para desenvolver os recursos humanos necessários, para um governo eficaz e responsável, nos próximos anos. O fundo irá cobrir os custos de formação e desenvolvimento profissional para os nossos funcionários públicos, incluindo bolsas de estudo no exterior e visitas de estudo de curta duração. Além disso, um centro de formação será estabelecido pelo Ministério das Finanças, para oferecer formação em gestão financeira, contabilidade, auditoria e aprovisionamento.

Liderança e Gestão

Existe uma necessidade significativa, dentro da nossa função pública, para melhorar a capacidade de liderança e gestão organizacional, de modo a colmatar as lacunas na capacidade dos quadros seniores, em produzir planos de políticas, gerir os recursos e implementar e monitorizar os programas. Há também a necessidade de abordar o número extremamente reduzido de mulheres, em posições de gestão de nível superior.

Para enfrentar estes desafios, a função pública irá desenvolver um grupo de profissionais de liderança e gestão, através da atribuição de bolsas de estudos, estágios e nomeações, assim com a concepção e implementação de programas de desenvolvimento executivo, para todos os gestores seniores.

Planeamento de Recursos Humanos

A escassez de competências em Timor-Leste, significa que a nossa função pública tem de competir com outros empregadores, tanto aqui como internacionalmente, para obter empregos de qualidade. Para enfrentar este desafio, a função pública precisa de preparar planos de recursos humanos, de modo a garantir uma futura força de trabalho capaz de prestar serviços eficientes e de qualidade.

Essencialmente, um planeamento de recursos humanos melhor informado irá ajudar a garantir que a função pública de Timor-Leste possui o número certo de pessoas, com a combinação certa de competências, quando estas são necessárias - tanto agora como no futuro - para atender às nossas necessidades estratégicas e operacionais. O planeamento deverá ainda ter em conta o envelhecimento da força de trabalho na função pública e a reforma, nos próximos 5 a 20 anos, de um número significativo de funcionários. Uma estratégia de gestão de sucessão, em todos os serviços, será preparada para gerir esta transição demográfica. O planeamento terá também em conta a realidade de que muitas profissões exigem, até cinco anos de formação e experiência de trabalho, antes de um indivíduo poder ser produtivo.

O processo de planeamento de recursos humanos vai orientar os esforços de capacitação, dotações orçamentais e os recursos humanos e programas de desenvolvimento profissional na nossa função pública. Realçará também os sectores e profissões críticos para o desenvolvimento, formação e recrutamento, cujos recursos são actualmente inadequados.

Tecnologias da Informação

Os sistemas de informações de tecnologia e acesso à Internet, actualmente disponíveis na função pública, são inadequados para uma gestão eficaz e prestação de serviços de qualidade. O estado actual destes sistemas impede enormemente a conexão, coordenação e fluxo de informações do governo, e a facilidade de acesso dos cidadãos à administração.

À medida que Timor-Leste melhora as infra-estruturas de telecomunicações, a função pública também irá melhorar drasticamente a sua tecnologia da informação. Isso permitirá o estabelecimento de um sistema intranet na função pública, que apoia as comunicações internas e o fluxo de informação no governo. Esta medida também vai ajudar a proporcionar uma melhoria nos serviços de saúde na educação e apoiar o desenvolvimento do governo electrónico, onde os cidadãos podem interagir directamente com o governo.

Estrutura do Sector Público

Há casos em que a realização de uma acção pública, em nome do Estado, pode ser melhor realizada por uma entidade pública que não seja um ministério. Estas entidades são geralmente estabelecidas por lei e estão sujeitas à supervisão ministerial. Estas autoridades têm vários níveis de independência do governo. As circunstâncias, em que pode ser apropriado estabelecer uma autoridade estatutária, incluem:

- Quando possa ser mais eficiente realizar actividades públicas fora de um ministério.
- Quando haja benefício, em uma maior independência ou num nível de separação do governo, necessárias para garantir objectividade.

- Quando as funções politicamente sensíveis possam beneficiar de um nível de independência do governo, para evitar a interferência política ou para limitar as acusações de nepotismo ou favoritismo.
- Quando a capacidade de prestar serviços públicos seja reforçada, através da criação de uma instituição autónoma.

O estabelecimento de instituições autónomas, que funcionam como empresas com capitais públicos, pode ser benéfica quando as funções, a serem realizadas, sejam preponderantemente de natureza comercial. Mesmo que tais organismos funcionem de forma mais comercial, semelhante a organizações do sector privado, devem sempre prestar contas a um ministro responsável ou ao Parlamento Nacional.

Uma crescente separação ou independência, face ao governo, significa que as instituições autónomas devem reger-se por um quadro orgânico forte, que inclua requisitos compreensivos de informação financeira, auditoria independente e obrigações da boa governação.

O bom funcionamento, de qualquer órgão estatutário em Timor-Leste, deverá estabelecer-se com base num Conselho de Administração experiente. A médio prazo, este poderá ser um sistema adequado para a gestão dos nossos portos, aeroportos, hospitais, energia e recursos hídricos.

Para determinar a melhor estrutura organizacional para o nosso sector público, será realizado um estudo para determinar se há vantagens em estabelecer instituições autónomas, para o exercício de funções públicas em nome do Estado, ou alterar a estrutura orgânica existente para as instituições autónomas. As funções que serão examinadas incluem a gestão dos nossos portos e aeroportos, a gestão de recursos hídricos, a produção e distribuição de energia, o ensino superior e a gestão dos nossos hospitais.

Gestão das Finanças Públicas

Uma gestão eficaz das Finanças Públicas é essencial para um efectivo funcionamento do Governo e do Estado. As melhorias na gestão das Finanças Públicas resultaram num Tesouro mais transparente e eficiente. A transparência financeira tem sido a prioridade, para uma melhoria dos resultados na promoção do investimento e do desenvolvimento económico, e do fortalecimento da confiança no Estado. Estas reformas incluem a introdução de portais de internet que permitem acesso em tempo real a informações sobre a despesa pública e sobre aprovisionamento.

Estas reformas vão de encontro à prossecução dos seguintes objectivos:

- Melhorar a administração financeira do sector público.
- Aumentar a responsabilidade nos serviços prestados e gastos do sector público.
- Assegurar um sistema adequado de prestação de contas do sector financeiro.

O Governo irá actuar de acordo com os princípios da gestão financeira, com um orçamento responsável e um sistema de prestação de contas. Estes princípios incluem a gestão dos riscos financeiros encontrados pelo Estado, de forma prudente e tendo em vista as circunstâncias e necessidades sociais e económicas. Estas medidas envolvem um progresso no sentido de um orçamento por programas e formação na área financeira, bem como de recursos humanos para gestão e administração das opções de financiamento público tais como parcerias público-privadas e obrigações ligadas com a dívida pública.

Departamento de Estatística Independente

É essencial que a tomada de decisão do Governo seja baseada em pesquisas, assim como em informação estatística objectiva e de qualidade. Esta situação permite o desenvolvimento de políticas fundamentadas, e permite-nos uma melhor identificação das nossas prioridades e afectação dos nossos recursos. As estatísticas são crucias para que o Governo possa decidir com base em informações objectivas e com o propósito de fortalecer a economia, respondendo às necessidades sociais.

As informações estatísticas permitem uma fotografia do estado do nosso País e uma melhor informação de como este tem evoluído ao longo dos tempos. Este registo dos nossos progressos, asseguram que o desenvolvimento acontece de uma forma equitativa e que nenhum distrito ou sub-distrito é esquecido. Esta situação irá igualmente permitir uma comparação objectiva do progresso mencionado, com outras sociedades e economias.

É importante que as estatísticas que influenciam a tomada de decisão política sejam precisas e sem influências políticas. Para assegurar que Timor-Leste, em 2020, tenha acesso a informações estatísticas precisas sobre o sector social e a economia, um Departamento de Estatísticas Independente será estabelecido.

BOA GOVERNAÇÃO

O Plano Estratégico de Desenvolvimento também apoiará as reformas necessárias para construir as fundações para a boa governação em Timor-Leste. Estas reformas, que são definidas a seguir, proporcionarão um quadro reforçado de boa governação em Timor-Leste.

Legislação que protege os denunciantes

Os funcionários públicos ou outros funcionários devem corajosamente denunciar às autoridades os actos de corrupção, fraude e ilegalidade, que vêm acontecer nos seus locais de trabalho. Isto poderá incluir faltas graves, corrupção, má administração, fraude ou perigos significativos para a saúde ou segurança pública.

. Para proteger os denunciadores de represálias e perseguições, será apresentada ao Parlamento Nacional, em 2012, legislação que proteja os denunciadores contra o assédio e a responsabilidade civil e criminal por revelarem assuntos do interesse público. Esta legislação também irá criminalizar qualquer medida de represália contra um funcionário que tenha feito uma denúncia.

A legislação irá proteger os delatores que apresentam uma denúncia contra a má conduta do Governo.

Código de Conduta para os Membros do Governo.

Em 2012, um Código de Conduta para os Membros do Governo será desenvolvido e institucionalizado. Este código irá prever regras e deveres rigorosos, em relação a questões como conflitos de interesse e actividade comercial, bem como a prestação de informações sobre o pessoal e os custos dos gabinetes ministeriais. Exigirá também que todos os presentes, acima de um determinado valor numerário, sejam registados num registo próprio.

Lei de Liberdade de Informação

A transparência e abertura do Governo implica que os cidadãos tenham o direito de aceder a informações sobre os mesmos, mantidos nos arquivos do governo. Enquanto o Estado em Timor-Leste tem que primeiro reforçar os processos de informação e gestão de arquivos, e os sistemas de armazenamento em rede de computadores, a nossa meta, a médio prazo, é promover a liberdade de informação.

Em 2015, será apresentada ao Parlamento Nacional a legislação para proporcionar o direito dos cidadãos de acesso à informação, que lhes diga respeito e que seja mantida pelo Governo, desde que não seja contra o interesse público. Tendo em conta que as melhores práticas internacionais prevêem excepções para a obtenção de informações, que tenham um impacto sobre a segurança nacional, o segredo comercial, a privacidade individual e a confidencialidade das discussões do Conselho de Ministros, a legislação irá oferecer um amplo direito a todos os cidadãos Timorenses, para aceder aos documentos do governo, que tenham um impacto sobre eles.

Banco Central

O Banco Central de Timor-Leste teve a sua génese no Gabinete Central de Pagamentos, criado pela Administração Transitória das Nações Unidas, em Timor-Leste. Posteriormente, em 2001, foi transformado em Autoridade Bancária de Pagamentos.

O gabinete Central de Pagamentos foi criado com o objectivo de promover e supervisionar um sistema de pagamentos para as moedas, que na altura tinham curso legal no país, assegurando o saldo adequado da quantidade de moeda, servir de agência fiscal, licenciar e supervisionar o sistema bancário.

Com a sua transformação em Autoridade Bancária de Pagamentos, esta entidade, viu também acrescidas as suas competências para a emissão de moeda, a realização de estudos e análises de política monetária e a guarda e gestão de fundos do Estado, designadamente, o Fundo Petrolífero.

Recentemente, por lei do Parlamento Nacional, a ABP transformou-se em Banco Central de Timor-Leste. Os estatutos do Banco foram reformulados no sentido de consolidar e reforçar as suas atribuições de condutor da política monetária e financeira, definida com o Governo e aprovada pelo Parlamento Nacional.

As funções do Banco Central são determinantes para o desenvolvimento e correcto funcionamento da actividade económica e financeira do país e o Banco tem vindo, moderadamente, mas com passos seguros, a consolidar a sua actividade e a sua posição de orientador e supervisor nestas áreas.

METAS

Até 2015:

- Será instituído um sistema abrangente e uma cultura de gestão de desempenho, em toda a função pública em Timor-Leste .
- Será implementado um programa de desenvolvimento para todos os gestores seniores .
- Haverá uma cultura e prática de planeamento de recursos humanos na função pública.
- Será desenvolvido e implementado um Código de Conduta para os membros do Governo.
- Será apresentada, ao Parlamento Nacional, legislação para oferecer aos denunciantes protecção contra o assédio e a responsabilidade civil e criminal por fazerem denúncias de interesse público.
- O Banco Central terá recursos humanos devidamente formados para implementarem de forma sólida, credível e eficiente as respectivas competências, incluindo a elaboração dos estudos necessários para que os órgãos de soberania possam decidir sobre a adopção de uma unidade monetária própria para o país.

Até 2020:

- Será apresentada ao Parlamento Nacional legislação para assegurar aos cidadãos o direito de acesso à informação, mantida pelo Estado, que tenha impacto sobre os mesmos.
- Será adoptada tecnologia de informação moderna, na função pública, para apoiar a coesão do governo e iniciativas de governo electrónico.
- Será levada a cabo uma revisão da estrutura do sector público, para determinar se há benefícios no estabelecimento de instituições autónomas, para o exercício de funções públicas, em nome do Estado.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL E AGÊNCIA DE PLANEAMENTO ECONÓMICO E INVESTIMENTO

VISÃO GERAL E DESAFIOS

Para implementar o Plano Estratégico de Desenvolvimento, Timor-Leste tem de adoptar um quadro institucional que possua a capacidade de efectivamente, implementar os projectos e programas previstos no plano. No início, a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento será realizado e supervisionado pela Agência de Desenvolvimento Nacional. Quando este órgão aumentar a sua capacidade institucional de planeamento, orçamentação, desenvolvimento de políticas e de gestão, esta responsabilidade será transferida para a Agência de Planeamento Económico e Investimento.

ESTRATÉGIA E ACÇÕES

Vamos introduzir medidas para garantir que o Plano Estratégico de Desenvolvimento e os nossos projectos de infra-estrutura sejam implementados, o mais rapidamente possível, com eficiência e eficácia de custos Isto incluirá o estabelecimento da Agência de Desenvolvimento Nacional, a qual será transformada na Agência de Planeamento Económico e Investimento com responsabilidades de supervisionar os grandes projectos e a realização de planeamento para grandes projectos, programas e estratégias a nível nacional.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL

A Agência de Desenvolvimento Nacional foi criada para gerir, monitorizar e administrar a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento, assim como projectos grandes e complexos de desenvolvimento nacional. A Agência de Desenvolvimento Nacional é um serviço central, de grande importância, com competências para avaliar as propostas de infra-estruturas, monitorizar e preparar os relatórios sobre a execução e desenvolvimento de infra-estruturas, levar a cabo a coordenação de todas as áreas da sua competência, ao nível do Governo, o planeamento nacional e desenvolvimento de políticas baseadas em resultados, o acompanhamento e avaliação de grande projectos e programas do Governo.

A Agência de Desenvolvimento Nacional depende do Primeiro-Ministro e trabalha em colaboração com a Comissão Nacional de Aprovisionamento e uma empresa de aprovisionamento internacional, contratada para certificar que os projectos de infra-estruturas são finalizados, no prazo estabelecido, de acordo com orçamento e em conformidade com o âmbito do contrato e respectivas especificações.

A Agência de Desenvolvimento Nacional é também responsável pela gestão do Programa dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio para os Sucos (ver Capítulo 4 - Desenvolvimento Rural) e do Programa de Desenvolvimento Descentralizado II. Isso inclui a participação no processo de selecção de empresas para realizar as obras, avaliação da execução e qualidade das obras, e a

gestão e aprovação dos pagamentos às empresas. O Programa dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio para os Sucos, irá incluir o envolvimento com as autoridades locais e sucos na implementação de projectos de pequeno valor.

Quando a Agência de Desenvolvimento Nacional aumentar a sua capacidade, experiência e recursos humanos, irá ser transformada na Agência de Planeamento Económico e Investimento. As novas responsabilidades atribuídas à Agência de Planeamento Económico e Investimento são apresentadas de seguida.

APROVISIONAMENTO DE GRANDES PROJECTOS

O Plano Estratégico de Desenvolvimento prevê uma série de grandes projectos de infra-estruturas. Alguns desses projectos já foram identificados no Fundo das Infra-Estruturas. Considerando que estes projectos vão estabelecer a fundação para o nosso desenvolvimento, é importante que sejam implementados com boa governação e baseados na relação custo-benefício.

Para garantir que os grandes projectos de infra-estruturas sejam implementados, o mais rapidamente possível, com eficácia e eficiência de custos, o Governo - através da Agência de Desenvolvimento Nacional e da Comissão Nacional de Aprovisionamento - vai contratar os serviços de uma empresa internacional de aprovisionamento para supervisionar o processo de aprovisionamento para grandes e complexos projectos. Isto irá garantir que o processo de aprovisionamento é gerido, com os mais altos níveis de integridade e profissionalismo. A empresa contratada para a área de aprovisionamento terá as seguintes responsabilidades:

- Realizar o planeamento e programação do aprovisionamento.
- Preparar a documentação de concurso.
- Anunciar as oportunidades de concurso.
- Estabelecer uma base de dados para os grandes projectos.
- Gerir as negociações e adjudicação de contratos.
- Gerir os painéis de avaliação e preparar relatórios de avaliação das propostas.
- Gerir as reclamações.
- Realizar o aprovisionamento e monitorizar a implementação do projecto.

Desta forma, vamos garantir que temos estabelecido um processo competitivo de aprovisionamento, com elevada qualidade e eficiência de custos, com o objectivo de atingir uma boa relação custo/benefício, promover as melhores práticas de implementação dos projectos e contribuir para o crescimento económico.

O envolvimento de uma empresa de aprovisionamento será um processo de transição. O nosso principal objectivo é desenvolver os nossos recursos humanos, para que a contratação, ao longo do tempo, seja negociada e levada a cabo por especialistas Timorenses, formados e qualificados

em aprovisionamento. Para alcançar este resultado e acelerar o processo, uma das responsabilidades da empresa de aprovisionamento internacional será desenhar e implementar programas e processos, para aumentar a capacidade da nossa função pública, para gerir projectos de grande escala e com complexidade e importância nacional.

AGÊNCIA DE PLANEAMENTO ECONÓMICO E INVESTIMENTO

Quando a Agência de Desenvolvimento Nacional se desenvolver, será transformada na Agência de Planeamento Económico e Investimento. A Agência de Planeamento Económico e Investimento irá desenvolver-se a partir da Agência de Desenvolvimento Nacional e irá permitir uma gestão integrada de projectos, incluindo coordenação dentro e entre o Governo, organizações externas e o sector privado. A agência também assumirá uma função de planeamento nacional. Esta função irá incluir:

- Planeamento, desenho e monitorização dos programas e projectos estratégicos do Governo, que promovem o crescimento acelerado, a redução da pobreza e a criação de emprego.
- Garantir o investimento alargado a nível nacional, distrital e nos sub-distritos.
- Supervisão dos ministérios da tutela do projecto e acompanhamento na execução dos programas estratégicos.
- Coordenação integrada de todo o Governo e busca de soluções inter-governamentais.
- Envolvimento com os principais doadores e parceiros na definição da direcção estratégica nacional e assistência.

Estas funções incluirão o planeamento económico e o desenvolvimento de políticas, com base em resultados a fim de alcançar soluções e promover iniciativas, que irão impulsionar o desenvolvimento de Timor-Leste, o crescimento económico e a diversificação da indústria. À medida que a capacidade dos ministérios aumenta para implementar projectos de grande escala, estes assumirão a responsabilidade de execução do projecto, com a Agência de Planeamento Económico e Investimento a ser responsável pelas funções de monitorização e coordenação integrada do Governo.

A Agência de Planeamento Económico e Investimento também coordenará, com o Ministério das Finanças durante o processo de preparação orçamental e colaborará na determinação dos níveis de financiamento necessários para prosseguir as estratégias e projectos de desenvolvimento económico. Ao mesmo tempo, será responsável pela revisão dos Planos de Acção Anual dos vários ministérios.

É também responsabilidade da agência realizar pesquisas, acompanhar e analisar os progressos dos indicadores económicos, sociais e financeiros, para apoiar na preparação de programas de desenvolvimento económico a longo prazo. Isto incluirá a identificação e promoção de práticas de sucesso.

A Agência de Planeamento Económico e Investimento responderá perante o Primeiro-Ministro e um Comité Ministerial de alto nível. Ao mesmo tempo, a Agência também contará com o aconselhamento de um Conselho Consultivo Nacional, que inclui representantes da sociedade civil, instituições religiosas, organizações não-governamentais, grupos de jovens e mulheres. A Agência envolverá a comunidade Timorense activamente e levará a cabo as suas funções com altos níveis de responsabilidade e transparência.

METAS

Até 2015:

- A Agência de Planeamento Económico e Investimento irá efectivamente desempenhar as funções de planeamento económico nacional, supervisão e monitorização e implementação de programas e projectos de grande escala e complexidade, do Governo.





CAPÍTULO

6

CONTEXTO ECONÓMICO E DIRECÇÃO MACROECONÓMICA



Num período de tempo relativamente curto e tendo em conta a nossa longa história de colonização e ocupação, Timor-Leste tem progredido fortemente para avançar como uma nação segura e estável e para estabelecer as bases para a boa governação e instituições eficazes.

CAPÍTULO 6 CONTEXTO ECONÓMICO E DIRECÇÃO MACROECONÓMICA

V I S ã O G E R A L

Num período de tempo relativamente curto, e tendo em conta a nossa longa história de colonização e ocupação, Timor-Leste tem progredido fortemente para avançar como uma Nação segura e estável e para estabelecer as bases da boa governação e instituições eficazes. Ao mesmo tempo que continuamos a construir a nossa jovem Nação, precisamos de garantir que o desenvolvimento e a estrutura da nossa economia permitem o avanço de Timor-Leste, como uma democracia estável, e que ao nosso povo sejam dadas todas as oportunidades para melhorar as suas vidas e o seu bem-estar, através da promoção de novas oportunidades de educação, emprego e de negócios.

“Devemos gerir os nossos preciosos recursos para que as gerações futuras possam beneficiar deles.”

Funcionário público, Sub-distrito de Nain Feto, Distrito de Díli, Consulta Nacional, 04 de Setembro 2010

Para providenciar empregos ao nosso povo e garantir que a nossa Nação beneficie do desenvolvimento da riqueza dos recursos naturais, temos de desenvolver uma economia de mercado próspera com um sector privado forte.

Também reconhecemos que não podemos depender exclusivamente das nossas reservas de petróleo e gás natural e que devemos diversificar a nossa economia.

Em particular, temos de expandir e modernizar o nosso sector agrícola, desenvolver um sector de turismo forte e encorajar níveis muito mais elevados de actividade do sector privado em todos os sectores industriais, nomeadamente o crescimento de pequenas e micro empresas.

A visão económica do Plano Estratégico de Desenvolvimento é a de que, em 2030, Timor-Leste fará parte do grupo de países de rendimento médio-superior, a pobreza extrema estará erradicada e estará estabelecida uma economia não petrolífera sustentável e diversificada.

Embora Timor-Leste tenha de enfrentar grandes desafios na reestruturação da economia, para alcançar a referida visão, temos muitos pontos fortes e vantagens, nomeadamente a força e determinação do nosso povo, receitas substanciais de petróleo e gás, recursos marinhos e outros recursos naturais ricos, bem como a nossa localização na região dinâmica do Este Asiático, que lidera muito do crescimento económico do mundo.

Temos também um ambiente natural intacto e uma cultura, herança e história únicas, os quais oferecem um potencial significativo ao desenvolvimento de um sector do turismo e de hotelaria, de nível superior.

No entanto, estes pontos fortes e vantagens estão actualmente encobertos pelas escassas infra-estruturas em todo o país (incluindo estradas, água e saneamento, energia e infra-estrutura de telecomunicações), obstáculos na indústria e comércio (incluindo a capacidade inadequada nos portos marítimos e aeroportos), falta de recursos humanos qualificados e formados e um sector privado subdesenvolvido (incluindo o sector financeiro). Para alcançar a nossa visão económica, estas barreiras e limitações ao desenvolvimento de Timor-Leste devem ser resolvidas.

Até agora, a estrutura da nossa economia tem sido fortemente influenciada pela necessidade urgente de reconstruir instituições públicas necessárias, melhorar a prestação e qualidade dos serviços públicos vitais, tais como a saúde e a educação, combater a pobreza generalizada e a má nutrição, providenciar as necessárias infra-estruturas básicas e de levar a cabo um processo de construção do Estado e da Paz. Estas necessidades têm tomado tempo e investimento de recursos consideráveis.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento reconhece que, ao mesmo tempo que continuamos a desenvolver infra-estruturas produtivas e necessárias, para apoiar os nossos esforços para a construção da Nação, devemos também tomar medidas para reestruturar, modernizar e diversificar a nossa economia. Ao tomar essas medidas, não só asseguraremos o futuro económico de Timor-Leste, como também iremos gerar empregos e rendimentos para o nosso povo e lançar as bases para uma Nação progressista e estável.

A ECONOMIA DE TIMOR-LESTE

A economia de Timor-Leste é dominada pelo sector agrícola e pelo sector público, com níveis altos de pobreza em todo o país. Pequenas culturas de rendimento, tais como café, fornecem remuneração a algumas famílias rurais, mas a maioria das famílias utiliza a agricultura para consumo próprio. Insuficiência de infra-estruturas significa que é difícil ter acesso aos mercados, levando a uma falta de rendimento previsível para muitas famílias timorenses.

No entanto, Timor-Leste tem a sorte de ter recursos naturais ricos e uma indústria de petróleo e gás, que está em desenvolvimento. Os ganhos de petróleo e gás subiram de aproximadamente 175 milhões de dólares em 2004 para cerca de 2,28 mil milhões em 2008, e aproximadamente 2,73 mil milhões em 2010. A partir de 2010, o Produto Interno Bruto (PIB)¹ não-petrolífero de Timor-Leste foi de aproximadamente 610 dólares per capita, com um Rendimento Nacional Bruto (RNB)² per capita de cerca de 2,560 dólares. Prevê-se um aumento desta situação em 2011, se os preços do petróleo permanecerem em alta.

1. Produto Interno Bruto (PIB) é o valor total de todos os bens e serviços produzidos num país durante um ano.

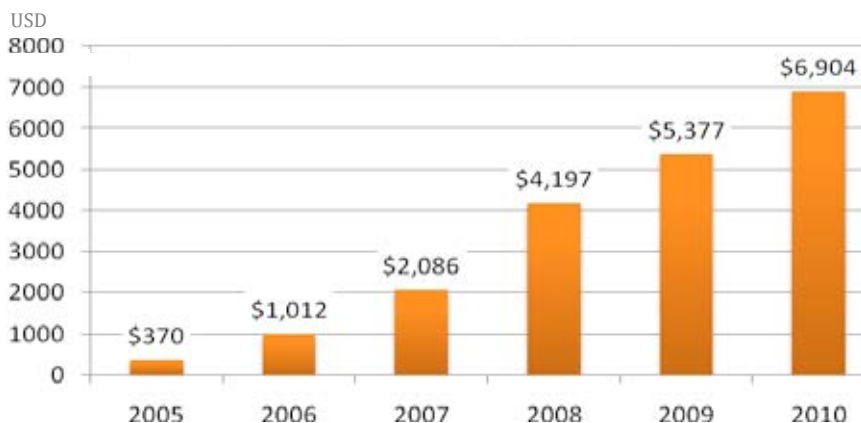
2. Rendimento Nacional Bruto (RNB) é composto do Produto Interno Bruto em conjunto com os rendimentos recebidos de outros países, menos os pagamentos feitos a outros países.

Se o crescimento do nosso RNB for medido a preços constantes, o RNB total de Timor-Leste triplicou, desde 2004, ou cerca de 24% ao ano. O PIB não-petrolífero aumentou cerca de 1,5 vezes ou 7% por cento ao ano entre 2004 e 2010. Nesta perspectiva, Timor-Leste tem um RNB de país de rendimento médio, na ordem dos 2,560 dólares *per capita*, no entanto apresenta o padrão de vida de um país de baixo rendimento, com um PIB não-petrolífero *per capita* de 610. A principal razão para esta discrepância é que, até agora, a nossa riqueza em petróleo não tem sido investida na economia não-petrolífera, com apenas um quarto da receita anual petrolífera a ser investido na nossa economia, e o restante investido no nosso Fundo Petrolífero.

Rendimento Petrolífero

Timor-Leste é actualmente altamente dependente das receitas provenientes do petróleo e do gás natural, as quais constituem cerca de 90% das receitas totais do orçamento. As nossas receitas do petróleo têm vindo a crescer com regularidade, resultando no aumento do saldo do Fundo Petrolífero, que visa gerir esta receita para o benefício das gerações actuais e futuras (ver caixa de texto abaixo referente ao Fundo Petrolífero de Timor-Leste). A figura 24 mostra que o saldo do Fundo Petrolífero foi de 370 milhões de dólares no final de 2004 e atingiu 6,9 mil milhões de dólares no final de 2010.

Figura 24 Saldo do Fundo Petrolífero



Fonte: Direcção Nacional do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças

Fundo Petrolífero de Timor-Leste

Muitas Nações, ricas em recursos petrolíferos, enfrentam problemas económicos e sociais consideráveis, apesar do seu potencial para gerar riqueza significativa destes recursos. Para evitar que Timor-Leste enfrente os mesmos problemas, a nossa Constituição exige que os recursos petrolíferos sejam propriedade do Estado e usados de uma forma justa e igualitária, de acordo com os interesses nacionais, e que os rendimentos obtidos, a partir desses recursos, levem ao estabelecimento de reservas financeiras obrigatórias.

O Fundo Petrolífero de Timor-Leste foi criado, em 2005, de acordo com a Constituição e de forma a fornecer um mecanismo para assegurar que os nossos recursos, de petróleo e gás, são geridos com prudência para o benefício das gerações actuais e futuras.

O Fundo é um fundo de riqueza soberano, onde Timor-Leste deposita a receita, proveniente do rendimento do petróleo e gás da Nação. O Fundo providencia um meio para construir uma fonte consistente e estável de rendimento, que pode ser usado para construir a nossa Nação.

Todas as receitas do petróleo, incluindo royalties e impostos, são depositadas directamente no Fundo Petrolífero. Anualmente, o Parlamento Nacional retira dinheiro do Fundo para compensar as necessidades/carências do Orçamento do Estado e investir no desenvolvimento de Timor-Leste. Todos os anos é calculado o montante Rendimento Sustentável Estimado (ESI), que é o montante que Timor-Leste pode gastar do Fundo, sem esgotar o seu saldo a longo prazo.

O Governo define a gestão global e estratégia de investimento do Fundo, com um conselho consultivo independente a providenciar aconselhamento e assistência. O Fundo Petrolífero adoptou uma estratégia de investimento conservadora, que anteriormente consistia principalmente em investimentos em títulos do Tesouro dos Estados Unidos.

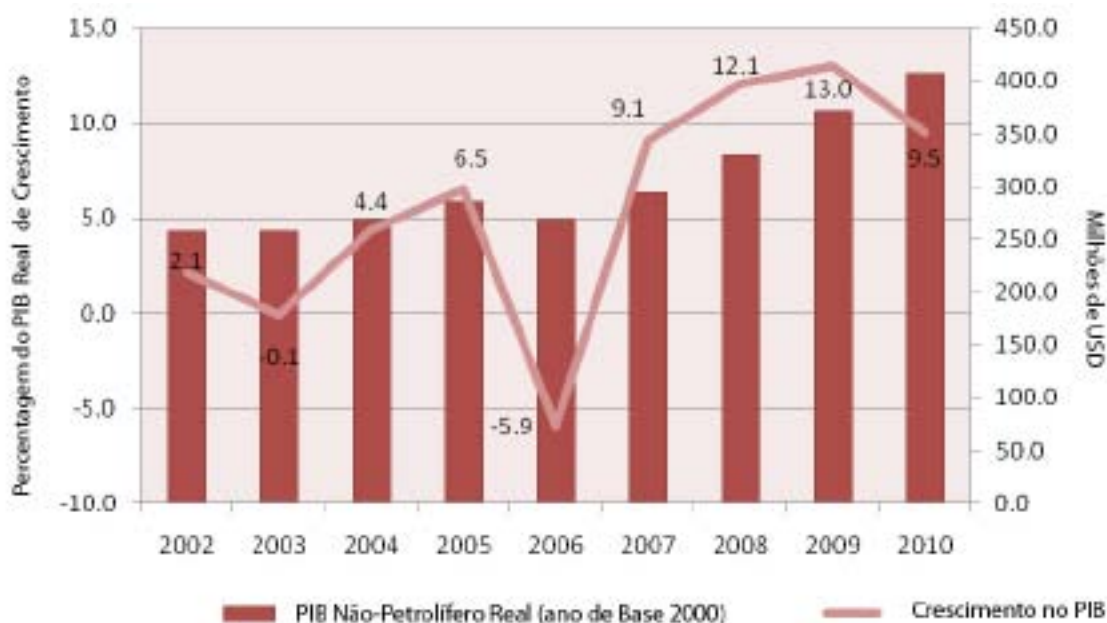
Esta estratégia provou ser muito eficaz durante a crise financeira global onde o Fundo preservou a sua riqueza e foi um dos Fundos Soberanos de Riqueza com melhor desempenho no mundo. A estratégia de investimento actual é adoptar um portfolio mais equilibrado e diversificado, incluindo uma variedade de títulos e acções internacionais, para assegurar a protecção da riqueza e permitir o crescimento.

O Fundo Petrolífero de Timor-Leste é um passo essencial para se assumir o controlo do nosso próprio futuro e tomar as nossas próprias decisões sobre a melhor maneira de gerir os nossos recursos naturais.

Crescimento Económico

Excluindo as receitas de petróleo e gás, a média de crescimento económico em Timor-Leste, de 2002 a 2010, foi de 5,6%. O crescimento ao longo deste período tem sido irregular e volátil e incluiu um crescimento negativo em 2006. Após o ano de 2007, as nossas taxas de crescimento aceleraram, em média, para valores de dois algarismos e temos experimentado um dos maiores crescimentos do mundo. As nossas taxas de crescimento económico, para o período de 2002 a 2010, encontram-se na figura 25.

Figura 25 PIB Não-petrolífero Real (Ano base de 2000), 2002 a 2010 (milhões de US\$) e crescimento



Fonte: Direcção Nacional do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças

O crescimento da economia tem resultado do aumento das despesas do sector público, bem como o investimento e produção do sector privado, nomeadamente nos sectores da agricultura, construção e serviços.

Estrutura da economia

Tal como foi observado anteriormente, a economia de Timor-Leste é dominada pela agricultura e pelo sector público. Apesar de a agricultura ter sido o maior sector no início do ano 2000, actualmente já foi ultrapassada pelo sector público. Isto aconteceu devido ao crescimento relativamente lento do sector agrícola, com uma média em torno dos 5% ao ano desde 2002, em comparação com um crescimento médio anual de 11% no sector público. O crescimento do sector público resulta da necessidade de Timor-Leste criar um funcionalismo público - e os serviços públicos e comunitários - de base. Durante o mesmo período, o sector dos serviços cresceu a uma taxa anual de 5,8%. A estrutura e o crescimento da economia de Timor-Leste podem ser vistos na figura 26.

Figura 26 PIB Não-petrolífero Real por sector a preços de 2000, 2002 a 2010 (milhões de US\$)



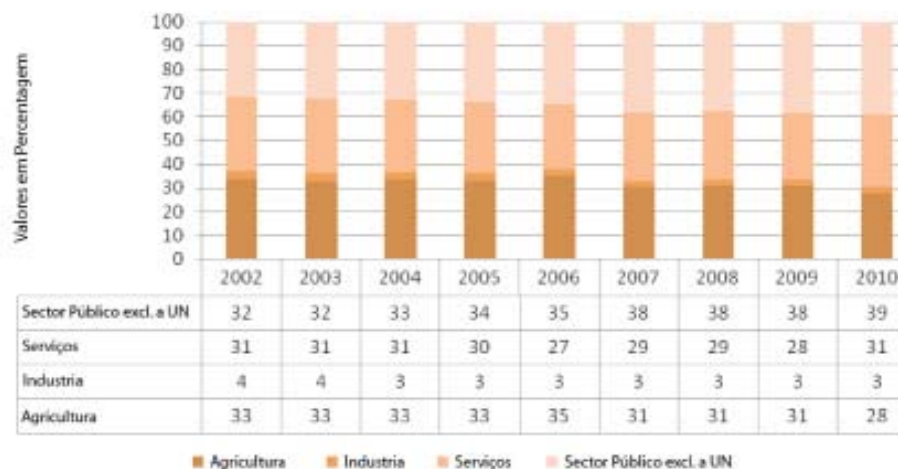
Fonte: Direcção Nacional de Macroeconomia, Ministério das Finanças, 2011 [Nota: os dados de 2010 são preliminares]

A estrutura da economia tem sido fortemente influenciada pela tradicional dependência de Timor-Leste da agricultura e pela aposta da política fiscal na construção da Nação, e em estabelecer a segurança e estabilidade em todo o país. O quadro fiscal do Governo foi definido tomando em consideração os objectivos e prioridades da política pública.

Tem sido adoptada uma política fiscal alargada para tratar de questões urgentes enfrentadas por Timor-Leste, incluindo o estabelecimento e extensão dos serviços centrais do Governo, a restauração e a construção de infra-estruturas básicas necessárias para a melhoria da saúde e bem-estar do nosso povo. Investimos também em actividades para promover o sector privado e o desenvolvimento nacional no sentido de criar uma Função Pública profissional e restaurar a confiança nos nossos sistemas e instituições públicas.

Esta abordagem considerada e deliberada sobre política fiscal, tem sido essencial para o país conseguir atingir a estabilidade e construir uma base para o futuro desenvolvimento social e económico. Esta abordagem irá continuar enquanto Timor-Leste desenvolve as infra-estruturas produtivas e básicas, que nos permitirá construir a nossa Nação, abordar os desafios e prioridades nacionais. Esta abordagem permitirá também que a Nação trabalhe no sentido do cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. O resultado da nossa política fiscal alargada sobre a estrutura da economia encontra-se na figura 27.

Figura 27 PIB Não-petrolífero Real por sector a preços de 2000, 2002 a 2010 (percentagem)



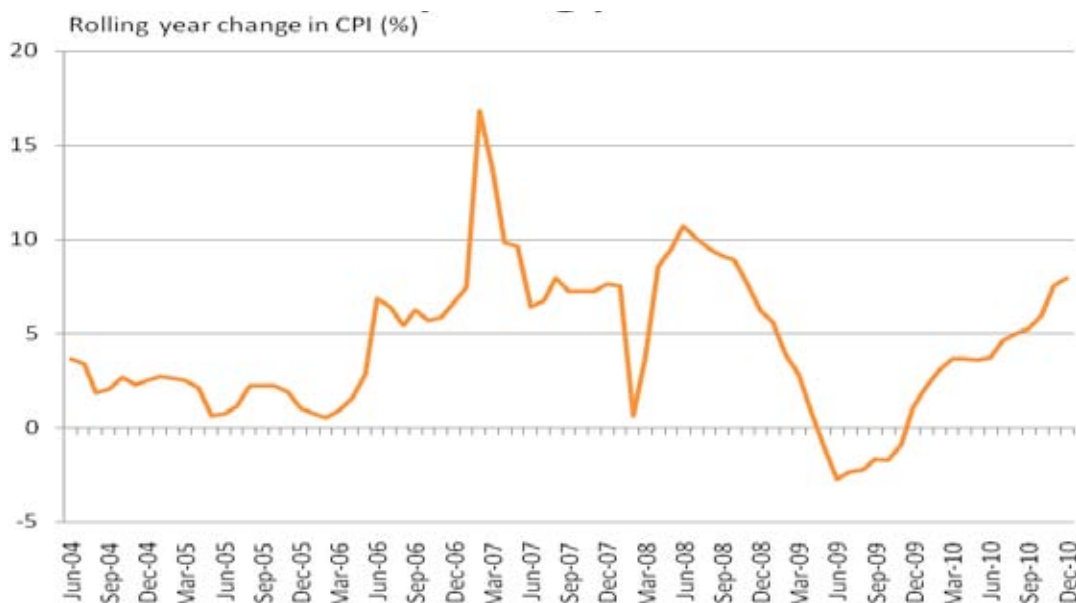
Fonte: Direcção Nacional de Macroeconomia, Ministério das Finanças, 2011. [Nota: os dados de 2010 são preliminares]

Apesar do alargamento da nossa Função Pública, levado a cabo com o objectivo de providenciar serviços e apoio à governação, ter sido essencial para o nosso desenvolvimento, esse crescimento é insustentável a longo prazo. O Plano Estratégico de Desenvolvimento inclui uma série de estratégias e acções, que garantem que a estrutura da economia se altera a longo prazo, incluindo a promoção de níveis mais elevados de actividade do sector privado e a atracção de novas empresas para Timor-Leste (ver Capítulo 4).

Inflação

A economia de Timor-Leste tem tido taxas de inflação e de crescimento voláteis, reflectidas nos níveis de procura, capacidade de oferta e o valor relativo do dólar norte-americano. Um factor em particular, que explica o contraste entre as taxas de inflação de 2008 e 2009, é o preço internacional dos alimentos. A crise internacional de 2008, sobre os preços dos alimentos, causou um pico na inflação e ilustrou a vulnerabilidade da nossa economia às condições externas. Isto também está reflectido no aumento substancial dos preços dos alimentos, vestuário e calçado, em 2010.

Figura 28 Taxa de Inflação em Timor-Leste, Taxas Mensais



Fonte: Direcção Nacional de Estatística, Ministério das Finanças, 2011.

A estrutura da economia tem sido fortemente influenciada pela tradicional dependência de Timor-Leste tem tido grande sucesso em manter a inflação sob controlo, a manutenção desta situação será um desafio para as políticas no futuro, à medida que a economia e a procura se expandem e a volatilidade dos preços das mercadorias e dos alimentos se mantém nos mercados internacionais. Para enfrentar este desafio, será importante centrar as nossas despesas de capital e correntes em infra-estruturas produtivas e no desenvolvimento de recursos humanos, para aumentar a capacidade de oferta e reduzir os obstáculos na indústria e comércio.

Posição Geográfica

Timor-Leste tem a sorte de ser parte da crescente região do Este Asiático, que lidera muito do crescimento mundial. Nós também desfrutamos de fortes laços económicos com algumas das grandes economias emergentes mundiais, incluindo a China e a Indonésia.

Timor-Leste pretende aderir à Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Com cerca de 600 milhões de pessoas e um PIB de aproximadamente 2 biliões, a ASEAN fornece um grande potencial de mercado para Timor-Leste. Com movimentos a serem realizados, no sentido de instituir a Comunidade Económica da ASEAN em 2015, outras oportunidades económicas tornar-se-iam disponíveis para Timor-Leste como membro desta organização regional.

Figura 29 Timor-Leste na região do Este Asiático



Fonte: PNUD

OLHANDO PARA O FUTURO

O nosso objectivo é que Timor-Leste se torne um país de rendimento médio-alto em 2030, reduzindo as diferenças com países vizinhos como a Indonésia, Tailândia e Malásia.

O Banco Mundial enumera quatro categorias para caracterizar a posição económica dos países:

- Países de baixo rendimento com um PIB per capita de menos de 996 dólares americanos.
- Países de rendimento médio baixo com um PIB per capita entre 996 e 3,945 dólares americanos.
- Países de rendimento médio alto com um PIB per capita entre 3,946 e 12,195 dólares americanos.
- Países de rendimento alto com um PIB per capita de mais de 12,195 dólares americanos.

Conduzir Timor-Leste para o grupo dos países de rendimento médio superior dentro de 20 anos vai exigir um aumento substancial no nosso PIB *per capita*. Atingir esse aumento, em 2030, vai exigir:

- Grande investimento público e privado em infra-estruturas básicas e produtivas, formando a base de uma economia de mercado forte e crescente, atraindo investidores nacionais e internacionais e apoiando as empresas locais de sucesso.

- Reforma e desenvolvimento do sector da agricultura, levando à substituição da agricultura de subsistência por uma agricultura comercial para pequenos proprietários.
- Auto-suficiência alimentar, com um mercado de exportação próspero numa gama de produtos agrícolas, incluindo alimentos básicos, pecuária, frutas e legumes e outras culturas de rendimento, produtos florestais e pesca.
- Uma base industrial considerável, apoiada no sector do petróleo, incluindo a produção de petróleo e gás e as indústrias downstream como a petroquímica.
- Um número crescente de pequenas indústrias, tais como processamento de alimentos, indústria de confecção, artesanato, artigos culturais e fabrico de móveis.
- Uma indústria de turismo e hotelaria forte e próspera composta por infra-estruturas melhoradas, empresas de turismo locais e mão de obra local especializada.
- Um sector de serviços alargado que proporcione emprego na área da saúde, educação, comércio, entretenimento e administração pública.
- Penetração da internet de banda larga e da mais recente tecnologia de telecomunicações, suportando e apoiando uma sociedade mais conectada e inovadora.
- Um número elevado de pequenas e micro empresas sustentáveis em sectores industriais em crescimento tais como o turismo, fabrico em pequena escala e culturas de rendimento de alto valor.
- A expansão de um sector financeiro que providencie capital para crescimento.
- Uma mão-de-obra mais instruída e qualificada, apoiando uma economia mais diversificada e dando ao povo timorense mais oportunidades de aumentar o seu rendimento e melhorar as suas vidas e o seu bem-estar.

Atingir estes resultados são algumas das metas primárias do Plano Estratégico de Desenvolvimento.

À medida que estas mudanças ocorrem, a urbanização vai aumentar e um maior número da nossa população viverá em, ou perto de, centros urbanos, o que permitirá o acesso a serviços de educação de alta qualidade, a cuidados de saúde, a infra-estruturas e a serviços públicos. Isto irá conduzir a melhorias na saúde e bem-estar do nosso povo e promover o acesso a oportunidades de participação no crescimento económico de Timor-Leste.

Como parte da nossa meta de nos tornarmos um país de rendimento médio-alto, em 2030, temos também como objectivo erradicar a pobreza extrema. Como muitos dos timorenses extremamente pobres vivem em áreas rurais, as estratégias e acções que temos para expandir e modernizar o nosso sector agrícola e apoiar o desenvolvimento económico rural será fundamental para retirar as pessoas da pobreza.

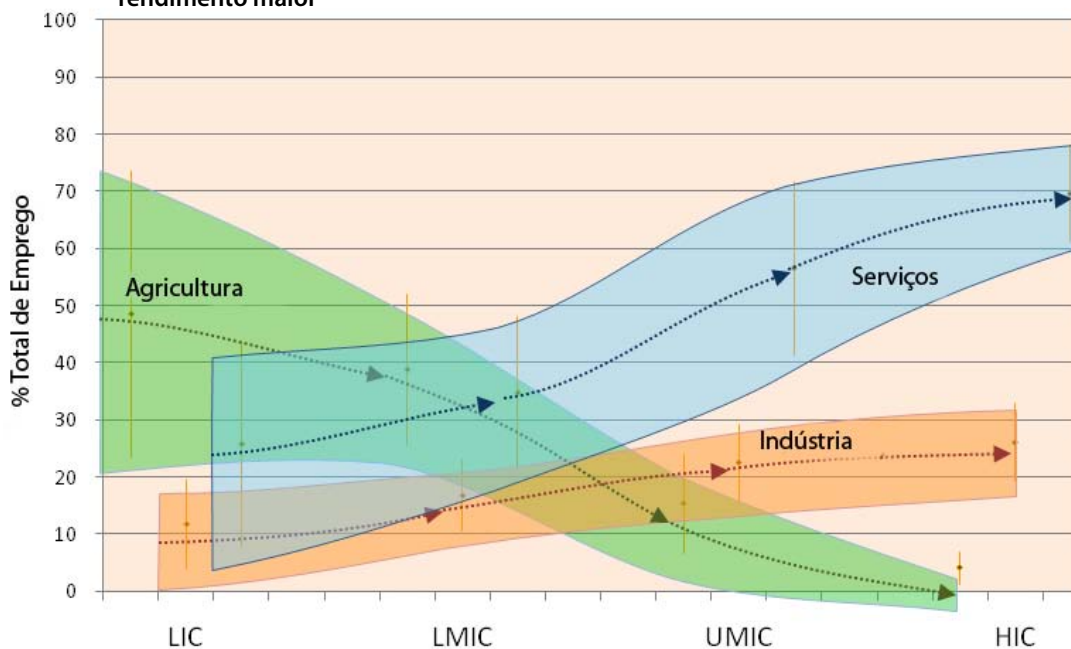
Reestruturar a Economia

Para alcançar a nossa visão económica, teremos de transformar a estrutura da economia de Timor-Leste - afastando-nos da tendência de sobrecarregar a agricultura e o sector público, e dirigirmo-nos em direcção a um sector privado em crescimento, indústrias estabelecidas e um sector de serviços em expansão. Também será necessário um sector agrícola mais eficiente.

As estratégias económicas e acções no Plano Estratégico de Desenvolvimento são desenhadas para provocar essa mudança estrutural. Isto inclui acções para desenvolver os nossos recursos humanos através da educação e formação, fornecer capital ao sector privado através de um Banco Nacional de Desenvolvimento e iniciativas do sector financeiro, melhorar o ambiente empresarial através de reformas legislativas e focar no desenvolvimento de indústrias estratégicas do sector privado. Juntamente com o desenvolvimento de infra-estruturas básicas e produtivas para fornecer uma base para o crescimento, o Plano Estratégico de Desenvolvimento irá precipitar uma reestruturação sustentada da economia de Timor-Leste.

Esta transformação resultará numa mudança na procura de trabalho e de qualificações, e alterações nos padrões de emprego. A isto seguir-se-á uma mudança no emprego sectorial, de uma economia baseada na agricultura para a uma economia baseada na indústria e serviços, tal como indicado na figura 30. O Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano (ver Capítulo 2 - Educação e Formação) foi estabelecido para responder a essas mudanças evolutivas da procura de trabalho, que seguirão a mudança da estrutura da nossa economia. A experiência internacional tem demonstrado que, à medida que os países passam do estatuto de rendimento baixo para o de rendimento médio, há um declínio gradual no emprego agrícola e uma subida na procura de trabalho nos sectores da indústria e serviços.

Figura 30 Deslocação do Emprego por sector, de um país de rendimento baixo para um país de rendimento maior



Fonte: Modelo Construído para o Plano Estratégico de Desenvolvimento

No entanto, Timor-Leste é predominantemente agrícola e o nosso foco político deve ser primeiro desenvolver a eficiência e a produtividade deste sector. O desenvolvimento de indústrias, neste sector, será um importante primeiro passo para a industrialização, para alcançar a condição de rendimento médio-alto, o que vai exigir tanto um aumento da produção agrícola como do desenvolvimento de um sector industrial.

Como referido anteriormente, enquanto os níveis actuais de despesa pública forem os impulsionadores primários da economia - e necessários para construir uma base para o desenvolvimento social e económico - os mesmos não são sustentáveis a longo prazo. Ao longo do tempo, as despesas e a formação de capital doméstico do sector privado terão de suplantar as despesas do Governo como o principal impulsionador do crescimento económico. Esta mudança na estrutura da economia de Timor-Leste será facilitada tanto pelo Fundo das Infra-Estruturas como pelo Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano.

A transição na estrutura da nossa economia também verá os serviços privados ultrapassar os serviços públicos, como uma parte do sector de serviços.

Estabelecendo metas económicas

A aplicação de modelos económicos tem sido levada em conta, no desenvolvimento do Plano Estratégico de Desenvolvimento, para identificar metas macroeconómicas credíveis e exequíveis, para o futuro crescimento e desenvolvimento económico de Timor-Leste. Os modelos mencionados usam dados económicos históricos de Timor-Leste, complementados por experiências de outros países com circunstâncias semelhantes.

No entanto, a previsão económica e a definição de metas, para períodos plurianuais e de multi-décadas, estão sempre sujeitas a incertezas e são vulneráveis a circunstâncias económicas externas, bem como a acontecimentos nacionais. Como tal, é impossível prever, com certeza, condições económicas futuras. Os governos têm de ser flexíveis e dar resposta a mudanças do ambiente económico global, bem como a acontecimentos e tendências nacionais. Assim, o cumprimento das metas do Plano Estratégico de Desenvolvimento não é garantido, no entanto, as metas não são irrealistas, dado o forte desempenho económico de Timor-Leste, ao longo dos últimos quatro anos, e as tendências dos indicadores na generalidade da economia global.

Os modelos económicos são também baseados em determinados pressupostos, sobre as futuras circunstâncias sociais e económicas, o que irá influenciar a precisão de metas futuras. Estas suposições incluem:

- Haverá, no sector público, uma gestão capaz de executar as despesas do orçamento de forma eficaz, com uma taxa de execução de pelo menos 95%.

- A eficiência da despesa do sector público e privado vai melhorar, o que se reflectirá numa melhoria do índice de capital investido (ICORs – Incremental Capital Output Ratios) para ambos os sectores.
- As taxas de inflação permanecerão bem abaixo dos dois dígitos e na faixa dos 4% a 6% a longo prazo.
- A receita fiscal vai continuar a aumentar, devido ao aumento do investimento no sector privado e melhorias nas infra-estruturas básicas, produtividade e eficiência de todos os sectores da economia.
- As despesas correntes, inclusive sobre os salários do serviço público, serão prudentes.
- O desenvolvimento extensivo dos recursos humanos irá ocorrer em todos os principais sectores industriais.

Despesa Pública

O pressuposto principal da aplicação dos modelos, refere-se aos níveis de despesa pública e ao aumento dos gastos previstos para as áreas da educação, saúde, segurança alimentar, habitação e infra-estruturas básicas em todo o território nacional. Os níveis da despesa previstos, de acordo com as receitas alvo, são estabelecidos na tabela 11.

Tabela 11 Metas para as Receitas e Despesas, de 2010 a 2030 (\$ milhões)

COMPONENTES	2010	2015	2020	2025	2030	Total 2011-2030
TOTAL RECEITAS	907.4		1,356.3	1,445.5	1,754.0	28,138.5
Receitas Domésticas Não Petrolíferas	96.4	163.7	324.4	594.0	1,072.4	8,606.1
Levantamentos do Fundo do Petróleo	811.0		1,031.9	851.5	681.6	19,532.4
TOTAL DESPESAS	758.2		1,355.9	1,446.5	1,753.6	28,138.5

Nota: O levantamento extra, de 149 milhões de dólares americanos, do Fundo Petrolífero em 2010 foi acumulado, como parte do Fundo das Infra-Estruturas no Orçamento do Estado para 2011]

Fonte: Direcção Nacional de Macroeconomia, com excepção dos valores referentes a 2010 que são da Direcção Nacional do Tesouro - Ministério das Finanças, 2011

A Tabela 11 mostra metas para as receitas não petrolíferas entre, 2010 e 2030 (a figura de 2010 é actual), com base na recuperação de uma percentagem conservadora da economia de Timor-Leste em crescimento.

O Governo segue um cenário de antecipação, em que levantamentos superiores ao RSE são inicialmente mais altos, caindo para zero à medida que as receitas não petrolíferas e o investimento do sector privado aumentam. De acordo com este cenário, o saldo do Fundo Petrolífero, em 2020, será de 18,3 mil milhões de dólares e de 22,9 mil milhões de dólares em 2030. O RSE em 2030 será de 681,6 milhões de dólares (calculado tendo em conta os levantamentos anteriores acima do RSE).

No entanto, note-se que o Plano Estratégico de Desenvolvimento não é um documento de orçamento. Como observado no Plano de Desenvolvimento Nacional de 2002: “um plano que é forçado a ser um orçamento não é um plano, mas um processo de dotação”. O plano não compromete futuros Governos e o Parlamento Nacional a uma dotação orçamental específica em determinado ano. O modelo, que foi tido em conta para o Plano Estratégico de Desenvolvimento, identifica o âmbito das despesas, necessárias nos próximos 20 anos, para atingir as nossas metas e produzir um crescimento económico forte, necessário para construir a nossa Nação. A tabela 11 mostra apenas a ordem dos gastos públicos necessários para estimular um crescimento económico de dois dígitos, durante a próxima década, e um cenário de crescimento moderado para a década seguinte. A diferença, com o cenário de alto crescimento, é o aumento da receita doméstica, que irá complementar os levantamentos do Fundo Petrolífero.

Fontes de receitas –petrolíferas e não petrolíferas

As principais fontes de receita de Timor-Leste são provenientes da nossa riqueza em recursos como petróleo e gás natural, assim como dos impostos e taxas do Estado:

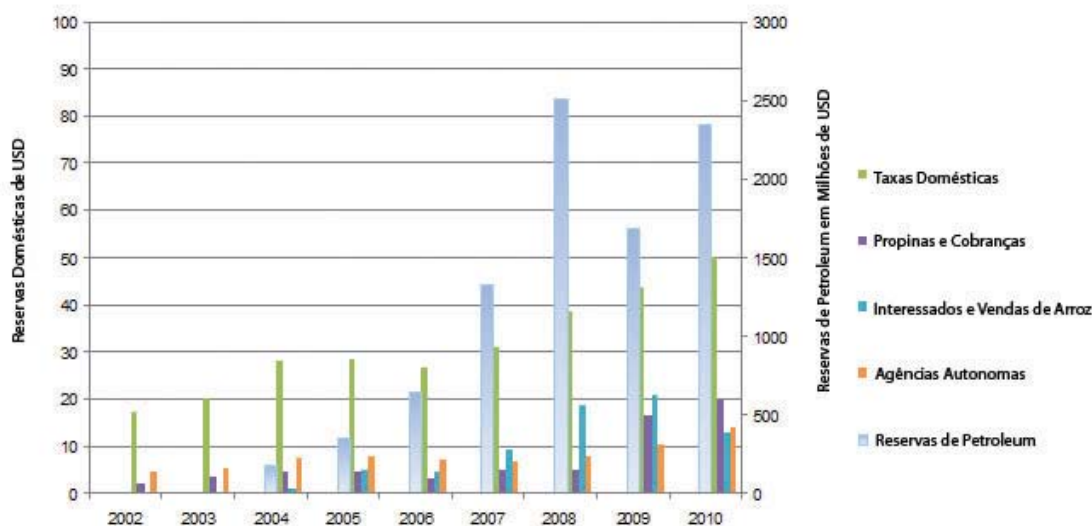
Receita de impostos – a base da tributação em Timor-Leste é actualmente pequena, em relação à contribuição do sector do petróleo e gás. No entanto, com a expansão da economia e do sector privado, os impostos e outras formas de receita doméstica vão continuar a crescer e a contribuir mais para o financiamento público. Com o desenvolvimento da economia, prevê-se que a base tributária se afastará da concentração actual em receitas alfandegárias e do comércio, para se concentrar mais na contribuição dos impostos sobre o rendimento e ganhos de capital. Isto permitirá que a reforma tributária seja realizada, para alargar a base de tributação e aumentar as receitas do Estado.

Receitas domésticas não tributárias

Fontes de receitas domésticas não fiscais incluem rendimentos provenientes dos organismos autónomos, tais como a Electricidade de Timor-Leste (EDTL). Prevê-se que esta fonte de receita aumente, à medida que o Estado considera o estabelecimento de autoridades legais para gerir instituições ou empresas do Estado numa base mais comercial (ver Capítulo 5 – Quadro Institucional. Gestão e Boa Governação do Sector Público. Outras receitas domésticas não tributárias incluem itens como os rendimentos provenientes da venda de arroz.

A figura 31 apresenta a composição das receitas do Estado em anos anteriores, ilustrando a forte dependência actual em receitas de petróleo.

Figura 31 Receitas do Estado (incluindo petróleo e gás)



Fonte: processado a partir do Orçamento Geral do Estado de Timor-Leste para 2010

Receitas do Petróleo e Gás

O principal campo de petróleo de Timor-Leste é o Bayu-Undan na Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero (ACDP), que continuará a ser uma fonte de receita até 2025. Um campo adicional, Kitan, contém cerca de 34,5 milhões de barris de petróleo e irá começar a gerar receitas em 2011, prevendo-se que este campo se esgote em 2017. A receita projectada de Bayu-Undan e Kitan consta na figura 32.

Figure 32 Projecção de receitas provenientes de Bayu-Undan e Kitan



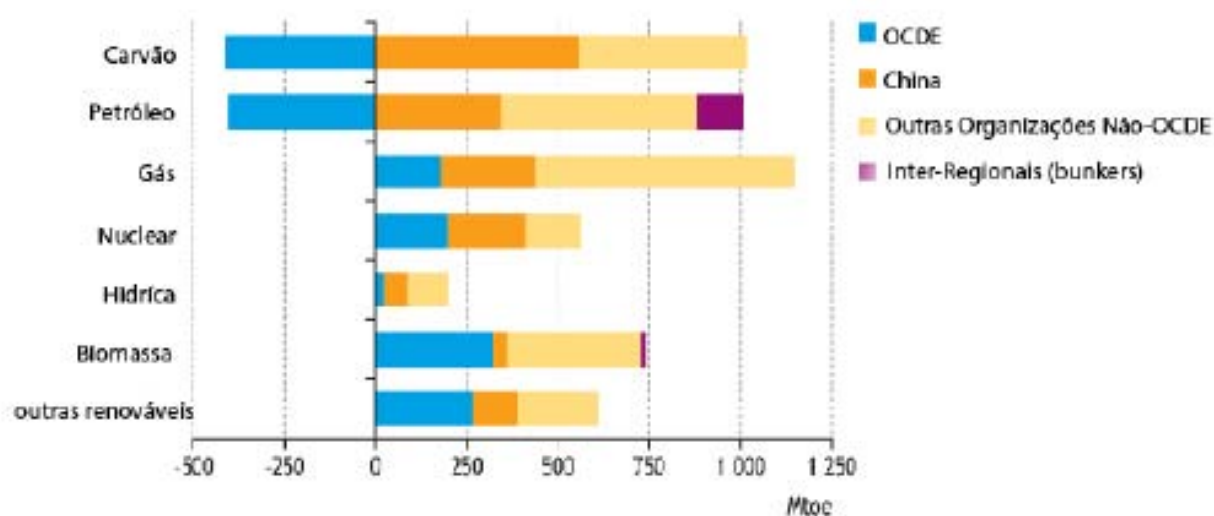
Fonte: Direcção Nacional do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças

O campo de petróleo e gás, *Greater Sunrise*, contribuirá significativamente com futuros retornos quando começar a produzir, e existe também o potencial para a descoberta de recursos naturais futuros. O desenvolvimento do *Greater Sunrise* e de potenciais campos adicionais irá conduzir o desenvolvimento económico do litoral sul.

Os modelos utilizados, para o Plano Estratégico de Desenvolvimento, assumem que uma indústria “downstream” de derivados de petróleo, incluindo o GPL (Gás de Petróleo Liquefeito), petroquímicas, refinarias, fertilizantes e outros sectores petrolíferos irão adicionar 2,5 mil milhões de dólares por ano à economia doméstica.

Os retornos dos recursos petrolíferos de Timor-Leste são afectados pelos preços mundiais do petróleo. Como preços futuros do petróleo são extremamente difíceis de prever, é quase impossível determinar, com um grau elevado de precisão, qual a futura receita do nosso Fundo Petrolífero. Embora as nossas projecções das receitas petrolíferas sejam conservadoras, existe uma possibilidade de longos períodos de preços altos do petróleo, ao longo das próximas duas décadas, o que aumentaria substancialmente receitas petrolíferas e a nossa capacidade orçamental. Períodos de preços elevados de petróleo serão conduzidos, em parte, pela crescente procura das economias emergentes do mundo, como reflectido na figura 33.

Figure 33 Aumento da Procura de Energia Primária por Combustível e Região, 2011-2035



Fonte: Direcção Nacional do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças

No futuro, num cenário de baixa produção, está previsto que se extraia do campo de *Bayu-Undan* mais 624 milhões de barris de petróleo, com os níveis de produção a diminuir gradualmente antes de se esgotar em 2025. Com o campo *Kitan* também próximo de iniciar a produção na segunda parte de 2011, as receitas do sector do petróleo são estimadas em 1,99 mil milhões de dólares em 2011 e 2,04 mil milhões de dólares em 2012.

Em 2015 e 2020, projecta-se que as receitas sejam de 1,90 mil milhões de dólares e 1,60 mil milhões de dólares, respectivamente. Em estimativas conservadoras, a receita total projectada para a restante vida de *Bayu Undan* e *Kitan* é de 22 mil milhões de dólares. O campo do *Greater Sunrise* e outros potenciais descobertas, no futuro, aumentarão substancialmente as nossas estimativas das receitas do petróleo para as próximas duas décadas.

Subvenções e empréstimos

Para financiar as despesas do Estado, e projectos de infra-estruturas em particular, serão considerados empréstimos concessionais. Estes poderão oferecer opções favoráveis de financiamento público, para apoiar programas de infra-estruturas, tais como a reabilitação de estradas e pontes.

No futuro – à medida que o sector financeiro se desenvolve e a nossa economia se expande - a emissão de dívida pública também poderá ser considerada, como uma fonte de financiamento alternativa.

Financiamento privado

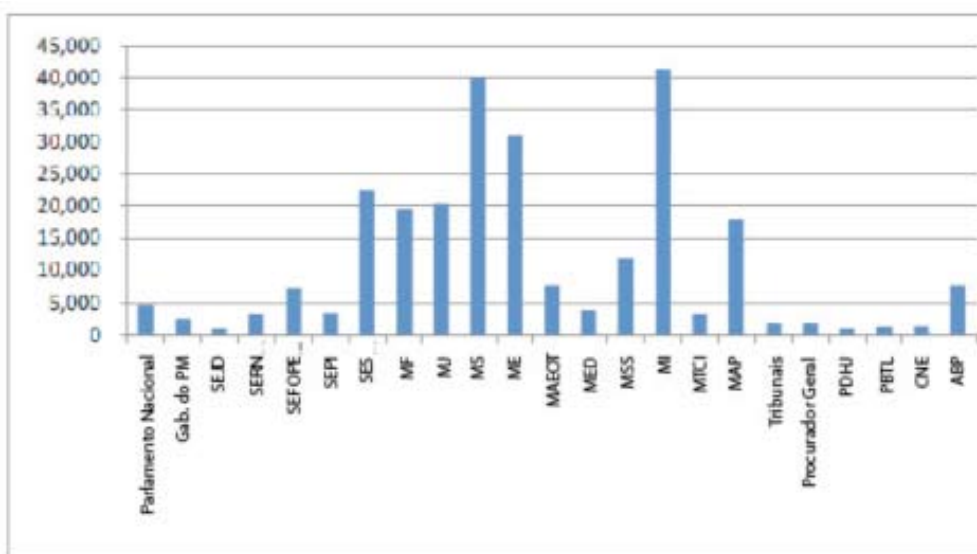
Um outro mecanismo de financiamento a ser explorado, para financiar o programa de infra-estruturas do Plano Estratégico de Desenvolvimento, é o das Parcerias Público-Privadas. Num acordo de Parcerias Público-Privadas, não existe recurso imediato ao erário público, pois o financiamento das infra-estruturas é providenciado pelo sector privado. No entanto, é normalmente necessário que o sector público efectue pagamentos regulares e periódicos ao investidor privado. Os pagamentos ocorrem quando as infra-estruturas estão construídas e a operar em conformidade com as condições especificadas no contrato de Parceria Público-Privada.

Qualquer Parceria Público-Privada deve proporcionar uma melhor relação qualidade / preço para os projectos, do que se fosse o Estado a fazer. Em alguns casos, as infra-estruturas e os serviços de infra-estruturas prestados pelo sector privado podem ser mais eficientes, quando os ganhos, na eficiência e na gestão especializada, superam os custos mais elevados de financiamento incorridos pelo investidor privado. As Parcerias Público-Privadas também permitirão a expansão do sector privado em Timor-Leste e poderão ser considerados para projectos tais como o desenvolvimento de portos e aeroportos.

Despesas dos parceiros de desenvolvimento

Timor-Leste tem a sorte de poder contar com uma grande quantidade de parceiros de desenvolvimento generosos, que também irão prestar apoio e assistência financeira, para nos ajudar a atingir os nossos objectivos de desenvolvimento. Essa assistência é prestada em todas as áreas do Governo e é uma contribuição significativa para a nossa Nação. A distribuição da assistência para desenvolvimento dos ministérios e organismos do Estado está ilustrada na figura 34.

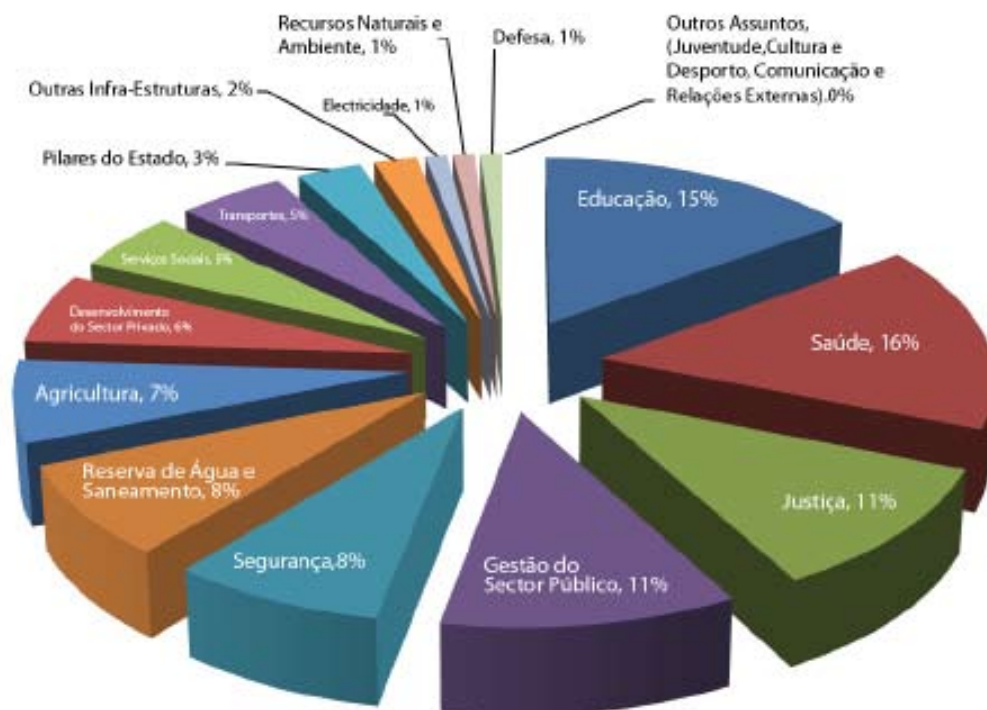
Figura 34 Afecção do Fundo dos Parceiros de Desenvolvimento em 2010



Fonte: Ministério das Finanças de Timor-Leste, 2010

Em 2010, essa assistência foi dirigida principalmente a seis áreas: saúde - 40 milhões de dólares (16%), educação - 38 milhões de dólares (15%), justiça - 28 milhões de dólares (11%), gestão do sector público - 27,4 milhões de dólares (11%), água e saneamento - 21,2 milhões de dólares (8%) e segurança - 21,0 milhões de dólares (8%). Esta distribuição está ilustrada na figura 35.

Figura 35 Figura 35 -Afectação dos Fundos por sector, em 2010



Fonte: Ministério das Finanças de Timor-Leste, 2010

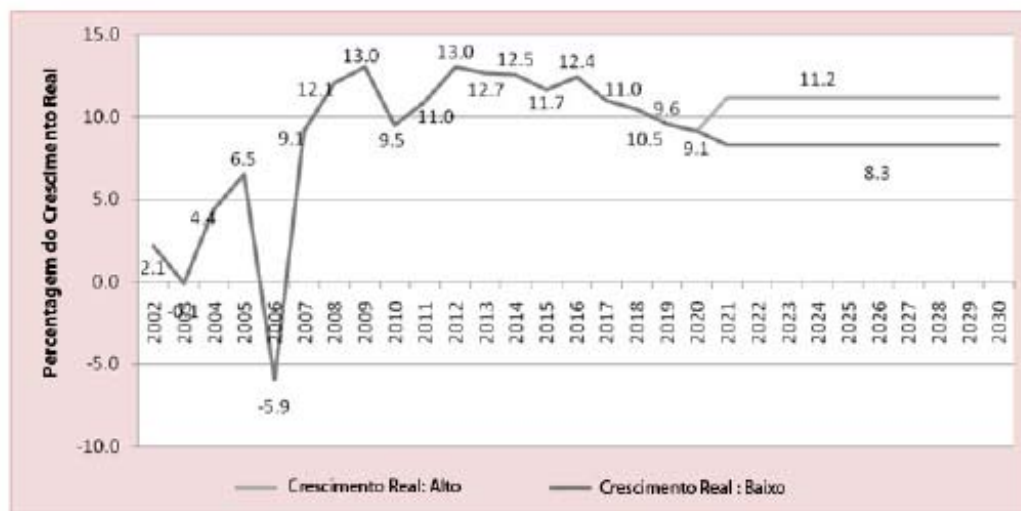
Metas de crescimento económico

O modelo macroeconómico, adoptado na elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento, é baseado nos pressupostos acima referidos, bem como na expectativa (especialmente no que se refere à segunda década) de que a proporção de gastos do Governo diminui, à medida que se expande a actividade do sector privado.

O modelo referido também assume que a produtividade do sector agrícola em Timor-Leste irá aumentar; que haverá um crescimento das indústrias e fabrico de pequena escala; e que haverá mais investimento privado no sector do petróleo e gás, em resposta às medidas tomadas através dos Plano Estratégico de Desenvolvimento. Nestas circunstâncias, o modelo define uma meta de crescimento médio anual, em termos reais, de 11,3% para 2020 e de 8,3% para 2030. As metas de crescimento para 2030 constam da figura 36.

O modelo, para o cenário de crescimento moderado, indica que uma meta pode ser definida, para um aumento do rendimento *per capita* (incluindo receitas do petróleo) a partir de 2,560 milhões de dólares, em 2010, para cerca de 6,330 milhões de dólares, em 2030, o que significa um aumento médio de 4,8% ao ano.³ Excluindo as receitas petrolíferas, o PIB não-petrolífero *per capita* poderia ser direccionado para aumentar de 610 dólares, em 2010, para 2,030 de dólares, em 2020, e para 5,690 de dólares, em 2030. Este nível de rendimento colocaria Timor-Leste entre a categoria dos países de rendimento médio-baixo em 2014, e na categoria dos países de rendimento médio-alto no ano 2025 e seguintes.

Figura 36 Crescimento do PIB real não petrolífero (2002-2010) e metas para 2011-2030 (percentagem)



Fonte: Direcção Nacional de Macroeconomia, Ministério das Finanças, 2011

O modelo de cenário alternativo produz um resultado de crescimento alto, com um crescimento médio anual de 11,2%, para a segunda década do Plano Estratégico de Desenvolvimento. Este cenário de crescimento alto assume uma proporção maior de investimentos do sector privado e de aumento da produtividade. De acordo com este cenário, o PIB não-petrolífero *per capita* seria direccionado para aumentar de 610 de dólares em 2010 para 7,880 de dólares em 2030.

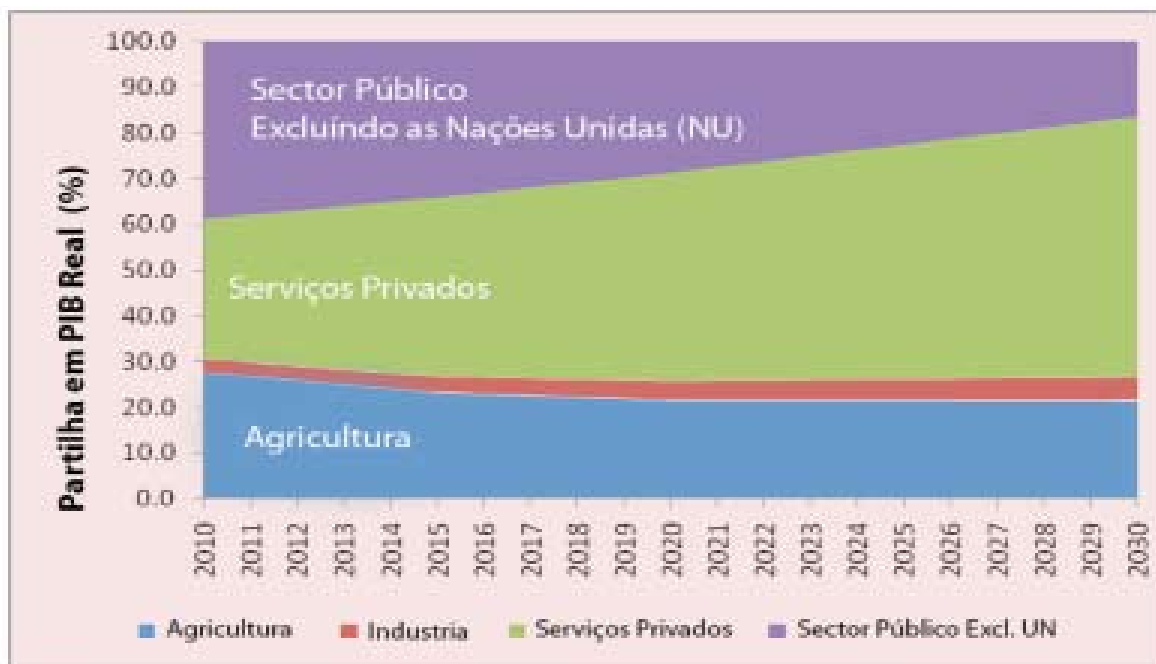
Tendo por base princípios conservadores, o modelo financeiro não inclui as receitas do *Greater Sunrise*. No entanto, quando este campo começar a produzir, irá fornecer uma maior flexibilidade orçamental e reduzir significativamente a necessidade de levantamentos do Fundo Petrolífero acima do RSE.

Ambos os cenários de crescimento alto e baixo têm em conta que o crescimento da produtividade da força de trabalho em Timor-Leste não será o ideal, no futuro próximo, devido principalmente ao baixo nível de habilitações, educação e experiência da nossa mão-de-obra. Com atenção acentuada no desenvolvimento dos recursos humanos adoptado pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento (ver Capítulo 2 - Educação e Formação), projecta-se que a produtividade média por trabalhador aumente ao longo do tempo.

Prevê-se que qualquer crescimento moderado da economia de Timor-Leste provoque mudanças na contribuição proporcional dos diferentes sectores para o crescimento económico. Ambos os cenários de baixo e alto crescimento económico apresentam um padrão semelhante que surge nas parcelas, de produção de cada sector principal, até 2030. A figura 37 mostra a mudança de direcção da estrutura da economia para os serviços do sector privado, afastando-se da agricultura e do sector público sob o cenário de menor crescimento.

3. Metas per capita são baseadas no pressuposto de que a taxa de crescimento populacional cai para 0.08 pontos percentuais por ano a partir de 2010.

Figura 37 Metas de partilha de produção do PIB não petrolífero, em percentagem do PIB a preços de 2000



Fonte: Modelo executado para o Plano Estratégico de Desenvolvimento

Metas para o emprego

Estas mudanças estruturais, na nossa economia, também irão fornecer oportunidades de emprego para o nosso povo. No espaço de uma década, a nossa força de trabalho aumentou em 35%, de 300,000 pessoas em 2001 para 405,000 pessoas em 2010. No entanto, enquanto se estima que cerca de 12,000 a 15,000 novos candidatos a emprego ingressam na força de trabalho anualmente, o sector privado actualmente oferece poucas oportunidades de emprego para essas pessoas que procuram emprego, a maioria dos quais são jovens. Além disso, a grande maioria dos Timorenses estão actualmente empregados em empregos de baixa produtividade na agricultura de subsistência.

À medida que a nossa economia muda e se desloca para sectores agrícola e de serviços do sector privado mais produtivos - e o investimento no nosso sistema de educação e formação constrói uma força de trabalho mais qualificada - o povo Timorense irá contribuir de maneira crescente para a nossa economia.

Em particular, está previsto que o crescimento do sector dos serviços crie oportunidades de emprego consideráveis para as mulheres. À medida que as economias se desenvolvem, o sector de serviços tende a expandir-se. Esta situação é ilustrada na tabela 12, que estabelece a taxa média de emprego no sector de serviços para países em diferentes etapas de desenvolvimento económico, acompanhada por projecções para a mistura do género no sector dos serviços em Timor-Leste até 2030.

Tabela 12 Variedade de emprego no sector de serviços em vários países e da condição estimada em Timor-Leste

Classificação	Variedade da % de emprego no sector de serviços						TIMOR-LESTE: emprego actual e futuro no sector de serviços
	Homens: % de homens MO**			Mulheres: % de mulheres MO**			
LIC*	3	–	60	0	–	65	2010: homens 16% - mulheres 17%
LMIC	20	–	60	15	–	70	2020: homens 30% - mulheres 40%
UMIC	40	–	65	40	–	100	2030: homens 50% - mulheres 70%
HIC	45	–	75	70	–	100	

* Países de rendimento baixo (LIC), países de rendimento médio baixo (LMIC), países de rendimento médio (UMIC) e países de rendimento alto (HIC)

** Mão-de-Obra / Fonte: Modelo criado para o Plano Estratégico de Desenvolvimento

No entanto, é esperado que a mistura de género seja mais equilibrada em relação ao emprego no sector industrial em crescimento, tal como estabelecido na tabela 13.

Tabela 13 Variedade de emprego no sector da indústria em vários países e condição estimada em Timor-Leste

Classificação	Variedade de % de emprego no sector da industria						TIMOR-LESTE: emprego actual e futuro no sector de serviços
	Homens: % de homens MO**			Mulheres: % de mulheres MO**			
LIC*	5%	–	5%	5%	–	15%	2010:homens 16% - mulheres 17%
LMIC	15%	–	15%	7.5%	–	30%	2020: homens 25% - mulheres 20%
UMIC	20%	–	20%	10%	–	25%	2030: homens 35% - mulheres 20%
HIC	25%	–	25%	7.5%	–	20%	

* Países de rendimento baixo (LIC), países de rendimento médio baixo (LMIC), países de rendimento médio (UMIC) e países de rendimento alto (HIC)

** Mão-de-Obra / Fonte: Modelo criado para o Plano Estratégico de Desenvolvimento

A experiência de outros países indica que o nível de emprego precário também diminui, à medida que os países se tornam mais fortes economicamente. Os trabalhadores em situação precária incluem os que trabalham por conta própria ou os que contribuem para as suas famílias e aqueles que não têm um salário mensal garantido e baixo nível de segurança no emprego. O Plano Estratégico de Desenvolvimento também prevê que o nível de emprego precário em Timor-Leste reduza dos níveis actuais de 78,5% para as mulheres e 65,9% para homens em 2020, para 40% em 2020 e 25% em 2030, para ambos os sexos.

Estas reduções substanciais no nível de empregos precários será uma importante contribuição para atingir a nossa visão de erradicar a pobreza extrema em Timor-Leste até 2030.

ORIENTAÇÕES MACROECONÓMICAS E O PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO

O Plano Estratégico de Desenvolvimento irá influenciar a orientação geral da futura política fiscal e económica em Timor-Leste. Em particular, o plano inclui estratégias e acções destinadas a alcançar a nossa visão económica, e reestruturar e diversificar a nossa economia, conforme descrito na tabela 14.

Tabela 14 Apoio do Plano Estratégico de Desenvolvimento para as orientações macroeconómicas

VISÃO ECONÓMICA EM 2030	CAPÍTULO DO PED	ÁREA DE ACÇÃO
Investimento em infra-estruturas básicas	Capítulo 3 – Desenvolvimento de Infra-estruturas	Estradas e pontes Água e saneamento Electricidade Telecomunicações
Bloqueios removidos	Capítulo 3 – Desenvolvimento de Infra-estruturas	Portos marítimos Aeroportos
Penetração de banda larga	Capítulo 3 – Desenvolvimento de Infra-estruturas	Telecomunicações
Economia de mercado e sector privado forte	Capítulo 4 – Desenvolvimento da Economia	Telecomunicações
Reforma do sector agrícola	Capítulo 4 – Desenvolvimento económico	Desenvolvimento rural Agricultura
Auto-suficiência alimentar	Capítulo 4 – Desenvolvimento económico	Agricultura
Indústria de base apoiada pelo sector petrolífero	Capítulo 2 – Capital Social Parte 4 – Desenvolvimento Económico	Petróleo
Indústrias pequenas	Capítulo 2 – Capital Social	Cultura e Património Direcções da política económica
Pequenos e micro negócios	Capítulo 4 – Desenvolvimento económico	Agricultura Direcções da política económica
Sector do turismo próspero	Capítulo 4 – Desenvolvimento económico	Turismo
Mão-de-obra educada e com habilitações	Capítulo 2 – Capital social	Educação e Formação





CAPÍTULO

7

CONCLUSÃO E ETAPAS DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO



O Plano Estratégico de Desenvolvimento, para Timor-Leste, estabelece uma visão e acções que nos guiarão no desenvolvimento até 2030.

CAPÍTULO 7 CONCLUSÃO E ETAPAS DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO

O Plano Estratégico de Desenvolvimento estabelece uma visão e acções que nos guiarão no desenvolvimento de Timor-Leste até 2030. É um plano abrangente que precede uma consulta extensa e o trabalho do nosso Povo. Baseia-se no progresso notável que temos feito, enquanto Nação, no processo de estabelecimento da paz e da construção do Estado.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento assenta no objectivo de Timor-Leste se tornar uma Nação com uma população instruída e qualificada, com cuidados de saúde de qualidade, boas infra-estruturas, um sector privado forte a operar numa economia diversificada e uma sociedade próspera com rendimentos, alimentos e abrigos adequados para todos.

À medida que continuamos a construir a nossa jovem Nação, é preciso garantir que o desenvolvimento e estrutura da nossa economia acompanham o desenvolvimento de Timor-Leste, enquanto uma democracia estável, e que ao nosso Povo sejam dadas todas as oportunidades para melhorar a sua vida e o bem-estar, através da adopção de novas oportunidades de educação, emprego e de negócios.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste é um conjunto integrado de políticas estratégicas, para serem implementadas a curto prazo (1 a 5 anos), a médio prazo (5 a 10 anos) e a longo prazo (10 a 20 anos). A figura 38 mostra as etapas do Plano até 2030.

As principais acções e metas para cada uma das três etapas estão definidas na tabela 16. Esta tabela não é uma lista exaustiva das acções a serem tomadas, de acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento, mas fornece um resumo útil sobre a direcção a seguir e as metas a atingir.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento estabelece o que precisa de ser feito, para alcançar a visão colectiva do Povo timorense, de uma Nação pacífica e próspera em 2030.

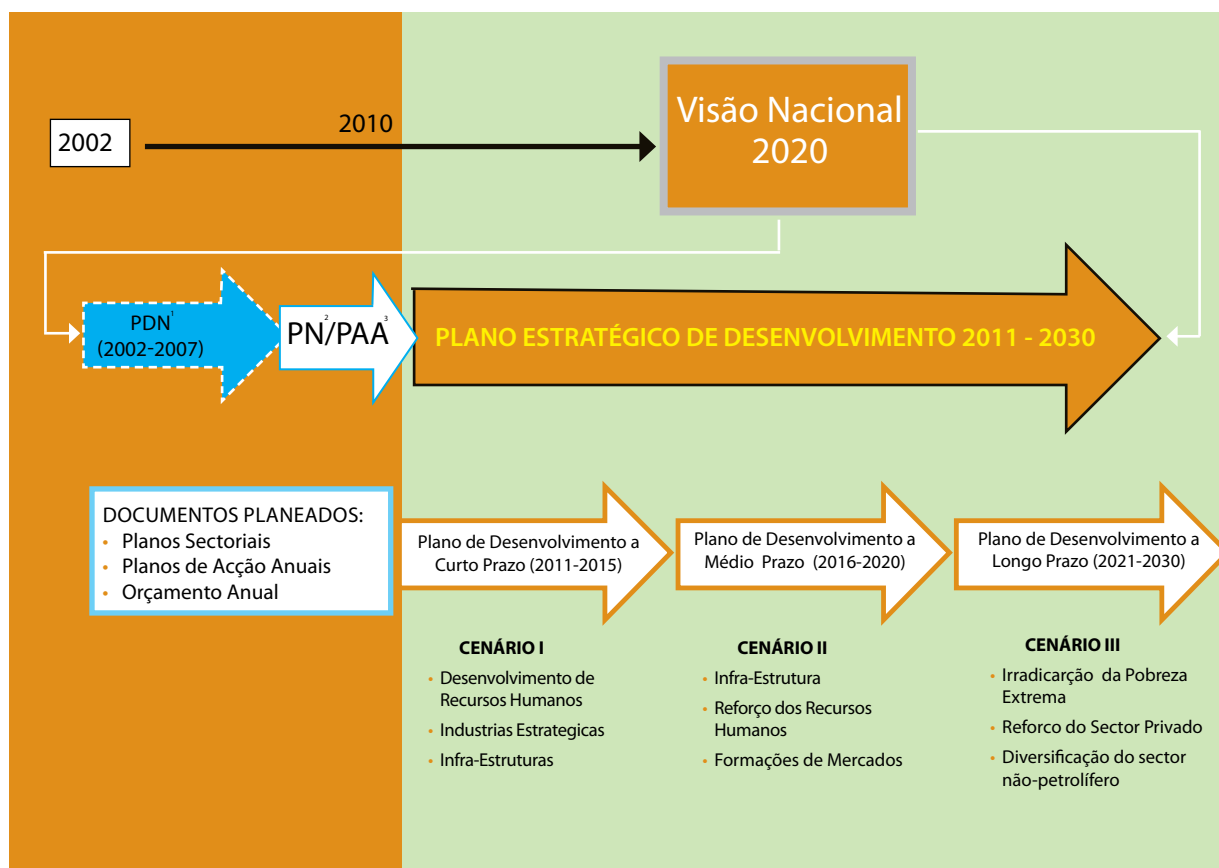
O Plano apresenta uma estrutura para identificar e avaliar as prioridades e um guia para a implementação de estratégias e acções recomendadas. No entanto, o sucesso da implementação do Plano exigirá a participação, a boa vontade e a determinação do Povo timorense.

Temos de juntar os nossos verdadeiros pontos fortes - a tenacidade, o engenho e a determinação, de modo a fortalecer a nossa Nação. O nosso Povo tem uma história de conquistas, face a grandes dificuldades e em circunstâncias em que nos disseram que não teríamos sucesso.

A libertação do nosso Povo e a obtenção da nossa soberania, necessitou de determinação contínua e grande sacrifício.

Hoje, enfrentamos um novo desafio para desenvolver a Nação, que tanto lutámos para obter. Com os mesmos valores e compromisso que trouxemos para a nossa luta pela Independência, e num espírito de solidariedade renovado, temos que trabalhar juntos para alcançar os nossos sonhos. Esta nova luta será difícil. É fácil identificar simplesmente os problemas e criticar planos de mudança. O caminho mais corajoso é reconhecer os nossos pontos fortes, desenvolver os sucessos alcançados e trabalhar juntos por um país melhor e um futuro melhor para o nosso Povo.

Figura 38 Etapas do Plano Estratégico de Desenvolvimento



1 - PDN- Plano Desenvolvimento Nacional
 2 - PN- Prioridades Nacionais
 3- PAA - Planos de Acção Anual

Tabela 15 Sumário das estratégias, acções e metas do Plano Estratégico de Desenvolvimento

	2015 (Curto Prazo)	2016-2020 (Médio Prazo)	2021-2030 (Longo Prazo)
[CAPÍTULO 2] CAPITAL SOCIAL			
<p>EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO</p> <p>Em 2030, o Povo de Timor-Leste será mais instruído e bem informado, com longa esperança de vida e produtiva, e terá acesso a uma educação de qualidade que lhe permita participar no desenvolvimento económico, social e político da nossa Nação.</p>	<p>Pelo menos metade de todas as crianças timorenses, meninos e meninas, entre os três e os cinco anos de idade, estarão matriculados e a receber uma educação pré-escolar de qualidade</p> <p>Terá sido desenvolvido um novo currículo nacional para o ensino pré-primário, com programas de formação de professores e manuais de aprendizagem aprovados</p> <p>Uma educação básica de qualidade estará disponível a 93% das crianças timorenses.</p> <p>Haverá uma mudança de paradigma na qualidade e relevância do ensino secundário, permitindo aos alunos adquirir as competências práticas para obterem emprego ou aprender o conhecimento científico-humanístico de base necessário para continuar os seus estudos no ensino superior.</p> <p>O analfabetismo em todas as faixas etárias da população terá sido reduzido e a introdução do Programa Nacional de Equivalências terá sido concluída, permitindo a conclusão acelerada da educação básica para todos os diplomados do ensino recorrente.</p> <p>Terá sido desenvolvido um Plano Técnico e Vocacional de Educação e Formação</p>	<p>Terá sido desenvolvida e implementada uma política de inclusão social na educação</p> <p>A UNTL terá sido alargada a sete faculdades</p> <p>Timor-Leste terá um sistema de ensino superior integrado e abrangente</p> <p>O novo sistema nacional de normas, registo e habilitações estará alargada a todos os distritos</p> <p>Terá sido implementado um acordo nacional de formação, viabilizando novas oportunidades de formação em Timor-Leste</p> <p>Estará em vigor uma Política Nacional do Trabalho, garantindo que as empresas nacionais e internacionais facultam oportunidades de formação</p> <p>Terá sido feito um investimento significativo na construção de centros de formação e no desenvolvimento de recursos humanos no sector da formação profissional</p> <p>Será estabelecido um Centro de Emprego e Orientação Profissional em cada distrito para prestar conselhos e serviços sobre emprego</p> <p>O sistema de educação e de formação profissional estará a formar os recursos humanos qualificados que Timor-Leste necessita para continuar a construção da nossa Nação.</p> <p>Serão estabelecidas medidas abrangentes para garantir o direito á educação por parte de grupos socialmente marginalizados e para permitir a igualdade de oportunidades de ensino independentemente .da etnia, formação linguística, condição socioeconómica, religião, género, saúde (VIH), deficiência ou localização (urbana / rural)</p>	<p>Todas as crianças, dos 442 sucos no país, terão acesso a instalações pré-escolares de boa qualidade localizadas a uma distância razoavelmente curta das suas casas</p> <p>Todas as crianças concluirão com êxito um curso completo de educação básica de qualidade, de modo a progredirem para o ensino secundário</p> <p>Todas as crianças terão a oportunidade de completar um ciclo completo de ensino secundário de qualidade</p> <p>Pessoas que completem o sistema de educação superior terão os conhecimentos e as habilitações necessárias para analisar, projectar, construir e manter as infra-estruturas sociais e económicas de Timor-Leste</p> <p>Todas as pessoas que estejam acima da idade escolar normal ou que não tenham frequentado a escola terão a oportunidade e acesso para completar tanto a educação básica como a secundária</p>

	2015 (Curto Prazo)	2016-2020 (Médio Prazo)	2021-2030 (Longo Prazo)
[CAPÍTULO 2] CAPITAL SOCIAL			
<p>SAÚDE</p> <p>Em 2030, Timor-Leste terá uma população mais saudável, resultado de um serviço de saúde abrangente e de grande qualidade, acessível a todos os Timorenses. Por sua vez, terá sido reduzida a pobreza, terão sido elevados os níveis de rendimento e melhorado a produtividade nacional.</p>	<p>Sucos com uma população entre 1.500 e 2.000 pessoas, localizados em áreas muito remotas, serão servidos de Postos de Saúde que entregarão um conjunto de serviços abrangentes</p> <p>A prestação de serviços de saúde por privados e por associações sem fins lucrativos será totalmente regulada e estará em conformidade com o sistema público de saúde</p> <p>70% das mulheres grávidas receberão cuidados pré-natais pelo menos quatro vezes e 65% das mulheres terão um parto assistido</p> <p>90% das crianças serão imunizadas contra a poliomielite, sarampo, tuberculose, difteria e hepatite B</p> <p>Haverá uma maior sensibilização sobre o HIV / SIDA, tuberculose, malária e outras doenças transmitidas por vectores</p> <p>80% dos surtos de malária serão controladas</p> <p>90% dos edifícios do Ministério da Saúde terão acesso a electricidade, água e saneamento básico</p>	<p>Todos os Postos de Saúde terão pelo menos um médico, dois enfermeiros e duas parteiras</p> <p>Haverá um Posto de Saúde para cada 1,000 a 5,000 pessoas</p> <p>Os Centros de Saúde dos sub-districtos prestarão cuidados saúde de 5.000 a 15.000 pessoas e farão a gestão de cerca de quatro Postos de Saúde</p> <p>Aldeias a mais de uma hora de distância a pé de um Posto de Saúde terão uma parteira local na aldeia ou um técnico de saúde comunitário, que tenha sido treinado pelo Ministério da Saúde</p> <p>Serviços de cuidados paliativos, renais e cardíacos estarão disponíveis no Hospital Nacional de Díli</p> <p>54 Centros de Saúde estarão localizados em distritos que não tenham hospitais</p> <p>A prioridade mudará dos serviços de saúde primários para a prestação de cuidados de saúde especializados</p>	<p>Haverá hospitais distritais em todos os 13 distritos</p> <p>Haverá um hospital com várias especialidades em Díli</p> <p>100% das instalações hospitalares estarão completamente equipadas e com funcionários preparados para a gestão de doenças crónicas</p> <p>100% dos serviços de saúde serão prestados em infra-estruturas funcionais, seguras, amigas do ambiente e sustentáveis</p> <p>Haverá serviços de saúde abrangentes e de grande qualidade, acessíveis a todos os Timorenses</p>
[CAPÍTULO 2] CAPITAL SOCIAL			
<p>INCLUSÃO SOCIAL</p> <p>Em 2030, Timor-Leste será uma Nação forte, coesa e progressiva, onde os direitos e interesses dos seus cidadãos mais vulneráveis são protegidos.</p>	<p>Um sistema de segurança social contributivo estará estabelecido garantindo uma pensão a todos os trabalhadores Timorenses</p> <p>A Lei sobre Cuidados e Adopção de Órfãos estará em vigor, juntamente com outras medidas de apoio a crianças vulneráveis</p> <p>Mais 40% das crianças portadoras de deficiência frequentará a educação básica</p> <p>Terá sido desenvolvido um conjunto de benefícios sociais para as famílias vulneráveis</p> <p>Um programa, do Estado, abrangente e de apoio continuará a assegurar que os veteranos vivem com dignidade e segurança económica, e que os seus filhos têm a oportunidade de terem sucesso na Nação que os seus pais lutaram para libertar</p> <p>Será incorporado um curriculum "sensível à igualdade do género" em todos os níveis do sistema de educação de Timor-Leste</p> <p>Terá sido estabelecido um Fundo Nacional da Juventude que providenciará apoio a projectos que suportem os jovens e o seu desenvolvimento</p>	<p>A proporção de mulheres na função pública e no Parlamento Nacional terá atingido pelo menos um terço</p> <p>75% das raparigas completarão o ensino básico com sucesso</p> <p>O Estado continuará a alargar os programas e projectos que apoiam e honram os nossos veteranos e as suas famílias</p> <p>A pesquisa extensa sobre a História da luta pela libertação nacional será preservada e celebrada pelo nosso Povo</p> <p>O Centro Nacional da Juventude terá sido construído em Díli e os Centros de Juventude Polivalentes estarão operacionais nas áreas rurais</p>	<p>Timor-Leste será uma sociedade justa em termos de género, onde a dignidade humana e os direitos das mulheres são valorizados, protegidos e promovidos pela nossa lei e cultura.</p>

	2015 (Curto Prazo)	2016-2020 (Médio Prazo)	2021-2030 (Longo Prazo)
[CAPÍTULO 2] CAPITAL SOCIAL			
<p>MEIO AMBIENTE</p> <p>Em 2030, terá sido restaurado o forte vínculo entre povo Timorense, o meio ambiente. Os nossos recursos naturais e o meio ambiente serão geridos de forma sustentável para benefício de todos.</p>	<p>A Lei de Bases do Ambiente será o quadro legal para a protecção e conservação do meio ambiente</p> <p>A Autoridade Nacional Designada para os mecanismos do Protocolo de Quioto e o Centro Nacional para Mudanças Climáticas estarão operacionais</p> <p>Viveiros comunitários plantarão um milhão de árvores por ano em todo o país</p> <p>A Lei Nacional da Biodiversidade e a Lei de Conservação da Fauna protegerão e conservarão a biodiversidade em Timor-Leste</p> <p>Os regulamentos sobre ar, ruído, poluição do solo e emissões de gases por veículos estarão em vigor</p> <p>Haverá um aumento da sensibilização pública para a protecção ambiental</p>	<p>70% dos Programas Nacionais de Acção para Adaptação, no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climáticas, terão sido implementados</p> <p>Nenhuma família em Díli precisará de cozinhar com lenha</p>	<p>Timor-Leste terá uma rede alargada de parques nacionais terrestres e marinhos que protejam amostras representativas da nossa biodiversidade</p>
[CAPÍTULO 2] CAPITAL SOCIAL			
<p>CULTURA E PATRIMÓNIO</p> <p>Em 2030, Timor-Leste terá um sector de indústrias criativas vibrante, que contribuirão significativamente para a nossa economia e o nosso sentido de identidade nacional.</p>	<p>O Museu e Centro Cultural de Timor-Leste e a Biblioteca Nacional e o Arquivo de Timor-Leste estarão operacionais</p> <p>Os Centros Culturais Regionais estarão localizados em Baucau, Oe-Cusse Ambeno, Ainaro, Maliana e Ataúro</p> <p>Haverá um programa regular de cinemas ao ar livre em vários locais em Díli e cada distrito terá acesso a cinemas itinerantes pelo menos uma vez por mês</p> <p>A Academia Nacional para as Artes Criativas estará operacional</p> <p>Haverá alojamento apropriado nos sucos espalhados pelo país para Turismo Cultural.</p>	<p>A Companhia Nacional de Teatro e Dança será estabelecida e realizará espectáculos regulares nas regiões</p> <p>Será leccionada uma licenciatura em Arquitectura na Universidade Nacional</p>	<p>Centros Culturais Regionais estarão localizados nos 13 Distritos.</p> <p>Cerca de 5% dos empregos em Timor-Leste estarão no sector das indústrias criativas</p>
[CAPÍTULO 3] DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS			
<p>ESTRADAS E PONTES</p> <p>Uma extensa e bem conservada rede de estradas de qualidade ligarão as nossas comunidades, promovendo o desenvolvimento rural, a indústria e o turismo e darão acesso aos mercados.</p>	<p>A ligação rodoviária de Díli-Manatuto-Baucau terá sido totalmente modernizada e ampliada de acordo com padrões internacionais</p> <p>A ligação rodoviária de Manatuto-Natarbora terá sido totalmente actualizado e ampliado de acordo com os padrões internacionais</p> <p>A ligação rodoviária de Díli-Liquiça-Bobonaro estará totalmente reabilitada</p> <p>As ligações rodoviárias de Pante Makassar – Oesilo Pante Makassar – Citrana Oesilo – Tumin estarão completadas</p> <p>Todas as estradas rurais terão sido reabilitadas por empresas locais</p> <p>Serão realizados anualmente Estudos de monitorização da condição das estradas em todas as estradas melhoradas para determinar as necessidades de manutenção</p> <p>O plano para uma Circular Rodoviária Nacional terá sido concluído</p>	<p>Todas as estradas nacionais e regionais terão sido totalmente reabilitadas de acordo com os padrões internacionais</p> <p>O projecto de reabilitação de Díli - Aileu – Maubisse - Aituto – Ainaro – Cassa terá sido completado</p> <p>O projecto de reabilitação de Suai – Cassa – Hatu Udo – Betano – Natarbora – Viqueque – Beaçó terá sido completado</p>	<p>A Circular Rodoviária Nacional estará concluída</p> <p>Terão sido construídas pontes novas para proporcionar o acesso a todos os eixos rodoviários nacionais e distritais, em quaisquer condições meteorológicas</p>

	2015 (Curto Prazo)	2016-2020 (Médio Prazo)	2021-2030 (Longo Prazo)
[CAPÍTULO 3] DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS			
<p>ÁGUA E SANEAMENTO</p> <p>Até 2030, todos os cidadãos em Timor-Leste terão acesso a água potável e saneamento básico.</p>	<p>O Objectivo de Desenvolvimento do Milénio que define 75% da população rural de Timor-Leste com acesso a água potável, fiável e sustentável, terá sido ultrapassado</p> <p>Haverá instalações sanitárias melhoradas disponíveis em 60% das áreas urbanas distritais</p> <p>A melhoria da operação e manutenção do sistema de drenagem de Díli resultará numa cidade mais limpa e na redução de inundações</p>	<p>Todas as casas com a possibilidade de terem casas de banho ligadas ao sistema de esgotos existente em Díli serão conectadas e outras casas terão fossas sépticas ou o acesso a instalações sanitárias comunitárias</p> <p>Todas as escolas públicas estarão ligadas a água potável canalizada</p> <p>Haverá infra-estruturas sustentáveis e apropriadas, devidamente operadas e mantidas, para a recolha, tratamento e eliminação de esgotos em Díli</p> <p>A Drenagem será melhorada nos 13 Distritos</p>	<p>Todos os sub-distritos terão aperfeiçoado os seus sistemas de drenagem</p> <p>Todos os distritos e sub-distritos terão sistemas de esgotos adequados</p>
[CAPÍTULO 3] DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS			
<p>ELECTRICIDADE</p> <p>O acesso à energia eléctrica é um direito básico e a base para nosso futuro económico. Até 2015 todos em Timor-Leste terão acesso a energia eléctrica fiável 24 horas por dia.</p>	<p>Todos em Timor-Leste terão acesso a energia eléctrica fiável 24 horas por dia.</p> <p>Duas novas centrais eléctricas terão sido construídas em Hera e Betano, fornecendo 250 MW de electricidade para apoiar o desenvolvimento social e económico em Timor-Leste</p> <p>Estará em vigor um novo modelo de gestão para o sector da energia eléctrica de Timor-Leste, baseado em melhores práticas internacionais</p> <p>Estará construído o Parque Eólico de Lariguto</p> <p>Um Centro Solar estará estabelecido em Díli</p> <p>Terão sido realizados Estudos de Viabilidade sobre as perspectivas a longo prazo de atrair instalações de processamento de gás para Timor-Leste; sobre o potencial de centrais mini-hídricas em Timor-Leste, e sobre a viabilidade de construção de uma central termoeléctrica para gerar energia eléctrica a partir dos resíduos domésticos e industriais de Díli</p>	<p>Pelo menos metade das necessidades de energia de Timor-Leste será fornecida por fontes renováveis de energia</p> <p>Aproximadamente 100,000 famílias terão acesso electricidade fornecida por energia solar</p>	<p>Todos os lares em Timor-Leste terão acesso à energia eléctrica, quer pela expansão convencional do sistema eléctrico ou através da utilização de energia renovável</p>

	2015 (Curto Prazo)	2016-2020 (Médio Prazo)	2021-2030 (Longo Prazo)
[CAPÍTULO 3] DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS			
<p>PORTOS MARÍTIMOS</p> <p>Os novos portos marítimos são uma prioridade nacional para apoiar a nossa economia em crescimento e responder às exigências futuras da indústria e transporte marítimo.</p>	<p>O novo Porto marítimo do Suai estará operacional</p> <p>As instalações portuárias em Com, Ataúro, Vemasse e Oe-Cusse Ambeno terão sido melhoradas</p> <p>Terá começado a construção do novo porto em Tibar</p>	<p>O novo porto em Tibar estará a operar eficientemente como o Porto principal de Timor-Leste</p> <p>Terão sido desenvolvidas as instalações portuárias em Kairabela e na costa Sul junto a Beaçó</p>	
[CAPÍTULO 3] DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS			
<p>AEROPORTOS</p> <p>Para responder a exigências futuras de tráfego aéreo e impulsionar sectores industriais-chave, iremos expandir o nosso aeroporto internacional e construir uma rede de aeroportos distritais.</p>	<p>O Plano para o Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato já estará concluído, incluindo as instalações do novo terminal e uma pista mais extensa</p> <p>Os aeroportos distritais de Maliana, Baucau e Oe-Cússe Ambeno terão sido reabilitados</p>	<p>O aeroporto de Baucau estará a operar como alternativa a Díli e como base militar</p> <p>Uma rede de aeroportos distritais estará plenamente operacional, incluindo aeroportos em Suai, Baucau, Oe-Cusse Ambeno, Lospalos, Maliana, Viqueque, Ataúro e Same</p> <p>O aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato será um aeroporto de padrões modernos com capacidade para gerir acima de 1 milhão de passageiros por ano.</p>	
[CAPÍTULO 3] DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS			
<p>TELECOMUNICAÇÕES</p> <p>Construiremos uma rede de telecomunicações moderna que irá ligar as pessoas umas às outras, em Timor-Leste e ao mundo.</p>	<p>Será fornecida uma cobertura de telefone móvel fiável e acessível a todos os Timorenses</p> <p>Haverá acesso a uma rede de Internet de alta velocidade, fiável, acessível e disponível em todas as capitais de distrito e áreas circundantes</p> <p>Todas as escolas, postos e clínicas de saúde estarão ligadas à internet</p> <p>O quadro regulamentar para gerir um mercado de telecomunicações competitivo estará estabelecido</p>	<p>Timor-Leste terá uma rede de Internet de alta velocidade, fiável e acessível em todo o território</p> <p>Todos os estudantes e profissionais de saúde terão dispositivos portáteis de acesso à internet</p> <p>Timor-Leste fará parte do mundo dito tecnológico</p>	

	2015 (Curto Prazo)	2016-2020 (Médio Prazo)	2021-2030 (Longo Prazo)
[CAPÍTULO 4] DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO			
<p>DESENVOLVIMENTO RURAL</p> <p>A criação de empregos locais é a melhor maneira de melhorar a vida e o sustento das pessoas que vivem em áreas rurais.</p>	<p>55 mil casas novas terão sido construídas até 2015 para apoiar as famílias em todo o país, sob o Programa de Desenvolvimento do Milénio dos Sucos</p> <p>Será prestado apoio às cooperativas que estejam a levar a cabo actividades do sector privado em várias áreas</p> <p>Terá sido preparado um quadro de planeamento nacional para apoiar o desenvolvimento de Timor-Leste</p> <p>Terão sido desenvolvidas e executadas as campanhas estratégicas de extensão para produtos agrícolas</p>	<p>Será concluído um programa de urbanização rural, oferecendo acesso a estradas, água e saneamento, escolas, clínicas médicas, acesso aos mercados e energia</p> <p>Haverá 9.000 empresas registadas nos Centros de Desenvolvimento de Negócios</p>	<p>O sector privado será a principal fonte de crescimento do rendimento e emprego nas zonas rurais de Timor-Leste</p>
[CAPÍTULO 4] DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO			
<p>AGRICULTURA</p> <p>É necessário um sector agrícola próspero para reduzir a pobreza, proporcionar segurança alimentar e promover o crescimento económico das áreas rurais e na nossa nação como um todo.</p>	<p>A tonelagem de arroz (grãos ajustados para perdas) terá aumentado de 37,500 toneladas para 61,262 toneladas</p> <p>A Produtividade do milho terá aumentado 1,25 a 1,54 por ha</p> <p>O Conselho Consultivo Agrícola de Timor-Leste formulará políticas nacionais para o sector e supervisionará a implementação</p> <p>O Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento de Timor-Leste orientará e planeará os investimentos adicionais para pesquisa, desenvolvimento e extensão de todos os principais sub-sectores agrícolas</p> <p>Terá sido montado um inventário completo de sistemas de irrigação</p> <p>Projectos-piloto de barragens e águas subterrâneas terão sido desenvolvidas e os resultados utilizados para informação ao desenvolvimento</p> <p>Terá havido um maior investimento de capital em culturas importantes tais como café e baunilha, noz-moscada e óleo de palma</p> <p>As actividades de pesca tradicionais terão aumentado e a pesca terá aumentado na Zona Económica Exclusiva</p> <p>Um Plano de Gestão Florestal e uma Política Nacional e Estratégia de <i>Marketing</i> para o Bambu estarão em vigor</p> <p>Os viveiros comunidade plantarão um milhão de árvores por ano em todo o País</p>	<p>A oferta de alimentos terá ultrapassado a procura</p> <p>A área de irrigação de arroz terá aumentado em 40% de 50,000 ha para 70,000 ha</p> <p>A produção média de milho terá aumentado para 2.5t/ha</p> <p>Pelo menos 50% de frutas e legumes serão produzidas localmente</p> <p>A quantidade de gado terá aumentado em 20%</p> <p>A produção de café terá duplicado após a reabilitação de 40,000 hectares de plantações de café</p> <p>Haverá pelo menos três tipos de actividade de aquicultura para apoio às comunidades costeiras</p> <p>O sector da pesca será maioritariamente de exportação e terá expandido para incluir a pesca oceânica</p>	<p>As perdas de armazenamento de arroz nas explorações agrícolas terão reduzido de 20% para cerca de 5%</p> <p>A produção de milho e outros alimentos básicos terão aumentado em pelo menos 50%</p> <p>Timor-Leste terá pelo menos quatro nichos de culturas de rendimento que podem ser exportados</p>

	2015 (Curto Prazo)	2016-2020 (Médio Prazo)	2021-2030 (Longo Prazo)
[CAPÍTULO 4] DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO			
<p>PETRÓLEO</p> <p>Estabeleceremos uma Companhia Nacional do Petróleo e facultaremos, ao nosso povo, as habilitações e experiência necessárias para liderar e gerir o desenvolvimento da nossa indústria do petróleo.</p>	<p>A construção do Porto de Suai terá sido concluída</p> <p>O aeroporto de Suai terá sido reabilitado</p> <p>Iniciada a primeira fase do projecto da refinaria</p> <p>A construção da primeira secção de estrada de Suai-Betano terá sido iniciada</p> <p>O projecto de desenvolvimento de Nova Suai terá sido concluído</p> <p>A primeira fase do projecto de desenvolvimento de Nova Betano terá sido iniciada</p>	<p>A segunda fase da Plataforma de Abastecimento do Suai terá sido concluída</p> <p>A primeira fase do projecto da refinaria terá sido concluída</p> <p>O Porto de Beaço estará concluído</p>	<p>O Projecto Tasi Mane terá sido concluído, estabelecendo uma indústria petrolífera dinâmica e integrada, ligada por uma auto-estrada na costa sul de Timor-Leste</p>
[CAPÍTULO 4] DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO			
<p>TURISMO</p> <p>Com tanto para oferecer aos visitantes internacionais, colocarnos-emos na posição de fornecer uma gama de experiências turísticas que tirem vantagem da nossa beleza natural, cultura e património.</p>	<p>Terão sido reabilitadas e sinalizadas as estradas localizadas nas principais rotas turísticas, incluindo a Grande Estrada/Via Costeira do Norte, de Balibó a Com, e a via de Maliana a Ermera e Tibar.</p> <p>Terá sido estabelecido em Díli um centro de formação em Turismo e hotelaria</p> <p>Estarão em funcionamento Pacotes turísticos compreensivos para cada uma das áreas Turísticas das zonas Oriental, Central e Ocidental do País</p> <p>Estará a operar uma estratégia de <i>marketing</i> turístico internacional</p> <p>Estará em curso um programa de desenvolvimento de infra-estruturas turísticas, envolvendo o sector privado</p> <p>As infra-estruturas turísticas vitais serão construídas ou reabilitadas, incluindo o aeroporto de Díli e aeroportos regionais, e as infra-estruturas de telecomunicações serão melhoradas</p> <p>As estradas em percursos turísticos fundamentais, incluindo a Grande Estrada da Costa Norte entre Com e Balibo, e de Maliana através de Ermera até Tibar, serão reabilitadas e sinalizadas</p> <p>Serão estabelecidos Centros de Informações Turísticas em Díli, Los Palos e Baucau</p>	<p>Estarão em operação destinos turísticos com infra-estruturas melhoradas, com actividades e empresas locais estabelecidas, e materiais promocionais</p>	<p>Timor-Leste terá uma indústria turística bem desenvolvida, atraindo um número elevado de visitantes internacionais</p>

[CAPÍTULO 4] DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO			
<p>INVESTIMENTO</p> <p>Para construir a nossa nação e proporcionar emprego e rendimentos para o nosso povo, iremos atrair investidores para os sectores-chave da indústria, fazer parcerias com empresas internacionais para a construção da nossa infra-estrutura e apoiar as empresas locais para se iniciarem e crescerem.</p>	<p>O Código Civil estará em vigor para apoiar a execução de contratos, a Lei de Terras dará confiança sobre direitos de propriedade e certezas para o desenvolvimento e a Lei do Trabalho terá sido aprovada para definir claramente os direitos e obrigações legais dos empregadores e empregados</p> <p>Os processos para registo e licenciamento de empresas e a obtenção de uma licença de construção serão eficientes</p> <p>O 'balcão único' para empresas estará estabelecido e a funcionar eficazmente</p> <p>Estará em operação um Banco Nacional de Desenvolvimento</p> <p>Estará estabelecida a Companhia de Investimento de Timor-Leste, contribuindo para o aparecimento de novas indústrias e a diversificação da economia de Timor-Leste</p> <p>Terão sido implementados os resultados de uma revisão abrangente para avaliar os benefícios e riscos da aplicação de um conjunto especial de leis e regulamentos sobre negócios em Zonas Económicas Especiais</p>	<p>O Instituto de Microfinanças de Timor-Leste terá sido transformado no Banco Comercial Nacional de Timor-Leste e estará a operar como um pequeno banco comercial, concedendo crédito e serviços bancários a pessoas em todos os distritos do país</p>	

	2015 (Curto Prazo)	2016-2020 (Médio Prazo)	2021-2030 (Longo Prazo)
[CAPÍTULO 5] QUADRO INSTITUCIONAL			
<p>SEGURANÇA</p> <p>Construiremos um sector da segurança que possa realizar o papel de servir o nosso povo e garantir a paz, segurança e estabilidade da nossa Nação.</p>	<p>A reconstrução e reforma do sector da Segurança terão entregues os recursos humanos e enquadramento institucional necessários para fornecer uma capacidade operacional efectiva em áreas chave, incluindo a prevenção do crime e investigação, a segurança pública e o controlo de fronteiras</p>	<p>Um quadro legal moderno e eficaz governará o sector da segurança</p> <p>Uma Unidade de Trânsito e Segurança Rodoviária bem treinada e profissional garantirá que as nossas estradas sejam seguras e que as leis da estrada são obedecidas</p> <p>A formação de recursos humanos e desenvolvimento profissional estará a fornecer elementos da PNTL qualificados e modernos</p>	<p>O sector da segurança, incluindo a PNTL, será totalmente reformado e estará a operar com profissionais qualificados e dedicados, apoiados por infra-estruturas e equipamentos modernos</p>
[CAPÍTULO 5] QUADRO INSTITUCIONAL			
<p>DEFESA</p> <p>Garantiremos que as FALINTIL-FDTL têm a capacidade para defender a nossa Nação, e ao mesmo tempo, apoiam a segurança interna e a sociedade civil de Timor-Leste, e contribuem para os esforços no combate às ameaças para a paz e estabilidade regional e global.</p>	<p>As F-FDTL estarão a operar como uma força de defesa convencional e profissional</p> <p>Haverá quadros legais em vigor para estabelecer o controlo democrático sobre as F-FDTL</p> <p>Haverá uma coordenação e cooperação mais aproximada entre as F-FDTL e a PNTL, com papéis e responsabilidades claramente definidos</p> <p>Tendo transferido a perícia, conhecimentos especializados e experiência para uma nova geração de membros das F-FDTL, os veteranos das F-FDTL serão apoiados para se reformar com dignidade e assistidos nas transições de carreira e planos de restabelecimento</p> <p>As mulheres nas F-FDTL terão um papel mais importante na defesa nacional e mais oportunidades para progredir nas suas carreiras</p> <p>As F-FDTL serão utilizadas em operações de paz das Nações Unidas com o treino e apoio logístico de parceiros no sector da defesa</p> <p>Sistemas e tecnologias de informação terão sido integrados num sistema de Comando, Controlo, Comunicações, Computadores e Inteligência</p> <p>Timor-Leste terá consolidado e reforçado as nossas relações com os nossos parceiros e amigos regionais e globais</p>	<p>As F-FDTL estarão a operar como uma força de defesa credível e bem equipada, com capacidade e versatilidade para levar a cabo uma série de missões e contribuir para a segurança nacional e o desenvolvimento nacional</p> <p>As F-FDTL serão uma força democrática e responsável, com base no respeito pelo Estado de direito e o respeito pelos direitos humanos, com elevados padrões de disciplina</p>	<p>A componente naval das F-FDTL estará bem treinada com as infra-estruturas necessárias para controlar e proteger as nossas águas territoriais e participar, como um parceiro de direito, em exercícios navais internacionais</p> <p>As F-FDTL terão capacidade para tratar de diversos compromissos militares eficazmente e em simultâneo</p>

	2015 (Curto Prazo)	2016-2020 (Médio Prazo)	2021-2030 (Longo Prazo)
[CAPÍTULO 5] QUADRO INSTITUCIONAL			
<p>NEGÓCIOS ESTRANGEIROS</p> <p>Ao nível internacional, iremos proteger e promover os interesses do povo de Timor-Leste e salvaguardar e consolidar a independência de nossa Nação.</p>	<p>Timor-Leste terá aderido à ASEAN, com embaixadas em todos os países da ASEAN</p> <p>Timor-Leste será membro das instituições e organizações globais relevantes que melhor sirvam as necessidades do nosso povo</p> <p>Terá sido conduzida e implementada uma avaliação abrangente de missões no exterior</p> <p>Terá sido publicado um Livro Branco da Política Externa, definindo uma visão abrangente para a política externa de Timor-Leste</p> <p>Timor-Leste terá missões diplomáticas munidas de uma ampla gama de serviços de qualidade, incluindo a perícia em atrair comércio, investimento e turismo para dentro do país</p> <p>Timor-Leste estará a desempenhar um papel de liderança na CPLP</p> <p>Timor-Leste estará a apoiar o “g7+”, contribuindo para o seu financiamento e de qualquer outra forma produtiva onde formos solicitados a prestar assistência</p> <p>Toda a legislação diplomática necessária estará em vigor</p>	<p>Timor-Leste será um dos principais membros da ASEAN, com reconhecida competência em desenvolvimento económico, gestão de pequenas nações, boa governação e eficácia e entrega de ajuda externa</p> <p>Teremos conseguido a adesão a comissões especializadas e agências da ONU</p> <p>Timor-Leste será reconhecido como um modelo e referência na resolução de conflitos regionais e construção da paz</p> <p>O Ministério dos Negócios Estrangeiros desempenhará um papel crucial na atracção de negócios, investimentos e empregos para Timor-Leste, como uma zona de serviços financeiros e tecnologia da informação</p>	<p>Timor-Leste terá assumido uma posição de pacificador global / mediador e estará a desempenhar um papel activo na prevenção e terminação de conflitos</p> <p>A PNTL e as F-FDTL terão a capacidade de ser plenamente utilizados pela Organização das Nações Unidas nas suas actividades de manutenção da paz</p> <p>Timor-Leste terá um total de 30 embaixadas internacionais</p>
[CAPÍTULO 5] QUADRO INSTITUCIONAL			
<p>JUSTIÇA</p> <p>Adoptaremos uma estratégia global para construir o sistema de justiça de Timor-Leste e melhorar a sua capacidade para cumprir o seu papel e funções.</p>	<p>Haverá uma coordenação sistemática e eficaz do sector da justiça em Timor-Leste e das suas instituições</p> <p>O sistema de justiça será capaz de abrir, conduzir e concluir todos os tipos de processos judiciais, sobretudo os casos criminais, de forma eficaz e num período razoável de tempo</p> <p>O sector da justiça será capaz de identificar e preencher posições com funcionários nacionais motivados e qualificados</p> <p>Os princípios da não discriminação, sensibilidade às questões de género e a protecção dos grupos vulneráveis e dos direitos humanos serão garantidos no sector da justiça</p> <p>Terá sido estabelecido um corpo autónomo e independente capaz de gerir o cadastro de terras e os bens imóveis do Estado, e aplicar a legislação que rege a propriedade e o uso de terra em Timor-Leste</p> <p>Os mecanismos da lei costumeira e justiça comunitária estarão reguladas e o acompanhamento sistemático em conformidade com os direitos humanos estarão implementados</p>	<p>Os serviços do sector da justiça estarão disponíveis em todos os distritos e todos os Timorenses poderão ter acesso a uma justiça e serviços jurídicos eficazes e eficientes</p>	

	2015 (Curto Prazo)	2016-2020 (Médio Prazo)	2021-2030 (Longo Prazo)
[CAPÍTULO 5] QUADRO INSTITUCIONAL			
<p>GESTÃO DO SECTOR PÚBLICO E BOA GOVERNAÇÃO</p> <p>O sector público em Timor-Leste será fundamental para o fortalecimento da confiança no Governo, que é um pré-requisito para a construção da Nação.</p>	<p>Será instituído um sistema e cultura de gestão de desempenho abrangente, em toda a Função Pública de Timor-Leste</p> <p>Estará em vigor um programa de desenvolvimento executivo para todos os gestores superiores</p> <p>Haverá uma cultura e prática de planeamento do pessoal na Função Pública</p> <p>Terá sido desenvolvido e estará em vigor um Código de Conduta para os membros do Governo</p> <p>Terá sido apresentada ao Parlamento Nacional legislação para a protecção de Denunciantes</p>	<p>A legislação proporcionará um direito dos cidadãos a aceder à informação mantida pelo Estado e que tenha impacto directo sobre os mesmos</p> <p>Terão sido adoptadas, pela Função Pública, tecnologias da informação modernas para apoiar iniciativas governamentais conjuntas e de governo electrónico</p> <p>Terá sido realizada a revisão da estrutura do sector público para determinar se existem benefícios no estabelecimento de autoridades legais para o exercício de determinadas funções públicas, em nome do Estado</p>	
[CAPÍTULO 5] QUADRO INSTITUCIONAL			
<p>IMPLEMENTAÇÃO</p> <p>O Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional e os nossos projectos de infra-estrutura serão implementados da maneira mais eficaz e eficiente possível.</p>	<p>À medida que a Agência de Desenvolvimento Nacional desenvolve a sua capacidade, experiência e recursos humanos, transitará para a Agência de Política Económica e Investimento</p> <p>A Agência de Planeamento Económico e Investimento estará efectivamente a levar a cabo uma função de planeamento económico nacional, um papel de supervisão e monitorização e a implementar programas e projectos do Governo de grande dimensão e complexidade</p>		
[CAPÍTULO 6] ORIENTAÇÃO MACROECONÓMICA			
<p>NOSSA VISÃO ECONÓMICA</p> <p>Em 2030 Timor-Leste ter-se-á juntado às fileiras dos países de rendimento médio-alto terá, erradicado a pobreza extrema e estabelecido uma economia não-petrolífera sustentável e diversificada.</p>	<p>A produtividade do sector agrícola terá aumentado significativamente, o sector do turismo terá sucesso e estará em expansão e existirão níveis altos de actividade do sector privado em todos os sectores, nomeadamente o crescimento de pequenas e micro empresas</p>	<p>Timor-Leste terá desfrutado de 10 anos de elevado crescimento económico com a conclusão de importantes infra-estruturas produtivas e reformas económicas, fornecendo uma base para o sector privado impulsionar o crescimento para o futuro</p>	<p>Timor-Leste ter-se-á juntado às fileiras dos países de rendimento médio-alto, será erradicada a pobreza extrema e estabelecida uma economia não petrolífera sustentável e diversificada.</p>

Um agradecimento especial aos fotógrafos Margarida Azevedo e Dan Groshong pela cedência da utilização das suas fotografias, na elaboração deste Plano Estratégico de Desenvolvimento.

Felicitações a todos os que colaboraram na elaboração deste Plano Estratégico de Desenvolvimento.





Palácio do Governo, Edifício 1, R/C, Avenida Presidente Nicolau Lobato,
Dili, Timor-Leste

